

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E
REGIONAL- PPDSR/UEMA

LAYLA ADRIANA TEIXEIRA VIEIRA

A formação sócio-histórica do latifúndio no sertão maranhense: estrutura e dinâmica do
agronegócio no município de Grajaú – MA

São Luís

2018

LAYLA ADRIANA TEIXEIRA VIEIRA

**A formação sócio-histórica do latifúndio no sertão maranhense: estrutura e dinâmica do
agronegócio no município de Grajaú – MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioespacial e Regional –
PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão, como
pré-requisito final para a obtenção do título de Mestra
em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco
Filho

São Luís

2018

Vieira, Layla Adriana Teixeira.

A formação sócio-histórica do latifúndio no sertão maranhense: estrutura e dinâmica do agronegócio no município de Grajaú - MA / Layla Adriana Teixeira Vieira. – São Luís, 2018.
231 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho.

1. Desenvolvimento socioespacial. 2. Reordenamento territorial. 3. Agronegócio. 4. Grajaú - MA. I. Título.

CDU 338.43(812.1)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL- PPDSR/UEMA

LAYLA ADRIANA TEIXEIRA VIEIRA

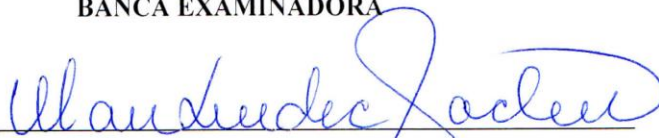
A formação sócio - histórica do latifúndio no sertão maranhense: estrutura e
dinâmica do agronegócio no município de Grajaú – MA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão, como pré-requisito final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

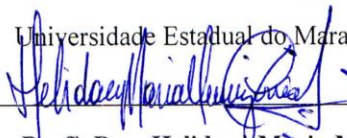
Aprovada em: 13 / 07 / 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA



Prof. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA



Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Dedico este trabalho as minhas duas Marias: a
minha mãe, Maria Raimunda, e a minha avó,
Maria José - *in memoriam*.
Amores da minha vida!

AGRADECIMENTOS

Como cantou Maria Bethânia:

[...] Agradecer
Ter o que agradecer.
Louvar e abraçar!
(Abraçar e Agradecer – Maria Bethânia)

O ato de agradecer implica, nesse momento, em demonstrar meu apreço pelas contribuições dadas ao longo desses dois anos. Chegar ao final desta dissertação foi, para mim, uma tarefa bastante desafiadora; enfrentei os meus medos, briguei com a ansiedade e superei os meus limites, com muita persistência, fé e coragem. Alguns caminhos foram longos e estreitos, em alguns deles me senti fraca e cansei, mas não desisti; parei, sentei, chorei e tive paciência. Essa caminhada, mesmo que pareça “solitária”, eu não fiz sozinha, porque muitas pessoas estiveram comigo e deram significado a todo esse percurso trilhado até aqui e a realização deste sonho, que se tornou real. Diante disto, externo o meu agradecimento:

A Deus, pela proteção, por ter me dado sabedoria, por me amparar nas horas de desespero, por me acompanhar durante as madrugadas e ter colocado na minha vida pessoas tão maravilhosas.

A minha mãe, mulher de extrema bravura e coragem que tanto abdicou da sua vida para a formação das suas filhas. Mãe, obrigada pelo apoio e por ser quem é. A minha gratidão é eterna. Amo você!

Ao meu pai, Roberto, pelas palavras de carinho e de força. E por saber exatamente o dia que eu não estava bem. Você me compreendeu e sabia o que eu estava sentindo.

A minha irmã, Letícia, pelas palavras amigas a mim dirigidas e por algumas dicas estruturais do texto. Obrigada pela paciência.

Ao meu sobrinho, Pedro, por bater na porta do quarto, para perguntar se estava indo tudo bem comigo.

A minha avó Rita e a dona Mocinha pelas preces.

As minhas tias Zélia, Silvia e Nilma, pelos incentivos.

Ao Prof. Alan Kardec, por ser a semente e a ponte do meu percurso acadêmico, por ter acreditado em mim quando no segundo semestre de 2011, entregou-me o seu primeiro projeto de orientação (quando chegou do doutorado). Foi o senhor quem abriu as “portelas” do sertão para desvendarmos os “mistérios” de Grajaú - MA. Obrigada por toda preocupação, pela liberdade durante a minha escrita, pela amizade, pela orientação e por estar nessa jornada comigo há sete anos. Sou grata a Deus por chegarmos até aqui.

Ao meu amigo e irmão de alma, Romário Basílio, por estar comigo desde a graduação. Obrigada por ter me incentivado a percorrer outros caminhos, por ter feito eu me inscrever para a seleção do PPDSR, por todos os conhecimentos compartilhados, por todos os direcionamentos, estímulos, por ter me ajudado e por acreditar em mim sempre. Você é um ser de luz.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

A todos os funcionários administrativos e professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA, pela contribuição dada nesta caminhada. Serei sempre grata aos ensinamentos recebidos de cada um de vocês.

À professora Helidacy Corrêa, por me acompanhar desde o curso de História, por ser um ser humano amável e uma profissional admirável. De uma maneira bastante singular, também me ajudou a tecer essa dissertação. Agradeço a generosidade, o carinho, à simpatia, a preocupação e as valiosas observações durante a jornada e para desenvolvimento da pesquisa. Obrigada por fazer parte da banca e pela valiosa contribuição.

Ao professor Antonio José, por fazer parte da banca de defesa, além de ter contribuído no momento de qualificação. Agradeço a gentileza, as indicações de leituras e sugestões que muito me fizeram pensar no momento de reconstrução do texto. Obrigada por ter me acompanhado desde a banca de seleção para o ingresso no mestrado; não sabíamos que fecharíamos juntos.

À Elizeth, secretária do curso, por sempre atender aos meus pedidos e por toda vontade em me ajudar, tanto em palavras de força, como nos assuntos administrativos.

Aos colegas de turma, em especial, aos companheiros dessa estrada Daniele, Juan, Lucas, Saulo e Bianca, pelos momentos divididos, angústias, alegrias e descontrações. Obrigada pelas palavras de força.

Ao Amâncio, meu amigo de turma que infelizmente nos deixou nessa vida terrena. A ele também dedico este trabalho. Obrigada por ter sido o primeiro a compartilhar comigo suas referências de estudo sobre geografia e sociologia rural. Obrigada por todos os sorrisos e por ter emanado boas energias.

À Gabriela, pela amizade que brotou no mestrado, pelas contribuições para o meu desenvolvimento acadêmico e por fazer do meu labor um exercício de eterna aprendizagem e coragem. Obrigada por também me presentear com Júlio César, seu filho.

À Samara, minha amiga que, pacientemente me apoiou nos momentos de incerteza e de cansaço. Agradeço toda força e motivação.

Aos amigos que conquistei na escola, na academia e durante os estudos para o ingresso no mestrado, dentre eles, Ana Kellene, Alexandra, Betânia, Juliana, Adelle, Francisco e Willian por compreenderem a minha ausência. Obrigada por serem maravilhosos!

Aos amigos valiosos que conquistei no município de Brejo - MA, são eles: professor Antônio, Taynele, Girliane e Sérgio. Obrigada por terem me ensinado “a beleza de ser uma eterna aprendiz.”

À professora Júlia Constância e ao professor Ximendes, por todas as palavras de apoio e aos ensinamentos para barrar todo o medo.

Ao professor Sampaio, pela receptividade, pela torcida e pela oportunidade em fazer parte da sua equipe, o Gedite. Também agradeço pelo convite em trabalhar como professora de estágio na disciplina de Geografia Rural, da UEMA. Aprendi bastante e realizei um sonho antigo.

Ao Grupo de Estudos em Dinâmica Territorial (GEDITE), por todo apoio, por todo trabalho realizado e por me ensinarem a trabalhar em cooperação. Admiro a troca, a cumplicidade e o respeito pelas pesquisas. Agradeço, em especial, ao Ronaldo e ao Samuel pelas conversas, pela compreensão nesse tempo distante do grupo e pelos convites para trabalharmos juntos, em alguns projetos.

Ao Juscinaldo, que sempre se dispôs para ajudar-me, com toda paciência do mundo; obrigada pelas indicações de leituras, pelos diálogos sobre o agronegócio, e, meu agradecimento especial, pela elaboração de grande parte dos mapas que compõe e deram outro formato para a dissertação. Muito obrigada!

Ao Givanilson, por conversar comigo sobre o mundo rural, sobre as referências indicadas; também agradeço toda disposição e por ter elaborado os gráficos da pesquisa. Muito obrigada!

À professora Alice, pela simpatia, pela correção gramatical e normalização do texto.

A todos os entrevistados, em especial seu Ornilo, seu Osvaldo, seu Raimundo, seu Venâncio, seu Ubaldo, seu Diolino e Raniere, por todo respeito, por toda simpatia e generosidade.

Ao Neto e ao Nélio, pela disposição e contribuição nas pesquisas de campo.

Agradeço pelo carinho e pelo acolhimento em suas residências, durante as estadas em Grajaú, pude dividir com eles partes do que ocorreu no meu cotidiano. Vocês estarão comigo e também fazem parte desse resultado: Ediléia, Cleomar, dona Conceição (“Ceixa”), Raiana, Seu Gerson e Dona Raimunda. Sempre que eu chegava das entrevistas, eles perguntavam: deu certo? Fez um bom trabalho? Voltará mais tarde? Você vai conseguir! Falta pouco! Vou rezar por ti! Vai dar tudo certo! Obrigada pela compreensão e desculpem a correria.

Ao Roberto Cleiton, pelo companheirismo. Muito obrigada por me dar força, por me ouvir, pela paciência, por contribuir com a pesquisa, por ter me dado a oportunidade de conhecer o seu “Antoninho”, o Projeto Boa Vista, o povoado Alto Brasil, o povoado Flores, enfim, por andar comigo por esse sertão de Grajaú. Em nenhum momento você aparentou desânimo. Obrigada por todo afeto, toda tranquilidade e por ser quem é. Você dividiu comigo tudo o que soube e tudo o que sabe.

Meu forte abraço e minha gratidão a todos!

“[...] Afagar a terra, conhecer os desejos da terra. Cio da terra propícia estação e fecundar o chão.”

(O Cio da Terra – Chico Buarque e Milton Nascimento)

RESUMO

Para se fazer uma análise do atual processo socioeconômico do território de Grajaú, é imprescindível que se leve em consideração as transformações territoriais ocorridas ao longo do tempo. Dessa forma, o presente estudo tem por finalidade analisar a formação sócio - histórica do latifúndio no sertão maranhense e sua relação com a estrutura e a dinâmica do agronegócio no município de Grajaú - MA. Para a consecução dos objetivos de pesquisa, foi de fundamental importância a compreensão dos conceitos/categorias que respaldam o trabalho, a saber: *território*, *sertão* e *agronegócio*; e suas complexidades atreladas ao *desenvolvimento desigual* do modo capitalista de produção. A perspectiva teórico-metodológica que fundamentou a presente pesquisa foi o *método do materialismo histórico e dialético*, com base ideológica de Karl Marx e Friedrich Engels. Além disso, foram realizadas visitas técnicas, em busca de material documental, à APEM, Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e ao ATJMA, para posteriormente seguir para o trabalho de campo, onde foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas, além de registros fotográficos. Portanto, a realização da pesquisa de campo deu-se na zona urbana e na zona rural do município; nesse último foram visitados os povoados de Alto Brasil, Sabonete e Flores. Na sede de Grajaú foram realizadas pesquisas em órgãos públicos, a exemplo da AGED, IBGE, IBAMA, Secretaria Municipal de Indústria e Produção; Agricultura e Meio Ambiente; e no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Por meio da *longa duração* constatamos que a formação do latifúndio em Grajaú, historicamente, esteve atrelada às famílias tradicionais, como por exemplo, os Léda, Moreira, Barros e Martins Jorge. Porém, a partir da década de 1970 e 1980, o município recebeu migrantes, principalmente do Centro-Sul do país, em busca de terras e/ou domínio político, o que intensificou a fragmentação territorial e levou a mecanização do campo. Com efeito, desse processo, atualmente, Grajaú se insere na lógica global através do mercado de *commodities*, com destaque para o cultivo da soja e do milho, além do comércio gesseiro, da bovinocultura de corte e da silvicultura. Todavia, concluímos que a entrada desses empreendimentos trouxe o aperfeiçoamento técnico, mas não a solução dos problemas socioambientais do município, tornando-o cada dia mais um território desigual e contraditório, gerados pelo processo capitalista de produção.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Socioespacial. Reordenamento Territorial. Agronegócio. Grajaú - MA.

ABSTRACT

In order to make an analysis of the current socio-economic process of the Grajaú territory, it is imperative that one take into account the territorial transformations that have occurred over time. Thus, the present study has the purpose of analyzing the socio-historical formation of the latifúndio in the Maranhão hinterland and its relation with the structure and dynamics of agribusiness in the municipality of Grajaú-MA. In order to achieve the research objectives, it was fundamentally important to understand the concepts / categories that support the work, namely: territory, sertão and agribusiness; and its complexities tied to the unequal development of the capitalist mode of production; The theoretical-methodological perspective that grounded the present research was the method of historical and dialectical materialism, with ideological basis of Karl Marx and Friedrich Engels. In addition, technical visits were made to the APEM, the Legislative Assembly of the State of Maranhão and the ATJMA, and then to the field work, where structured and semi-structured interviews were conducted, as well as photographic records. Therefore, the field research was carried out in the urban area and in the rural area of the municipality; in the latter the villages of Alto Brasil, Sabonete and Flores were visited. In the city's headquarters, research was carried out in public agencies, such as AGED, IBGE, IBAMA, Municipal Secretary of Industry and Production; Agriculture and Environment; and the Union of Workers and Rural Workers. Through the long duration, we verified that the formation of latifúndio in Grajaú, historically, was tied to the traditional families, as for example, the Léda, Moreira, Barros and Martins Jorge. However, from the 1970s and 1980s, the municipality received migrants, mainly from the Center-South of the country, in search of land and / or political domination, which intensified the territorial fragmentation and led to the mechanization of the countryside. In fact, Grajaú is now part of the global logic through the commodity market, with emphasis on the cultivation of soybeans and maize, as well as the trade in gins, beef cattle and forestry. However, we conclude that the entry of these enterprises brought the technical improvement, but not the solution of the socio-environmental problems of the municipality, making it increasingly uneven and contradictory territory, generated by the capitalist process of production.

Keywords: Socio-spatial Development. Territorial Reordering. Agribusiness. Grajaú - MA.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Mapa do sertão de Pastos Bons.....	35
Figura 2: Correntes migratórias de ocupação do estado do Maranhão.	38
Figura 3: Mapa do Rio Grajaú.....	46
Figura 4: Imagem histórica da Igreja do Bonfim – Grajaú-MA.....	48
Figura 5: Mapa da Província do Maranhão. Comarca da Chapada. 1968.....	51
Figura 6: Estrutura da cidade de Grajaú, por volta de meados do século XIX.	54
Figura 7: BRASIL – EVOLUÇÃO DA MALHA MUNICIPAL – 1940 A 2000.....	101
Figura 8: Mapa de localização do município de Grajaú.....	104
Figura 9: Mapa dos municípios desmembrados do território de Grajaú.	107
Figura 10: Mapa de localização do município de Balsas – MA.....	130
Figura 11: Mapa de migração dos “gaúchos” para outras regiões do Brasil.....	132
Figura 12: Mapa de migração para o município de Grajaú.....	143
Figura 13: Censo agropecuário de 2006 no Maranhão pelos estabelecimentos e suas dimensões. Destaque a Grajaú e municípios do sul maranhense.	150
Figura 14: Propaganda do Governo Estadual para a aquisição de lotes no Distrito Industrial do gesso em Grajaú.....	152
Figura 15: Fazenda Ipê Amarelo - Pasto do gado Canchim e material de inseminação artificial bovina.....	156
Figura 16: – Mapa com total de bovinos no município de Grajaú.....	159
Figura 17: Campo de plantação da soja (foto superior), silo para armazenamento da soja e/ou milho e galpão dos equipamentos e insumos (foto inferior).	162

Figura 18: Imagem da estrutura da empresa com seus campos de plantação, silos com sua estrutura para o armazenamento dos grãos e área de estocagem de cereais, sementes e fertilizantes.	164
Figura 19: Mapa de investimento das empresas privadas em andamento no Maranhão.....	166
Figura 20: Mapa do reordenamento territorial do município de Grajaú-MA.....	170
Figura 21: Parte da estrutura da empresa Beneficiadora Vitória e um dos tipos de arroz comercializados pelo empreendimento	172
Figura 22: Plantio de hortaliças e de macaxeira, representando a agricultura familiar.....	176
Figura 23: Mapa da dinâmica da área plantada (hectares) com soja (1990-2015) em Grajaú – MA.....	178
Figura 24: Segregação urbana no município de Grajaú - MA.	183
Figura 25: Impactos ambientais no município de Grajaú -MA.	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Inventário de Antônio Rodrigues de Miranda Léda	65
Tabela 2: Inventário de Thomaz Moreira	67
Tabela 3: Inventário de Manoel Martins Jorge.....	69
Tabela 4: Inventário da Margarida Maria de Barros	72
Tabela 5: Evolução do número de municípios brasileiros – Brasil, Regiões e Estados, 1940 a 1997	100
Tabela 6: Coordenadas geográficas do município de Grajaú.	105
Tabela 7: Área da unidade territorial dos municípios desmembrados do território de Grajaú	108
Tabela 8: Indicadores dos Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios criados a partir do território de Grajaú.....	110
Tabela 9: Leis de criação dos municípios.....	114
Tabela 10: Evolução do PIB do município de Grajaú entre os anos de 2010 a 2014	155
Tabela 11: Produção agrícola municipal em Grajaú- área colhida (ha)	174

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1: GENEALOGIA DA FAMÍLIA LÉDA (S/D).....75

Gráfico 1: Área plantada em porcentagem –
Grajaú.....173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGED - Agência Estadual de Defesa Agropecuária

ATJMA – Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

CNPSo - Centro Nacional de Pesquisa da Soja

COMARCO - Companhia Maranhense de Colonização.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAPCEN - Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte ‘Irineu Alcides Bays’

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

ISDM - Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios

LSPA - Sistemático da Produção Agrícola

MATOIIBA - Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia

PPDSR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional

PROCEDER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento Agrícola do Cerrado

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais

SEDRAPEX – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Aquicultura e Pesca

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
MÉTODO E METODOLOGIA DA PESQUISA	25
CAPÍTULO I.....	33
O TERRITÓRIO DO SERTÃO DE GRAJAÚ	33
1.1 O processo histórico de colonização e ocupação do sertão maranhense: uma análise a partir de Grajaú.....	37
1.2 Evolução histórica do município	43
1.3 A cidade	52
1.4 A Guerra do Léda: jogo político, econômico e tramas familiares no final do século XIX.....	56
1.5 Estudo do perfil fundiário das famílias tradicionais: uma análise a partir dos inventários do século XIX	61
CAPÍTULO 2	78
REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO E O REORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ	78
2.1 O território em seus múltiplos olhares conceituais: uma análise teórica do conceito de território.	79
2.2 A fragmentação territorial e a criação de municípios no Brasil: um aporte teórico sobre o conceito	85
2.3 O processo de desmembramento territorial do município de Grajaú.....	102
2.4 O “fazer” política no Maranhão: o caso do município de Grajaú	109
CAPÍTULO 3	125

GRAJAÚ E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA CONTEMPORANEIDADE: o agronegócio em questão.	125
3.1 O avanço do agronegócio para o sertão de Balsas	129
3.2. Migração e expansão da agropecuária moderna em Grajaú	137
3.4. Estrutura e dinâmica do agronegócio em Grajaú: aspectos gerais e problemas socioambientais	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS.....	193
ANEXOS.....	203
APÊNDICES	215

INTRODUÇÃO

Em 2016, como pré-requisito ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR), submetemos um projeto de pesquisa que objetivava dar continuidade aos estudos realizados sobre o sertão maranhense, durante a graduação no curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. Nesse período, especificamente entre os anos de 2011 a 2015 participamos de um projeto vinculado e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA), intitulado: “As tropelias da chamada Guerra do Léda: a geopolítica do alto sertão maranhense no último quartel do século XIX”¹. Logo, tal projeto constituiu a espinha dorsal do trabalho monográfico² durante esses quatro anos de engajamento na pesquisa, resultante da experiência da iniciação científica e também na elaboração do projeto para a seleção do mestrado.

Portanto, a escolha do objeto de pesquisa está diretamente relacionada com o contato no âmbito da iniciação científica estabelecido antes mesmo do ingresso no mestrado. No entanto, por já termos estudado o viés político de um conflito ocorrido no município de Grajaú, provocou-nos curiosidade em investigar, na pós-graduação, as conexões geográficas, políticas e socioeconômicas desse território e sua relação com as atuais estruturas que o constitui. Para isso, veremos que construímos uma análise interdisciplinar nos campos da história, da geografia e da sociologia, baseado, a princípio, na construção teórica do historiador Fernand Braudel que defende ser do interesse de toda ciência do homem o debate sobre a multiplicidade do tempo e a importância do diálogo da história, com as ciências humanas e sociais.³

Contudo, antes desta análise multidisciplinar, partimos inicialmente de um olhar historiográfico para compreendermos as possíveis rupturas e continuidades ocorridas durante o processo de formação territorial de Grajaú. Assim, para pensar o objeto *locus* da pesquisa consideramos as dinâmicas e as interações do homem com o território e com o tempo, para entendermos a permanência do latifúndio no referido campo de estudo. Ademais, a

¹O citado projeto foi coordenado pelo Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho, docente do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão.

²VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. “*Uma comarca fora da lei*”: a Guerra do Léda no Sertão do Maranhão. Monografia (Graduação). Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

³ BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

concentração de terras no município de Grajaú deriva do próprio processo histórico de ocupação desse território.

Dentro desse elemento, a Guerra do Léda, ocorrida no final dos oitocentos, ajudou, segundo a nossa interpretação, a definir a atual situação econômica de Grajaú, marcada na contemporaneidade pelo grande latifúndio e pelo intenso processo capitalista no campo. Ao longo do século XX, com o advento e consolidação da República, especialmente em meados da década de 1970 e 1980, tais extensões de terra, com a ajuda governamental e o baixo preço das propriedades vendidas pelas famílias (em ambiente de latente decadência da lavoura tradicional), passaram a ser controladas pelos médios e grandes produtores rurais e empresas do Centro-Sul do país⁴.

Acrescentamos a isso o fato de que, a Lei de Terras, nº 2979, aprovada em 17 de julho de 1969, no governo Sarney, intensificou e sistematizou o processo de definição do latifúndio no Maranhão, definindo a partir de então formas claras da consolidação do modelo de concentração de terras; não deixando de destacar, sobretudo, o sertão de Grajaú. Trata-se, portanto, de um território que se insere em um contexto da lógica do capital, onde “o capitalista será então tentado pela aquisição de terras, valor social, mas também, por vezes, de terras exploráveis de maneira moderna e fonte de receitas substanciais [...] O capitalismo é, por essência, conjetural. Ainda hoje uma de suas grandes forças é a sua facilidade de adaptação e de reconversão”⁵. No município referido, esse capitalismo que se reinventa, centraliza a economia e facilita a reprodução das desigualdades socioeconômicas, acumulando o capital apenas em benefício dos potentados rurais, gerando, assim, uma relação de dependência desses agentes com o sistema.

Na perspectiva teórica de Ruy Marini, a estrutura e a dinâmica do capital gera essa dependência que é “o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional”⁶. Nesse sentido, no atual sertão de Grajaú se observa essa subordinação do setor econômico, que concentra terras e explora o meio ambiente para atender as necessidades, principalmente, do mercado global de *commodities*, com a produção agrícola do milho e da soja em larga escala.

⁴ MESQUITA, Benjamin Alvino de. *O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar*. São Luís, EDUFMA, 2011.

⁵ BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p.27

⁶ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs.). Rui Mauro Marini: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p 32.

Nessa conjuntura, com o intuito de entender a complexidade dessas relações inseridas no tempo e em uma lógica capitalista, levanta-se o seguinte problema central: Como se configura a dinâmica e a estrutura do agronegócio em Grajaú no processo de formação sócio-histórica do latifúndio no sertão maranhense?

Para o desenvolvimento dessa abordagem, de modo a traçar um detalhamento do problema central da pesquisa levantam-se questões mais específicas relacionadas ao mesmo, que darão um direcionamento sistemático à análise pretendida, pois a partir deles serão evidenciadas as particularidades do *locus* de estudo em alusão: Quais as estratégias familiares e políticas que foram usadas para o controle do latifúndio em Grajaú? Como ocorreu o reordenamento territorial do município de Grajaú? Como aconteceu o processo de migração e expansão do agronegócio no município de Grajaú? De que modo se estabelece a dinâmica das empresas e dos agentes econômicos no processo de produção e reprodução do capital no município estudado? Como se expressa as contradições e os problemas socioambientais resultantes dessa estrutura econômica?

Partindo desses questionamentos, tem-se como objetivo geral analisar a formação sócio-histórica do latifúndio no sertão maranhense e sua relação com a atual estrutura e dinâmica do agronegócio a partir do município de Grajaú-MA. Os objetivos específicos procuram explicar as estratégias familiares e políticas usadas para o controle do latifúndio em Grajaú; analisar o processo de reordenamento territorial do município estudado; investigar como ocorreu o processo de migração e expansão do agronegócio no município de Grajaú; compreender como ocorre a dinâmica das empresas e dos agentes econômicos inseridos na produção e reprodução do capital em Grajaú e identificar os problemas socioambientais resultantes do processo de produção capitalista no objeto de estudo.

Para a realização do mesmo, durante o processo de estruturação da pesquisa sistematizamos o trabalho em três capítulos, além da introdução; do método; da metodologia da pesquisa e da conclusão. O primeiro capítulo faz uma abordagem sobre o território do sertão de Grajaú, sua evolução histórica e suas tramas familiares no final do século XIX. Assim, foi possível entender a continuidade da lógica da concentração de terras e a manutenção do poder das famílias locais em Grajaú, no final do século XIX e início do século XX. Nessa estrutura familiar (patriarcal), a terra e o gado demonstravam tanto a posição social dos indivíduos quanto a sua condição econômica. A base dessa estrutura econômica e social era o grande latifúndio, posses das famílias tradicionais, que garantiam a terra por meio

da partilha e de herança, perpetuando suas riquezas através dos arranjos familiares existentes na época, como foi o caso das famílias Léda, Barros, Moreira e Martins Jorge, analisados no primeiro ponto deste trabalho.

No segundo capítulo fizemos uma análise a respeito do conceito de território e enfatizamos o reordenamento territorial do município de Grajaú, que passou por um processo de fragmentação com a criação dos municípios de Amarante do Maranhão, Formosa da Serra Negra, Arame, Barra do Corda, Sítio Novo e Itaipava do Grajaú. Nesse sistema, o processo de fragmentação e criação desses municípios ganhou um cunho mais político do que necessariamente social, pois respondeu aos anseios de uma classe política específica, que, no final do Império e início da República, representavam as famílias tradicionais ligadas, na época, ao coronelismo. Portanto, a fragmentação territorial está vinculada a uma constante histórica das elites latifundiárias que detém partes significativas do território brasileiro, não fugindo desse processo o município de Grajaú. Percebemos que a sua elite política e empresarial cria mecanismos para a perpetuação do poderio político e econômico, adentrando e demarcando cada vez mais o seu território.

No terceiro capítulo, a análise recai sob um olhar atual acerca das transformações socioeconômicas ocorridas em Grajaú na longa duração. Destarte, para o desenvolvimento dessa terceira parte nos preocupamos em verificar a dinâmica das transformações históricas, políticas e econômicas ocorridas no município, que hoje está ligado à lógica global do capitalismo. Economicamente esse território está fragmentado com a produção das culturas da soja, do milho, do eucalipto, com a extração da gipsita e com a criação da pecuária intensiva e mecanizada, articuladas com a entrada do capital externo de médios e grandes grupos empresariais, os quais concentram (com a elite política) partes significativas do poder econômico e do território, provocando então um desenvolvimento desigual e uma disparidade social, comparando-se com a população que vive na periferia desse processo capitalista; além de acarretar sérios problemas ambientais no município. Por fim, esclarecemos que para o desenvolvimento dessa etapa nos preocupamos em articular os capítulos, de modo a pensar a partir da história, da geografia e da política como se encontra organizado o território de Grajaú, atualmente marcado pelo grande latifúndio e pelo capital agroexportador, representado pela lógica do agronegócio.

MÉTODO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Para se alcançar as respostas ao problema que gerou o anseio para a realização dessa investigação, bem como atingir os objetivos propostos é indispensável a escolha do método. Assim, a pesquisa fora permeada à luz do Materialismo Histórico e Dialético, visto que a realidade investigada necessita ser refletida em sua totalidade, haja vista que as relações socioeconômicas da atualidade são frutos do processo histórico. Para dar início à discussão do método fizemos previamente uma abordagem a respeito da postura do pesquisador para o desenvolvimento de uma análise científica a qual seja feita de forma clara, crítica, ética e responsável.

Identificar o objeto de pesquisa como elemento base para a elaboração do trabalho científico é deveras importante para o processo de construção e reconstrução da atividade desempenhada pelo pesquisador. O denominado objeto, elemento fundamental para o ponto de partida de qualquer pesquisa, significa, portanto, perguntas/problemas os quais estão sob o interesse de investigação do pesquisador.

É necessário formular com clareza argumentos que darão estrutura à análise que será elaborada por meio do olhar do investigador, esse espírito científico, defendido por Gaston Bachelard adverte que “em primeiro lugar, é preciso formular problemas. E, digam o que disseram, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico.”⁷

O ponto de partida para o entendimento dessas abordagens está fundamentada nas discussões em torno da base ideológica que alicerça todos os conceitos; tal discussão pode ser encontrada na obra de Karl Marx e Friedrich Engels, no livro *Ideologia Alemã*⁸, sendo uma crítica voltada aos filósofos “pós-hegelianos”, com destaque a Feuerbach, Strauss, Stirner e Bauer.

Marx em suas obras também promove uma revolução teórica, sendo, a Ideologia Alemã um dos textos mais políticos que o autor utiliza para, sobretudo, discutir a questão da divisão do trabalho, dos diversos estágios de desenvolvimento dessa divisão, das formas de propriedade (propriedade tribal, propriedade comunal, a propriedade do campo, a propriedade

⁷BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.18.

⁸MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes. 3ª ed. 2007.

feudal ou dos diversos estamentos e a propriedade privada) e para realizarem suas análises, os autores partem da realidade histórica para a fundamentação de seus pressupostos, invertendo a concepção de consciência histórica. Para Karl Marx:

A primeira coisa a fazer, em qualquer concepção histórica, é portanto observar esse fato fundamental com todo o seu significado e em toda a sua extensão, e dar-lhes o lugar a que tem direito [...] O segundo ponto a examinar é que uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico [...] A terceira relação, que intervém no desenvolvimento histórico, é que os homens, que renovam a cada dia sua própria vida, passam a criar outros homens, a se reproduzir [...]⁹

Marx entende o processo da história como dialético e utiliza esse método de explicação histórico em que os agentes sociais, apesar de conscientes, não são os únicos responsáveis pela dinâmica dos acontecimentos. Ou seja, no método marxista deve-se entender o desenvolvimento de um processo a partir de sua totalidade e, a partir deste ponto, esmiuçar o específico e sua relação de produção materialista, pois “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário é o seu ser social que determina sua consciência.”¹⁰. A dinâmica dos acontecimentos está fundamentada de acordo com uma ordem capitalista que molda o mundo moderno e constrói uma sociedade desigual e reproduz um sistema que constrói, desconstrói e reinventa-se.

No caso do Centro-Sul do Maranhão, no município de Grajaú, não são apenas os agentes sociais que estão a modificar e remodelar o território, mas o movimento dialético que existe a partir da relação social, econômica, cultural e ambiental. E de acordo com o método materialista histórico e dialético é necessário que se entenda a totalidade e que se compreenda a ordem capitalista existente. Em Grajaú, observa-se a entrada do capital externo de grupos empresariais, representados pelo agronegócio. Nesse sistema capitalista toda riqueza acumulada é destinada ao capital estatal e privado, que representa os interesses de grupos e corporações do mercado empresarial, ligados ao mercado nacional e internacional.

Marx conserva a dialética como “movimento interno de produção da realidade cujo motor é a contraposição.”¹¹, sendo que esta contradição, agora em condições históricas reais, é a luta de classes. Desta forma, “as classes sociais formadas no capitalismo – burgueses

⁹ Ibid., p.21, 22-23.

¹⁰ Id., p.47.

¹¹ MARX; ENGELS, 2007, *passim*.

e proletários – estabelecem intransponíveis desigualdades entre os homens e relações que são, antes de tudo, de antagonismo e exploração.”¹². Percebe-se, na visão de Marx que as relações entre as classes sociais são relações de oposição, exploração e antagonismo, presentes também em pleno século XXI.

Nesta concepção marxista do materialismo histórico e dialético, a história também é a história das relações sociais, os homens produzindo suas condições materiais de existência. “A história humana é a história da luta de classes, da disputa constante por interesses que se opõem, embora essa oposição nem sempre se manifeste socialmente sob a forma de conflito ou guerra declarada.”¹³. Essa luta de classe é dinâmica e, por vários momentos, controlada pela classe burguesa, que forma contradições sociais e os homens (classe do proletariado – que vende a sua força de trabalho) permanecem subjugados ao poder da burguesia, a poderes como o dinheiro, o capital, a mercadoria, ao mercado externo, a divisão social do trabalho, a divisão entre cidade e campo e a propriedade privada dos meios de produção. Segundo Marx:

As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo¹⁴.

De acordo com essa concepção, o sistema capitalista representa a própria exploração do trabalhador por parte da classe social, detentora dos meios de produção. Em uma disputa desigual (entre o capital e o proletariado) sempre o capital vence. Essa disputa e o pequeno valor pago ao proletariado, Marx chamou de “mais-valia”, termo que faz parte de uma das abordagens centrais do autor. Neste sentido, observa-se que o desenvolvimento se forma em torno da classe burguesa e do capital, não do homem trabalhador, proletariado que vende sua força de trabalho para “satisfazer” aos interesses do mercado capitalista. A ação do homem sobre o meio é um fator importante para produção e reprodução da sociedade. Esse movimento dialético de construção e desconstrução de movimento se realiza de forma contínua, podendo ser transformado pelo homem no seu meio.

¹²COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 3 ed. São Paulo. Editora Moderna, 2005. p.114.

¹³MARX; ENGELS, op. cit., p.115.

¹⁴ MARX; ENGELS, op. cit., p.48.

Este método de análise social marxista situa o fator econômico como determinante em relação aos fatores sociais. Para compreender este método é necessário captar as dinâmicas do modo de produção capitalista e as relações entre o homem – território – e entender que as crises existentes na sociedade são determinadas pelo modo de produção capitalista, que responde aos anseios de uma elite burguesa, representada pelo grande capital interno e externo, detentoras do poder econômico e político do atual sistema vigente.

Nos espaços onde esse modelo de produção atua ocorrem modificações, adaptações e reestruturações que levam consigo um discurso de modernização e desenvolvimento para a área de interesse. Percebemos que esse desenvolvimento é desigual, tanto nos desequilíbrios de distribuição da terra quanto do acesso ao capital produtivo¹⁵. A dimensão política desse processo, no caso de Grajaú, é marcada pela atuação da máquina pública e privada para a manutenção e fomento desse sistema e tem apresentado consequências visíveis nos níveis de desigualdade social do território de estudo, causando um desenvolvimento apenas para o setor capitalista e não um desenvolvimento social da população.

Sendo assim, foi importante realizar leituras sobre o território de Grajaú a partir das obras de Alan Kardec G. Pachêco Filho (2016), Carlota Carvalho (1924), Sálvio Dino (1985) e Dunshee de Abranches (1993), no intuito de analisar as transformações e as permanências ocorridas ao longo do tempo. Do mesmo modo também centralizamos em leituras sobre a história do sertão maranhense, fundamentados em Coelho Netto (1979), Maria do Socorro Coelho Cabral (2008), Pereira Caldas (1900) e João Renôr de Carvalho (2005); sobre o conceito de território, reordenamento territorial, municípios e desenvolvimento desigual trabalhamos com referências de Marcelo Lopes de Sousa (1995), Manoel Correia de Andrade (1995), Haesbaert (2012), Saquet (2007), Bernardo Mançano Fernandes (2008), Maria Laura Silveira (2011), Milton Santos (1996), Antônio José de Araújo Ferreira (2008), Cigolini (2009), Ferrari (2004), Favero (2004), Rita Gomes (2015), Smith (1988), etc; sobre migração e agronegócio abordamos Dora Martins (1997), Benjamin Mesquita (2011), Denise Elias (2006), Maria da Glória Ferreira (2008), Harvey (2011), Delgado (2012), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016), dentre outros.

¹⁵SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Nesse sentido esse levantamento bibliográfico foi importante no momento que executamos as observações empíricas durante todo trabalho de campo. As entrevistas, as visitas técnicas, a coleta de documentos históricos e geográficos, as fotografias, os debates nas aulas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, os planejamentos e discussões no Grupo de Estudos em Dinâmica Territorial (GEDITE), o estágio docência na Universidade Estadual do Maranhão, com a disciplina de Geografia Rural, e as partições em eventos científicos, foram essenciais para a sistematização, o aprendizado e amadurecimento teórico, metodológico e empírico da pesquisa. Nesta perspectiva, destaca Souza:

Pela sua importância, o trabalho de campo deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais. Isto é, não se pode pensar num trabalho de campo neutro. A forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem observados, coletados e compreendidos como o modo como vai recolhê-los. Esse cuidado é necessário porque o campo da pesquisa social não é transparente e tanto o pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem no conhecimento da realidade. Essa interferência faz parte da própria natureza da pesquisa social que nunca é neutra.¹⁶

Posto isso, verificamos a necessidade da articulação entre os referenciais teóricos e os métodos operacionais para a interpretação do que está sendo pesquisado. Assim, para a estruturação do primeiro capítulo, que analisa a evolução histórica do sertão de Grajaú e o perfil fundiário das famílias tradicionais do dito território, fomos à busca de inventários no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, onde estivemos por um período de aproximadamente dois meses realizando a coleta e a transcrição de documentos. Depois dessa etapa passamos uma semana visitando o Arquivo Público do Estado do Maranhão procurando informações sobre a família Léda, Barros, Moreira e Martins Jorge. Tal verificação se faz importante, pois ajuda compreender se os atuais arranjos socioeconômicos que caracterizam o *locus* de pesquisa estão relacionados ou não com o processo histórico.

Para a elaboração do segundo capítulo foram realizadas nove visitas à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, especificamente no setor de Núcleo de Controle de Legislação, com o propósito de encontrar as leis de criação dos municípios desmembrados a partir do território de Grajaú, que são eles: Barra do Corda, Sítio Novo, Amarante do Maranhão, Itaipava do Grajaú, Formosa da Serra Negra e Arame. As visitas foram feitas à tarde por conta do horário de funcionamento do setor. Nos pontos facultativos e às segundas-

¹⁶ SOUZA, Maria Cecília de (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 63.

feiras o setor também não é aberto, o que atrasou o planejamento dessa parte da pesquisa. Outro ponto negativo diz respeito à organização dos documentos e o receio da secretária em disponibilizá-los, por conta das brigas (entre os políticos) quando se refere à definição dos limites territoriais (linhas divisórias) de alguns municípios. Infelizmente por conta da ausência de bibliotecários e/ou arquivologistas algumas leis foram perdidas e não catalogadas, o que talvez tenha acontecido com as leis dos municípios de Grajaú, Barra do Corda e Amarante do Maranhão.

Em continuidade à pesquisa, buscamos dados estatísticos sobre as questões sociopolíticas do Brasil, do Maranhão, e, sobretudo dos territórios articulados com Grajaú; encontramos dados nos sites do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em informações no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, no Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) e em informações divulgadas pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Assim, com o conjunto selecionado de materiais, articulamos o aspecto histórico da formação territorial com as questões sócio-políticas presentes no Estado do Maranhão, e no município de Grajaú.

Por fim, na terceira etapa realizamos o trabalho de campo no território de estudo, ação de importância para perceber a realidade para além dos dados estatísticos apresentados tanto pelas leituras bibliográficas, como pelos órgãos oficiais acima mencionados. Em suma, tal momento foi realizado em três etapas: a primeira entre os meses de setembro a outubro; o segundo no período de dezembro a janeiro, entre os anos de 2017 e 2018; a terceira etapa nos meses de abril e maio. Nesse interim, a primeira etapa foi realizada em visitas para o reconhecimento da área, contato com moradores através de diálogos informais para conhecer o cotidiano e a dinâmica socioeconômica, bem como adquirir credibilidade, para depois fazer a utilização das entrevistas semiestruturadas.

Essa forma de entrevista é “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas.”¹⁷. Logo, esses questionamentos, levaram à realização de cinco visitas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Agência Grajaú), a duas visitas a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED – Agência

¹⁷TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 35.

Grajaú) e duas visitas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Indústria, Comércio e Agronegócio. Essa etapa foi realizada nos dois turnos, inclusive nos finais de semana, a depender da disponibilidade do entrevistado.

Como instrumento técnico, referente à coleta de dados, utilizamos via formulários: termo de identificação do entrevistado, ofício, termo de autorização para o uso de entrevistas e a declaração do vínculo da pesquisadora como aluna regular vinculada à Universidade Estadual do Maranhão, neste Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR), campus São Luís. Assim, foram realizadas 57 entrevistas com os representantes dos seguintes setores: a) Secretaria Municipal de Agricultura e Produção de Grajaú; b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Grajaú; c) Secretaria de Indústria e Comércio de Grajaú; d) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial –*SENAI – de Grajaú*; e) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA – em específico o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO), instalados de modo temporário no município de Grajaú; f) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Grajaú; g) Representante do Projeto Boa Vista de Grajaú; h) Representantes da Associação de agricultores dos Povoados Flores, Sabonete e do Projeto Boa Vista; i) Membros da Delegação Emancipa Alto Brasil; j) Empresários e/ou funcionários do setor comercial, industrial e agropecuário; k) Gerente do Banco do Nordeste e l) Pequeno e médio produtor rural do município de Grajaú;

Nesses locais, as informações foram obtidas por meio de entrevistas gravadas, sendo que algumas duraram cerca 2h30min. Depois de coletadas, as entrevistas foram todas transcritas e interpretadas com as informações obtidas através dos dados e das leituras bibliográficas. As entrevistas passaram por um processo de revisão e seleção criteriosa para serem usadas de acordo com o planejamento da escrita dissertativa. Vale destacar que durante o trabalho de campo tivemos que realizar, em alguns casos, mais de cinco tentativas, o que impossibilitou a obtenção de algumas respostas. Em outros, nós fomos ludibriados, não tivemos telefonemas atendidos, não obtivemos respostas dos e-mails e das mensagens, mesmo essas sendo visualizadas. Por vezes, tivemos que aguardar mais de duas semanas, mesmo aguardando, não fomos liberados para a entrevista.

Das sete empresas visitadas, três nos recusaram a passar informações; em uma delas, nós tivemos o acesso bloqueado. Nessa pesquisa de campo nem todas as perguntas foram respondidas, principalmente quando se referia a preço das terras, ao pagamento de

impostos, a produção e aos investimentos, ao tamanho das propriedades, ao quadro de funcionários, e etc. Em relação aos bancos, dos três escolhidos, nós só conseguimos entrevistar um gerente, mesmo assim, não tivemos todas as perguntas respondidas e nenhum dado financeiro nos foi fornecido. Nesse determinado caso, o gerente nos disse: “Essa informação você pode pegar no site.”. Nós procuramos, mas não encontramos! Vale enfatizar que as informações bancárias utilizadas neste texto foram coletadas durante alguns eventos que participamos no município, um organizado por um dos bancos e outro promovido pelo Instituto Federal do Maranhão – Grajaú: “ I Vitrine tecnológica do agronegócio”, com duração de um dia.

É importante destacar que no período da realização do trabalho de campo, além de todas as técnicas utilizadas para o estudo de caso, foram feitos registros fotográficos, com o objetivo de dialogar com metodologias utilizadas no terceiro capítulo da dissertação. Portanto, no decorrer de toda construção textual, procuramos articular os capítulos, de modo que não ficassem isolados e que o leitor tivesse uma visão precisa do campo empírico e da relação entre o processo histórico e o decurso atual, marcado pela atuação do agronegócio no campo grajauense.

CAPÍTULO I

O TERRITÓRIO DO SERTÃO DE GRAJAÚ

O vasto sertão maranhense na “mesopotâmia” Parnaíba e Tocantina era densamente povoado e fatores climáticos explicam largamente os motivos dessa grande preferência dos autóctones pela imensidão de sertão sempre verdejante e riquíssimo de caça e peixes em todos os rios, em cujas nascentes se concentram plagas serranas como Serra Negra, Serra da Crueira, Serra do Itapecuru, Serra da Cinta e Chapada das Mangabeiras¹⁸.

A região denominada “sertão maranhense” é pensada, neste estudo, como um território movido por práticas sociais, culturais, históricas e ambientais, dotada, portanto, de idiossincrasias vinculadas a sua formação territorial, evolução demográfica e definição política que a diferencia. Assim, esse sertão não pode ser comparado às noções clássicas do significado de sertão do Brasil, notadamente àquele retratado por Euclides da Cunha (1886-1909)¹⁹ em obra homônima, que mostrou um espaço rural, no sertão de Canudos/Bahia, periodicamente atingido pela estiagem. Mas, ao contrário do escritor, abordaremos, nesse trabalho, um sertão múltiplo, tanto a partir de seus biomas, quanto do tecido sócio histórico que o compõe.²⁰ Portanto, o sertão defendido ao longo dessa escrita é o mesmo descrito pela professora autodidata maranhense, Carlota Carvalho em sua obra *O sertão: subsídios para a História e Geografia do Brasil* (1924), de onde extraímos o excerto acima. Na obra a autora descreve, a partir de um olhar do território geográfico e humano, diversas dimensões de regiões relegadas, durante muito tempo, a velhas e estereotipadas interpretações.²¹

Em sua obra, Carlota Carvalho (1924) analisa o sertão maranhense em seus aspectos históricos, sociológicos e geográficos e deixa claro sua apreciação desfavorável à referida obra de Euclides da Cunha (1902), que reduz o sertão do Brasil à região de Canudos. A autora expõe o seu posicionamento e refuta a generalização, afirmando: “O que nos sertões

¹⁸CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil*. 3.ed.rev.e ampl. Teresina: EDUFPI, 2011, p.20.

¹⁹CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos* (1902). São Paulo: Brasiliense, 1985.

²⁰ Para uma análise mais aprofundada sobre o sertão maranhense, suas interpretações históricas e geográficas Cf. VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. *“Uma comarca fora da lei”: a Guerra do Léda no Sertão do Maranhão*. 90f. Monografia (Graduação). Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

²¹ Vale destacar que o sertão maranhense será abordado brevemente neste primeiro capítulo, pois o intuito é localizar o sertão de Grajaú, inserido geograficamente nesse “grande” sertão maranhense, localizado no Centro-Sul do Estado, formando o bioma cerrado e a região das serras. Então, é importante mensurar que o sertão grajauense, em uma perspectiva geográfica faz parte do território do sertão do Maranhão.

do Maranhão, Goiás e Mato Grosso chamam caatingas [...] não têm semelhança com a raquítica e enfezada vegetação de uma pequenina e única parte do território da Bahia, [...] Nada há parecido à terra e vegetação de Vaza-Barris.”²². A revisão crítica operada por Carlota referia-se a uma tentativa de caracterização das especificidades regionais do sertão maranhense, decisivamente diferente das descrições euclidianas.

O sertão, objeto da autora e espaço deste estudo é, segundo Alan Kardec Pachêco Filho “um rico manancial, contribuiu decisivamente com as bacias hidrográficas dos rios Parnaíba, Tocantins, Itapecuru, Mearim e Grajaú, e de suas serras nascem os principais rios do Maranhão.”²³. A maioria das bacias hidrográficas maranhenses possuem suas nascentes justamente na sua porção Sul, depois deslocam-se para todo o território, desaguando no Golfão Maranhense, haja vista que o terreno é de declive no sentido Sul-Norte.

O processo de ocupação, colonização e organização administrativa dessa porção territorial evoluiu e foi desdobrado num considerável número de municípios, no entanto, o olhar precedente sobre os fatos históricos e geográficos denunciam diversos eventos que são fulcrais nesse processo de fragmentação do território. Praticamente uma parte considerável das cidades do sertão maranhense se localizam no antigo “sertão de Pastos Bons”, região assim denominada indiscriminadamente pela historiografia local e ainda pouco estudada por pesquisadores maranhenses.

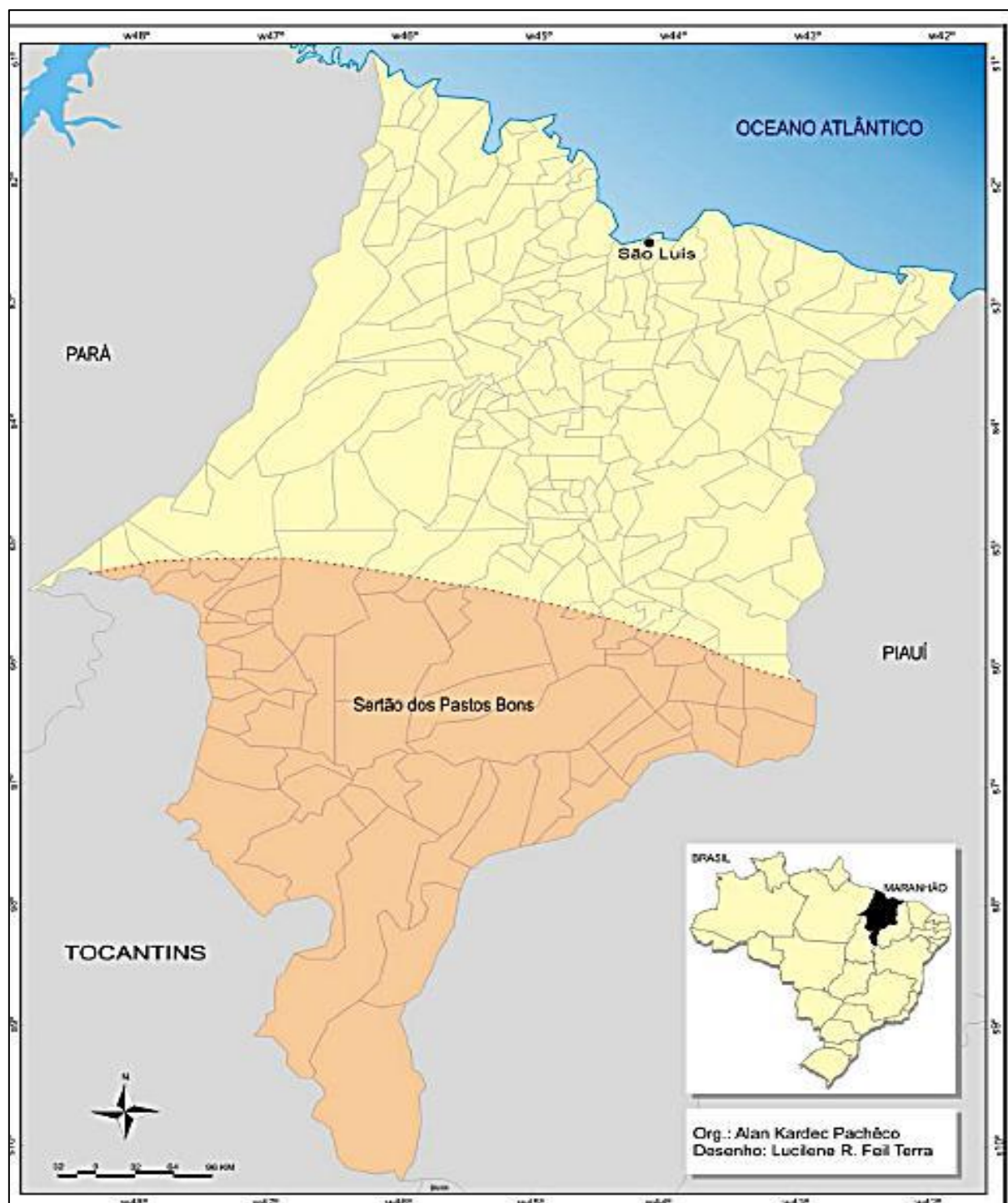
As imprecisões das dimensões desse sertão, deve-se à pouca técnica dos instrumentos de medição, se comparados com o atual Global Positioning System (GPS), e possuem direta relação com dois fatores: primeiro, é necessário relacionar o processo de denominação de um determinado território a elementos históricos e geográficos, muitas vezes não documentados em sua gênese. E num segundo momento, o próprio processo de ocupação difuso, que não carecia de medidas muito rigorosas para a definição dos limites territoriais.

Nesse sentido, chamar de “Pastos Bons” toda a porção Sul da Capitania (1500-1821), depois Província (1821-1889) e hoje (1889 até os dias atuais) Estado do Maranhão possui importante relação com o bioma que marca aquela região. Vejamos no mapa a sua representação:

²² CARVALHO, Carlota, op. cit., p.131.

²³ PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando mundos: navegação no Vale do Rio Grajaú*. São Luís, Editora UEMA, 2016, p. 48.

Figura 1: Mapa do sertão de Pastos Bons.



Referência: PACHÊCO FILHO, Alan Kardec. *Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú*. São Luís: EdUema, 2016, p.51.

Toda essa porção do sertão de Pastos Bons precisa ser vista e entendida a partir de uma relação dinâmica com o território, sobretudo com o espaço rural; este, por sua vez, tem

de ser problematizado para além de sua oposição a uma noção de urbanidade. Nesse sentido, segundo a reflexão de Marta Marques:

A um meio, específico, de características mais naturais do que urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou 'o espaço natural' aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa.²⁴

A criação e recriação desse território rural, caracterizado por maiores características ambientais é formado pelos mais variados agentes produtores que ajudam a modelar esse território de estudo. Os agentes da produção podem ser representados pelo homem, dono do meio de produção, pelo trabalhador camponês, pelo Estado e seus aparelhos, pelos agentes privados, dentre outros. E toda essa produção é “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas próprias, portadoras de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com os outros segmentos da sociedade.”²⁵. Essa estrutura existente entre os agentes internos e externos também ajudou a modelar o território rural maranhense e marcou o sertão do Maranhão.

Portanto, a partir das questões colocadas acima, esse capítulo tem como objetivo discutir a formação histórica e as características geográficas do sertão de Grajaú, enfatizando sua formação territorial até a criação do município. Por fim, articula-se com uma análise sobre o estudo do perfil fundiário do referido território. Para tanto será de suma importância um diálogo com a obra da autodidata Carlota Carvalho que, em 1924, lançou *O Sertão*, obra de referência e com interpretações originais sobre o Maranhão, Amazonas, Amapá e regiões do atual Tocantins, antes território goiano.

Carlota Carvalho foi uma professora do magistério, estudiosa das letras, da aritmética, da geografia e da história do Brasil, em especial do Maranhão, que em momentos onde o machismo determinava a ausência das mulheres na produção intelectual, escreveu uma obra de referência para uma análise histórica, geográfica e social do sertão, tomando posicionamentos contrários ao que vigorava na sociedade da época e contrariando a tese clássica euclidiana. Assim, dando importância para o seu olhar e para as suas memórias, este capítulo está voltado para se pensar a formação do sertão maranhense e de Grajaú a partir dos

²⁴MARQUES, Marta Inez Medeiros. *O conceito de espaço rural em questão*. Revista Terra Livre. São Paulo. Jul-dez. 2002 Ano 18, n. 19. p. 95-112, p. 109.

²⁵CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarcação Beltrão; *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 41-50, p. 43.

apontamentos da autodidata, pois considera-se fundamental dar visibilidade à sua obra, editada em 2000 e 2006 pelo historiador João Renôr Ferreira de Carvalho e jornalista Adalberto Franklin.

1.1 O processo histórico de colonização e ocupação do sertão maranhense: uma análise a partir de Grajaú

Foi através das “entradas” – expedições “originadas de diversas partes do Brasil, formadas por iniciativa oficial ou particular”²⁶ – que se foi, paulatinamente, acontecendo a ocupação da área em estudo. A partir da ampliação da Casa da Torre²⁷, “Francisco Dias D’Ávila em 1673 entrava no Nordeste (...) fazendo a expansão territorial, surpreendendo e pacificando os índios da região e dando logo entrada ao amplo sertão entre o baixo São Francisco, o Maranhão e as serras do Goiás.”²⁸. Da mesma forma que D’Ávila, Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho também adentraram os sertões do baixo e do médio São Francisco, assim como do Parnaíba, dizimando tribos indígenas²⁹ e impôs de modo conflitante, sua ação colonizadora no território entre o Maranhão e Norte de Goiás, hoje região do Tocantins. A esse respeito, assim se reporta Coelho Cabral:

A expansão da corrente pastoril baiana está intimamente ligada à implantação dos domínios territoriais da Casa da Torre [...]. Um dos senhores da Torre, Francisco Dias D’Ávila, acompanhado de vaqueiros e sertanistas, dentre eles Domingos Afonso Sertão, comandou, em 1674, uma expedição para abater os Gurguéia que, do Piauí, incursionavam pelas fazendas do São Francisco [...] Além dos senhores da Torre e de Domingos Afonso Sertão, outros potentados baianos requereram e receberam concessões de terra no Piauí e no Maranhão [...]. O devassamento do Parnaíba foi um trampolim para a penetração pelos amplos campos do sul maranhense.³⁰

Ao adentrar tais regiões, esses homens tinham como intuito primordial a ampliação de suas possessões de terras, buscando espaços propícios para a criação extensiva de gado e

²⁶ VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, p. 64.

²⁷ Espécie de mansão senhorial e morgadio que teve início na capitania da Bahia, no século XVI, e estendeu seu domínio por quase toda a atual região Nordeste.

²⁸ COELHO NETTO, Eloy. *História do Sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos*. Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1979, p. 19.

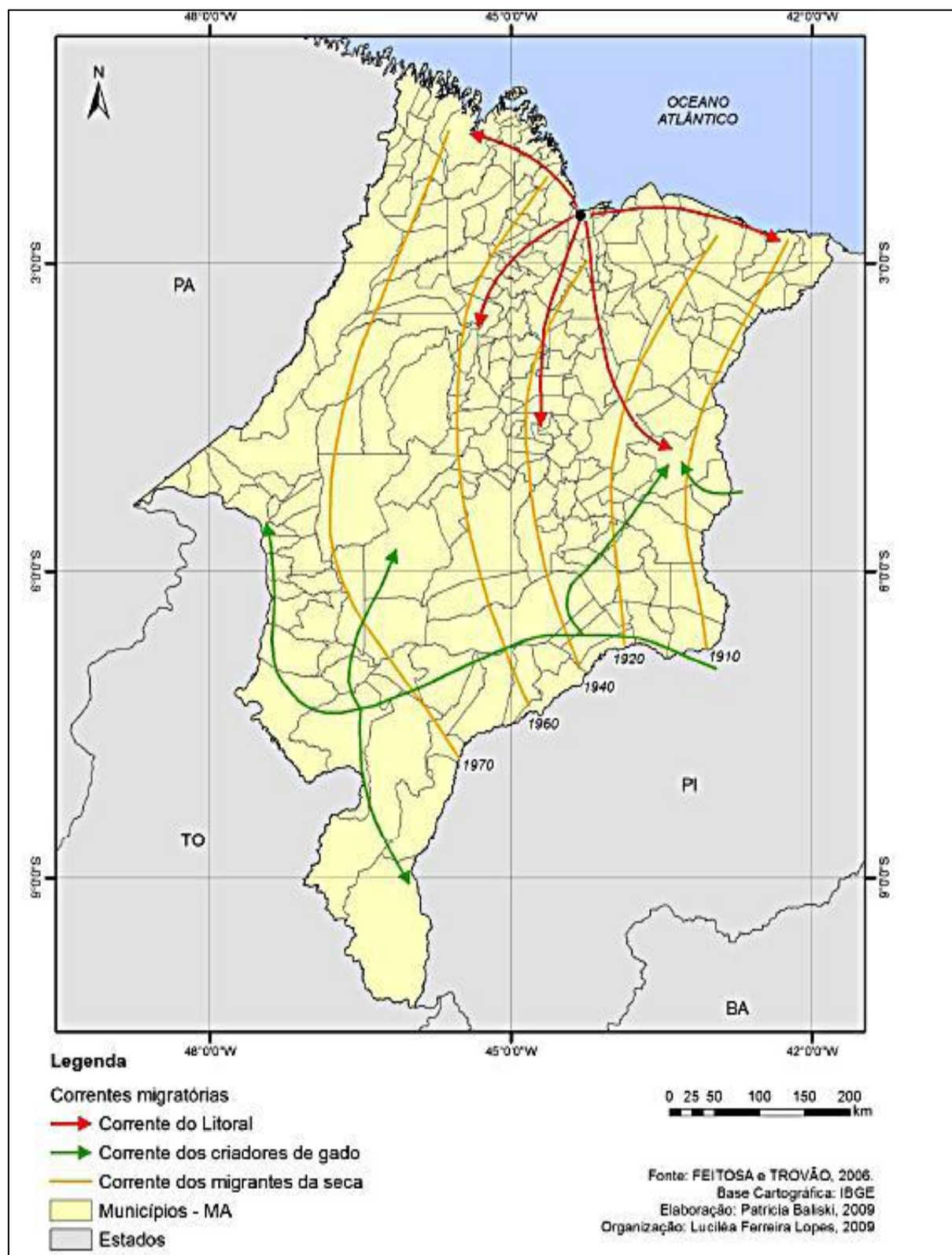
²⁹ No Maranhão foram dizimadas as etnias dos Timbiras, dos Amanajós, dos Acoroás, dos Krahós, dos Canelas, dos Piocobges, dentre outras.

³⁰ CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008, p. 78-79.

para o cultivo de roças, assim como áreas para refúgio. Havia casos em que determinados indivíduos solicitavam de governadores a concessão de sesmarias e, ao receberem das ordenações régias determinado limite territorial, ultrapassavam a demarcação estabelecida e ampliavam seus territórios, que assim adquiriam extensões incalculáveis.

No início do processo de ocupação dos territórios aqui referidos, as construções costumavam ser feitas às margens de rios, ribeiras e riachos, como Canindé, Itaueira, Poti, Gurgueia e Longá, perpassando assim os sertões da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, adentrando o Piauí e posteriormente o Sul do Maranhão. O processo de migração da corrente sertaneja adentrou o Sul do Maranhão e foi aos poucos palmilhando seu território e articulando-se com as correntes migratórias do litoral e dos migrantes da seca, como bem mostra a imagem a seguir:

Figura 2: Mapa das correntes migratórias de ocupação do estado do Maranhão.



Fonte: FEITOSA, Antônio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. *Atlas escolar do Maranhão: espaço geohistórico e cultural*. João Pessoa: Grafset, 2006 apud KALUME, Clarisse Cavalcante. *De Boa Esperança a Cachoeira: memória e sentidos identitários às margens do Rio Parnaíba (PI / MA)*. 2012. 65 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais. Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 21.

Desta forma, como já referido e de acordo com a historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral: “ A ocupação do alto sertão maranhense processou-se tardiamente em relação ao povoamento das áreas mais próximas ao litoral.”³¹. Esse processo teve início no começo do século XVIII, logo que vaqueiros e agricultores chegaram àquele imenso território que passaram a denominar de Pastos Bons³², por ser uma vasta área constituída por rios, riachos, campos verdes, florestas e uma rica fauna, elementos fundamentais para atividades de caça, plantação de roças e criação de rebanhos.

Ao escolherem o local onde iam se fixar, esses colonos foram construindo suas primeiras habitações, de maneira bem rústica, de pau a pique e cobertas de palha. Enquanto isso, ao redor, as fazendas foram galgando espaços às margens das ribeiras, expandindo o comércio, também de seu principal produto, o gado, elemento fundamental para a unidade do povoamento do sertão maranhense.³³. Esse comércio ganadeiro foi deveras importante para o crescimento econômico e social do sertão maranhense. Nesse sentido, em uma perspectiva mais ampla, sobre o comércio de gado, no Brasil Colonial, o historiador Caio Prado Júnior registra:

O que realmente merece destaque neste terreno é o comércio de gado. Este sim, tem um certo vulto no intercâmbio interno da colônia. E seu papel na formação do Brasil é considerável, pois se estende sobre uma área muito extensa, como vimos, contribuiu grandemente para ligar entre si as diferentes partes do território brasileiro e seus núcleos de povoamento que de outra forma ter-se-iam conservado em segmentos estanques e sem possibilidade talvez de se unirem num bloco coeso, num único país, como se deu.³⁴

O trecho acima citado evidencia a importância que o autor atribui ao comércio de gado nos anos iniciais da economia colonial do Brasil, e no sertão do Maranhão não foi diferente. A pecuária foi de fato importante no processo econômico e social de formação do território nacional, que aos poucos foi sendo colonizado. No caso do Maranhão, esse segmento foi bastante intenso na porção Sul. A dinamização da pecuária, vinculou o sertão de Pastos Bons a outras regiões recém ocupadas, como o Piauí. E a “facilidade” na criação dos rebanhos foi decisivo para a fixação dos vaqueiros e aventureiros e para a instalação de fazendas nos campos verdes do sertão maranhense.³⁵

³¹CABRAL, op.cit.,p. 79.

³²Essa informação está em concordância com a obra da historiadora Carlota Carvalho. Ver CARVALHO, Carlota, *op. cit.*

³³PACHÊCO FILHO, *op. cit.*, p. 42.

³⁴PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 117.

³⁵O gado era criado solto e se alimentava dos pastos existentes nas imensas campinas do alto sertão maranhense.

No modelo de sociabilidade vigente das fazendas, o proprietário era uma figura importante que concentrava em torno de si o poder, era o dono das terras e do gado. Entretanto, nessa sociedade, o senhor das terras obedecia a uma tradição do mundo pastoril: a partilha³⁶. Essa modalidade de pagamento permitia que o vaqueiro ascendesse economicamente e socialmente, pois, tendo a sorte de conseguir uma bezerra, podia aumentar, gradualmente, o número de bezerros de sua pequena propriedade.

Segundo João Pereira Caldas ser “vaqueiro, criador ou homem de fazenda são títulos honoríficos entre eles, e sinônimos, com que se distinguem aqueles a cujo cargo está a administração e a economia das fazendas.”³⁷. A vida nas fazendas consistia na lida do dia a dia, no trabalho com a terra, com a casa, com os utensílios. O vaqueiro cuidava das coisas referentes à terra e ao gado. O proprietário cuidava da administração e do comércio de seu rebanho. A quantidade de “cabeças” de gado determinava a posição social e política do fazendeiro.

A partir dessas relações socioeconômicas previamente estabelecidas, o fazendeiro poderia vir a ser o chefe político local, com isso, construía seus vínculos e delimitava o seu território de mando. No sertão de Pastos Bons não foi diferente, pois baianos e pernambucanos ocupavam os espaços e estabeleciam sua fixação sobre os campos e próximos aos rios e riachos. Através desse processo por volta da década de 1740, surgiu o povoado de Pastos Bons, centro irradiador do processo de ocupação territorial sertanejo³⁸.

Nessa perspectiva, de acordo com Eloy Coelho Netto, “a povoação de Pastos Bons surgiu em 1744 e se iniciou em terreno de Olho D'Água do Pinga, onde habitavam os Amanajó, com gente simples, que ali se agrupava naquele vale estratégico a fim de melhor defender-se das incursões.”³⁹. Todo esse território era habitado por inúmeras tribos indígenas que lutaram contra a instalação dos portugueses.

Quase um século depois, no ano de “[...] 1820, em todo o território havia apenas a vila de Pastos Bons e alguns poucos povoados: São Félix de Balsas, Passagem da Manga,

³⁶ Em algumas “regiões” do Nordeste do Brasil, é também conhecida como *sorte*. O vaqueiro não recebia quase nada de dinheiro em espécie: seu pagamento era em bezerros: de cada cinco nascidos, um pertencia a ele.

³⁷ CALDAS, João Pereira. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, Tomo LXII, 1900, p. 88.

³⁸ COELHO NETTO, Eloy. *História do Sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos*. Belo Horizonte: São Vicente, 1979, p. 26.

³⁹ COELHO NETTO, op. cit., p. 28.

Passagem Franca, Príncipe Regente, Riachão, Chapada e São Pedro de Alcântara.”⁴⁰. Esses núcleos populacionais demoraram a ter um crescimento demográfico expressivo, quer devido às distâncias, quer ao perigo de assaltos nas estradas para se chegar até eles. Pouco mais de uma década esses núcleos humanos haviam apresentado um pequeno crescimento populacional e pouquíssima organização social.

Em princípio a escassez de gente para dinamizar a ocupação, impossibilitou o entorno dessas fazendas de se constituírem em vilas, até mesmo em razão das terras serem de “propriedade” do fazendeiro. Por um longo período, permaneceram tão somente como pequenos povoados esparsos e muito distantes entre si. Foi apenas por volta da década de trinta, que esses núcleos habitacionais, em virtude de seu aumento populacional conseguiram estabelecer seu caráter administrativo se tornando vilas.

Em Riachão, no entanto, constituiu-se um dos núcleos mais avançados no processo de ocupação territorial daquela região. Manoel Coelho Parede foi um dos principais responsáveis por essa empreitada, estabelecendo um centro para a instalação e para o avanço da pecuária em Pastos Bons. Entretanto, para Carlota Carvalho, o principal interesse para a formação dessa vila diz respeito às questões religiosas dos fazendeiros e sua gente: “Pessoas ingenuamente devotadas e sinceras na fé, pobres e *pobras* verdadeiros *ebionitas*, construíram no dito lugar, em 1808, casas em ordem de ruas e uma capela tendo como orago Nossa Senhora de Nazaré.”⁴¹. Os vaqueiros sentiam a necessidade de cultuar seus santos, pedindo-lhes proteção, fartura e bonança na empreitada rumo à “descoberta” de novas paragens.

Ainda de acordo com Carlota Carvalho, na margem direita do rio Tocantins, do lado maranhense, o militar Francisco José Pinto de Magalhães a serviço da província de Goiás, trasladou um contingente de colonos no lado maranhense do rio, em uma fazenda de Elias Ferreira Barros, mais tarde, Vila São Pedro de Alcântara (atual município de Carolina). O motivo principal, nesse caso, foi o interesse pela navegação do rio que banha a localidade, servindo como estrada natural para o comércio de mercadorias. Exatamente nesse momento, a frente pastoril baiana se encontrou com a frente goiana, fato que desencadeou um verdadeiro conflito entre ambas, que disputavam ferrenhamente pelos limites territoriais da então São Pedro de Alcântara.

⁴⁰CABRAL, op. cit., p. 103.

⁴¹CARVALHO, op. cit., p. 110.

É bastante provável que os interesses se concentrassem nos seguintes pontos: a atual Carolina “serviu de entreposto comercial interligando os sertões do Maranhão com os sertões do Goiás e permitiu o acesso direto das populações ribeirinhas dessas duas capitanias com a distante capital do Pará.”⁴². Tais motivos fizeram com que essa localidade se tornasse alvo de intensas disputas, resolvidas somente em meados do século XIX, quando, de fato, tornou-se território maranhense.

Porém, dentre várias vilas e povoados que se formaram no sertão de Pastos Bons, como por exemplo: São Felix de Balsas, Passagem da Manga, Passagem Franca, Riachão, São Pedro de Alcântara, dentre outros, o território que merecerá maior destaque nesta pesquisa, por ser a área delimitada desta análise, chama-se Vila da Chapada, atualmente, município de Grajaú. Essa vila foi um dos mais notórios centros de comercialização, devido, sobretudo à instalação de várias casas comerciais a partir da navegação do rio, como bem demonstrou o historiador Pachêco Filho, na obra já referenciada.⁴³

1.2 Evolução histórica do município

O processo de expansão e interiorização do território brasileiro foi um fator responsável pela dinâmica de colonização e exploração do sertão. À proporção que o gado avançava, outra organização socioeconômica se incorporava com novos e antigos elementos que ajudaram a compor a sociedade que se formava.⁴⁴. Um dos mais importantes clássicos republicanos que trabalhou a ideia de interiorização foi o estudo realizado pela historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias que, em 2009, lançou a obra *A interiorização da Metrópole e outros estudos*⁴⁵. A obra visa compreender o processo de transição da Colônia para o Império, os mecanismos de rupturas e continuidades da administração da Corte e os “novos” agentes políticos no aparato monárquico pós-independência (1822), além de analisar a ideia da consolidação de uma unidade nacional (1824-1850). Nesse sentido, pensar a formação do

⁴²Id., p. 21-22.

⁴³PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando Mundos: navegação no vale do Rio Grajaú*. São Luís: EdUema, 2016.

⁴⁴Cf. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

⁴⁵DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

Brasil como um território plural do ponto de vista histórico, social e geográfico ajuda a compreender que os processos temporais foram dinâmicos e variados ao longo do tempo.

Em Grajaú não foi diferente das demais povoações e vilas que se constituíram nos mais variados territórios, sobretudo do sertão, uma vez que faz parte de um mesmo processo de ocupação, apesar de cada território ter a sua singularidade e o seu período de formação. De acordo com as memórias e estudos realizados por Francisco de Paula Ribeiro (1848), João Pereira Caldas (1900), Carlota Carvalho (1924), Eloy Coelho Netto (1979), Maria Socorro Coelho Cabral (1992), dentre outros, o sertão de Pastos Bons começou a ser percorrido, pelos sertanejos, como já exposto, a partir do século XVIII. E, somente no início do século XIX, em 1811, fundou-se a povoação Porto da Chapada.

Estudos descritos por Cezar Augusto Marques (1870) apontam que o alferes de milícia Antônio Francisco dos Reis foi um dos pioneiros nesse processo de ocupação do atual município, que navegando o Rio Grajaú “ com muitas pessoas de sua família desceu por ele no dia 11 de maio de 1811 em pequenos e mal organizados barcos por ele fabricados na *villa* do Senhor do Bonfim da Chapada: em todo espaço que navegou até a *Victoria* [...]”⁴⁶. Nesse momento iniciou-se o processo de (re)ocupação e colonização do território, pois a partir do porto e do rio Grajaú, organizaram os primeiros casebres e estabeleceram as primeiras fazendas, como também aponta Carlota Carvalho:

Nesse lugar construíram canoa apropriada na qual Antônio Francisco dos Reis, servindo-se dos autóctones como informantes, guias e remeiros, desceu o rio Grajaú, em cuja riba fundara a dita povoação, até a foz deste do Mearim e, continuando por este a viagem, saiu no golfo em que é situada a ilha do Maranhão, a javiré dos autóctones, e pôde portar na cidade de São Luís.⁴⁷

Este feito causou animação tanto por parte dos “aventureiros” como por parte do governo, pois mostrava aos demais a existência de vias fluviais e de “novos” terrenos na medida em que adentrava o interior do território. Essas vias fluviais foram importantes meios naturais encontrados por aventureiros, viajantes e militares no processo de “caminhada” em direção ao interior do território maranhense, no sentido, aqui destacado, Sul-Norte. Assim, sobre esse processo narrou de forma pormenorizada o major português Francisco de Paula Ribeiro⁴⁸, na sua “descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão”⁴⁹. O

⁴⁶ MARQUES, Cezar Augusto (1826-1900). *Diccionario historico-geographico da provincia do Maranhão*, 1870, p.296.

⁴⁷ CARVALHO, op.cit., p.112.

⁴⁸ O militar português Francisco de Paula Ribeiro prestou diversos serviços à Coroa Portuguesa na Capitania do Maranhão. No início do século XIX, Paula Ribeiro percorreu a região de Pastos Bons, descrevendo esse território. A respeito desse militar, ver: PACHÊCO FILHO, op. cit., p. 45.

militar descreve com riqueza de detalhes essa região e preocupou-se em demarcar seus limites territoriais, esmera-se em delinear cada porção e apresentar os rios que banhavam cada localidade que percorria. Assim, sobre o rio Grajaú descreveu:

O rio Grajaú, como na capital o denominam, ou Grajaú, como seus moradores lhe chamam, nasce também em Pastos Bons, dezesseis ou dezoito léguas mais a oeste do que o Mearim, e corre por entre as serras do Negro, da Cinta e da Desordem, as quais com os copiosos regatos brotados das suas fraldas lhes engrossam as primeiras correntes, e fazem já bem navegável até o Mearim, onde perde o nome, apesar de ser o ramo mais principal deste tronco⁵⁰.

Nesse fragmento Francisco de Paula Ribeiro demonstra com riqueza de detalhes o conhecimento que tinha sobre as características da fisiografia do rio Grajaú. Também é oportuno destacar que o autor aponta nessa memória os principais aspectos não só da hidrografia, mas os aspectos topográficos e da climatologia desse território, fazendo-nos perceber a dinâmica existente entre os fatores naturais, como, por exemplo, a relação que o rio Grajaú estabelecia com o rio Mearim.

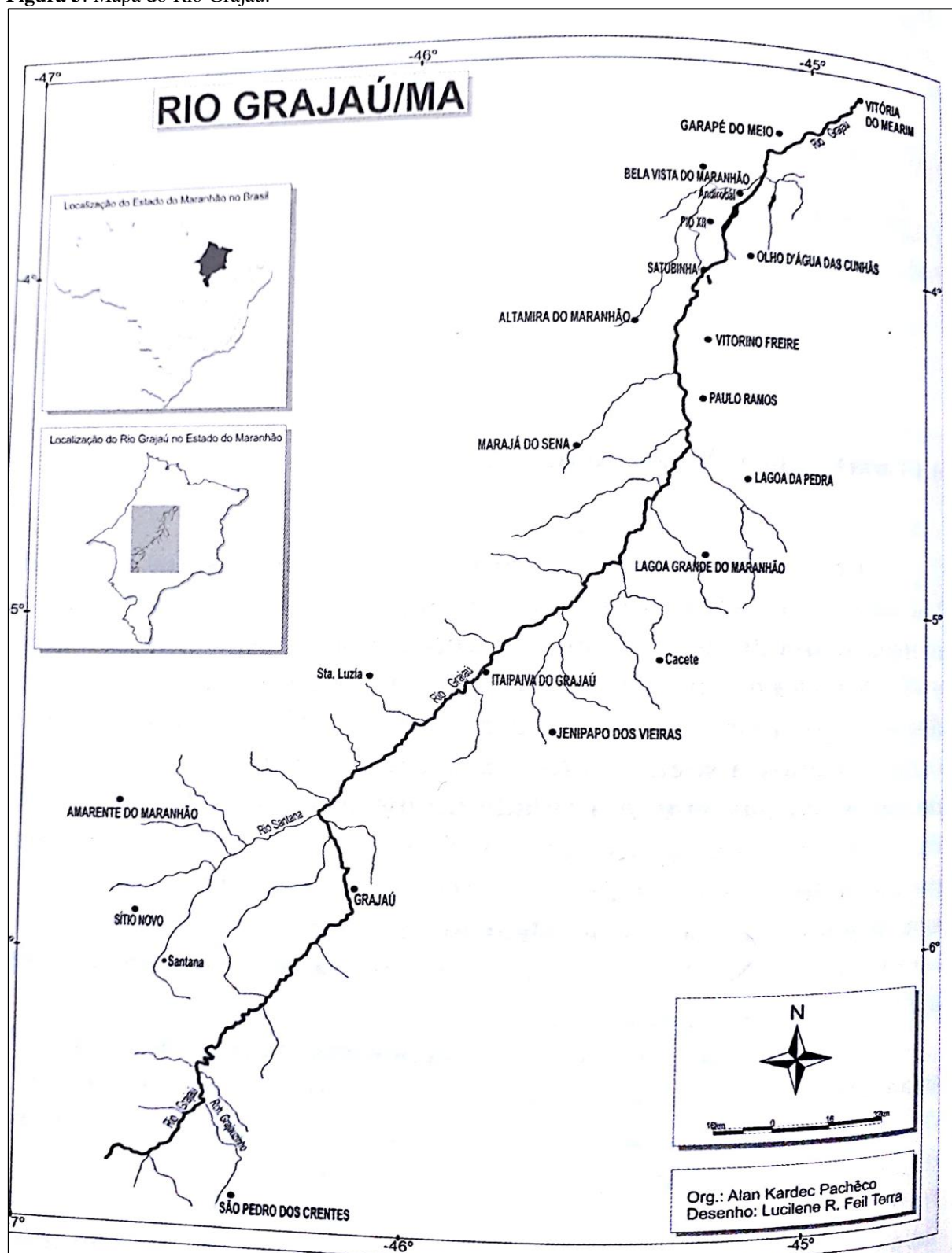
Em uma perspectiva contemporânea sobre a hidrografia do território de estudo, na obra “Varando Mundos: navegação no Vale do Rio Grajaú”, o historiador Pachêco Filho⁵¹ lança mão de um olhar não só do ponto de vista histórico, mas geográfico sobre o sertão maranhense, elaborando primeiro uma análise e uma discussão historiográfica sobre os interpretes dessa região, depois sobre a formação do território e sobre a dinâmica do Rio Grajaú, e no penúltimo capítulo mostra-nos a memória do rio, seus vareiros e as características da geografia física do sertão de Grajaú, como observamos na figura 3:

⁴⁹Este material documental pode ser encontrado em uma coletânea organizada por Adalberto Franklin e João Renôr de Carvalho e publicada em 2007, que reúne, além dos principais textos de Paula Ribeiro, uma composição documental transcrita sobre o personagem que permite mapear os períodos nos quais ele percorreu toda a região do centro-sul maranhense, registrando por escrito suas impressões sobre a região e os tipos humanos que ali se encontravam. Cf. FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do sul do Maranhão*. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

⁵⁰CARVALHO, João Renôr de. Introdução à descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão. In: FRANKLIN, Adalberto (org.). *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons*. Imperatriz: Ética, 2005, p.167.

⁵¹PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando Mundos: navegação no vale do Rio Grajaú*. São Luís: EdUema, 2016.

Figura 3: Mapa do Rio Grajaú.



Referência: PACHÊCO FILHO, op. cit., p.209.

Por meio do mapa (figura 3), o autor destaca que “a extensão do rio Grajaú está estimada em 783 km, enquanto sua bacia hidrográfica abrange aproximadamente 21.800 km² [...] A largura média do rio entre a cidade de Grajaú e sua desembocadura no rio Mearim varia entre 30 e 50 metros.”⁵². Portanto, a ligação entre esses dois pontos naturais foi preponderante no processo de formação aqui destacado. Assim, é perceptível notar a importância do rio Grajaú no processo de ocupação e formação do Porto da Chapada. Sobre as trocas comerciais entre o sertão e o litoral e a instalação do primeiro núcleo urbano, descreve Carlota Carvalho:

Foi um prazer inesperado e o acontecimento apareceu a propósito nessa quadra de exaltação de ânimos e teve o efeito de um derivativo. Para esse fato, o governo e o comércio volveram as vistas e, à porfia de encorajamentos, animaram a iniciada navegação. Com a canoa carregada de sal, panos, outras mercadorias e armas e munições para conter os selvagens na obediência, Antônio Francisco regressou ao Porto da Chapada⁵³.

Assim tinha início as primeiras instalações de casas, um modesto armazém para suprir as necessidades básicas dos fazendeiros ali instalados. Então uma organização socioeconômica começava a se estruturar no centro do sertão de Pastos Bons, a sociedade sertaneja baseada na criação de gado. Porém, três anos depois das benfeitorias de Antônio Francisco dos Reis, o vilarejo foi destruído pelos autóctones, produzindo como consequência a expulsão dos colonizadores em 1813.⁵⁴

Os índios Timbiras e Piocobgês já habitavam a região antes da chegada dos primeiros vaqueiros e fazendeiros. Suponhamos que a relação entre eles deixou de ser “amigável” quando “a mudança de normas no tratamento dado aos silvícolas, esquecendo o fraterno acolhimento e a coadjuvação [...] resultou na carnificina onde tombaram sem vida os sertanistas que fundaram o Porto da Chapada.”⁵⁵. Depois da chacina, o povoado fora reconstruído, quando em 1816 chegou na região Manoel Valentim Fernandes. A respeito desse acontecimento, refere-nos Carlota Carvalho:

Em 1816, Manoel Valentim Fernandes, criador de gados, acompanhado por muita gente paisana e 40 soldados do regimento da Primeira Linha de Pastos Bons, conseguia paz com os piscobiés e situou-se no Porto da Chapada, povoação por estes arrasada em 1813 em represália aos crimes de Antônio Francisco e mais católicos da iniciada colônia.⁵⁶

⁵²PACHÊCO FILHO, op. cit., p.209.

⁵³CARVALHO, Carlota., op. cit., p.113.

⁵⁴CARVALHO, Carlota., op. cit., p.114.

⁵⁵CARVALHO, Carlota., op. cit., p.115.

⁵⁶CARVALHO, Carlota., op. cit., p. 137.

Como podemos observar, o processo de povoamento do Porto da Chapada é formado por dois momentos históricos: um primeiro, relativo à fixação do território por Antônio Francisco dos Reis; e um segundo, relativo à chegada de Manoel Valentim Fernandes, ambos com interesses na ocupação das terras. Assim, vale destacar que durante todo esse processo o território foi se reordenando, seguindo um movimento não linear, pois novas estruturas eram formadas.

Essa reorganização do território foi reedificada por Manoel Valentim Fernandes, que, junto com outras famílias reconstruíram a povoação, construíram casas e fazendas para a criação de gado. Carlota Carvalho descreve que, na parte alta da cidade, foi construída “uma igreja para o culto católico sob a invocação do Senhor do Bonfim, nome que foi dado posteriormente à freguesia eclesiástica.”⁵⁷. Cabe aqui destacar que “a elevação de uma igreja na localidade não era apenas uma postura de confirmação religiosa, mas, uma necessidade e obrigação política que garantiria o crescimento do povoamento que se formava ao entorno.”⁵⁸. No Porto da Chapada não foi diferente, ergueu-se uma capela, que seria o centro de propulsão para a formação da cidade ao longo do seu entorno.

Figura 4: Imagem histórica da Igreja do Bonfim – Grajaú-MA.



Fonte: DINO, Sálvio. Raízes históricas de Grajaú. São Luís: Siogve, 1985, p.50.

⁵⁷CARVALHO, *ibid.*, p. 137.

⁵⁸REIS, Francemberg Teixeira. *A terra em jogo: perfil fundiário e estratégias para a manutenção da propriedade rural em Feira de Santana na passagem para o século XX*. 2014. 183 fl. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014, p.33.

Com a construção da Igreja do Bonfim, e com a reconstrução do Porto da Chapada, muitas pessoas atraídas pelo comércio migraram para a localidade e utilizaram-na como local de “parada” ou local de esconderijo, àqueles que eram foragidos da justiça. Porém, nesse contexto de reconstrução do Porto da Chapada, os comerciantes sentiram a necessidade de ampliar o poder econômico da localidade, e transformaram-na em um empório comercial, diminuindo o poderio da vila de Caxias.

Com a ampliação econômica desse Porto, a Província do Maranhão criou o distrito judiciário de Pastos Bons, e denominou-o de São Paulo do Norte, deixando de ser Porto da Chapada. Sálvio Dino ressalta que “entre os anos de 1806 e 1835 – no imenso território de Pastos Bons nasceram inúmeras povoações freguesias e vilas [...] mas não possuíam as mesmas condições geoeconômicas do Porto da Chapada”.⁵⁹ A denominação de São Paulo do Norte se deu porque era o ponto de articulação entre São Luís e o sertão de Pastos Bons, que interligava os centros comerciais da época.

O incremento do Porto da Chapada criou condições necessárias para que, em 1835, através da “Lei Provincial nº7, de 29 de abril, sancionada pelo presidente da província, Pedro da Costa Ferreira, elevasse a povoação de São Paulo do Norte à categoria de vila com o nome de Vila do Senhor do Bonfim da Chapada.”⁶⁰ A partir de então a vila, que passou a ser conhecida apenas como Chapada foi ganhando ainda mais prestígio econômico e conseguindo uma certa autonomia frente às povoações que se formavam na Província do Maranhão. Sobre as transformações territoriais e administrativas sofridas pelas comarcas de Pastos Bons e da Chapada, Carlota Carvalho comenta:

A dita lei Provincial nº 7, de 1835, partiu o município de Pastos Bons e deu, ao da Chapada, a vasta extensão dilatada do riacho Alpercatas, a Leste, até o Tocantins, a Oeste, e toda margem direita do Tocantins até o rio Farinhas, extrema do Riachão [...] Em 1841, a Lei Provincial de 31 de agosto partiu a Comarca de Pastos Bons, dividiu seu território em duas comarcas, criando a Comarca da Chapada, composta do município da Chapada e município do Riachão [...] Em 1855 a comarca da Chapada foi desmembrada para dela tirar o município do Riachão, com que foi formada a comarca de Carolina. A comarca da Chapada ficou reduzida ao seu município, que se estendia entre o Alpercatas e o Tocantins, ocupando a margem direita deste desde a junção do Araguaia até a afluição do rio Farinha, seu antigo limite com Riachão⁶¹.

⁵⁹ DINO, Sálvio. *Raízes históricas de Grajaú*. São Luís: Sioge, 1985, p. 25

⁶⁰ CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. 2. ed. Imperatriz - MA: Ética, 2000, p. 137.

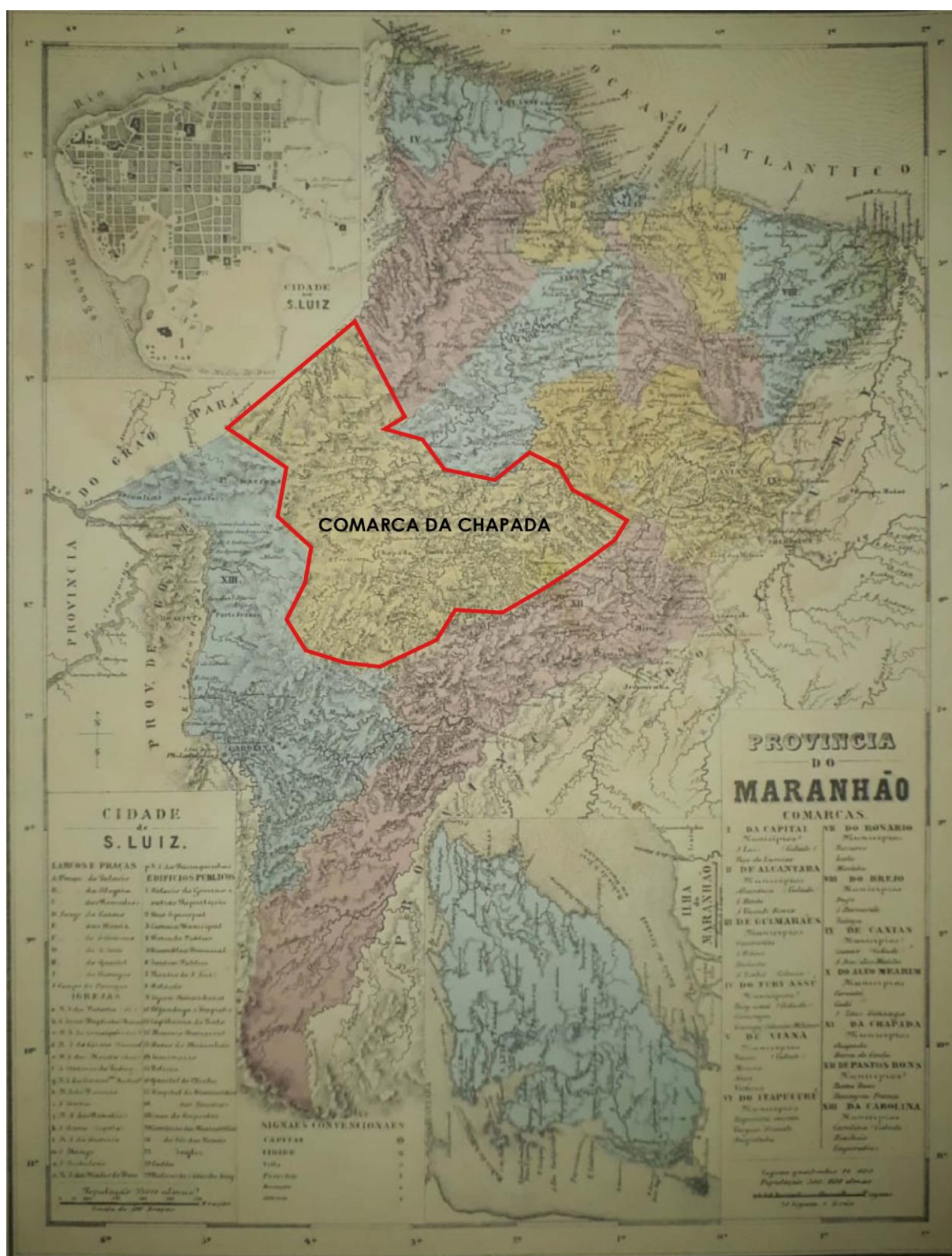
⁶¹ CARVALHO, Carlota. *ibid.*, p. 138 e 139.

Diante do exposto, notamos os processos de redefinição territorial ocorridos no sertão de Pastos Bons ao longo do século XIX. A antiga comarca ampliou o seu território e deu origem a outros centros comerciais, em seguida, formando, nesse sertão, a comarca da Chapada, em 1841, independente juridicamente e administrativamente da então comarca de Pastos Bons. Esse acontecimento descentralizou, de certo modo, a então comarca de Pastos Bons, o que resultou na autonomia da então Chapada, que já possuía uma grande extensão territorial, como bem demonstrou Carlota Carvalho, ao localizá-la geograficamente.

Essas leis provinciais tinham o interesse de reordenar a então Província do Maranhão, estipulando os limites territoriais da época, bem como a formação das novas comarcas. Um dos estudos que ajudou a dar visibilidade geográfica a essa questão são os Atlas do Império do Brasil, publicados em 1868, pelo advogado e jornalista maranhense Cândido Mendes⁶². No mapa V da publicação, o estudioso retrata a Província do Maranhão, localizando as comarcas da Capital, de Alcântara, de Guimarães, do Turiaçu, de Viana, do Itapecurú, de Rosário, de Brejo, de Caxias, do Alto Mearim, de Pastos Bons, da Carolina e da Chapada. Mas, nesse texto, se faz necessário localizar somente a comarca da Chapada (território estudado), pois consideramos importante compreender a dimensão territorial que ocupava na época (Figura 5), para então, mais adiante, compreendermos a fragmentação ocorrida ao longo do tempo.

⁶² MENDES, C.A. *Atlas do Império do Brasil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitoraes e judiciárias*. Rio de Janeiro, 1868.

Figura 5: Mapa da Província do Maranhão. Comarca da Chapada. 1968.



Fonte: MENDES, C.A. *Atlas do Império do Brasil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias.* Rio de Janeiro, 1868, p.45.

No mapa (figura 5), a comarca da Chapada ocupava significativas porções do território, se compararmos com o que hoje o atual município de Grajaú representa. Na época tal comarca administrava as questões jurídicas que ocorriam nas vilas e povoações adjacentes, e tinha o controle da vila da Barra do Corda, que ainda não havia se desvinculado da primeira. A comarca da Chapada paulatinamente ganhava referências econômicas e comerciais tanto na província do Maranhão, como na província do Goiás, haja vista que era um dos maiores centros criadores de gado no sertão de Pastos Bons. De acordo com as informações dos dados administrativos do IBGE:

O Distrito foi criado com a denominação de Chapada pela Lei Provincial n.º 13, de 08-05-1835, subordinado ao município de Pastos Bons. Elevado à categoria de vila com a denominação de Chapada pela Lei Provincial n.º 7 de 29-04-1835, sendo desmembrada de Pastos Bons. Elevado à condição de cidade com a denominação de Grajaú pela Lei Provincial n.º 1.225, de 07 de abril de 1881. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. A lei n.º 269 de 31 de dezembro de 1948 cria o município de Grajaú.⁶³

A reorganização socioeconômica do território estudado teve seu auge mais precisamente no final do século XIX e meados do século XX. Na referida centúria foi criado o município na região central do Maranhão. Mas antes dessa promulgação, a cidade começou a ganhar forma a partir do curso do rio, seguindo suas margens, como observamos no próximo ponto a ser trabalhado.

1.3 A cidade

A cidade de Grajaú está edificada sobre as duas margens do rio, que biparte suas ruas. A parte que demora à margem direita divide-se em cidade alta [...] E a cidade baixa, à beira do rio, cujas principais ruas são a do Porto Grande e da Tarrafa e a da Madeira [...] A cidade alta compõe-se de dois grandes largos, cercados de ruas, e nela estão a principal igreja, casa da cadeia quartel etc. A parte que demora à margem esquerda do rio é ocupada pelas ruas muito longas que se estendem do Porto Grande ao sopé das quebradas, por onde o terreno se deprime ao aproximar-se do rio, por esse lado⁶⁴.

Por meio do fragmento acima podemos notar como a cidade estava estruturada, dividida entre cidade alta e cidade baixa. Destacava-se por estar localizada em uma porção central do território maranhense, banhada por um importante rio, cruzada por “estradas” que a

⁶³ IBGE. *Grajaú*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ma/grajau/historico/>> Acesso em: 21 Mai., 2017

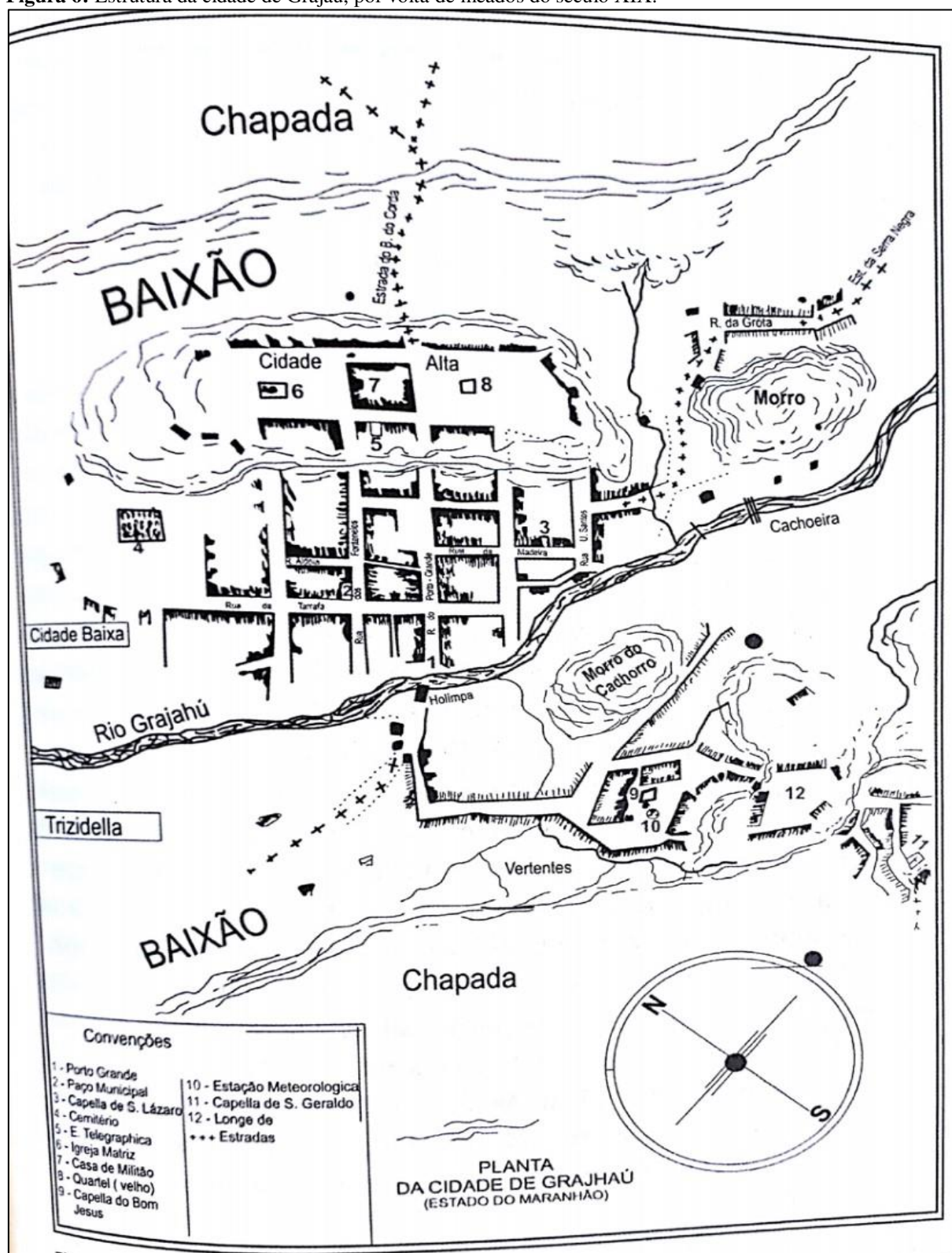
⁶⁴ Jornal a Pacotilha, 13 de fevereiro de 1902, p. 3.

ligavam a Caxias, Mirador, Barra do Corda, Pastos Bons, Carolina, Boa Vista e Imperatriz. A estrutura física da cidade, como destacou em descrições a autora acima e o militar Francisco de Paula Ribeiro era caracterizada por elevações geográficas, chapadas, tabuleiros, planaltos, colinas e serras como, por exemplo, a Serra Negra, com altitude máxima de aproximadamente 686 metros.

Carlota Carvalho, ao se referir sobre a cidade de Grajaú, afirma que “andando, um viajante chega a borda da depressão e tem à vista um panorama [...] Simetricamente dispostas sobre níveis desiguais e amplamente expostas em ruas e praças, as casas aparecem tendo, nos fundos os verdores dos laranjais [...]”⁶⁵. Nos seus estudos a autora demonstra por meio de uma planta da cidade a estrutura “urbana” de Grajaú e suas principais artérias, como verificamos no registro a seguir (figura 6):

⁶⁵ CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. 2. ed. Imperatriz - MA: Ética, 2000, p. 134.

Figura 6: Estrutura da cidade de Grajaú, por volta de meados do século XIX.



Fonte: CARVALHO, Carlota Carvalho. *O sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. 2. ed. Imperatriz – MA: Ética, 2000, p. 133.

A representação contida na figura 6 demonstra uma cidade entre baixão e chapadas, que foi se expandindo a partir do rio Grajaú e crescendo de forma espontânea, seguindo os ditames econômicos e políticos da localidade. Por meio dessa representação observa-se uma ocupação maior na área entre a cidade alta e a cidade baixa, talvez por ter sido, na cidade baixa, o ponto de partida do processo de crescimento horizontal, também na área mais próxima ao rio, que iria se transformar no centro comercial.

Dentro dessa área como observou Carvalho: “nas ruas vê-se o movimento humano desdobrando-se em aplicações de atividades: pessoas tratando negócios e conduzindo tropas de burros e cavalos com cargas que chegam e que saem para os sertões do Maranhão, Goiás e Sul do Pará.”⁶⁶. As boiadas, mulas e produtos que circulavam, adentravam e deslocavam-se para algumas regiões do sertão, e foram de extrema importância para as relações e para a dinâmica social, cultura e econômica do sertão com outras localidades, até mesmo com São Luís.

Portanto, observamos que essa expansão comercial era realizada não somente no Maranhão, mas com regiões próximas ao sertão, devido à ampla relação que a cidade de Grajaú possuía com essas e com outras localidades vizinhas, como já mencionado. Essa movimentação comercial em Grajaú se localizava na Rua do Porto Grande, organizada com o objetivo de facilitar o escoamento e a circulação de mercadorias, um local relativamente plano e hábil para o comércio e transações públicas do serviço municipal. Pachêco Filho afirma que “na mais importante rua da cidade localizavam-se algumas das principais casas comerciais que, devido a sua posição geográfica, atraíam os compradores vindos das povoações e vilas localizadas no norte de Grajaú [...]”⁶⁷.

Dessa forma, a cidade referida ganhava uma certa estrutura, a partir das estratégias montadas por quem, não só, dinamizava o mercado comercial, mas contribuía na dinâmica sociocultural do território em movimento. Então era um território movido não apenas por uma dinâmica ambiental, econômica, social, cultural, mas política. Pois, nesse período, final do século XIX e início do século XX, a cidade de Grajaú vivia um intenso conflito político-partidário, envolvendo famílias que disputavam o poder na cidade, e deu

⁶⁶ CARVALHO, Carlota. *O sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. 2. ed. Imperatriz - MA: Ética, 2000, p. 134.

⁶⁷ PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. *Varando Mundos: navegação no vale do rio Grajaú*. São Luís: EdUema, 2016, p. 164.

origem ao que Parsondas de Carvalho denominou de “A Guerra do Léda”, sobre a qual faremos a seguir uma breve abordagem.

1.4 A Guerra do Léda: jogo político, econômico e tramas familiares no final do século XIX

A passagem do Império para a República no Brasil, no final do século XIX, não ocorreu de forma pacífica, do mesmo modo que não aconteceu no Centro-Sul do Maranhão, com a chamada Guerra do Léda⁶⁸. Tais disputas provocaram os conflitos em torno da concentração política e econômica nas mãos de muitas famílias⁶⁹ (Família Léda, Família Moreira e família Barros); essas já vinham se apoderando de extensas quantidades de terras, principalmente pelas suas posições políticas.

Cada família era representada por um chefe patriarcal. A família Léda era chefiada por Leão Rodrigues de Miranda Léda, que disputava o poder político local com o coronel Araújo da Costa Barros. Tais indivíduos controlavam tanto o poder político como o poder econômico, o que acarretou em um intenso conflito político partidário entre as principais famílias da época. Em 1887, com “o falecimento de Francisco Moreira, coronel comandante superior da Guarda Nacional, foi dada a chefia do Partido Liberal a Leão Léda, moço educado em um colégio ou liceu da capital, ativo, rico e munificente.”⁷⁰.

Leão Léda se tornou um dos mais influentes políticos da região, defendendo os ideais liberais e lutando por um governo próprio e independente para o sertão. Após concluir seus estudos no Liceu Maranhense, voltou para a antiga Vila da Chapada, agindo diferentemente da maioria de seus colegas, que geralmente iam continuar seus estudos na

⁶⁸Este conflito político ocorreu na cidade de Grajaú, no final do século XIX e início do século XX, atingiu regiões do Centro-Sul maranhense, do Norte de Goiás e Sul do Pará. A Guerra do Léda recebeu esse nome de Parsondas de Carvalho, o qual teve a intenção de homenagear o líder principal do movimento, Leão Rodrigues de Miranda Léda, o Leão Léda.

⁶⁹ Sobre a forma que tais famílias senhoriais se apropriavam do poder no Nordeste brasileiro, comenta Francisco de Oliveira: “[...] os adágios populares diziam que ‘quem não era Cavalcanti era cavalgado’ em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, adágio que poderia ser entendido aos Maranhão, Albuquerque e uns poucos nomes familiares mais. O próprio ditado popular era uma forma pela qual as classes dominantes se reconheciam nas dominantes.” OLIVEIRA, FRANCISCO. *Elegia para uma Re(li)gião*: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.33.

⁷⁰*Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1902, p. 1.

Europa ou mesmo, em Recife ou Salvador, para onde costumeiramente os filhos das elites da época eram mandados com tal finalidade.

Seu retorno à cidade natal acentuou os embates já existentes entre as famílias Léda/ Moreira de um lado, e o coronel Araújo Costa e seus correligionários políticos de outro. O piauiense Francisco Araújo Costa⁷¹ foi criado em Grajaú por Militão Bandeira Barros⁷², chefe do Partido Conservador, possuidor de grande riqueza e inimigo dos Moreira. Mesmo sem instrução, Araújo Costa investiu na carreira política como sucessor de seu pai adotivo, Militão Bandeira Barros, representando muito bem o chamado coronelismo, ou seja, exercendo o poder de forma autoritária, com seus currais eleitorais, sempre exercendo uma severa oposição aos Moreira e aos Léda. Foi esse embate político que deflagrou, na cidade de Grajaú, uma das mais sangrentas lutas do sertão maranhense.

Os dois grupos políticos da região independentemente de estarem chefiados aos partidos Conservador e Liberal, enfrentavam-se cotidianamente. O primeiro, no entanto, era apoiado pelo governo estadual que sempre ajudou Araújo Costa, tanto financeiramente quanto através do envio de tropas policiais para combater e exterminar os inimigos, e os simpatizantes da família de Leão Léda. As disputas político-partidárias, os jogos de interesses e a busca por status social ocorriam de forma coercitiva e violenta.

Assim, as intrigas existentes sempre foram resolvidas à bala e, na mesma proporção do crescimento da tensão política, cresciam as ondas de desordem e desobediência na cidade e no sertão de Grajaú: “Nas ruas era preciso andar calado e evitar gestos que os soldados reputassem sediciosos.”⁷³. As perseguições atingiram a todos os habitantes da localidade, mesmo aqueles que preferiram se manter distantes do conflito. Houve a quebra de sigilo das correspondências encaminhadas à antiga Vila da Chapada. Nem mesmo os não residentes da localidade escaparam às repressões aplicadas na região, que se intensificaram a partir de março de 1882, quando, de acordo com a documentação, Araújo Costa sofrera um atentado, vítima de uma armadilha, e um tiro lhe ferira a testa de raspão.⁷⁴

Uma vez concluídos, os inquéritos apontavam como culpado Raimundo, também conhecido sob a alcunha de Pernambucano (embora esse indivíduo fosse provavelmente

⁷¹ Francisco Araújo Costa – a maioria dos documentos o chama apenas de Araújo Costa.

⁷² Militão Bandeira Barros também foi chefe da Guarda Nacional e fundador de um grupo literário em Grajaú, conhecido como “Roda de Amigos”. Esse grupo deu origem à Academia Grajauense de Letras e Artes.

⁷³ *Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1902, p. 1.

⁷⁴ *Jornal A pacotilha*, 20 de janeiro de 1902, p. 3.

cearense) e que possivelmente trabalhava nas terras de Leão Léda. Sobre esse episódio, Dunshee de Abranches, em sua obra *A esfinge do Grajaú*, assim reproduz as palavras de Araújo Costa: “E esses sicários quase me liquidaram com um tiro na frente, esbravejou Araújo Costa; e ainda estava com a cabeça amarrada quando assumiu a Presidência da Assembleia Provincial.”⁷⁵. Com esse episódio, os ânimos entre as partes envolvidas no conflito tornaram-se mais exaltados e Grajaú começou a viver uma de suas fases mais tensas. As disputas pelo poder começaram a ser resolvidas à mão armada, a desordem e o medo passaram a ser uma das características de Grajaú.

No período histórico de transição do Império para a República incitou ainda mais os conflitos na localidade, agravando a Guerra do Léda, que se tornou mais intensa com o advento do novo regime e com o assassinato do promotor de Justiça Estolano Eustáquio Polary, no dia 16 de agosto de 1898: “Na noite do delito achavam só na cidade de Grajaú 20 praças do batalhão de infantaria do Estado, sob as ordens do tenente coronel de polícia Fontenelle.”⁷⁶. As lutas sangrentas que passaram a ocorrer, principalmente depois do crime, propagaram-se para outras localidades sertanejas. Os periódicos da época, em defesa dos sertanejos, concitavam o povo a lutar contra a política vigente. Assim, em consequência, tinha início – sem que nenhum dos grupos beligerantes percebesse – um dos maiores conflitos armados provocado por desentendimentos político-partidários no sertão maranhense: a Guerra do Léda.

A trama política desse conflito caracteriza para além de um mero enfrentamento entre as partes políticas que utilizavam a força para tentar subjugar uma à outra. Nesse caso, havia, tanto por parte do Estado quanto da sociedade civil, representada por Leão Léda e seus aliados, elementos comuns de pressão social que causavam verdadeiros conflitos internos nessa sociedade, que não era necessariamente uma contenda armada. O medo, as ameaças e o ambiente de pânico, propenso a práticas criminosas de todos os gêneros, fizeram com que muitos indivíduos e famílias silenciassem em relação aos fatos acontecidos.

Dessa forma, por trás do conflito e como força motivadora dele, havia também projetos dessemelhantes de República, cuja divergência causou uma crise de legitimidade do Estado. Isso levou a uma disputa sobre quais seriam os agentes responsáveis pela condução do novo projeto político que se delineava no Maranhão, ligado àqueles conduzidos no Centro-

⁷⁵ABRANCHES, op. cit., p. 125.

⁷⁶Jornal *O Norte*, 1898, p. 2.

Sul do país. Tal projeto, no entanto, tinha suas especificidades locais, por estarem justamente relacionados aos grupos oligárquicos que há muitos anos dominavam o ambiente político maranhense. E, no momento em que se começou a falar sobre uma centralização política a partir da capital, essas tensões começaram a emergir, culminando no conflito descrito nesse ponto do texto.

No entanto, é interessante destacar que a Guerra do Léda não teve como causa principal apenas fatores políticos, mas também, aliado a isso, fatores econômicos tão disputados para a concentração de riqueza. Em verdade, o pano de fundo de toda guerra eram questões fundiárias de acesso e manutenção da terra, pois a posse e o poder representavam tradicionais preceitos de soberania patriarcal local. Então, o que estava por trás dessa guerra em Grajaú? Eram famílias que tinham acesso à terra, esse acesso era sinônimo de poder. Em “Coronelismo, enxada e voto”⁷⁷, o sociólogo Vitor Nunes Leal defende a ideia de que a emergência de alguns municípios brasileiros, na República, vai ser a representação da decadência da lavoura. Portanto, à medida que a lavoura está em crise, os latifundiários vão emergir como agentes políticos, e a Guerra do Léda é tida como uma crise de hegemonia, tendo uma questão fundiária muito clássica, o acesso à terra.

No entanto, percebemos que a chegada ao poder era uma forma de implementar e manter o processo de concentração de terras, que existiu durante o Império e só foi intensificada na Primeira República. Leão Rodrigues de Miranda Léda, era um dos mandatários políticos, coronéis, latifundiários do sertão maranhense, representava a elite sertaneja de Grajaú, disputava cargos políticos e terras. Um dos focos principais era não só o acesso à terra, mas a sua manutenção, mesmo na ausência de controle devido às grandes extensões territoriais e inexistência de técnicas para a medição dos latifúndios.

Tais latifúndios eram demonstrados por meio de fazendas para a criação de gado, atividade econômica que caracterizava a região de estudo. A terra e o gado eram tão importantes para a época, que em uma das suas passagens Parsondas de Carvalho comenta que Leão Léda, mudando-se do Maranhão para a Comarca de Boa Vista (atual Tocantins) “pensava em vender o mais difícil de conduzir, como imóveis, por sua natureza, alienar mesmo algumas fazendas de gados *vacum* e *cavalar* (...) e retirar de outras todos os gados para com estes fundar outras fazendas na Comarca de Boa Vista.”⁷⁸. Logo, ter terra era

⁷⁷LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁷⁸DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão*. Imperatriz, MA: Ética, 2001, p.171.

sinônimo de poder, moeda de troca e fonte de riqueza, portanto, era valor. A terra precisava ter um fim, que no caso, era para a criação de gado, como elemento principal de renda e de (re) produção do sistema econômico e social.

Com a terra essas famílias⁷⁹ demarcavam suas fazendas, estabeleciam suas relações sociais e, principalmente, arquitetavam a manutenção patrimonial. Por meio do processo de herança e sucessão o poder da terra era transmitido ao (s) indivíduo (s) herdeiro (s), que passaria ou passariam a controlar o patrimônio familiar. Em muitos casos, tal manutenção (continuidade do poder) era exercida por meio do matrimônio, para assim garantir a perpetuação dessa dinâmica de domínio de terras entre as famílias. Os casamentos aconteciam de acordo com os bens que os indivíduos possuíam. No intuito de perpetuar ou aumentar suas fortunas e galgar os espaços públicos administrativos, os grupos abastados buscavam o quanto antes a união conjugal de seus membros com indivíduos da mesma classe social, representando a união de interesses dentro de uma sociedade patriarcal que queria se mostrar elitizada.

Na concepção da historiadora Sandra Regina dos Santos o elemento principal da sociedade sertaneja maranhense “era a família patriarcal, integrada pelo pai, seus dependentes e agregados. Cada família conduzia-se sob suas próprias regras e normas, sendo comum naquele espaço a eclosão de conflitos entre elas.”⁸⁰. De fato, os conflitos eram bem rotineiros e envolviam a todos aqueles que estavam integrados ao grupo familiar. Desta maneira, as poderosas famílias do sertão maranhense denunciavam hierarquias e gradações reconhecidas e respeitadas, como, por exemplo, as famílias Léda, Moreira, Barros e Martins Jorge.

Essas famílias estavam inseridas em uma sociedade composta por grupos diversificados, aos quais era atribuído, consequentemente, status sociais também diferenciados. Cada núcleo possuía um determinado grau de valor e importância naquele meio que cercava o cotidiano e as práticas de vida social e econômica do homem sertanejo. O grau de valor, no caso das famílias destacadas, era medido pelo poder político e poder econômico, ligado à terra, determinando os arranjos estabelecidos para a manutenção do status.

⁷⁹ É interessante destacar que nessa sociedade patriarcal as famílias eram extensas, composta por grupos de pessoas unidas por laços sanguíneos ou não. Normalmente, a expressão *família extensa* era usada para se referir a várias gerações de famílias nucleares que moravam em uma residência compartilhada. Linda Lewin analisa com excelência a organização de cada grupo familiar na Paraíba, discute os ascendentes maternos e paternos, os indivíduos incluídos na família por meio de compadrio, as relações de adoção, dentre outros assuntos. Ver LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 117.

⁸⁰ SANTOS, Sandra Regina dos. *O sertão maranhense no contexto da Balaiada: conflitos e contradições*. In: Simpósio do Maranhão Oitocentista, 2, 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: UEMA, 2011. p. 1-14.

As relações familiares de parentesco, protecionismo, compadrio e amizade eram, em alguns casos, jogos de interesses para essa manutenção. Nesse território de poder era interessante demarcar o seu lugar através do controle de heranças e partilhas. Na concepção de Giralda Seyferth “a estrutura da família é determinada por um conjunto de fatores ligados à herança da terra e à característica fortemente patriarcal.”⁸¹. Sendo assim, a característica patriarcal dessas famílias moldava a dinâmica social e a terra estava presente como cédula principal desse sistema. Desse modo, os inventários que serão trabalhados a seguir, possibilita-nos compreender os arranjos estabelecidos, o sistema de herança, e, sobretudo, a partilha da terra, a organização das famílias, o seu poder aquisitivo, o tamanho das terras e o seu sistema de partilha.

1.5 Estudo do perfil fundiário das famílias tradicionais: uma análise a partir dos inventários do século XIX

O interesse em analisar o perfil fundiário das famílias tradicionais do território de Grajaú nos levou buscar, neste tópico, inventários que pudessem nos fazer melhor entender as relações das principais famílias com a terra. Pois acreditamos que uma análise histórica é fundamental para compreender os atuais arranjos socioeconômicos⁸² que caracterizam o território de estudo. Entender, não somente o viés contemporâneo, mas sobretudo histórico, ajuda-nos ampliar o olhar desse processo dinâmico de reconfiguração territorial.

Assim, para a análise do elemento que será discutido neste ponto, usamos como fonte histórica, inventários do século XIX (1874-1887). Tais documentos são importantes para o entendimento do perfil fundiário das famílias já citadas, pois, ajuda-nos a compreender informações de ordem social, econômica e política vigente na época. “Os inventários são documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico que trazem informações e ajudam no levantamento de todos os bens *do de cujus*, autor da herança, nos termos de um inventário.”⁸³. Por meio dele verificamos o perfil do inventariado e do inventariante, bem como a partilha dos bens legítimos ou testamentais, o montante da partilha, as relações de herdeiros, a

⁸¹ SEYFERT, G. *Herança e estrutura familiar camponesa*. Boletim do Museu Nacional, nº 52, 30 de maio de 1985, p.16.

⁸² Arranjos esses que serão trabalhados no decorrer dos próximos capítulos desta dissertação.

⁸³ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Inventários e testamento como fontes de pesquisa*. Disponível em: <<https://www.myheritage.com.br/.../inventarios-e-testamentos-como-fontes-de-pesquisa>>. Acesso em: 30 Jun., 2017, p. 1.

avaliação dos bens móveis e imóveis, de raiz, suas avaliações, despachos de juízes, mandados, notificações, etc.

No entanto, é preciso salientar que o interesse maior dessa abordagem será entender a dinâmica que envolvia o montante, a avaliação dos bens de raiz e a partilha entre os herdeiros, para assim compreender o perfil fundiário do município e a relação desses grupos familiares com a terra. Por meio desses documentos será possível observar as relações sociais, econômicas e políticas que determinavam a dinâmica local. O modo que as relações eram estabelecidas podem ser verificadas a partir dos elementos fornecidos pela fonte. Nesse quesito, o olhar estará mais centrado na lógica da noção de família – patriarcal e ampla -, e, sobretudo, verificar a noção e o valor da terra, que normalmente era o primeiro elemento destacado dentro das avaliações das ditas famílias (Léda, Moreira, Barros e Martins Jorge), seguidas da morada, da quantidade de gado *vacum* e cavalar, dentro outros elementos.

Entretanto, sobre a extensão das terras é importante deixar claro, como destaca Francemberg Teixeira Reis, que:

A principal limitação dos inventários para quem os utiliza para o estudo fundiário de uma dada região é que, numa visão de conjunto, eles informam de modo quase insuficiente sobre o tamanho das terras que estão sendo avaliadas. Esse problema é resultado de alguns motivos como: a ausência de documentação legal que prove o tamanho da terra; desconhecimento por parte dos próprios interessados sobre a dimensão da propriedade, ou até mesmo negligência do próprio avaliador, pelo fato de considerar a descrição feita, mesmo sem registrar o tamanho da terra, como satisfatória ao cumprimento da finalidade jurídica; não declarar o tamanho dos domínios poderia ser também uma questão cultural.

A omissão do tamanho de uma propriedade não se justificava apenas no fato dos proprietários criarem dificuldades para o Estado reconhecer terras públicas e particulares - como muitas discussões que envolvem a ineficácia da Lei de Terras de 1850 traz como um dos inúmeros argumentos - mas, era resultado de um costume largamente difundido, reflexo do histórico da ocupação de terras nos variados recantos do Brasil, onde extensas áreas eram ocupadas sem autorização pública e a contrapelo da lei⁸⁴.

Essa discussão levantada pelo autor foi bem perceptível nos inventários coletados. Não foi possível encontrar uma medição das terras deixadas pelos *de cujus*, identifica-se apenas o valor delas, e em alguns casos, são descritos os limites e os marcos naturais. Por exemplo, nos dez inventários transcritos, apenas um deixa claro o tamanho da área, mas em forma de léguas de largura e de fundo. No entanto, mesmo obtendo este problema, notamos o poder que a terra tinha sobre as famílias citadas, pois, conforme as documentações

⁸⁴ REIS, op. cit., p. 44.

pesquisadas, era através da quantidade de terras, de gados e de escravos que o patrimônio era quantificado.

No entanto, a ausência das medidas não diminuía a importância socioeconômica, pois a terra tinha um significativo valor real e um valor simbólico diante da sociedade brasileira. A respeito da ausência da precisão exata das medidas das terras, encontrou-se em um inventário um exemplo para ilustração do caso referido. Em 1874, dona Leocádia dos Reis Moreira ao inventariar o patrimônio do seu esposo Antônio Rodrigues de Miranda Léda, descreve com detalhes os bens deixados pelo inventariado nos bens de raiz. Assim, encontra-se da seguinte forma:

Terras da Fazenda Pindahiba, com três léguas de fundo, e uma légua de largura, pouco mais ou menos havidos por herança de sua finada mãe Perpétua Maria dos Reis, aumentando da nascente com a margem do Rio Mearim, com a do Rio Grajaú, ao norte com as terras da Fazendinha Corrais e com as terras considerada patrimônio desta villa, isto é, de Dom Benedicto, e do sul com as terras da Fazenda San José e Pedra de Paú, que pelos avaliadores foi avaliado pela quantia de 400 mil reis que a margem sai.

Uma posse de terras no lugar Vereda Bonita, com uma légua de comprimento e meia de largura [...] cujos limites são as seguintes: Da cabeceira da Vereda comprida até a estrada de Santo Antônio, da ponta da Serra, partindo ao meio até a cabeceira da Vereda Comprida, que visto pelos avaliadores foi avaliada por 150 mil reis que a margem sai.

Uma posse de terras no lugar denominado Fazenda Pedra de Pau, havida por herança de seu finado irmão João Bento Moreira, no valor de 5.000 mil reis que a margem sai.

Uma posse de terras na Fazenda Santa Luzia, havida por herança da sua falecida mãe Dona Perpétua Maria dos Reis, sem limites, que foi avaliada por 20.000 reis que sai a margem. Uma roça de mandioca com 30 braços de comprimento e vinte de largura, pouco mais ou menos, sendo mandioca nova, que avaliadas por 20.000 mil reis que a margem sai ⁸⁵.

Esse caso concreto de inventário ilustrou de forma pormenorizada os aspectos descritivos de cada porção de terras deixadas pelo falecido Antônio Rodrigues de Miranda Léda. Nas porções mais extensas percebemos um interesse maior do avaliador em caracterizar o ambiente, destacando informações precisas sobre os limites naturais como rios, dando uma ideia da geografia local. Em muitos casos foi possível perceber que as terras localizadas próximas aos rios tinham uma importância/valor maior, talvez, por isso, o valor em 150 mil reis das terras no lugar Vereda Bonita. Somando cada valor o inventariado deixa uma quantia de terras no valor de 170.000 mil reis.

⁸⁵ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Autos Cíveis, Inventário, 1874, caixa 6, p.45.

Destarte a tabela 1 trará outras informações acerca dos bens deixados pelas famílias tradicionais da época, de modo a contribuir para analisar o processo de configuração territorial do município de Grajaú na contemporaneidade. Os inventários trazem inúmeros informes, todavia, para esse estudo se priorizará dados sobre a quantidade de gados e de terras e seus respectivos valores.⁸⁶ Tais informações possibilitarão entender a forma que a manutenção do patrimônio era administrada, a continuidade da lógica da concentração de terras, a garantia e a manutenção do poder das famílias locais.

Família: Léda, Moreira, Martins Jorge e Barros traduz com precisa objetividade o que seria uma família política no sertão maranhense. Seus membros se envolveram na maior parte dos acontecimentos políticos da região – desde o período colonial até a república no Maranhão – e ocuparam os mais altos postos de poder na máquina pública da antiga Vila da Chapada, atual município de Grajaú. O poder econômico concentrado nas mãos de cada indivíduo possibilitava alto grau de status político e social. Assim, verificamos de forma quantitativa através dos inventários:

⁸⁶É importante deixar claro que todas as terras descritas nos inventários das famílias pesquisadas pertenciam ao “antigo” território de Grajaú.

FAMÍLIA LÉDA

Inventário (1874)

Inventariado: Antônio Rodrigues de Miranda Léda

Inventariante: Leocádia dos Reis Moreira

Tabela 1: Inventário de Antônio Rodrigues de Miranda Léda⁸⁷

Herdeiros	Cabeças de gado vacum e cavalares / Valor	Terras/Valor
Leocádia dos Reis Moreira	200 cabeças de gado vacum na Fazenda Currais – 200.000,000 mil reis.	Terra Currais com benfeitorias – 800.000 mil reis. Uma posse de terras na Fazenda Vereda Comprida – 150.000 mil reis.
Leão Rodrigues de Miranda Léda	6 cabeças de gado – 60.000 mil reis. 55 cabeças de gado vacum – 55.000 mil reis.	Terras da Pindahiba – 200.000 mil reis Terras Veredas Comprida – 75.000 mil reis Quarta parte das Terras da Fazenda América – 160.000 mil reis.
Luiz Rodrigues de Miranda Léda	55 cabeças de gado – 55.000 mil reis.	Quarta parte de terras na Fazenda Pindahiba - 200.000 mil reis.
Antônia Moreira de Miranda Léda⁸⁸	X	Quarta parte das terras na Fazenda Santa Luzia – 20.000 mil reis.
Pérpetua Rodrigues de Miranda Léda	X	Posse de terras (ilegível) – 5.000 reis.
Quintina Rodrigues de Mirands Léda	55 cabeças de gado – 55.000 mil reis.	Posse de terras na Fazenda América – 150.000 mil reis.

⁸⁷ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH). *Autos Cíveis*, Inventário, 1874, caixa 6, p. 60.

⁸⁸ Casada com Manoel Martins Jorge.

Ana Rodrigues de Miranda Léda⁸⁹	X	Posse de terras da Fazenda do Quartiz – 5.000 mil réis.
Mariano Rodrigues de Miranda Léda	85 cabeças de gado – 850.000 mil réis.	Terras na Fazenda América – 150.000 mil réis.
Montante da herança: 18: 811\$000		

⁸⁹ Casada com Laurindo Pires Araújo.

FAMÍLIA MOREIRA

Inventário (1936)

Inventariado: Thomaz Moreira

Inventariante: Raimunda Moreira Léda

Tabela 2: Inventário de Thomaz Moreira⁹⁰

Herdeiros	Cabeças de gado vacum e cavalar /Valor	Terras /Valor
Raimunda Moreira Léda	500 cabeças de gado vacum, situados na Fazenda Eugeitado – 10.000 mil contos reis.	Posse de terra na Fazenda Pedra de Pau - 60.000 mil reis. Posse de Terras na Fazenda Eugeitado - 100.000 mil reis.
	200 cabeças de gado de todo corte, situados na fazenda Grota Funda – 4: 000 \$ contos de reis.	Posse de terras e benfeitorias na Fazenda Conceição – 150.000 mil reis. Posses de terras na Fazenda Grota Funda – 100.000 mil reis.
	170 cabeças de gado, situados na Fazenda Conceição – 3: 600 mil contos de reis.	Posse de terra na Fazenda Boa Esperança – 40.000 mil reis. Posses de terras na Fazenda Val Verde – 150 mil reis.
	130 cabeças de gado, situados na Fazenda Pedra de Pau – 2: 600 contos de réis.	
	40 cabeças de gado, situados na Fazenda Boa Lembrança – 800 \$ 000 réis.	
	14 cabeças de gado – 420.000 \$ mil réis.	

⁹⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH). Autos Cíveis, Inventário, 1936, caixa 10, p. 23.

Ignês Moreira	100 cabeças de gado, na Fazenda Eugeitado – 2.000 \$ 000 contos de reis.	Fazenda Conceição - 20\$000 Terras na Fazenda Eugeitado - 20\$000
Virgulino Moreira	100 cabeças de gado na Fazenda Eugeitado - 2.000\$000. 2 cabeças de gado na fazenda Conceição - 40\$000	Terras na Fazenda Eugeitado - 20\$000.
Serafim	x	Terras na Fazenda Conceição - 20\$000 Terras na Fazenda Eugeitado - 20\$000
Leão Moreira	100 cabeças de gado – 2:000\$000 4 cabeças de gado vacum - 60\$000	X
Floriano Moreira	100 cabeças de gado - 2:000\$000	Fazenda Eugeitado - 20\$000
Montante da Herança Total: 23:630\$000		

Observação: Diz Raimunda Moreira Léda por seu procurador infra assinado que não tendo incluído no arrolamento dos bens do inventário de seu falecido marido Thomaz por meio esquecimento uma posse de terras no lugar “Torre da Lua” deste termo em comum com outros posseiros como consta (ilegível) Peço que lhe seja adjudicada a dita posse de terras por lhe ter sido destinada por ocasião da (ilegível) e a que se ache registradas no registro de imóvel desta Comarca sob número de ordem 1787 protocolo número 1A⁹¹.

⁹¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Sessão de inventários. Caixa 10, 1936, página 47.

FAMÍLIA MARTINS JORGE

Inventário (1885)

Inventariado: Manoel Martins Jorge

Inventariante: Antônia Moreira de Miranda Léda

Tabela 3: Inventário de Manoel Martins Jorge⁹²

Herdeiros	Quantidade de gados - Valor	Terras – Valor
Antônia Moreira de Miranda Léda	300 cabeças de gado, situados na Fazenda Campo Bonito – 300.000 mil réis.	Terras e Feitorias na Fazenda Fazendinha – 300.000 mil réis.
	150 cabeças de gado, situados na Fazenda Pintada – 150.000 mil réis e outros em 1:300.000 réis.	Terras da Fazenda Pintada – 250 mil réis.
	270 cabeças de gado – situados na Fazenda Brejo – 270.000 mil réis e outros em 2.700 mil contos de réis.	Terras da Fazenda Brejo – 700 mil réis.
	125 cabeças de gado, situados na Fazenda Canto Bom – 14.750 mil réis.	Metade das Terras da Fazenda Brejo – 600.000 mil réis.
	125 cabeças de gado, situados na Fazenda Fazendinha- 1.700 mil réis,	Posse das terras do outro lado da margem do rio – 100.000 mil réis.
	157 cabeças de gado na Fazenda Pintada – 2.700 mil réis.	Terras no valor de 16.100 mil réis.
	157 cabeças de gado, na Fazenda (ilegível) – 1.440 mil réis.	

⁹² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH). Autos Cíveis, Inventário, 1885, caixa 10, p. 20.

Silvino Martins Jorge Moreira	47 cabeças de gado, situadas na Fazenda Pintada – 470 mil réis. 6 bois por 60.000 mil réis.	84.000 mil réis no valor das terras da Fazenda Pintada. Posse de terras além da Jussara – 6.750 mil réis.
José Florêncio Martins Jorge Moreira	45 cabeças de gado, situados na Fazenda Pintada – 450.000 mil réis. 4 cabeças de gado, situados na Fazenda Canto Barros – 40.000 mil réis. 5 cabeças de gado – 60.000 mil réis.	Terras na Fazenda Pintada – 76.000 mil réis. Uma parte das Terras além da Jussara – 4.750 mil réis.
Ortência Martins Jorge Moreira	45 cabeças de gado – 450.000 mil réis.	Terras na Fazenda Brejo – 67.000 mil réis. Uma parte das terras no valor da Jussara – 7.750 mil réis.
Antônia Martins Jorge Moreira	46 cabeças de gado – 460.00 mil réis. 5 cabeças de gado – 60 mil réis.	Terras na Fazenda Brejo – 67.000 mil réis. Terras no valor além da Jussara – 5.750 mil réis.
Perpétua Martins Jorge Moreira	47 cabeças de gado – 470.000 mil réis. 5 bois – 60.000 mil réis.	Terras na Fazenda Hemaytá – 67.000 mil réis. No valor das terras além da Jussara – 1.750 mil réis.
Maria Martins Jorge Moreira	36 cabeças de gado, situados na Fazenda Brejo – 360.000 mil réis. 10 cabeças de gado na Fazenda Canto Bom – 100.000 mil réis.	Terras na Fazenda Hemaytá – 66.000 mil réis.

	5 bois – 60.000 mil réis.	
Leocádia Martins Jorge Moreira	46 cabeças de gado – 460.000 mil réis. 8 cabeças de gado – 80 mil réis. 5 bois – 60.000 mil réis.	Terras da Fazenda Hermaytá – 67.000 mil réis.
Feto	49 cabeças de gado – 490.000 mil réis. 5 bois – 60.000 mil réis.	Terras além da Jussara – 60.000 mil réis.
Nelson Martins Jorge Moreira	38 cabeças de gado – 380.000 mil réis. 5 bois- 60.000 mil réis.	Terras na Fazenda Hermaytá – 67.000 mil réis. Terras além da Jussara – 5.000 mil réis.
Rosa Lima Martins Jorge	47 cabeças de gado – 470.000 mil réis. 5 bois- 60.000 mil réis.	Terras na Fazenda Brejo – 60.000 mil réis. Terras além da Jussara – 7.750 mil réis.
Ortência Martins Jorge	46 cabeças de gado – 460.000 mil réis. 5 bois – 60.000 mil réis.	Terras na Fazenda Brejo – 67.000 mil réis. Terras além da Jussara – 5.750 mil réis.
Montante da herança: 13:915\$000		

FAMÍLIA BARROS

Inventário (1874)

Inventariada: Margarida Maria de Barros

Inventariantes: Capitão Thomas José de Barros e Alferes Luís de Amorim Vieira Escócio

Tabela 4: Tabela 4: Inventário da Margarida Maria de Barros⁹³

Herdeiros	Quantidade de Gados /Valor	Terras/ Valor
José de Barros	150 cabeças de gado – 1.5000\$000.	Terras da Fazenda Piranhas por 500.000 \$000 réis.
Luís de Amorim Vieira Escócio	175 cabeças de gado – 1.750\$000.	Terras na Fazenda Eigeitada – 800.000 \$000 réis.
Montante da Herança: 13.722\$000		

Através das tabelas, podemos perceber que as citadas famílias deixaram um considerável conjunto de bens a seus herdeiros. Eram famílias que compuseram o núcleo político e econômico da região. Em análise a um caso específico no município de Feira de Santana, na Bahia, Francemberg Reis afirma que “indivíduos concentravam suas fortunas no meio rural, sendo terras e gado os bens de maior incidência quando analisados os espólios.”⁹⁴. Assim como ocorreu no referido município, a pecuária e a agricultura também movimentavam a economia em Grajaú. Os dados mostrados respondem de forma significativa que os valores de gado e de terras apresentavam pontos que contribuíam para a permanência da concentração econômica e fundiária local. A análise dos números ajuda a trazer noções sobre a configuração agrária e sobre o mercado de gado e de terras na localidade.

O gado era criado solto, necessitava de grandes extensões territoriais para a sua criação. As terras eram compostas por pastagens, e contribuíam para a expansão ganadeira no centro-sul. O comércio de gado era auxiliado pela manutenção das extensões territoriais fundamentais para a fomentação de terras em Grajaú. Mas, por meio dos dados documentais, verificamos que a fragmentação da terra era (e, continua sendo) uma realidade latente nesse modo de manutenção de poder, como veremos nos capítulos seguintes desse texto. A terra era

⁹³ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH). Autos Cíveis, Inventário, 1874, caixa 6. p.38.

⁹⁴ REIS, op. cit., p.51.

fragmentada, porém continuava sobre o domínio das mesmas famílias e alianças amigáveis entre as mesmas. Neste ponto de vista, bem aponta Francemberg Teixeira Reis:

Um dos principais motivos que vieram a resultar na fragmentação das terras foram as sucessões hereditárias e os legados deixados em inventários. Com isso, os herdeiros foram tomando posse de suas partes de terra, passando a habitar nelas ou vendendo tanto para familiares como para pessoas não aparentadas, fazendo com que antigas fazendas se dividissem progressivamente entre as gerações⁹⁵.

Nesse ponto de vista, verificamos que as tramas familiares ajudaram na concentração desse processo, apesar da fragmentação das terras, por meio das parcelas, tal elemento permanecia nas mãos dos grandes potentados, resultando na concentração fundiária. No caso de Grajaú, as alianças políticas e econômicas eram estabelecidas entre as famílias Léda, Moreira, Barros e Martins Jorge, as quais foram notadas nos inventários pesquisados. Na época, final do século XIX e início do século XX, a primeira e a segunda destacavam-se, sobretudo, no cenário político do sertão, haja vista que estavam envolvidas nos conflitos políticos partidários de Grajaú.

Observamos por meio dos inventários que havia relações entre as diferentes famílias. No caso específico do clã dos Léda, graças às suas estratégias de matrimônio e compadrio estenderam seus tentáculos para muito além da povoação de Grajaú (como Barra do Corda, Riachão, Balsas, Carolina, Pastos Bons, Boa Vista - GO e outras localidades). Assim, tiveram suas representações em vasta área do sertão e resistiram às crises e aos momentos de glória vividos pela família nos mais variados momentos da história política do Brasil.

Através dos documentos verifica-se que a formação de sua numerosa prole ocorreu a partir da união matrimonial do ex comerciante português Antônio Rodrigues de Miranda Léda com Leocádia Moreira, pertencente a uma rica e influente família da comarca de Pastos Bons. Antônio Rodrigues de Miranda Léda veio de Portugal e conseguiu cidadania brasileira em 22 de junho de 1869⁹⁶.

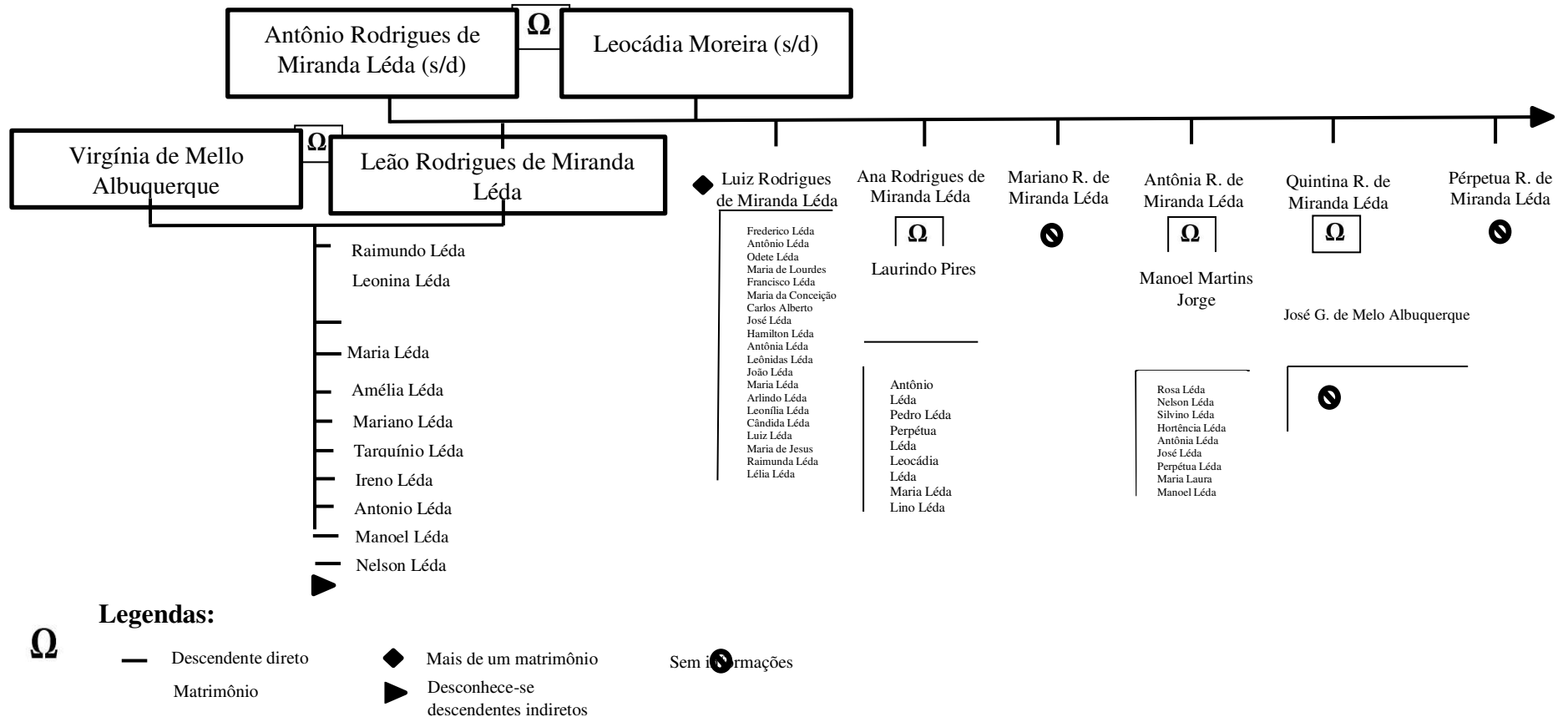
Então, a chave parental estratégica se esboçou pela primeira vez quando Antônio Rodrigues de Miranda Léda se casou com Leocádia Moreira (ver quadro 1 – Genealogia da família Léda), gerando os filhos que formaram a primeira geração dos Léda no Maranhão:

⁹⁵ REIS, op. cit., p. 55.

⁹⁶ ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Carta de naturalização do cidadão brasileiro do súdito português Antônio Rodrigues de Miranda Léda*. Sessão de Documentos Restaurados. São Luís, 1870.

Leão Rodrigues de Miranda Léda; Luiz Léda; Ana Léda; Mariano Léda; Antônia Léda; Quintina Léda e Perpétua Léda, como é possível aferir por meio do inventário de Antônio Rodrigues de Miranda Léda e através do organograma familiar (Quadro 1).⁹⁷

⁹⁷Para verificação do organograma familiar dos Léda, bem como uma análise mais aprofundada sobre as relações parentais da família, C.f: VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. *“Uma comarca fora da lei”*: a Guerra do Léda no Sertão do Maranhão. Monografia (Graduação). Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

Quadro 1: GENEALOGIA DA FAMÍLIALÉDA (S/D)⁹⁸

⁹⁸As informações genealógicas da Família Léda, pelo menos em três gerações a partir da segunda metade do século XIX, foram retiradas de documentação alocada no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH/TJ), e de informações colhidas juntas aos próprios descendentes da família; esses disponibilizaram um documento, chamado *Contribuições à História da Família Léda*, escrito por Lilian Maria Léda Saldanha e Maria Celeste Palhano de Oliveira, em 2007, que contém informações sobre casamentos e filhos.

O organograma (Quadro 1) dá visibilidade as alianças estabelecidas entre as famílias tradicionais de Grajaú. Leocádia Moreira, Antônio Rodrigues de Miranda Léda e seus setes filhos, pois são exemplos de famílias que gravitaram em torno das terras, da política, do modo de vida e da tradição sertaneja. Ao morrer Antônio Léda deixou um patrimônio na quantia de 18: 811\$000 (Dezoito contos, oitocentos e onze mil réis) – tabela 1 -, o que aproximadamente seria um valor por volta de 2.214.000 milhões de reais, considerando a fonte⁹⁹ que um conto de réis equivale a R\$ 123.000,00 (para efeito de transformação).

Certamente, as determinadas famílias, representadas tanto por Antônio Rodrigues de Miranda Léda, como Thomaz Moreira, Manoel Martins Jorge e a cabeça de casal Margarida Maria de Barros usaram estratégias para a perpetuação da sucessão patrimonial. Em uma análise feita por Reis, “as estratégias buscavam reproduzir o status social e familiar, o capital simbólico e econômico que os indivíduos detinham [...] Quando morria o proprietário, os herdeiros também elaboravam estratégias para distribuírem e tomarem posse dos bens”¹⁰⁰. Em alguns casos, a herança não era transmitida para as filhas, mas para *o cabeça de casal*, que representava o núcleo familiar.

Dessa maneira, a partir do processo histórico analisado nesse capítulo compreende-se as alianças estabelecidas em Grajaú. As famílias tradicionais detinham o poder político e econômico, ou seja, ocupavam os cargos partidários e possuíam extensões de terras concentradas em suas mãos, alimentando a manutenção da acumulação e da capacidade de mando. Nessa perspectiva, acreditamos, que esses elementos ajudam a entender o atual espaço político e socioeconômico do município. No século XIX, eram as famílias destacadas que estavam presentes no território e tinham a garantia da terra; hoje, o poder econômico está centrado tanto no capital externo de grandes empresas, como sobre o poder de outros grupos familiares, que se apropriaram do sistema já posto e intensificaram o processo de concentração de terras nas mãos de poucos.

Portanto, partindo da análise histórica construída como pressuposto para compreender o atual processo de concentração de terras e organização territorial, agora se fará uma abordagem conceitual acerca do território, também sobre o desmembramento territorial

⁹⁹DINIZ, Bruno. *Conversão hipotética do Réis para o atual real*. Disponível em: < <http://diniznumismatica.blogspot.com.br/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html> />. Acesso em: 03 de jul. 2017.

¹⁰⁰ REIS, op.cit., p. 56.

e, de forma breve, analisar a criação dos municípios no Brasil, mas, estabelecendo como foco principal, a fragmentação do município de Grajaú.

CAPÍTULO 2

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO E O REORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ

Em *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*¹⁰¹, publicado pela primeira vez em 1949, pelo historiador Victor Nunes Leal, compreendemos de maneira clara e significativa a forma como foi “dividido” o território brasileiro durante os períodos Colonial, Imperial e Republicano. Sempre a reboque de manobras políticas controladas, na época, pelos coronéis ou por quem estava no poder nos vários regimes políticos do Brasil. Tal “fenômeno”¹⁰² nos ajuda a entender a organização agrária, a formação dos grandes latifúndios e a concentração de terras nas mãos de uma minoria, além de nos fazer refletir sobre uma realidade ainda latente nas diversas regiões do país, e, sobretudo, do Nordeste brasileiro.

Como elemento do território, o município surge como um controle político e administrativo dentro de um sistema onde as forças estão em constantes conflitos. Na divisão territorial não houve uma distribuição igualitária das terras, devido os diferentes interesses que estavam em jogo, causando, como consequência, um “problema de conjunto, a concentração da propriedade [...] fato dominante em nossa vida rural.”¹⁰³. Portanto, a fragmentação desse território estava imbuído de elementos como o apadrinhamento, o paternalismo, o “filhotismo”, as relações patriarcais e matrimoniais, tão presentes nas relações sociais e na forma de se fazer política no interior desses múltiplos territórios.

Essa forma de fazer política estava relacionada à constante estrutural da posse da terra. No final do século XIX, final do Império e começo da República, há um processo de decadência da lavoura. Para não perder espaço de poder as famílias latifundiárias tradicionais criaram novos mecanismos de perpetuação do poderio político e econômico, adentrando com

¹⁰¹LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

¹⁰²Para o historiador o “fenômeno” coronelismo seria, a princípio, considerado como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja “hipertrofia” constitui um fenômeno típico da nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.”LEAL, op. cit., p.20.

¹⁰³LEAL, op. cit., p.26.

mais intensidade na política de formação dos municípios, demarcando, assim, determinados territórios. Dessa forma cada território sofria pressão das múltiplas forças endógenas e exógenas presentes tanto em uma estrutura física como imagética social, que se formava nas mais variadas escalas territoriais do Brasil.

Desse modo, partindo inicialmente de uma análise histórica do processo, o objetivo deste capítulo é entender as formas que esse território foi pensado ao longo do campo da nossa história, além da dinâmica e da fragmentação territorial, a partir da criação dos municípios no Brasil. Tal criação está relacionada a uma constante estrutural ainda presente na realidade do país: uma política de beneficiamento da classe elitista, vinculada ao grande latifúndio. Esse processo, portanto, esteve vinculado a uma constante histórica das elites latifundiárias almejando à manutenção do seu poder político e econômico no âmbito local e/ou regional, de construção do território brasileiro.

2.1 O território em seus múltiplos olhares conceituais: uma análise teórica do conceito de território.

Pensar sobre o conceito de território será um dos primeiros pontos para a elaboração da construção da análise que será abordada ao longo dessa reflexão, uma vez que é relevante entender o processo da formação territorial do objeto de estudo para o embasamento teórico-metodológico do mesmo. Assim, compreendê-lo como algo dinâmico a partir da inter-relação homem, natureza, sociedade e tempo possui estreita relação com conjuntos teóricos diversos que podem auxiliar o enquadramento conceitual.

Portanto, defendemos, aqui, a partir de ecléticas contribuições da Geografia, da História e da Sociologia, o território como resultado de um movimento dialético e das relações econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais que se desenvolvem e se vinculam mutuamente. Entretanto, por mais que essa definição seja quase unânime nos dias de hoje, nas primeiras tentativas de definição realizadas, dentro da perspectiva da geografia tradicional, a definição de território não era visto como algo pertinente e central, pois discutiam-se as concepções sobre região, paisagem, deixando o território para um segundo plano.

No decorrer da ampliação de escolas dentro do campo dos estudos geográficos, correntes interpretativas são formadas e novas discussões são colocadas em campo. Portanto, percebemos, ao analisarmos a partir da história dos conceitos, que ao longo do processo de definição das disciplinas do saber, o conceito de território sofreu profundas mudanças, e hoje não é possível encontrar somente um único conceito, por mais que eles possuam entre si relação clara.

Verifica-se que esse conceito esteve pautado inicialmente dentro de uma perspectiva natural e sofreu modificações dentro da geografia teórico-quantitativa (1950), da geografia crítica (1970) e da geografia humanista e cultural (1970), pois em cada período se observa rupturas e continuidades que tornam um conceito múltiplo, e que hoje podem ser pensadas a partir das mais variadas áreas das ciências sociais, humanas e naturais.

Um dos primeiros estudiosos a abordar o território foi o geógrafo Claude Raffestin (1993), que enfatiza a característica política do território e o conceito de espaço geográfico. Na concepção de Raffestin “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível [...] O território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço.”¹⁰⁴. Assim, nesta visão, o espaço¹⁰⁵ é anterior ao território, sendo necessário o entendimento dos dois termos para a compreensão do poder no interior de uma análise geográfica. Esse poder é uma característica intrínseca do território. Não há como compreender o território sem analisar as relações de poder, sendo uma análise central para o entendimento do conceito e da formação territorial. Para o mesmo “o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido.”¹⁰⁶

Outra importante abordagem foi proposta pelo geógrafo Marcelo José Lopes de Sousa (1995) em “Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.”¹⁰⁷. Nesse estudo Sousa analisa de forma muito perspicaz a formação e organização do território. Ao iniciar seu estudo o autor se preocupa em desenvolver a partir da citação do livro “A Arte da Guerra”, do autor Sun Tzu, sua abordagem sobre território, tendo a guerra como um local

¹⁰⁴RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 143 e 144.

¹⁰⁵Embora o objetivo deste estudo não esteja centrado no conceito sobre espaço, é necessário o entendimento, pois o espaço e o território estão em uma dinâmica constante. Cf. SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*, Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

¹⁰⁶RAFFESTIN, op. cit., p. 7.

¹⁰⁷CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995.

onde o poder se estabelece e se concentra. Na visão do geógrafo “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.”¹⁰⁸. Esse território formado por meio do poder apresenta delimitações que podem ser definidos e redefinidos ao longo do tempo. Assim, vale ressaltar que de acordo com o mesmo, não existe apenas um território, existem territórios “construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma experiência periódica, cíclica.”¹⁰⁹. Tendo o homem como manipulador de sua configuração e reconfiguração, de acordo com o interesse individual e coletivo.

Para o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), que elaborou o conceito de “espaço vital” - base indispensável para a vida do homem - O espaço vital estava relacionado às condições para a manutenção e consolidação do poder do Estado sobre o território. Nessa visão o conceito de território era meramente de um aspecto natural e estava baseado no desejo de expansão territorial, momento que a Alemanha, no período Bismarckiano, tinha como interesse um projeto imperial expansionista de desenvolvimento. Nas palavras do autor, “do mesmo modo, com o crescimento em amplitude do Estado, não aumentou apenas a cifra dos metros quadrados, mas, além disso, a sua força, a sua riqueza, a sua potência.”¹¹⁰. Portanto, nota-se claramente que Ratzel acreditava que o território era algo fundamental para qualquer população, e somente por meio dessa expansão o Estado poderia atingir o seu grau de desenvolvimento.

Já para o geógrafo Rogério Haesbaert (2012) é necessário compreender o território a partir de um viés multidimensional (jurídico-político, econômico e culturalista), também entender os três elementos múltiplos do território (os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão). Haesbaert defende a ideia de que não há um conceito objetivo sobre o que é território, podendo defini-lo tanto como uma realidade física-material ou como uma realidade ideal. Assim para o mesmo, o território:

Não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade, nem como um mero recurso analítico elaborado pelo pesquisador. Assim como não é algo dado, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma mera

¹⁰⁸ SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná et al (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.78.

¹⁰⁹ Ibidem., p.81.

¹¹⁰ RATZEL, F. *Geografia do homem*. In: Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo: Ed. Ática, 1990, p.80.

invenção, seja como instrumento de análise dos estudiosos, seja como parte da imaginação geográfica dos indivíduos¹¹¹.

O território, segundo essa concepção, pode ser construído a partir das variáveis relações de poder, das relações políticas-econômicas, simbólicas-cultural, não existindo, portanto, um território puro, mas sim um território com espaços delimitados e controlados por redes de poder. Nesta concepção geográfica de Haesbaert (2012), o território apresenta uma definição distinta do conceito de espaço, e por mais que sejam conceitos distintos, deve existir uma relação entre os dois, pois não se forma um sem o outro, sendo, portanto, inseparáveis.

Já para a visão do geógrafo Marcos Aurélio Saquet (2007) é necessário compreender o território a partir da sua relação com a sociedade e a partir dos conflitos existentes. É interessante notar a ênfase que é dada às relações sociais, não existindo apenas o poder como fator preponderante para a formação de um determinado território. Para Saquet:

É possível ver o território e representá-lo através de imagens que podem ser compreendidas como paisagens [...] É uma forma de se trabalhar, na geografia, a interação Terra-território, através da representação e do estudo da vida cotidiana, a qual é possível apreender a fluidez do tempo, os conflitos e os sujeitos que estão presentes nas relações que ocorrem entre o local e o global.¹¹²

Percebe-se que as relações sociais presentes no interior do território dão formas a cada realidade da vida cotidiana; assim, é necessário compreender o movimento dialético existente dentre de um meio formado pelo homem, pela natureza, pelo objeto material e suas variadas escalas. Sob este olhar é necessário entender que o território é formado a partir de um movimento histórico e formado por diferentes relações socioespaciais, onde o poder é exercido pelo Estado, empresas e instituições.

Já na percepção do geógrafo Milton Santos:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima¹¹³.

Milton Santos vê o território como algo material, concreto e natural. O movimento de construção e reconstrução das relações sociais configura o território. Essa definição elaborada por Milton Santos tanto sobre o conceito de espaço como sobre o conceito de

¹¹¹ HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012, p.74.

¹¹² SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.81.

¹¹³ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.51.

território é demasiadamente importante em sua abordagem de pesquisa cujo embasamento teórico está fundamentado nos estudos de pesquisadores como Karl Marx, Sartre, Harvey, dentre outros. Percebe-se em sua análise que as atividades dentro do espaço e do território criam relações sociais cuja formação é desigual, não existindo uma mesma evolução espacial e territorial.

Corroborando com essa mesma linha de pensamento Maria Laura Silveira analisa o território a partir da sua dinâmica e das ações materiais e imateriais que atuam sobre ele. Para a geógrafa é necessário perceber que o “território revela as ações passadas, já congeladas nos objetos e normas, e as ações presentes, aquelas que estão a caminho de se realizar, capazes de conferir sentido ao que preexiste.”¹¹⁴. Portanto, para compreendê-lo é fundamental verificar as heranças do passado, as possíveis intencionalidades dos agentes socioeconômicos e suas ações para a formação desse território que se encontra em movimento contínuo.

Na concepção do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes “é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. ” ¹¹⁵. Esse território está em contínua relação com o espaço, um espaço, em que “cada instituição, organização, sujeito etc., constrói o seu território e o conteúdo de seu conceito, desde que tenha poder político para mantê-lo. ” ¹¹⁶. Na visão do mesmo também é necessário entender as diferentes tipologias de território¹¹⁷ e a dinâmica existente em cada realidade, pois cada uma apresenta a sua singularidade devido aos diferentes agentes históricos, sociais, econômicos e ambientais atuantes no meio físico e social desse território plural.

Em A questão do território no Brasil¹¹⁸, publicada em 1995, de autoria de Manuel Correia de Andrade, o autor discorre inicialmente sobre o conceito de território na visão das ciências naturais e ciências sociais dentro do processo de concepção do estudo da pesquisa

¹¹⁴SILVEIRA, Laura Maria. *O território em pedaços*. Revista Com Ciência [online]: Unicamp, p.1-4, p.1, 10. Nov. 2011. ISSN 1519-7654. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?servition=8&edicao=72&id=902>. > Acesso em: 23 maio.2018, p.8.

¹¹⁵FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In. PAULINO, Eliane Tomiasi (Orgs). *Campesinato e Territórios em disputa*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.299.

¹¹⁶Ibidem, p.300.

¹¹⁷Na concepção do autor é necessário entender o que o mesmo chama de ‘Territórios Materiais’ e ‘Territórios Imateriais’ para compreender o pluralismo da formação territorial e suas singularidades. Sobre os tipos de territórios ver: FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In. PAULINO, Eliane Tomiasi (Orgs). *Campesinato e Territórios em disputa*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.299.

¹¹⁸ANDRADE, Manuel Correia. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995, p. 19.

científica, apontando na perspectiva social os estudos realizados por Ratzel e Élisée Reclus. Depois, logo que expõe tais análises, Andrade conceitua, a partir da sua visão, o conceito de território dentro de um viés político e econômico. Assim, para o mesmo:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas¹¹⁹.

Sofrendo influência de Ratzel, percebe-se que tal conceito está diretamente ligado ao poder e ao domínio que o território exerce sobre as esferas, que partem tanto do setor público como do setor privado. Dessa forma, o território estaria muito mais ligado ao controle que exerce do que aos aspectos ambientais de uma determinada área. Portanto, a noção de poder é central dentro da linha de pensamento do estudioso. As relações econômicas capitalistas funcionam dentro desse território, pois é nele que as forças de produção atuam em caráter dinâmico entre o estatal e o particular. O território é ocupado pelo homem que exercita suas atividades dentro de uma determinada área. Nesse sentido “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação.”¹²⁰. Então o território também sofre influência do meio social na sua formação, logo, sendo formado pelos agentes sociais, políticos e econômicos na sua constituição.

No entanto, ao longo do processo de construção do território, a partir das suas mais variadas influências, tendo o poder como um dos elementos mais significativos dentro dessa dinâmica, verificou-se um movimento de (des)construção. Esse resultado acarretou no processo de fragmentação territorial do Brasil ao longo da sua história, perpassando períodos da Colônia, do Império e da República. Observa-se a fragmentação territorial com a criação, a princípio, das capitânicas hereditárias, das freguesias, vilas, distritos, estados, cidades e, por fim, com a criação dos municípios, objeto esse que será de destaque no próximo elemento desta análise.

¹¹⁹ ANDRADE, op.cit., p. 20

¹²⁰ ANDRADE, ibid., p. 20

2.2 A fragmentação territorial e a criação de municípios no Brasil: um aporte teórico sobre o conceito

Pensar essa imensidão territorial do Brasil¹²¹, formado por vários territórios desiguais, portanto, intensamente fragmentado, exigirá ter contato com arcabouços teóricos que se preocuparam em compreender seja do ponto de vista geográfico, histórico, social, como político e econômico, esses territórios que se formavam, e, ao mesmo tempo se fragmentavam, seguindo uma dinâmica contraditória e desigual. Logo, ter noção dos pontos-chaves presentes em cada aporte teórico nos ajuda entender alguns autores que estudaram o processo de criação dos municípios no Brasil.

No entanto, antes de expor tais análises é interessante questionar: o que seria o conceito de município? Na verdade, o conceito depende muito de quem e de onde se fala, haja vista, que apresenta explicações distintas, pois está relacionado com o processo histórico, social e territorial que é dinâmico e desigual. Mas, seguindo a linha interpretativa de Lauro Bastos Birkholz¹²² a palavra município provém de duas palavras latinas: *munia* – prerrogativas e *capere* – conservar. Assim, nessa análise, o município como unidade administrativa local significa conservar as suas prerrogativas.

Dentre as diversas linhas de interpretação sobre a formação do município no Brasil, um dos estudiosos que atentou-se para entender as origens do termo foi o geógrafo Adilar Antonio Cigolini¹²³, que buscou em autores como Nunes (1920) e Avellar e Taunay (1965) compreender o que seria o município, a partir do Império Romano e da representação do município em Portugal, assim o primeiro destaca:

Explicam esses autores que o município decorre especialmente da organização política do Império Romano. As cidades conquistadas pelos romanos conservavam suas próprias leis, nomeavam seus magistrados e dispunham de seus cargos públicos, mantendo certa autonomia em relação aos seus dominadores. O *municipium* era, no direito romano, a fórmula que expressava essa situação. Esses mesmos autores dizem também que o município português foi resultado da

¹²¹O território brasileiro está localizado na América do Sul, apresenta extensão territorial de 8.514.876 Km² e área localizada no hemisfério Ocidental; além de possuir 23.102 km de fronteiras, sendo 15.735 km terrestres e 7.367 marítimas. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/fronteiras-brasileiras-os-limites-do-nosso-territorio.htm>.> Acesso em: 23. Maio.2017.

¹²²BIRKHOLZ, Lauro Bastos. *Planejamento Regional e o planejamento local, relacionamentos e condicionantes*. FAUUSP, Publicação, São Paulo, 1979.

¹²³CIGOLINI, Adilar Antônio. *Território e criação de municípios no Brasil: Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

associação do município romano com o *conventus publicus vicinorum* (encontro público de vizinhos), utilizado pelos bárbaros, após a queda do Império Romano, como instância decisória da política local.¹²⁴

Conforme a citação percebemos uma relação existente entre o Império Romano e Portugal a respeito da representatividade da função dos municípios nas duas diferentes escalas geográficas, existindo, portanto, uma complementaridade. Assim, o pesquisador Edison Favero (2004) destaca a partir de Célson Ferrari (1972), que, “em Portugal, antes do descobrimento, o município (*municipium*) era chamado conselho (*concilium*) por extensão do conceito de Conselho, órgão local de governo.”¹²⁵.

Outro significativo estudo a respeito dessa temática foi realizado pelo historiador Edmundo Zenha que, em 1948, lançou a obra *O município no Brasil: 1532 – 1700*¹²⁶. No referido livro, o autor se preocupou em compreender a origem da criação do município, atentando-se sobretudo para o Brasil Colonial.¹²⁷ Mas, para iniciar a sua reflexão, Zenha buscou entender o processo na raiz do Império Romano, depois percorreu a formação e a consolidação do município em Portugal, para, por fim, analisar o seu objeto principal, o surgimento das instituições municipais no Brasil. Então, na sua concepção o município no Brasil surgiu obrigatoriamente a partir dos interesses da Coroa portuguesa, assim como “as humildes vilas brasileiras, lamparinas da civilização que o português custosamente ascendia pela costa imensa, tiveram seu nascedouro subordinado a um programa elaborado em Lisboa.”¹²⁸

Para o professor, arquiteto e urbanista Edison Favero:

O município português foi transplantado para o Brasil com a mesma organização e atribuições políticas, administrativas e judiciais que desempenham no Reino. Entretanto, ao transporta-se para o Brasil, sofreu algumas alterações, o território governado pelo Conselho passou a chamar município.¹²⁹

Com esses “novos” elementos o município, no Brasil, incorpora o seu processo inicial de formação. Como visto, o interesse da Monarquia Portuguesa era estender o seu

¹²⁴NUNES (1920); AVELLAR e TAUNAY (1965) apud CIGOLINE, op. cit., p.16.

¹²⁵FERRARI, Célson (1972) apud FAVERO, Edison. *Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sócias*. Tese (doutorado). Escola politécnica da Universidade de São Paulo e Departamento de Engenharia de construção civil. 278f. São Paulo, 2004, p.18.

¹²⁶ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo. Progresso, 1948.

¹²⁷Ver também BRAGA, Alencar Santana. *O poder político do município no Brasil Colônia*. Revista Brasileira de Direito Constitucional- RBDC, n. 12 – jul./dez. 2008, p.169-232.

¹²⁸ZENHA, op.cit., p.25.

¹²⁹FAVERO, op.cit., p. 19.

território e garantir a posse no Além Mar. Na visão de Cigolini, “como instituição portuguesa, o município foi transferido ao território brasileiro, passando a designar o governo das cidades e vilas.”¹³⁰. No período Colonial e Imperial o município desempenhou o poder local, representado pelas câmeras municipais. No entanto, o termo município só foi oficializado a partir da Lei de 28 de outubro de 1828, denominada de Regimento das *Cammaras Municipaes* (Lei Orgânica dos Municípios).¹³¹

Como já posto, durante os vários períodos políticos do Brasil o termo município sofreu transformações, pois deveria ser incorporado à realidade local, modificando, assim, a sua estrutura e função, por conta das múltiplas leis promulgadas. Mas, em uma noção mais contemporânea do termo, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) conceitua o município como “a circunscrição do território do Estado na qual cidadãos, associados pelas relações comuns de localidade, trabalho e de tradições, vivem sob uma organização livre e autônoma, para fins de economia, administração e cultura.”¹³². O termo conceitual estará muito relacionado com a dinâmica do indivíduo com o seu território físico, social, econômico, cultural e político, exercido através do poder.

O município é regido por Lei Orgânica, como estabelecido pela Constituição Brasileira no capítulo V dos Municípios (art. 19 e 29) e Poder Municipal, conforme disposto no artigo 30 da Constituição Federal. Portanto,

CAPÍTULO IV MUNICÍPIOS¹³³

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado [...]

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

¹³⁰CIGOLINI, op.cit.,p.17.

¹³¹FAVERO, op.cit.,p.20.

¹³²IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Criação de Municípios*. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

¹³³PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jul. 2017.

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Município, assim como todos os entes das esferas governamentais da Federação possuem autonomia e são independentes entre si, portanto, são pessoas jurídicas de direito público interno, partes integrantes da Federação brasileira e, como tal, entes dotados de autonomia federativa. Essa Constituição garante o *princípio da igualdade e da insolubilidade*. Os municípios são regidos por Lei Orgânica própria e apresentam competências.

Nos assuntos de competência exclusiva não são subordinados às autoridades federal ou estadual, pois há um pacto federativo, onde um não interfere no que é de competência do outro. Pautada nessa Constituição, Maria Helena Diniz define o município como sendo “pessoa jurídica de direito público interno de Administração direta, dotado, constitucionalmente, de autonomia política-administrativa, com capacidade de ter governo próprio e de legislar no âmbito da sua competência para a consecução de seus interesses peculiares e realização de suas finalidades.”¹³⁴

Obtendo um poder autônomo, o município terá certa garantia de direitos, e isso também causará uma fragmentação territorial. O território será expandido através do processo de crescimento populacional, econômico e dos anseios políticos. Nesse caso surge o fenômeno da emancipação política administrativa, que “é o ato através do qual um distrito

¹³⁴DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. São Paulo. Editora Saraiva, 1998, v.3, p.324.

torna-se um município¹³⁵, ou seja, deixa de estar subordinado ao município de origem e passa a constituir um novo município, com governo próprio, prefeito e vice-prefeito municipais, câmara municipal, vereadores, leis próprias, arrecadação de tributos e impostos próprios.”¹³⁶ Isso resultará na compartimentação do território, sobretudo com a Constituição Federal de 1988 e, intensificando o processo, no final do século XX, como apontam dados do IBAM¹³⁷ afirmando que, em 1940, o Brasil possuía 1.574 municípios e nos anos 2000, era composto por 5.507; Hoje, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE- (Censo de 2010)¹³⁸, o país possui 5.561 municípios.

Notamos que, no caso do Brasil, como bem aponta Poloni, “o município brasileiro surge sempre do território de outro município.”¹³⁹. Isso é bastante claro quando se toma contato com estudos que tratam a respeito do tema. Esse processo ocorreu de forma gradual (pensado do ponto de vista histórico) e contraditório, sendo resultado de intensos conflitos políticos e econômicos, pois o interesse social não era o principal elemento em pauta da criação, apesar de ser um dos pontos estabelecidos dentro da lei. Seguindo este raciocínio teórico sobre o conceito de território, é interessante destacar que neste trabalho defende-se a ideia de desmembramento, ou seja:

Forma mais comum de criação de novos entes que se dá pela emancipação de um distrito, ou seja, pela separação de parte de um município para se integrar em outro ou constituir um novo município com sua elevação à categoria de pessoa jurídica de Direito Público interno, por meio de outorga de autonomia e reconhecimento por lei estadual.¹⁴⁰

¹³⁵De acordo com o art. 18, § 4º, da Constituição, “ a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.” Aprovada e sancionada a lei estadual, dentro do período definido pela lei complementar federal, estará formado o novo Município. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc15.htm>. Acesso em 24 maio.2018.

¹³⁶MIRANDA, Nascimento Marques de; SOUZA, Lucas Barbosa e. *Emancipação de municípios no Brasil: uma análise a partir do movimento emancipatório de Taquaralto, área sul de Palmas (TO)*. nemad.webnode.com - Interface, Edição número 04, maio de 2012, p.4.

¹³⁷IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Criação de Municípios*. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>>. Acesso em: 27 jul.2017.

¹³⁸IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores Sociais Municipais*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm>. Acesso em 27 jul.2017

¹³⁹POLONI, Nelson Alexandre. *O estudo de viabilidade municipal e seu impacto no desenvolvimento nacional*. Dissertação de Mestrado em Filosofia do Direito e do Estado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 2008, p. 71.

¹⁴⁰Ibdi.,p. 72.

O desmembramento fez parte do processo de construção e desconstrução de novos territórios. Essa divisão territorial geográfica é imbuída de vários elementos para a criação dos múltiplos municípios que constituem o Brasil atual. Assim, entender esse processo com um olhar mais aprofundado sobre o Maranhão, com ênfase no território de Grajaú, possibilitará perceber que não foi uma fragmentação isolada, pois esteve presente nos demais territórios.

Como hipótese se lança a ideia que a municipalização, sobretudo, no Maranhão, esteve muito vinculada com as alianças políticas das famílias tradicionais que tinham a terra como símbolo de poder político e econômico para galgar espaços na estrutura do governo local, estadual e/ou federal. O interesse não era o desenvolvimento local, mas o poder que, possivelmente, determinado município daria às famílias políticas, que ora conflitavam e ora estabeleciam acordos.¹⁴¹ Logo, é válido destacar que:

O processo de fragmentação do território dos estados brasileiros em unidades municipais, tem se dado, historicamente, segundo legislação específica, cuja base se encontra na lei maior do país, a Constituição Federal. No entanto, não podemos negar o conteúdo político desse processo, uma vez que o modelo de Estado ao qual o município se relaciona é ditado por forças de caráter material, assim como ideológico, expressando, dessa forma, a hegemonia de uma classe, ou aliança de classes sobre outras.¹⁴²

Nessa óptica a fragmentação, com a criação de municípios, vai ganhando um cunho mais político do que necessariamente social. Notamos que ele é pautado na lei, porém esta lei foi criada em função de responder os anseios de uma classe hegemônica específica. Esse novo município criado terá espaços privilegiados para aqueles que estão no poder, pois, para determinada classe o objetivo é assegurar e permanecer em tal domínio. Nessa lógica, o acesso é restrito à elite política e limitado aos que estão na base da sociedade, indivíduos sem poderio político, econômico e sem status social. É interessante destacar a aliança ou as lutas que estiveram presentes durante todo esse processo e perceber a permanência dos mesmos. Para isso é necessário compreender as várias linhas teóricas que pautaram o pensamento teórico sobre o processo aqui analisado.

¹⁴¹ Percebe-se no primeiro capítulo a forma que o território do sertão maranhense foi ocupado e colonizado, e que na medida em que esse território se consolidava, no seu sentido administrativo, famílias como Léda, Moreira, Barros e Martins Jorge transitavam em torno do poder em Grajaú. Nenhuma delas aceitava ceder espaços para as famílias ou líderes políticos rivais, pois era perder prestígio e poder de mando na localidade.

¹⁴² GOMES, Rita de Cássia Conceição. *A Fragmentação do Território no Brasil e a Reprodução das Relações de Poder: uma Leitura a partir do Rio Grande do Norte*. Sociedade e Território, Natal, v. 27, nº 1, p. 231 - 250, jan./jun. 2015, p. 235.

Então, pensar sobre a fragmentação territorial a partir da criação de municípios foi objeto de análise de vários autores. Significativos estudos foram realizados na década de 1990 com o objetivo de entender as causas e consequências desse intenso processo ocorrido no Brasil. Nesse período o boom da criação dos municípios chamou atenção dos pesquisadores e passou a ser objeto de estudo das mais variadas áreas. É nesse período que surgem os estudos de Bremaeker (1992), Mello (1992), Noronha (1997), Cigolini (1999), Lima (2000), Ayres (2001), Caldas (2002), Gomes e MacDowell (2000), Fleury (2003), Pinto (2003), Fávero (2004), Bezerra (2006), Wanderley (2007), dentre outros. Desde logo se verifica a pluralidade de interpretações do mesmo objeto, que tem caráter sócio-político, histórico-geográfico e econômico distintos.

O debate teórico aqui analisado estará pautado no estudo de Cigolini (2009)¹⁴³, que realizou uma pesquisa sobre a criação de municípios no Brasil e sua relação com o território. Nesse trabalho o autor estará centrado nas teorias que pensaram sobre esse processo e preocupado em entender a relação existente entre a sociedade e o espaço (em que o autor chama de prática), sendo, segundo o mesmo, um dos fatores principais para o desmembramento territorial do país. Assim na concepção de Cigolini:

As emancipações devem ser analisadas contextualizando essa prática com a dinâmica territorial, pois a ocupação carrega consigo a compartimentação como processo inerente, ou seja, a criação de governos locais é considerada como um processo intrínseco à espacialidade humana. Assim, a hipótese da pesquisa é que a divisão do espaço está vinculada à formação territorial nacional: à medida que o espaço foi sendo ocupado e densificado, ocorreu sua compartimentação¹⁴⁴.

Tal estudo será demasiadamente importante para entender o desenvolvimento deste capítulo, pois serviu como uma das fontes principais para a maturação da ideia aqui desenvolvida. De acordo com essa linha de pensamento é necessário, portanto, levar em consideração a relação do homem, do território e do espaço para a formação de outros territórios. O autor chama atenção ao explicar que tal dinâmica faz parte de um processo estrutural, pois está relacionado com o fenômeno da emancipação.

Para a elaboração da análise, Cigolini (2009) aponta a existência de alguns estudiosos que se debruçaram sobre o porquê das emancipações no Brasil, um deles foi o professor Diogo Lordello de Mello (1992), que enfatizou como causas, três pontos: “O primeiro diria respeito à participação das novas unidades políticas na distribuição do Fundo de

¹⁴³ CIGOLINI, op.cit.

¹⁴⁴ CIGOLINI, op.cit., p. 14.

Participação dos Municípios (FPM). Cada município já nasceria com a certeza de recursos para a sua manutenção [...] Outro motivo estaria ligado à ausência de serviços públicos [...].”¹⁴⁵. Ou seja, as causas estariam muito mais ligadas às questões financeiras devido o repasse de verbas, do que a um interesse de desenvolvimento local. Quanto à ausência de serviços públicos, acredito que não seria o fator principal para determinada causa, por conta do primeiro se sobrepôr dentro de uma dinâmica maior.

François Bremaeker (1993)¹⁴⁶ foi outro autor que se atentou para analisar as causas do processo emancipatório no Brasil, para tanto realizou uma pesquisa entre os anos de 1980 e 1990, nos municípios instalados, para descobrir os motivos que levaram os desmembramentos. No período foram aplicados questionários a 62 prefeitos, com o intento de descobrir as causas, as dificuldades enfrentadas após o desmembramento dos municípios e os principais problemas que afetavam e que existiam em cada município e prefeitura.

Nessa pesquisa o economista e geógrafo constatou que “500 municípios criados no período entre 1980 e 1990 foram desmembrados a partir de 443 outros municípios.”¹⁴⁷. Os desmembramentos tiveram como causas: “O descaso por parte da administração do município de origem, a grande extensão territorial do município de origem, a existência de forte atividade econômica e o aumento da população local.”¹⁴⁸. Para o mesmo os dois primeiros pontos articulam-se entre si, pois, “ não resta a menor dúvida de que quanto maior a extensão territorial de um município, maior é a dificuldade de atender aos anseios de toda a sua população, afastada da sede do município por distancias maiores.”¹⁴⁹

Outro geógrafo e economista que se dedicou na análise foi Rodolf de Noronha¹⁵⁰ (1996). Esse autor atentou-se para 17 municípios criados no Rio de Janeiro nos anos de 1985 e 1993. Após as pesquisas Noronha concluiu que alguns desses municípios foram formados para evitar uma crise econômica, outros por possuírem condições financeiras favoráveis para o processo de desmembramento e outros por interesses políticos de grupos locais.

¹⁴⁵MELLO apud CIGOLINI, Adilar Antonio. *Análise da literatura explicativa sobre o processo contemporâneo da criação de municípios no Brasil*. Revista de Estudos Brasileños. 1sem. 2017. Volume 4. Número 6, pag. 95-107, p.97.

¹⁴⁶BREMAEKER, François E. J de. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. Revista de Administração Municipal, v.40, n.206, jan. /mar.1993, p.2.

¹⁴⁷BREMAEKER, op.cit., p.1.

¹⁴⁸BREMAEKER, op.cit., p.3.

¹⁴⁹Ibid.,p.3.

¹⁵⁰NORONHA, Rodolf de. *Criação de novos municípios: o processo ameaçado*. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, v.43, n.219, p.110-117, abr./dez.1996.

Outra considerável análise fora realizada por Motta Júnior (2002), como aponta Adilar A. Cigolini. O primeiro realizou estudos no município de Itaoca, interior de São Paulo, e concluiu que “o fato, porém, é que criar municípios pequenos e pobres tem causado uma série de desequilíbrios fiscais [...] todas as evidências nos levam a crer que a criação de Itaoca deu-se graças aos interesses de parlamentares do PMDB e seus aliados.”¹⁵¹. Percebe-se assim, por meio de outros casos, o interesse político mais uma vez relacionado ao sistema de desmembramento do território.

Em uma concepção econômica e geográfica do processo de criação dos municípios, vale destacar os estudos de Benfanti e Guimarães (2004) os quais veem como resultado do processo de desmembramento do Estado de Mato Grosso, a expansão territorial.¹⁵² Assim, dentro desta análise os municípios criados no determinado estado foram resultados da ocupação ocorrida a partir do comércio ganadeiro e da expansão agrícola ocorrida na região. Nessa perspectiva destaca Cigolini por meio de Benfanti e Guimarães:

Como desdobramentos do processo de expansão [...]. Entre 1980 e 1996 ocorreu um intenso processo de desdobramentos 76 novos municípios foram criados. Em 1980 Mato Grosso possuía apenas 55 municípios, em 1996 120 municípios e 1997 126 municípios e, em 2003 139 municípios.¹⁵³

O resultado desse desdobramento está articulado tanto com a dinâmica histórica, como territorial e econômica que irá moldar o atual Mato Grosso. A conjuntura atual do referido estado faz parte de uma realidade ocorrida em vários municípios do Brasil. A base de conjuntura está imbuída de elementos sociais, econômicos, históricos e políticos que demarcaram as fronteiras municipais de cada um dos estados. O caso de Mato Grosso relaciona-se de forma muito intensiva com a política agroindustrial com a intensificação da expansão do cultivo da soja a partir da década de 1970, com a ajuda de incentivos fiscais de projetos do governo Federal, que queria ampliar, expandir e ocupar territórios que ligariam o Centro-Oeste com o Nordeste, e, sobretudo o Norte. O objetivo nada mais era do que exportar materiais agrícolas para o mercado exterior e ocupar terras e territórios de mercado. Por meio

¹⁵¹MOTTA JÚNIOR apud CIGOLINI. *Análise da literatura explicativa sobre o processo contemporâneo da criação de municípios no Brasil*. Revista de Estudios Brasileños. Primer.Semestre 2017. Volume 4. Número 6, pag. 95-107, p.100.

¹⁵² Esta análise também pode ser encontrada nos estudos de Adilar Antônio Cigoline. Ver: CIGOLINI. *Análise da literatura explicativa sobre o processo contemporâneo da criação de municípios no Brasil*. Revista de Estudios Brasileños. Primeiro semestre 2017. Volume 4. Número 6, pag. 95-107.

¹⁵³BENFANTI; GIMARÃES (2004) apud CIGOLINI. *Análise da literatura explicativa sobre o processo contemporâneo da criação de municípios no Brasil*. Revista de Estudios Brasileños. Primer.Semestre 2017. Volume 4. Número 6, pag. 95-107, p.101.

dos dados verificados a partir da citação acima nota-se uma crescente na criação de municípios no Mato Grosso, desde 1980 até 2003.

Outra abordagem sobre a fragmentação do território brasileiro foi construída pela geógrafa Rita de Cássia Gomes, que realizou um estudo interessante sobre o processo de divisão territorial do Rio Grande do Norte, por meio da criação de municípios. A autora faz uma análise do processo de construção do território buscando elementos desde o período colonial, perpassando o período monárquico até a chegada do período republicano na história desse estado. A geógrafa defende a ideia dos interesses políticos como elemento fundamental da causa para a criação de municípios na região lócus de pesquisa. Dentre desta perspectiva, Gomes afirma que:

Ao (re) construirmos o processo de fragmentação que ocorreu no Rio Grande do Norte, podemos afirmar que a criação de novos municípios assumiu de início, um caráter institucional, mas, além deste, existiu o aspecto político que não pode ser negligenciado. No caso do processo que ocorreu após a promulgação da Constituição de 1988, o caráter político ficou bastante claro, uma vez que através dessas emancipações, surgiram novos grupos políticos, além de novas territorialidades, e, por conseguinte, um novo quadro de referência, o da apropriação política do território.

No caso do Rio Grande do Norte, ficaram evidenciados esses dois aspectos. A emancipação passou a ser um dos mecanismos utilizados, no sentido de fazer prevalecer o poder de determinados grupos locais e ao mesmo tempo, contribuiu para fortalecer o poder dos grupos que atuam ao nível do Estado [...] Numa sociedade de crises econômicas e políticas profundas, a criação de novos municípios pode representar uma saída, na busca da manutenção e reprodução do poder na sua perspectiva multidimensional [...].¹⁵⁴

Refletindo sobre essa discussão pontua-se o seguinte aspecto: o quanto os interesses políticos prevaleciam como ordem nessa política administrativa dos territórios, o poder dinamizava tal processo emancipatório, não só no Rio Grande do Norte, mas, nas mais variadas escalas. Esse poderio estava nas mãos dos grupos políticos locais, pois eram os indivíduos que possuíam terras, dinheiro e bens materiais, e se apropriavam da máquina pública com o objetivo de propor leis para a criação de novos municípios, tão somente com o intuito de garantir e perpetuar determinado poder através dos jogos políticos.

Se por um lado existiram pesquisadores que pensaram teoricamente as causas do processo de desmembramento territorial com a criação dos municípios, existiram outros que analisaram as consequências desse fenômeno nas mais variadas épocas e nas mais diferentes localidades do Brasil. Um desses autores citados por Adilar Cigolini (2009) foi Gomes e Mac

¹⁵⁴GOMES, Rita de Cássia Conceição. *A Fragmentação do Território no Brasil e a Reprodução das Relações de Poder: uma Leitura a partir do Rio Grande do Norte*. Sociedade e Território, Natal, v. 27, nº 1, p. 231 - 250, jan./jun. 2015, p. 249.

Dowell (2000), que estudaram a partir do ponto de vista nacional as emancipações ocorridas pós 1988. Como resultado das pesquisas dos teóricos já citados, Adilar Cigoline destaca no texto que:

A emancipação induziria a transferência de renda, dos grandes para os pequenos municípios, e dos setores produtivos para os improdutivos. Isso, para eles, diminui, no conjunto, os investimentos econômicos e sociais e compromete o próprio processo de desenvolvimento. Dessa forma, segundo os autores, as regiões mais produtoras e os municípios mais populosos são prejudicados, pois transferem parte de sua renda para outros locais.¹⁵⁵

Para os mesmos a União beneficiava os municípios e existia um “*federalismo municipal*”, que seria a distribuição do poder. Neste quesito o poder era distribuído de forma desigual entre os territórios desmembrados, comprometendo assim um desenvolvimento, o que acarretaria como consequência “a intensa proliferação dos pequenos e micro municípios.”. No entanto, indo de encontro a Gomes e Mac Dowell, o geógrafo Cigolini critica os dois autores afirmando que os mesmos pecam, “porque o estudo pressupõe um modelo federativo acabado, não se apresentando nenhuma crítica ou questionamento do seu ordenamento.”¹⁵⁶

Outro autor destacado por Adilar Cigoline foi Pinto (2003) que pesquisou o município de Corrêgo Fundo (MG), nos anos de 1995. Para tal elaboração o autor buscou informações locais e estudos de caso no determinado território. Sobre os pontos levados em destaque, comenta Cigolini:

O estudo de caso conclui que, do ponto de vista local, a emancipação é um processo viável, especialmente pelo acesso a serviços básicos e criação de uma nova dinâmica econômica. Há também maior participação política da população, que passa a ter mais interesse, pois a eleição é realizada com pessoas da localidade. Essas constatações levaram o autor a refletir sobre o município e sua função política. Para ele, a base do processo de criação de municípios está na democracia e na legitimidade dos movimentos populares, que demandam por melhores serviços públicos e inserção política na sociedade. Embora seja bastante ufanista em relação às emancipações, esse estudo de caso demonstra a existência de conflitos e estratégias locais, que podem ou não resultar na emancipação. A criação de municípios só foi possível pela insistência dos grupos locais, confirmando que a dinâmica política local é inerente ao processo de criação de municípios.¹⁵⁷

¹⁵⁵GOMES; MAC DOWELL (2000) apud CIGOLINI. *Análise da literatura explicativa sobre o processo contemporâneo da criação de municípios no Brasil*. Revista de Estudios Brasileños. Primer.Semestre 2017. Volume 4. Número 6, pag. 95-107, p.101.

¹⁵⁶CIGOLINI, op. cit., p.65.

¹⁵⁷CIGOLINI, op.cit., p 68.

O referido estudo buscou como metodologia entrevistar a comunidade local e àqueles políticos envolvidos no projeto de emancipação municipal da referida localidade. Pinto analisa do ponto de vista político, social e econômico os benefícios e malefícios a emancipação do referido município de Corrêgo Fundo (MG) e conseguiu detectar que havia, de um lado, grupos que viam o processo de emancipação como algo positivo no aspecto dos serviços sociais, e de outro, um grupo que acreditava que a emancipação não resultou em mudanças significativas que atendesse os anseios da população. Outro ponto importante da pesquisa foi a abordagem social e política que o autor enfatiza, dando voz ao povo, acreditando na importância da intervenção popular para o desenvolvimento local, defendendo a ideia da importância de um diálogo democrático, do voto popular e de uma atuação dinâmica entre o político e o social.

Já na concepção de Bezerra (2006) em estudos no território da Paraíba “a criação de municípios foi vista como criação de espaços políticos pelas elites [...] constatou a criação de sentimento de territorialidade na população local, bem como avanços nos índices sociais também foram constatados.”¹⁵⁸. Para realizar tal pesquisa a autora analisou com afinco casos ocorridos nos municípios, especialmente de Capim e Sobrado, na década de 1990. Realizando a observação Bezerra acredita que “a criação de territórios municipais está impregnada por uma lógica de produção de novos espaços de poder, através de uma máquina burocrática que envolve a criação de novas prefeituras e câmaras municipais.”¹⁵⁹. Embora exista, segundo a autora, a luta constante pela criação de espaços de poder, constata que, no caso dos dois municípios referidos, que a emancipação diminuiu as desigualdades socioespaciais existentes, como por exemplo, as políticas de “investimentos em serviços sociais e infraestruturas, como a abertura de escolas ou a extensão de programas de eletrificação e de pavimentação, na zona urbana e na zona rural.”¹⁶⁰

A partir das análises aqui apontadas verifica-se uma pluralidade de estudos que centraram o olhar sobre o processo de criação dos municípios no Brasil, embora com métodos e períodos diferenciados verifica-se que a fragmentação do território brasileiro esteve pautada em uma dinâmica local e global, é resultado de influências do processo histórico, do meio geográfico, da ação sociocultural e política sofridas por interferências internas e externas

¹⁵⁸CIGOLINI, op.cit., p.76.

¹⁵⁹BEZERRA, Josineide da Silva. *O território como um trunfo: um estudo sobre a criação de municípios na Paraíba (anos 1990)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba/CCEN. João Pessoa, 2006. 163f. p. 156.

¹⁶⁰BEZERRA, op.cit., 156.

dentro do território. Tais pesquisas apresentaram uma gama de resultados, alguns pontos comuns e outros dispares, pois, cada território possui a sua singularidade. Alguns viam o desmembramento como algo positivo para o desenvolvimento local, acreditavam no fortalecimento da cidadania e da democracia, outros analisavam o processo a partir de um viés político, entendendo a criação de municípios como resultado de interesses partidários; outros, como visto, acreditavam no desperdício de recursos públicos e/ou no fortalecimento de políticas descentralizadoras, dentre outras consequências. Sobre os resultados aqui destacados Cigolini acredita que a criação de municípios no Brasil:

Se configura uma situação paradoxal. Do ponto de vista coletivo, parece ser prejudicial, mas, do ponto de vista particular, parece ser bastante benéfico. Constata-se também que os locais emancipados tendem a suprir deficiências de duas ordens. Primeiro, a aplicação dos recursos públicos resulta numa reestruturação da vida local, em termos de acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação. Segundo é fato que o território proporciona ao local, e não fora dele, a existência da comunidade política, criando melhores condições de participação e articulação com outros grupos/esferas políticas. Nesse aspecto, a consequência da criação de município é, portanto, dar sentido à própria razão da existência do território, ou seja, a definição de um espaço sobre o qual se assenta e se organiza uma comunidade política que usa esse espaço como instrumento de particularização diante do conjunto, possibilitando a ela construir as relações que podem permitir melhores possibilidades de existência¹⁶¹.

Cigolini por meio de uma visão para além das causas e consequências acredita que o processo de desmembramento territorial é um fenômeno relacionado à dinâmica do território, sendo importante entender, portanto, os determinados pontos. É necessário um criticidade para analisar as situações aqui expostas, pois enquanto em alguns municípios notou-se o desenvolvimento econômico ou social com as emancipações, em outros, como no Maranhão, acredita-se que a criação de municípios esteve muito mais ligada aos interesses políticos partidários.

Defende-se aqui a ideia do território ligado à particularização diante do conjunto, ou seja, no sentido de ver o processo de desmembramento muito mais articulado com o individual do que com o coletivo e preocupado em atender uma pequena parcela da população, àqueles que detêm renda e poder político. Assim, acredita-se que é necessário entender a partir de um olhar amplo e verificar as especificidades de cada localidade, pois o território é dinâmico, mas, ao mesmo tempo em que está em situação de construção está sofrendo fragmentações e/ou desmembramentos. Desse modo, compreende-se que o desmembramento, como já exposto, não é um caso isolado, pois está articulado com um

¹⁶¹CIGOLINI, op.cit., p.78.

processo que aconteceu no país como um todo. Verifica-se que embora o processo de criação de municípios não tenha ocorrido de forma linear, a base não se modifica de forma significativa, haja vista que, no Brasil, acredita-se que os interesses estavam muito mais ligados às questões políticas, associados a uma conjuntura nacional, articulados com os interesses locais e regionais.

Nesse sentido, retomando a análise de Vitor Nunes Leal¹⁶² no estudo já referido no início do capítulo, o historiador acredita que o município está relacionado com a história política do país, e que não se compreende o processo de municipalização sem entender além dos aspectos federais, a sociedade local, a propriedade da terra, a concentração dessa propriedade fundiária, os favores, as perseguições políticas, a autonomia municipal, o “coronelismo” etc, que são elementos fundamentais para entender o atual processo e concluir que muitos municípios foram criados e patrocinados por uma política deficitária e sem, de fato, uma lei preocupada com o desenvolvimento do país e com os aspectos sociais dos indivíduos localizados na margem do sistema.

A respeito da crise municipal o autor acredita que “a atrofia dos nossos municípios tem resultado de processos vários: penúria orçamentária, excesso de encargos, redução de suas atribuições autônomas, limitações ao princípio da eletividade de sua administração, intervenção da política nos pleitos locais e etc.”¹⁶³. Dessa forma, é interessante destacar que mesmo o autor analisando fatos ocorridos, principalmente no início da República, encontra-se muitos pontos em comum, pois o sistema continua apresentando as mesmas deficiências no que se refere à forma que muitos municípios no Brasil foram criados e foram/são administrados de maneira também conflitantes.

Sobre os conflitos Josineide Bezerra (2006) destaca o que chama de ‘*guerra dos lugares*’, “onde os territórios municipais são tomados como compartimentos postos em disputas entre si [...] sob a qual o território é usado a partir de interesses mercantis, mutáveis em função de fatores de mercado.”¹⁶⁴. Ou seja, os múltiplos municípios criados no Brasil estão articulados em uma dinâmica favorável às questões e às mudanças não só políticas, mas, como a autora destaca às questões econômicas. Nessa perspectiva a autora analisa e destaca que:

¹⁶² LEAL, op.cit.

¹⁶³ LEAL, op.cit., p.50.

¹⁶⁴ SANTOS; SILVEIRA apud BEZERRA. *O território como um trunfo: um estudo sobre a criação de municípios na Paraíba (anos 1990)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba/CCEN. João Pessoa, 2006, p.31.

Em meio à diversidade que caracteriza a malha municipal brasileira, quando consideramos indicadores como população, renda per capita, inserção produtiva na economia regional e nacional, podemos afirmar que a maioria dos municípios do país está à margem desse perfil. Portanto, não apresenta uma situação favorável à oferta de tais condições, ficando potencialmente “isolada” de estratégias mais amplas de crescimento, sob o jugo da economia global. Com efeito, isso vem a aprofundar ainda mais as desigualdades regionais.¹⁶⁵

Como esses territórios estão fragmentados de maneira desigual e apresentam múltiplas relações, encontram-se vários perfis de articulação entre o território e o homem, o que resulta em territórios de disputas. A conjectura destacada pela historiadora aponta a deficiência da malha municipal brasileira, talvez por apresentar estruturas territoriais fragmentadas e sem uma organização das fronteiras políticas que demarcam os variados municípios. A ausência de aprimoradas estratégias para a criação e para o desenvolvimento municipal pode fazer com que, de acordo com a mesma, tais municípios fiquem à “margem” de uma lógica global.

Apesar de existir certa comunicação entre as esferas, nem sempre essa articulação acontece de forma significativa, pois cada localidade apresenta a sua singularidade, por vezes não estando de acordo com os ditames da política centralizadora capitalista. Sem dúvida tais elementos destacados no fragmento auxiliam não só para as alarmantes desigualdades regionais, mas também para as desigualdades socioeconômicas tão perceptíveis em nossa sociedade.

Assim, a criação de municípios no Brasil precisa ser analisada de modo pormenorizado, atentando-se para a compreensão dos períodos históricos e do movimento ocorrido ao longo do tempo. Portanto, compreender a noção de território é a base para a reflexão sobre os desmembramentos. Desse modo, percebe-se por meio dos estudos realizados por Edison Favero a construção e reconstrução dos múltiplos municípios no Brasil durante os anos de 1940 a 2000. É interessante destacar que a evolução de tal fenômeno ao mesmo tempo em que avança em um processo acelerado, estagna em outros e provoca disputas. Por meio da tabela e do mapa abaixo, verificamos uma crescente na criação de municípios em alguns estados do Brasil (tabela 5 e figura 7).

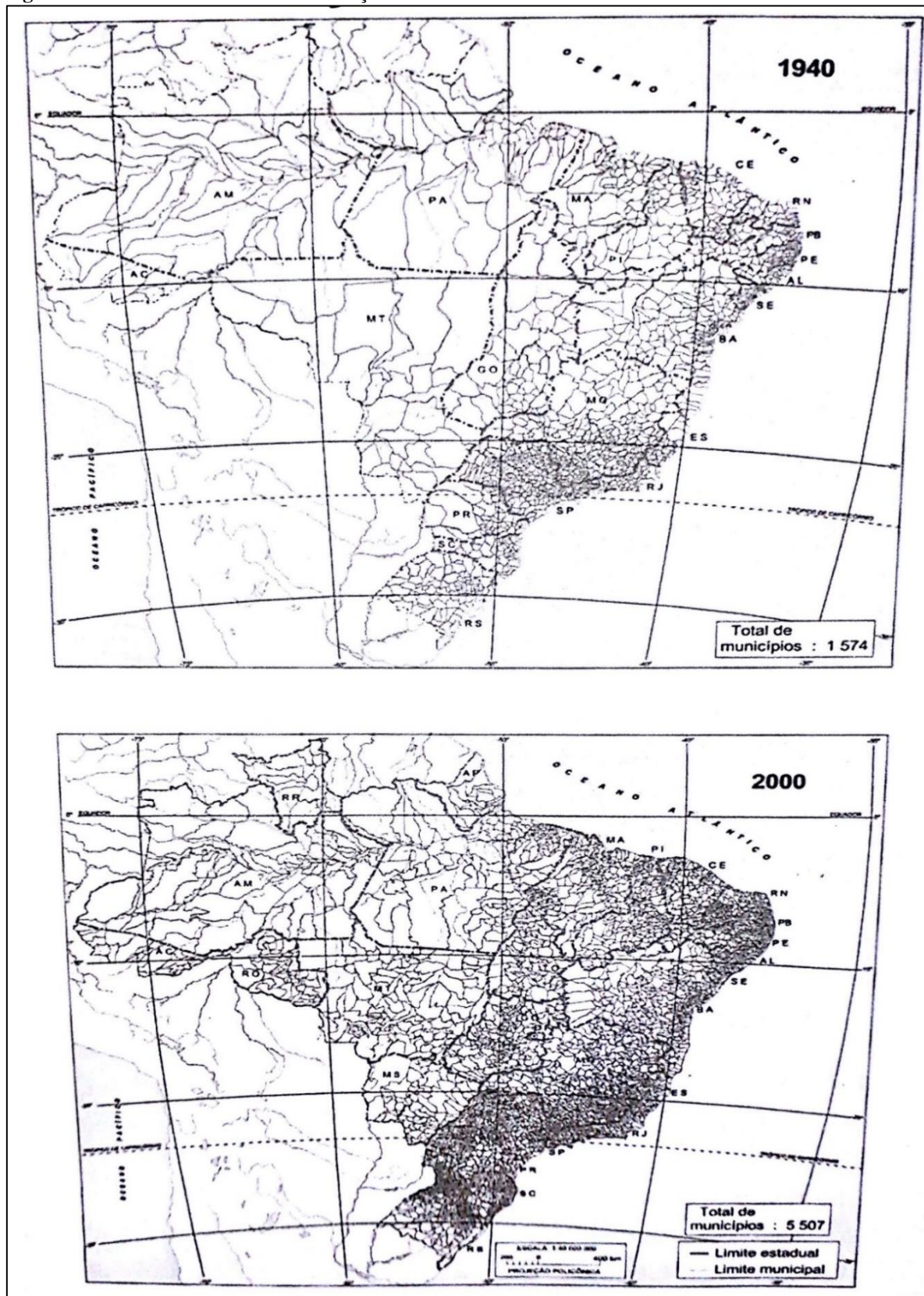
¹⁶⁵ BEZERRA, op.cit.,p.32.

Tabela 5: Evolução do número de municípios brasileiros – Brasil, Regiões e Estados, 1940 a 1997.

Estado/ Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1993	1997
Acre	7	7	7	7	12	12	22	22
Amazonas	28	25	44	44	44	62	62	62
Amapá	-	4	5	5	5	9	13	16
Pará	53	59	60	83	83	105	128	143
Rondônia	-	2	2	2	7	8	-	13
Roraima	-	2	2	2	2	79	123	139
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte	88	99	120	143	153	298	398	449
Alagoas	33	37	69	94	94	97	100	101
Bahia	150	150	194	336	336	415	415	415
Ceará	79	79	142	142	141	178	184	184
Maranhão	65	72	91	130	130	136	136	217
Paraíba	41	41	88	171	171	171	171	223
Pernambuco	85	91	103	165	165	168	177	185
Piauí	47	49	71	114	114	118	148	221
Rio Grande do Norte	42	48	83	150	150	152	152	166
Sergipe	42	42	62	74	74	74	75	75
Nordeste	584	609	903	1.376	1.375	1.509	1.558	1.787
Espírito Santo	32	33	37	53	53	67	71	77
Minas Gerais	288	386	483	722	722	723	756	853
Rio de Janeiro	51	57	62	64	64	70	81	91
São Paulo	270	369	503	571	571	572	625	645
Sudeste	641	845	1.085	1.410	1.410	1.432	1.533	1.666
Paraná	49	80	162	288	290	323	371	399
Rio Grande do Sul	88	92	150	232	232	333	427	467
Santa Catarina	44	52	102	197	197	217	260	293
Sul	181	224	414	717	719	873	1.058	1.159
Distrito Federal	-	-	1	1	1	1	1	1
Goiás	52	77	179	221	223	211	232	242
Mato Grosso	52	35	64	84	38	95	117	126
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	55	72	77	77
Centro-Oeste	80	112	244	306	317	379	427	446
BRASIL	1574	1889	2766	3952	3974	4491	4974	5507

Fonte: FAVERO, op. cit., p.54.

Figura 7: BRASIL – EVOLUÇÃO DA MALHA MUNICIPAL – 1940 A 2000.



Fonte: FAVERO, op. cit., p.58.

A partir da tabela 5 e da figura 7 percebemos uma crescente na criação de municípios no país, principalmente, entre os anos de 1993 a 1997, totalizando 5.507 municípios no Brasil, o que representava a realidade do país, na época. Atentando para a Região Nordeste, observa-se (na tabela) que durante o período referido, o Piauí se destacou no número de municípios, seguido do Maranhão. Nota-se que durante 1940 a 2000 houve um aumento substancial no número de municípios, acarretando, porém, na fragmentação territorial. Os quantitativos foram perceptíveis em todas as regiões que compõem a Federação.

A multiplicação dos municípios em escala nacional fez com que muitos territórios perdessem suas áreas para a criação dessas novas municipalidades. No ano de 2013 foram criados cinco novos municípios no país, totalizando atualmente 5.570. O site do *Portal Brasil* divulgou que o IBGE “publicou mapas de 214 municípios brasileiros, que em sua maioria apresentam alterações promovidas em seus limites territoriais, além das cinco novas cidades instaladas esse ano [...].”¹⁶⁶. Mas, no caso do Maranhão, desde 1997 o Estado não acrescenta outras emancipações, no ano referido chegou aos 217 municípios permanecendo até a contemporaneidade. Então, se o processo ocorreu de forma acelerada na maior parte do território, em Grajaú não foi diferente, pois está incluso neste processo de redefinição territorial e disputas por lugares políticos. Destarte, o próximo ponto de discussão será analisar, de forma pormenorizada, o processo de desmembramento do município de Grajaú para que as questões teóricas sejam refletidas e materializadas no empírico.

2.3 O processo de desmembramento territorial do município de Grajaú

Como um dos elementos que constituem a fragmentação do território do Estado é interessante abordar, a princípio, a regionalização do Maranhão, antes de adentrar ao objeto de análise, haja vista que é necessário compreender a localização “global” antes de aprofundar o que se objetiva refletir. Desta maneira, sobre a atual conformação e localização do território maranhense, comenta o geógrafo Antonio José de Araújo Ferreira:

A conformação territorial foi definida em 1920, caracterizando geo-político-fisicamente uma situação geográfica que concorre para que seja aqui considerado uma área de transição. Ele, no entanto, foi submetido a oito divisões político-administrativas que remontam o período colonial, imperial e republicano [...] A

¹⁶⁶ Portal Brasil. *Cresce número de municípios no Brasil*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/06/cresce-numero-de-municipios-no-brasil-em-2013>>. Acesso em 7 de agosto de 2017.

classificação de 1970 manteve o Brasil dividido em cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), apresentando como novidades a inclusão da Bahia e do Sergipe no Nordeste (em que ficou permanecido o Maranhão); [...] Apesar das mudanças da Constituição Federal de 1988, essa classificação ainda está em vigor e será aqui adotada haja vista que localiza o atual estado do Maranhão na porção ocidental da macrorregião Nordeste do país¹⁶⁷.

Compreender a tese do referido professor nos ajuda entender as políticas territoriais no reordenamento do espaço geográfico maranhense. Tal pesquisador analisa a reestruturação do território, no período de 1920 a 2007. Para isso atenta-se ao aspecto histórico e geográfico da região, analisando desde a Colônia até a República como se forma o atual território, demarcando suas divisas e seus espaços sócio-geográficos, além de atentamente pesquisar as políticas territoriais no Brasil, focando o Maranhão, até a conformação territorial em 1920.

Essa análise também destaca que o estado “detém uma das mais altas concentrações de terras.”¹⁶⁸. Fato esse que persiste até os dias atuais e que contribui também para a desigual repartição do território. Em seu estudo, o geógrafo deixa clara a importância de entender historicamente como esse território foi usado e modificado ao longo do tempo. As reestruturações ajudam analisar as formas distintas de ocupação do território. Essa discussão, centrada na região Sul maranhense foi analisada de forma pormenorizada no primeiro capítulo desse texto.

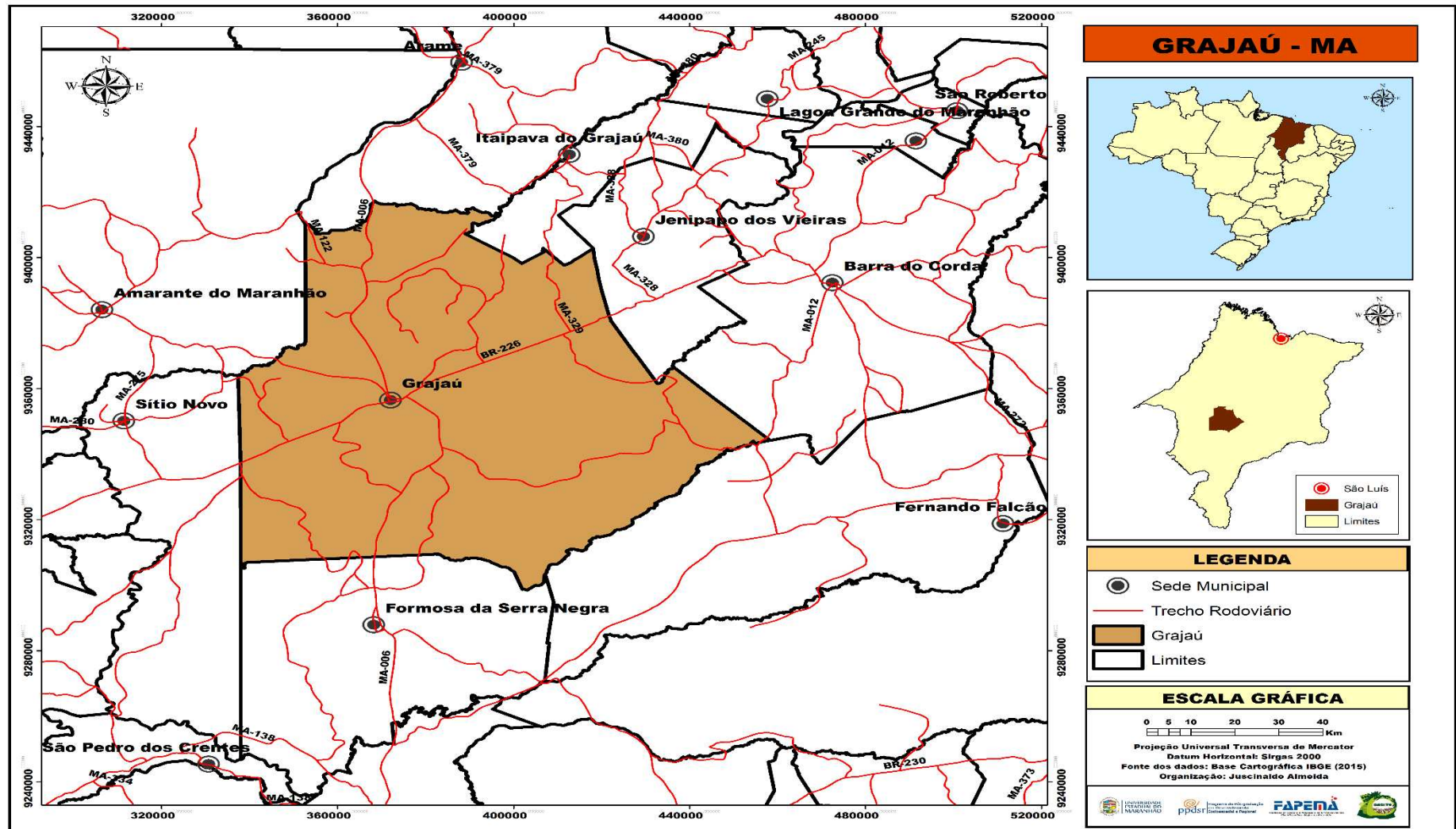
Dessa maneira, pensa-se que localizar geograficamente o Maranhão e Grajaú, dentro desse processo, demonstrando por meio das teorias e dos dados a multiplicação dos territórios em municípios, é importante para entender como esse território sofreu alterações ao longo do tempo. Tais modificações não sofreram apenas a interferência do meio geográfico, mas histórico temporal, social e político, pois as disputas “de/por lugares” são constantes, intensas e distintas.

Da mesma forma que ocorreu em vários lugares do Brasil, não foi diferente em Grajaú. No entanto, antes de adentrar neste processo, identifica-se a localização e os limites territoriais atuais do referido município sertanejo, assim verifica-se na figura 8 e na tabela 6 das coordenadas:

¹⁶⁷ FERREIRA, Antonio José de Araújo. *Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense*. Tese (Doutorado – Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008. 269 f, p.16.

¹⁶⁸ Idem., p.16.

Figura 8: Mapa de localização do município de Grajaú



Fonte: Elaborado por Juscinaldo Goes Almeida a partir de dados do IBGE (2018)

Tabela 6: Tabela 6: Coordenadas geográficas do município de Grajaú.

MUNICÍPIO DE GRAJAÚ	
Latitude	05° 49' 10" S
Longitude	46° 08' 19" W
Altitude	172 m

Fonte: Elaboração própria com dados do site <geografos.com>¹⁶⁹

Assim, de acordo com dados do Sidra (Sistema IBGE de Recuperação Automática), o município de Grajaú está localizado na Região Nordeste, na mesorregião geográfica do Centro Maranhense e na microrregião do Alto Mearim e Grajaú¹⁷⁰. Composto um dos 217 municípios do Maranhão, fez parte de um processo de ocupação e colonização dispare do que ocorreu na porção Norte do estado, como abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

Por meio de informações do IBGE, o município está localizado na mesorregião do Centro Maranhense e na microrregião do Alto Mearim e Grajaú. Está ligado a São Luís pela BR-226 e MA-006 (com aproximadamente 557 km de distância da capital do estado). A sede municipal se encontra a 130 metros de altitude; De acordo com o último censo (2010) possuía uma população de 62.093 habitantes e densidade demográfica de 7,03 hab/km². Mas, conforme o mesmo órgão, em 2017, a estimativa da população foi de 69.232 habitantes; apresenta uma área territorial (2016) de 8.863,57 km² e encontra-se no 17º lugar entre os municípios mais populosos do Maranhão.¹⁷¹

Com os municípios de Joselândia, Arame, Barra do Corda, Sítio Novo e Tuntum compõe a microrregião do Alto Mearim e Grajaú. Segundo a Lei de criação Nº 269 de 31 de Dezembro de 1948¹⁷² Grajaú tem limites territoriais com os municípios de Imperatriz, Pindaré Mirim, Vitória do Mearim, Barra do Corda, Mirador, São Raimundo das Mangabeiras,

¹⁶⁹GEOGRAFOS. *Coordenadas geográficas, Grajaú - MA*. Disponível em: <<http://www.geografos.com.br/cidades-maranhao/grajau.php>>. Acesso em 14 de agosto de 2017.

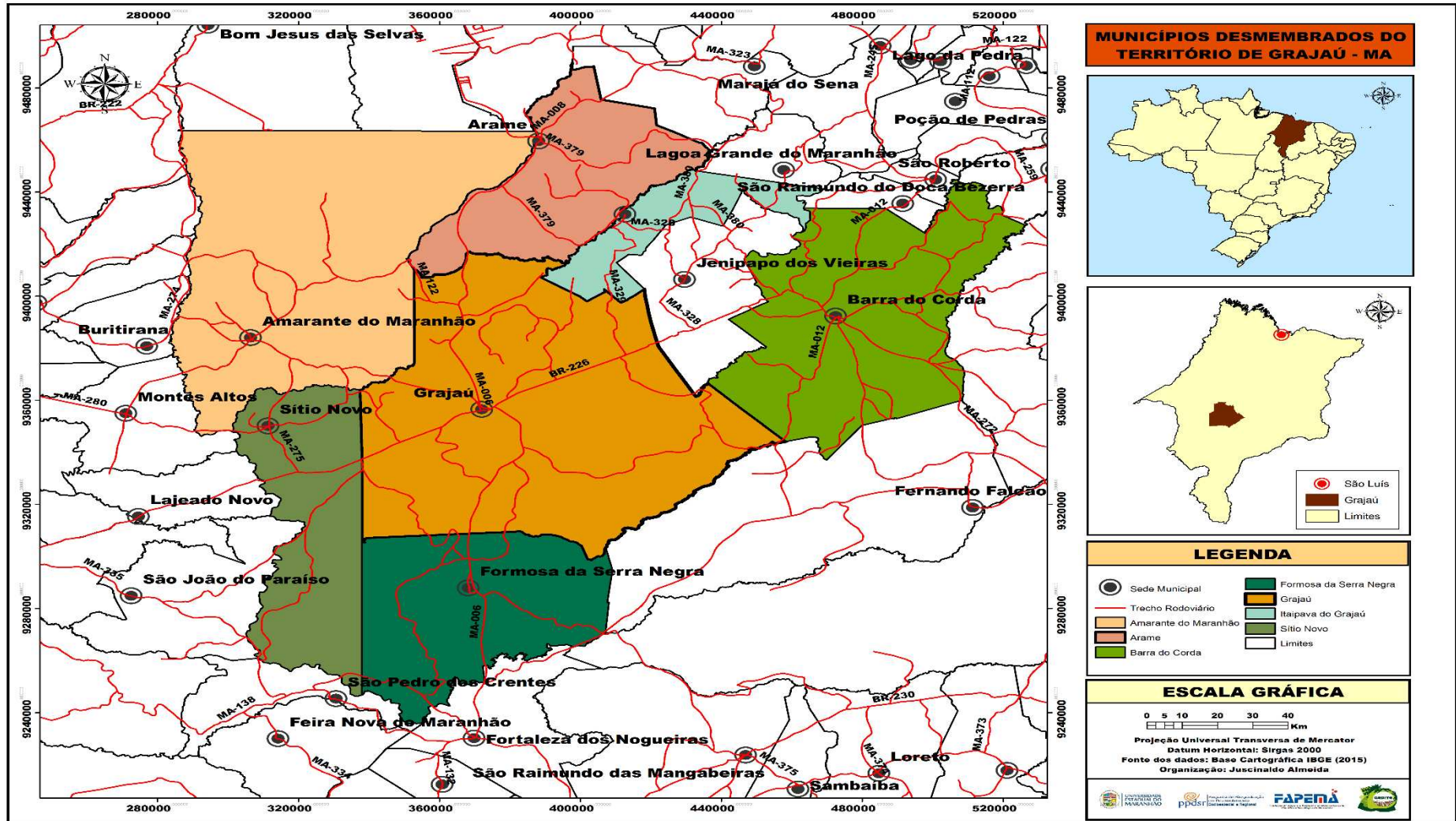
¹⁷⁰SIDRA. *Unidade territorial de Grajaú*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N6/2104800>>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

¹⁷¹IBGE. *Portal das cidades*. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210480&search=||inforge%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em: 14 de agosto de 2017.

¹⁷²Ver anexo 1. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. *Lei Nº 269 de 31 de dezembro de 1948*. Setor: Núcleo de Controle de Legislação.

Riachão, Carolina e Porto Franco; e tem como municípios adjacentes Barra do Corda, Arame, Sítio Novo, Formosa da Serra Negra, Itaipava do Grajaú e Amarante do Maranhão, conforme, neste ponto, evidencia-se na mapa (figura 9):

Figura 9: Mapa dos municípios desmembrados do território de Grajaú.



Fonte: Elaborado por Juscinaldo Goes Almeida a partir de dados do IBGE (2018).

Grajaú faz parte de um dos principais polos do sertão maranhense e compõe a região do Centro-Sul do Maranhão, que possui “49 municípios e uma área territorial superior a 145.293 km²”¹⁷³. Até 1985 Grajaú “era considerado o maior município do Maranhão com 16.872 km² [...] e que antes de ter cedido largas faixas territoriais para a formação dos municípios de Sítio Novo e Amarante era portador de uma área de 26.622 km².”¹⁷⁴. Mas, como resultado da criação dos municípios de Barra do Corda, Amarante do Maranhão, Arame, Formosa da Serra Negra, Sítio Novo e Itaipava do Grajaú, sofreu o processo de fragmentação territorial, ficando apenas com a extensão destacada de laranja (figura 9), perdendo assim significativas parcelas do seu território, como também se observa na tabela:

Tabela 7: Área da unidade territorial dos municípios desmembrados do território de Grajaú.

uf	município	km ²
MA	Grajaú	8.863,570
MA	Amarante do Maranhão	7.438,217
MA	Barra do Corda	5.190,339
MA	Formosa da Serra Negra	3.690,610
MA	Sítio Novo	3.114,871
MA	Arame	2.976,039
MA	Itaipava do Grajaú	1.238,914

Fonte: IBGE (2016)¹⁷⁵

¹⁷³SOUSA, Janilene de Macedo Sousa. Discursos políticos e sociais no âmbito da proposta de criação do Estado do Maranhão do Sul. In: SOUSA, Jailson de Macedo (Org). *O regional e o urbano no sul do Maranhão: delimitações conceituais e realidades empíricas*. Imperatriz, MA: Ética, 2013, p.375.

¹⁷⁴DINO, op.cit.,p.35

¹⁷⁵IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&order=dado&dir=desc>> Acesso em: 14 de agosto de 2017.

O desmembramento territorial fez com que, de acordo com os dados mencionados, Grajaú perdesse 24.649,063 km² do seu território original. Caso não fosse, teria 33.512, 633 km², maior do que o estado de Sergipe, com 21.918,443 km² e o Distrito Federal com 5.779,997 km² de extensão territorial.¹⁷⁶ Desse modo, notamos de forma evidente que a fragmentação territorial também foi uma constante no Maranhão, principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1990. Com isso, observamos que o município de Grajaú perdeu partes significativas da sua área para o fomento de uma política emancipacionista, que, em muitos casos, não gerou resultados positivos para a população, pois estava pautada em responder aos anseios de grupos políticos locais. Isso não foi uma prática isolada, pois esteve presente em outras localidades do Brasil.

Mas, no caso do objeto de estudo, percebemos, com os dados numéricos, o quanto o município reduziu a sua extensão, e consequentemente, a terra passou a ficar concentrada nas mãos de poucos, os quais passaram, em muitos casos, a administrá-la sem a posse legal. Assim, os territórios se tornaram objetos de interesses e causas de muitos conflitos familiares e político-econômicos. Tais indivíduos estavam ligados à origem agrária, a base do coronelismo e a uma política de interesses. O mapa acima (figura 9) identificou os municípios que surgiram do “antigo” território de Grajaú, logo, tira-se uma noção do esfacelamento geográfico e da ausência de planejamento territorial e administrativo. Essa política, muitas vezes baseada nos anseios de uma classe detentora do poder, não se planejou para administrar os territórios que iam surgindo e não se preparou, de fato, para a realidade socioeconômica de Grajaú, e consequentemente do Maranhão.

2.4 O “fazer” política no Maranhão: o caso do município de Grajaú

A estrutura política do Maranhão se configura por uma formação profundamente marcada pela atuação de mandonismos políticos¹⁷⁷, constituídos, em muitos casos, mediante uma rede de articulação entre as escalas do poder municipal, estadual e federal. Esse fazer política está associado justamente ao *modus operandi* da política maranhense, caracterizada por atender privilégios individuais e/ou coletivos de um determinado grupo. Na

¹⁷⁶Os mapas das páginas x e y (figura 5 e 9, respectivamente) nos dão uma dimensão clara da dinâmica ocorrida ao longo do tempo no território de Grajaú; o primeiro (figura 5) destaca a extensão territorial da Comarca da Chapada, antes da criação dos municípios destacados no segundo mapa (figura 9). É notório percebermos que o município de Grajaú sofreu perdas significativas do seu território, causando o seu processo de fragmentação territorial.

¹⁷⁷Cf. CALDEIRA, José de Ribamar C. *Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n.46, 1978.

contemporaneidade, um desses interesses privilegiou políticos que defendiam a criação de municípios, com o intuito de ampliar suas áreas de influência, fazendo pactos e alianças firmadas, a princípio, com outros grupos políticos, o que fortaleceu o poder oligárquico e aprofundou as desigualdades sociais e territoriais.

Muitos municípios maranhenses, sobretudo aqueles criados na década de 1990 (como foi o caso de Marajá do Sena, Centro do Guilherme, Itaipava do Grajaú, Formosa da Serra Negra, dentre outros) foram formados para alimentar a máquina pública, e não para levar o desenvolvimento socioeconômico que é de direito da população. Assim, nota-se que com 26 estados e um distrito federal, o Maranhão (com 217 municípios) está no ranking dos estados menos desenvolvidos do país, de acordo com dados do Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Esse indicador em 2000 e 2010 constatou que o ISDM do referido estado é de 3,35, ou seja, dados muito abaixo da média. Em renda, trabalho e habitação destaca-se como o pior do Brasil, com 3,37; 3,80 e 3,35, respectivamente. Em contrapartida o estado de São Paulo e o Distrito Federal, por exemplo, são os mais desenvolvidos do país com um indicador de 5,71¹⁷⁸, o que demonstra discrepância ao compararmos. É ainda mais discrepante quando se analisa com os indicadores dos municípios que se desmembraram a partir do município de Grajaú, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 8: Indicadores dos Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios criados a partir do território de Grajaú.

LUGAR	IDHM (2010)	IDHM (2010) RENDA	IDHM (2010) LONGEVIDADE	IDHM (2010) EDUCAÇÃO
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Grajaú (MA)	0,609	0,603	0,754	0,497
Sítio Novo (MA)	0,564	0,509	0,774	0,456
Barra do Corda (MA)	0,606	0,585	0,763	0,498
Formosa da Serra Negra	0,556	0,485	0,774	0,459

¹⁷⁸FGV. *Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (2000 e 2010)*. Disponível em: <<http://cmicro.fgv.br/data-sets>> Acesso em: 20 de agosto de 2017.

(MA)				
Amarante do Maranhão (MA)	0,555	0,541	0,716	0,441
Itaipava do Grajaú (MA)	0,518	0,456	0,726	0,419
Arame (MA)	0,512	0,525	0,701	0,365

Fonte: Atlas do Brasil¹⁷⁹

Logo, o baixo índice de desenvolvimento desses municípios (tabela 8) está muito associado ao processo histórico de ocupação do território, no que se refere à ausência de uma gestão eficaz e, sobretudo, à falta de políticas públicas para o desenvolvimento local. Um dos autores que analisou o desmembramento municipal no Maranhão foi Ayres (2001), que se preocupou em compreender a fragmentação territorial e os problemas resultantes da criação de municípios, caracterizando, de acordo com o mesmo, como um sistema *caótico*. Porém, o principal ponto destacado pelo autor é que:

Os meios de transporte são de importância fundamental na criação de municípios e se caracterizam como principal elemento do processo, no Estado do Maranhão. A eficiência permite maior interação entre regiões e agrupamentos humanos promovendo a integração pelo encurtamento das distâncias e o aquecimento da economia local, tendo como consequência o aumento da população¹⁸⁰.

É fato que o transporte possa ter proporcionado o *boom* do surgimento de alguns municípios no Maranhão, mas não consideramos como principal causa do processo, pois percebe-se, por meio da história, que tais elementos já faziam parte da dinâmica. No caso de Grajaú, por exemplo, os caminhos eram devassados pelo gado, eram desenhados pelas ribeiras dos rios e por estradas “cortadas” sertão adentro.

No entanto, como o estado é formado por múltiplos territórios e possui uma diversidade interregional, que, às vezes, dificulta a comunicação entre municípios, verificamos, com mais detalhes, que existem dois momentos históricos que precisam ser levados em consideração: O primeiro trata-se das criações municipais ocorridas aproximadamente na década de 1950, com a construção da Rodovia Belém-Brasília (ver tabela 5), que ligou os estados do Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá) com a Região Centro-

¹⁷⁹ ATLAS DO BRASIL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em: <atlasdobrasil.org.com/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

¹⁸⁰ AYRES, Érico de Oliveira Junqueira. *Processo e política atual de desmembramento municipal no Maranhão*. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p.188.

Sul do país, em uma política expansionista de “abertura de vias”, como foi o caso de Paraíso do Tocantins, Araguaína, Imperatriz, Tasso Fragoso, Porto Franco etc.¹⁸¹ E, em segundo momento, os municípios criados com intuítos políticos, no início da década de 1990, momento da “explosão” dos desmembramentos no Brasil, como foi o caso de Formosa da Serra Negra e Itaipava do Grajaú.

Então, nesse último ponto, a criação não teve como elemento fundamental os meios de transportes, mas sim as estratégias políticas. De certo, muitas estradas atraíram pessoas e projetos econômicos, tornando os municípios elementos de atração de muitos grupos políticos e empresas capitalistas. Nota-se que os fluxos de novos atores mudam, por vezes, os indivíduos, mas os interesses ligados são sempre os mesmos: status social e garantia de direitos políticos partidários.

Assim, percebemos, percorrendo muitos municípios do estado, como João Lisboa, Matões do Norte, Central do Maranhão, Bacabeira, Santa Rita, Peritoró etc, que o principal ponto de confluência de cada um é a avenida principal e/ou a rodovia da localidade; uma parte significativa da população sobrevive das mediações ou dependem das atividades das prefeituras, isso para àqueles que, em alguns casos, estão aliados ao partido político no comando do poder.

Portanto, é notório que entre o final de 1980 e início de 1990, não se criou municípios para promover o desenvolvimento local e regional, mas o que esteve/está em jogo são os acertos e acordos políticos. Isso, como se sabe, é bem latente na realidade do Maranhão, que criou 81 municípios na década de 1990; é o estado com o menor rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população, com o valor de 575,00 R\$, enquanto no Distrito Federal é 2.351 R\$ e em São Paulo é 1.723 R\$ e a média do valor nacional é de 1.226 R\$, como apontam dados do IBGE, no ano de 2016.¹⁸²

¹⁸¹Ferreira (2017) adverte que entre 1950/1970 dezoito cidades foram instaladas no Maranhão, em conjunto com às políticas de ordenamento territorial e efetivação do Plano de Integração Nacional (PIN-1970), no intuito de estruturar uma nova e “moderna” rede urbana para o estado, ação que privilegiou cidades estratégicas, devido suas posições no sistema de circulação, o que acarretou na formação de novos polos de comercialização estadual, como foi o caso de Imperatriz, Bacabal, Caxias, Santa Inês, como exemplifica o autor. Cf. FERREIRA, Antonio José de Araújo. *A reestruturação urbana maranhense: dinâmica e perspectivas*. São Luís: EDUFMA, 2017, p.42.

¹⁸²IBGE. PNAD. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2016.pdf> Acesso em: 21 agos. 2017.

Em dezembro de 2017 o mesmo órgão divulgou a “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”¹⁸³, e destacou os níveis de extrema pobreza baseados na referência internacional do Banco Mundial, que considera como situação de pobreza extrema a linha de 5,5 dólares por dia; que no Brasil, corresponde ao rendimento mensal de R\$ 387, 15 por pessoa (2016). Nessa pesquisa o Maranhão apresentou 52,4% de pessoas em condições de pobreza extrema, sendo o único estado a atingir mais da metade da sua população, de acordo com o IBGE em referência ao índice do Banco Mundial. Essas análises contemplam as condições referentes ao mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda; além da mobilidade educacional e ocupacional; o que deixa claro a profunda desigualdade e pobreza existente no Brasil, e consequentemente nos estados do Maranhão (52, 4%), Amazonas (49,2%) e Alagoas (47,4%).

Assim, diante dos números, observamos que a realidade vivenciada no estado do Maranhão é reflexo de uma má administração funcionalizada às pressas, sem estratégias para que garanta boa manutenção, organização e desejo de mudanças nos índices já destacados. Essa pobreza é bastante acentuada e se alastra pelos espaços urbanos e rurais, provocando segregações, aumentando a disparidade entre ricos e pobres.¹⁸⁴ Tal situação, em sua grande parte resulta do fazer política, que é um sistema defasado e extremamente arcaico, tanto do ponto de vista físico como das mentalidades estratégicas de tal fazer. Logo, como resultado dessa prática é notório que “[...] os municípios criados foram administrados por prefeitos que, na maioria dos casos, não estavam devidamente preparados para a função, que encontraram dificuldades em suas gestões. O resultado se refletiu na permanência de baixos índices de qualidade de vida apresentados.”¹⁸⁵

Partícipes desse desenvolvimento desigual, também dos péssimos índices sociais e da gestão dos políticos tanto em nível local, regional como nacional, o município de Grajaú também não está fora dessa realidade. Cenário que resultou, como visto, em desmembramentos e/ou recortes territoriais para a criação de municípios, surgido, através dos projetos de leis, que, em muitos casos, não eram de fato pensados para o crescimento e não

¹⁸³ IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em 28 maio.2018.

¹⁸⁴ Sobre a pobreza no Maranhão e seus conceitos Cf. ARAUJO, Cleonice Correia. *Pobreza e transferência de renda: concepções e significados*. 205fl. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

¹⁸⁵ AYRES, op.cit., p. 322.

dando poder de decisão para a sociedade local se sentir envolvida no processo. Assim, sobre a criação e/ou emancipação de alguns municípios no Brasil, comenta Wilson Seixas¹⁸⁶:

Vez por outra, inesperadamente, surgem nos legislativos estaduais, projetos de lei visando à emancipação de pequenos e pobres distritos, que jamais estariam em condições de representar uma unidade político-administrativa capaz de viver por conta própria, a não ser em função da receita que a quota de dez por cento do imposto de renda lhes vai proporcionar, quota que se considera o salário mínimo dos municípios¹⁸⁷.

A análise feita pelo autor é muito pertinente para a realidade de grande parte dos municípios brasileiros e foi considerado como fator de destaque para estudiosos que se debruçaram sobre o estudo aqui realizado. Em Grajaú não aconteceu de modo diferente, como já destacado, o município deu origem a seis outros municípios, todos com projetos de leis encaminhados e solicitados ao Tribunal Regional Eleitoral, conforme verificamos na tabela a seguir:

Tabela 9: Leis de criação dos municípios

Município criado	Projeto de lei	Lei de criação	Mês e ano	Sujeito Político vinculado	Município de origem
Grajaú¹⁸⁸	x	x	x	x	Pastos Bons
Amarante do Maranhão	x	Nº996	21 de outubro de 1953	x	Grajaú
Itaipava do Grajaú	Nº322/94	Nº6.148	10 de novembro de 1994	Deputados Mercial Arruda e Francisco Martins	Grajaú

¹⁸⁶Convém destacar que em nível de Maranhão defendemos, neste trabalho, o conceito de criação, com base no que diz as leis dos projetos pesquisados na Assembleia Legislativa do Maranhão, em anexo.

¹⁸⁷SEIXAS, Wilson. O municipalismo e seus problemas. João Pessoa: A Imprensa, 1959. p.65.

¹⁸⁸ Pela falta de documentos dos municípios de Grajaú e Barra do Corda, no momento, não foi possível coletar dados sobre os projetos de lei de criação dos referidos municípios.

Sítio Novo¹⁸⁹	Nº104	Nº 2.166	15 de dezembro de 1961	x	Grajaú
Formosa da Serra Negra	Nº 324/94	Nº6.156	10 de novembro de 1994	Deputados Mercial Arruda e Francisco Martins	Grajaú
Barra do Corda	x	x	x	x	x
Arame	Nº055/81	Nº4.867	15 de março de 1988	Sálvio Dino	Santa Luzia e Grajaú

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Setor: Núcleo de Controle de Legislação¹⁹⁰.

Por meio das leis encontradas na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão evidenciam-se as informações dos projetos de leis que resultaram na aprovação e na criação dos municípios elencados em lista. No ano de cada desmembramento, Grajaú já era considerado um dos municípios polos do Centro-Sul, pois, como vimos no capítulo I, foi uma das grandes referências no processo histórico de colonização e ocupação da antiga região de Pastos Bons, além de ser destaque econômico do sertão, ocupando extensas áreas territoriais. Portanto, de acordo com as leis referidas, é aqui considerado o município gerador dos seis municípios desmembrados.

Através dos dados e das informações obtidas junto ao TRE, entende-se o “fazer política” no Maranhão. Estudar o município de Grajaú, com o intuito de compreender o processo histórico de formação e fragmentação territorial, nos ajudou perceber o quanto os interesses políticos e econômicos são os principais centros de destaque atuante nesse modelo político-administrativo. Cada município é pensado e estruturado a partir de um projeto de lei, proposto por deputados estaduais (em aliança com vereadores, deputados federais e prefeitos

¹⁸⁹ Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Documento de publicação do diário oficial nº 275 de 15 de dezembro de 1961. Setor: Núcleo de Controle de Legislação.

¹⁹⁰ Ver anexo A.

aliados), e encaminhado à instituição estadual e federal responsável pela discussão, votação, aceitação e/ou anulação do determinado projeto¹⁹¹.

A princípio, os municípios criados a partir de Grajaú têm um caráter histórico de base concreta que é o latifúndio, controlado pelas famílias tradicionais da região. Mas, com o passar do tempo, observamos que as terras de posse dessas famílias passaram a ser controladas também por indivíduos presentes na política local e estadual. Assim, para além de um interesse econômico existiu o interesse pelo controle do poder, que estava por trás dos desmembramentos. Essas famílias ao fazer articulações com famílias aliadas estiveram no “sustento” dessa política no sertão de Grajaú; Quando, no final do século XIX e começo do século XX, começaram a se desestruturar economicamente e/ou politicamente, transferiram esse poder para outros agentes políticos, os quais passaram a controlar os novos municípios criados.

No caso dos municípios (tabela 9), que se desmembraram do território de Grajaú, um dos principais políticos envolvidos, na época, foi o ex-deputado estadual e atual prefeito (Partido da Mobilização Democrática Social - MDB) de Grajaú, Mercial Lima de Arruda, responsável pela criação dos municípios de Arame, Itaipava do Grajaú e Formosa da Serra Negra; Nascido em Grajaú, em 1943, entrou na vida política em 1980. No entanto, provém de uma linhagem familiar de latifundiários (família Lima de Arruda) e, até hoje, com forte influência na política do município. Seu pai, José de Andrade Arruda foi vice-prefeito na década de 1970, quando Alfredo Assunção Falcão era o então prefeito. Na época as famílias Martins Jorge, Guará, Falcão e Arruda controlavam o cenário político do município.

Com a chegada de Mercial Lima de Arruda ao poder em 1982, como prefeito, começou a surgir interesses no intuito de fragmentar o território, criando novos municípios, mas com o objetivo de fortalecer e expandir o seu grupo político. O grupo político era representado pela família Sarney (“Sarneismo”¹⁹²), que dominava a política maranhense e tinha um dos seus aliados políticos o prefeito de Grajaú. Essa aliança ajudou a fortalecer os interesses dos “sarneistas” em acentuar o desmembramento territorial do Maranhão, pois assim solidificavam o seu reduto eleitoral.

¹⁹¹ Sobre o atual processo de criação de municípios no Brasil ver art. 18 §4 da Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Constituição Federal de 1988, p.496.

¹⁹² Cf. CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. *Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. São Paulo, nº46, p.55-101, p. 73, 1978.

O primeiro povoado a ser desmembrado (quando Mercial Arruda era prefeito) foi o antigo povoado de Arame, em 1988. Nesse período o deputado estadual Sálvio Dino apresentou o projeto de lei que criou o município de Arame. Esse projeto foi de consentimento do prefeito de Grajaú e do grupo político dominante na época, quando João Castelo (PDS - 15/03/1979 – 14/04/1982) e depois Eptácio Cafeteira (PDC – 15/03/1987 – 3/04/1990) foram governadores do estado.

Nesse período esses indivíduos não eram opositores da família Sarney. O primeiro prefeito do município de Arame foi Antônio Caetano Neto, aliado da base política Sarneysta. Com isso vimos o “começar” do fazer política em Grajaú. Os dois prefeitos fortaleciam o mando político do grupo no município de Grajaú e no município de Arame, agradando aos anseios do presidente José Sarney (1985-1990).

Com a divisão territorial do município de Grajaú, o prefeito Mercial Arruda saiu fortalecido desse processo, ganhando novos aliados políticos e aumento a sua expressão popular, o que lhe ajudou a se eleger deputado estadual. Nesse período a prefeitura ficou sobre a administração da sua esposa, Lenilce Maria de Sá Forte Arruda, prefeita entre os anos de 1992 a 1996. Mesmo o prefeito saindo da esfera municipal para assumir a cadeira na Assembleia Legislativa o poder de mando continuou com a família Arruda, representando as velhas tradições oligárquicas do estado.

Aproveitando a situação política favorável para esses grupos, surgem interesses de lideranças ligadas aos povoados de Itaipava e Formosa em tornarem-se municípios independentes. Nesse instante de tempo, em 1994, o ex-prefeito Mercial Arruda, e na época deputado estadual, é eleito presidente da comissão de criação de novos municípios no Maranhão e depois líder do governo Roseana Sarney.

É nessa década que ocorre o *boom* do surgimento dos municípios no estado; quanto mais territórios criados a mando da família Sarney, mais os seus aliados conseguiam fortalecer a base estadual e o poder local, representado por seus núcleos familiares; logo, dificilmente os projetos de criação não eram aprovados, pois era de interesse desses grupos dominantes, que tinham como principal objetivo se perpetuarem no poder.

O município de Formosa da Serra Negra e o município de Itaipava, ambos desmembrados de Grajaú em 1994, também foram criados pelo deputado Mercial Arruda, que apoiou a candidatura dos primeiros prefeitos eleitos dos municípios citados acima; um foi Juscelino Martins de Oliveira e o outro foi Vicente da Galileia (respectivamente), grandes

latifundiários, antigos na política local, controladores dos seus territórios de mando e aliados da base da família Sarney, consequentemente próximos ao deputado estadual.

Com a criação desses municípios percebe-se o interesse do principal grupo político do Maranhão, liderado pelo ex-presidente José Sarney e ex-governadora Roseana Sarney. Sendo assim, a partir desses desmembramentos, o grupo a cada dia mais se fortalecia, criando grupos políticos nesses recém-municípios, formando uma teia de lideranças sobre o comando da família Sarney. Nesse jogo político os deputados estaduais, prefeitos e vereadores já adentravam na política devendo favores ao grupo dominante. Essa política de beneficiamento dos grupos políticos partidários,

Participam do uso do território brasileiro disputando o controle de suas porções. Quando ganham um cargo, seja no legislativo ou executivo, potencializam suas possibilidades de intervenção no território, participando da construção de novas materialidades, ora promovendo ora coibindo novos [...] que perpetuam o mosaico político-territorial vigente, ou se promoverão novos.¹⁹³

É nesse mesmo modelo de fazer política que as oligarquias e grupos partidários dominaram e dominam o Maranhão, através dos seus aliados políticos e lideranças locais. Essas alianças não são construídas de modo aleatório, haja vista que existem intenções no controle do território, pois isso lhes garantem o poder de uso. Muitas vezes o discurso utilizado para a criação desses municípios é um projeto de desenvolvimento social e econômico, no qual acreditamos que não passa de uma verdadeira estratégia política, pois pouco é colocado em prática quando o município realmente passa a existir; enquanto não existe, estratégias são usadas de todos os lados para a sua aprovação.

O caso mais recente é o povoado Alto Brasil, que desde 2002 defende a ideia de se desmembrar de Grajaú, mesmo possuindo “uma razoável infraestrutura urbana”¹⁹⁴ e baixos índices socioeconômicos para se tornar um município. Segundo moradores do povoado, Alto Brasil é resultado de um assentamento do Instituto de Terras do Maranhão (Iterma), que teve início em 1970, por lavradores oriundos dos municípios de Codó, Presidente Dutra, Tuntum, Fernando Falcão e Imperatriz; possui uma população estimada em torno de 8.395 habitantes, e está localizado às margens da BR-226 e com distância de 45 km da sede municipal.

¹⁹³ ZANFOLIN, Doraci Elias. *Geografia eleitoral: reforma política e uso do território brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2006, p.3.

¹⁹⁴ Em anexo relatório de viabilidade municipal do povoado do Alto Brasil. Documento realizado pela Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional e pelo Grupo Especial de Assessoramento para a criação dos municípios.

Em entrevista com lideranças do povoado, buscamos entender as tentativas de criação e os interesses que estão por trás desse processo de desmembramento. Conversamos com membros participantes da associação de moradores do Alto Brasil e pessoas ligadas às comunidades religiosas, os quais, em sua maioria, fazem parte da delegação que defende a criação da cidade de Alto Brasil. Foi perceptível identificar a trajetória dessas pessoas na história da formação do povoado, exercendo funções nos cargos da educação, da política e da agricultura de médio/pequeno porte.

Instigados a falar sobre o que os motivam a lutar pela criação do município, percebemos dois grupos distintos: um grupo que almeja melhorias na infraestrutura, na saúde, na segurança e na educação do povoado, e um grupo que destaca mais interesses políticos/econômicos como razões para o desmembramento. Então, identificamos na fala de todos uma visão valorativa acerca da criação do município de Alto Brasil. Em uma das falas foi identificado que:

É difícil morar em Grajaú, e muito mais dificultoso morar no Alto Brasil, porque tem carência de muitas coisas. No caso do desmembramento nós estamos almejando uma grande melhoria; melhoria na qualidade de vida, na educação... O nosso sonho é que o povoado possa caminhar sozinho. Hoje nós temos uma base econômica razoável, que na verdade vai aliviar até Grajaú. O município é muito extenso, e não atende a todos. Alto Brasil se emancipando vai gerar mais emprego e renda para a população. Alto Brasil terá mais voz e mais vez. (J.D.S – Entrevista concedida em 20/04/2018).

Observamos pelo depoimento da entrevistada J. D um relato da dificuldade de morar na localidade, por conta de uma certa ausência administrativa do poder municipal, embora a professora defenda que a ausência dessas atividades seja por conta da extensão territorial do município de Grajaú. Para ela serviços básicos como educação, saúde e os repasses de verbas não são divididos com o Alto Brasil, o que não propicia o crescimento do povoado. Ao percorrermos o povoado foi notório verificarmos as contradições vivenciadas por grande parte da população, reveladas, por exemplo, em um acesso limitado à formação escolar, aos serviços de segurança, infraestrutura e de saúde, o que diminui a eficácia de ações preventivas nesse último ponto. Outro relato apresentado foi do entrevistado J.A.B, quando questionado como é viver no município de Grajaú e a “necessidade” da criação do município do Alto Brasil:

A gente necessita muito ampliar as necessidades básicas de todos os cidadãos, na educação, saúde, moradia e infraestrutura de qualidade. Isso tem sido feito ao longo dos anos, porém em um passo mais lento de desenvolvimento e crescimento. O Alto Brasil não fica fora dessa história. Tem crescido muito durante esse período. Hoje o

Alto Brasil é um dos mais fortes “polos” agrícolas dentro do município, com 90% da sua produção sendo feita mecanizada, temos produção de arroz, soja, milho, eucalipto, tudo em larga escala. E isso nos dá orgulho de morar aqui, embora tenhamos dificuldades. Por isso, temos certeza que Grajaú já sente o nosso peso. Então esse é o objetivo maior de nos desmembrar. (J.D.S – Entrevista concedida em 20/04/2018).

Nesse discurso verificamos as questões econômicas sendo destacadas pelo entrevistado, que aponta o crescimento da produção mecanizada como um dos fatores de relevância para a causa do desmembramento. Essa linha de percepção reflete a ideia da valorização da produção mecanizada como fator de desenvolvimento, o que não reflete na melhoria social da população. Perguntado a ele sobre a participação popular dentro desse processo político, notamos a atuação e o interesse desses representantes locais (da associação de moradores) em levar a discussão para a sociedade civil, haja vista que é necessária uma consulta plebiscitária como um dos requisitos para a aprovação do projeto de criação do município de Alto Brasil.

Portanto, não sabemos ao certo se tal fato não passa de estratégias usadas por uma elite política, que usa de bons discursos para persuadir àqueles que possuem boas intenções neste processo. Dito isso, seguimos para a pergunta que consideramos fundamental para percebermos os possíveis interesses que estão por trás desse movimento, que, talvez, a “base” que luta pelo desmembramento ainda não se atentou. Assim, indagamos: Esse projeto político de criação do município do Alto Brasil tem relação direta com representantes da esfera pública municipal e estadual?

Sim, tem relação direta com o atual prefeito de Grajaú (Mercial Lima de Arruda) e quem apresentou o nosso projeto¹⁹⁵, em 2011, foi o deputado federal José Carlos Nunes Júnior, o Zé Carlos, que na época era deputado estadual. Hoje temos o apoio também do deputado estadual Rigo Teles, que é o presidente do movimento da comissão especial; também temos o vereador Roldão Benício (PC do B), representando o povoado na Câmara dos Vereadores. Nós temos apoio da administração municipal e estamos tendo aparência do Estado. Então o que nos motiva muito nessa luta é que existe representação, tanto por indicação do povo, como por indicação dos gestores que tem ocupado a prefeitura de Grajaú. (N.A.S.) – Entrevista concedida em 20/04/2018

O grupo do atual gestor municipal tem um pré-candidato a prefeito caso Alto Brasil venha ser município?

Não, ele não tem. O nosso candidato é o povo. Agora diversas famílias que tem poder, pessoas que estão nos apoiando, eles vão manifestar interesses mais tarde. O atual gestor está nos ajudando muito, mas ele ainda não lançou pré-candidato. Vai aparecer nomes, e muito, mas vamos fazer um trabalho de conscientização. Não vamos impedir quem vem de fora, mas alertando, que quem vive aqui e já sofreu,

¹⁹⁵ No anexo B, o projeto para a criação do município de Alto Brasil.

talvez tenha uma visão maior para ser o primeiro governante do município. (J.A.B – Entrevista concedida em 20/04/2018)

O depoimento acima apresenta elementos importantes para analisarmos o modo de fazer política em Grajaú. Como vimos essa prática não é atual e isolada, são guiadas por interesses. No município pesquisado ainda é presente a atuação de indivíduos que atuam na política desde a década de 1980, usando as “velhas práticas” de controle político do território. Como dito, essas práticas fortalecem o poder dos indivíduos e de grupos que atuam em todos os níveis políticos, apresentando novas figuras ou fortalecendo os grupos já existentes. Talvez os entrevistados não tenham percebido o grau de intencionalidade dos gestores em deter ou expandir o poder. Mas, o depoimento é interessante, pois observamos vários agentes concentrados nessa “corrida” pela criação de municípios no Brasil.¹⁹⁶

Porém, é interessante nos atentarmos para uma questão importante: a criação dessas unidades ao mesmo tempo em que compartimenta geograficamente o território, divide e intensifica em partes desiguais, a luta pela terra, monopolizada pelos políticos em lutas constantes pela obtenção do poder. É nessa linha de pensamento que o jornalista Alceu Luís Castilho desenvolve na sua obra “Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro”¹⁹⁷, buscando compreender ao longo de três anos de pesquisas, em quase 13 mil declarações de bens de políticos entregues ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de que modo tais indivíduos se tornam os “*donos do território*”.

Na visão de Castilho “a base desses políticos é regional. Familiar. A macropolítica no Congresso tem sua base na micropolítica: das prefeituras às fazendas. A teia coronelista dos votos é feita também de arame farpado.”¹⁹⁸. O que é bem nítido quando se observa a realidade do município de Grajaú. Portanto, não se pode esquecer que na essência existe a história de um Brasil Colonial, de um Brasil marcado pelo imperialismo estrangeiro e de um país ainda arraigado de uma República Velha, caracterizado por um sistema político-partidário defasado, elitista e rigorosamente demarcado territorialmente e politicamente. Assim, o livro lança mão de uma compreensão histórica para analisar esse modo de se fazer

¹⁹⁶ Vale ressaltar que atualmente a discussão sobre a criação de municípios no Brasil tem sido pauta na Câmara dos Deputados Estaduais e Federais e no Senado. Em março desse ano a comissão especial aprovou novas regras para essa criação e o Senado aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP – 137/15); em 16 de maio desse ano o plenário da Câmara dos Deputados Federais aprovou o regime de urgência para esse Projeto.

¹⁹⁷ CASTILHO, Alceu Luís. *Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2017.

¹⁹⁸ CASTILHO, op.cit., p. 11.

política no país, dividindo o estudo em: “O território”, “O dinheiro”, “A política”, “O ambiente” e os “Excluídos.” No subtópico “Políticos e latifundiários”, o autor comenta:

Há um grupo muito especial entre os 13 mil políticos – eleitos para cargos vigentes em 2011 – com imóveis rurais. Apenas 346 deles possuem 77% da área inicial de 2 milhões de hectares. O que eles têm em comum? Suas fazendas possuem mais de mil hectares. Somadas, elas perfazem um território de 1,54 milhão de hectares – equivalente à metade da Bélgica [...]. Um grupo de 211 eleitos possui mais de 2 mil hectares cada um. Mesmo com esse recorte, eles têm acima de dois terços (67%) da área de 2 milhões revelada ao TSE. Esse pedaço de Brasil soma 1,35 milhão de hectares – tamanho de países como Montenegro e Bahamas, quase o Timor Leste [...] Mas vamos além. Há ainda um seletíssimo grupo de políticos que cabe em uma sala de aula. São duas mulheres (esposas, por sua vez, de políticos também presentes na lista) e 29 homens que, sozinhos, têm 612 hectares. Mais terras que o Distrito Federal. Ou que a disputadíssima Palestina. Esses 31 políticos têm em média quase 20 mil hectares cada [...] ao TSE, eles avaliaram esses 612 mil hectares em R\$ 108 milhões.¹⁹⁹

Portanto, diante do exposto notamos o quanto o Brasil está dominado por uma minoria que tem relação direta com o território e que possui verbas para manter esse sistema de partilha territorial, calculada em valores, por vezes, inimagináveis. E Grajaú, como vimos, também não está fora dessa realidade. O seu território é recortado e dominado por figuras políticas que, na maioria dos casos, não abrem mão da “sua majestade”, e lutam pela continuidade dos tentáculos de poder. Nesse sentido, a dominação do território precisa ser conquistada e mantida a qualquer custo.

Um dos casos, que serve como exemplo, foi o discurso realizado, na Assembleia Legislativa, pelo deputado estadual e líder do Partido Verde (PV) Rigo Teles, no dia 06 de junho de 2017.²⁰⁰ O barra-cordense, em tribuna, defendeu a criação de novos municípios no estado do Maranhão, alguns deles são povoados de Barra do Corda, Grajaú, Bacabal, Brejo, Codó, Caxias, Tuntum, São Domingos, Vitória do Mearim, Penalva, Zé Doca, Santa Luzia do Tide, Mirador, Açailândia e Alto Brasil.²⁰¹

¹⁹⁹CASTILHO, op.cit., p.27 e 28.

²⁰⁰TELES, Rigo. *Discurso do Deputado Rigo Teles*. Disponível em: <<http://www.al.ma.leg.br/discursos/16293>>. Acesso em: 24 de agosto de 2017. Ver anexo C.

²⁰¹Ao analisar a partir de uma visão crítica o fazer política nesses territórios, vamos verificar que grandes latifúndios (no município de Barra do Corda) são controlados pela família do referido deputado. Em entrevista um morador do município de Grajaú, relatou: “Na região de Barra do Corda você vê a presença maior deles no domínio do território. Eles possuem fazendas que se avançam. A família do deputado Rigo Teles tinha seis fazendas, só na margem da rodovia, quando entra sentido município de São Raimundo do Doca Bezerra. Eu não sei se já venderam, dizem que foi vendido para um japonês. Mas a presença do deputado também é frequente aqui em Grajaú, mas não sei se ele possui terras aqui no município.” (A.D.P. – Entrevista concedida em 24/04/2018).

No pronunciamento, o deputado citado defendeu a ideia de que a criação dos municípios levará o desenvolvimento do Maranhão, negando a divisão da pobreza e afirmando que, segundo ele, “[...] criar municípios é dividir os recursos e as ações, e trazer mais recursos da repatriação, recursos do Governo Federal, do FUNDEB, recursos da saúde, para que os municípios possam desenvolver, crescer e caminhar com suas próprias pernas [...]”.²⁰² Para fundamentar seu discurso, Rigo Teles relatou que o Senado aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 199/2015 (de autoria do senador Flexa Ribeiro), que regula a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. E mais, chega a dizer que o estado não pode ficar atrás dos estados de Minas Gerais (853 municípios), São Paulo (645 municípios), Rio Grande do Sul (496 municípios), Bahia (417 municípios), Goiás (246 municípios), Paraíba (223 municípios) e Piauí (224 municípios).

Por meio desse pronunciamento, observamos que o desmembramento municipal é uma articulação das oligarquias que dominam grande parte do Brasil, e não é um processo encerrado. Isso, na verdade, é uma constante estrutural do modo político de operar desses grupos partidários. Pelo exemplo do discurso e dos casos políticos em Grajaú, ainda existem na retórica a insistência de que o desenvolvimento (que é um mero discurso retórico) só virá com o processo de desmembramento territorial. Esse discurso, que é o território transformado em unidade política (município) ainda é uma das principais ferramentas do controle eleitoral e institucional desses grupos políticos. Assim, esse discurso, em pleno 2017, e muito atuante em 2018, comprova isso: um sinal de que esse processo - de desmembramento do território - que se iniciou, ainda no começo da República, transformou-se em uma tentativa de controle do território municipal, que é uma instância política que começa a surgir e se fortalecer com a República.

Portanto, a finalidade da fragmentação territorial tem propósitos permeados por interesses políticos e econômicos. Existe uma promessa de melhoria local, regional, do urbano, do rural, mas é notório que a criação de municípios não resultou e possivelmente não resultará em uma melhoria da qualidade de vida da população, muito pelo contrário, os índices só pioram, ainda mais quando se fala do estado do Maranhão. Exemplos notados foram os municípios criados a partir de Grajaú (que também pode vir a ser o caso do Alto Brasil), dos quais 5 municípios ainda possuem baixos índices de desenvolvimento humano

²⁰² TELES, Rigo.

(IDH); Grajaú e Barra do Corda estão na lista dos medianos e o município de Arame está na lista 5.494º lugar de um dos piores municípios do Brasil (5.565 municípios).²⁰³

Destarte, os dados e a realidade vivida em cada um desses municípios, sobretudo em Grajaú, comprovam a ineficiência de um planejamento de desenvolvimento e de organização política territorial. Para os “*donos da terra*” é necessário fragmentar para ganhar e/ou manter o poder e ocupar extensões do território, por isso tais projetos são muito bem bancados por indivíduos ocupantes do sistema político-partidário brasileiro. Em suma, o esquitejamento político e geográfico do território maranhense, não provocou mudanças significativas que leve o estado a um destaque socioeconômico no cenário nacional e internacional ou que desenvolva, de fato, o regional e o local do Maranhão.

É, pensando e articulando os objetos trabalhados nos capítulos anteriores que buscamos, neste próximo capítulo, compreender de que modo as relações históricas e políticas do território de estudo estão articulados com o atual estado socioeconômico de Grajaú, marcado pelo grande latifúndio e pelo capital agroexportador.

²⁰³ ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Ranking Todo Brasil (2010)*. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/ranking>>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

CAPÍTULO 3

GRAJAÚ E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA CONTEMPORANEIDADE: o agronegócio em questão.

A dinâmica do tempo tem provocado mudanças históricas, políticas, socioeconômicas e ambientais dentro do território aqui analisado, tais transformações acontecem de maneira processual ou de forma abrupta. No caso do município de Grajaú existiu um processo de reconfiguração territorial demarcado por imposições políticas e econômicas, atendendo aos interesses de uma minoria que detinha o poder de mando e representatividade social, pois possuíam bens como a terra e o gado. Esse território caracterizado pela pecuária deu espaço para um “novo” sistema de produção capitalista da agropecuária moderna, que não deixou de lado a exploração de uma estrutura fundiária em larga escala, caracterizado pelo grande latifúndio²⁰⁴, resultado de períodos históricos da divisão da terra no Brasil. Como bem aponta Oliveira:

Quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial.²⁰⁵

Logo, o processo histórico está estreitamente vinculado a uma reprodução das estruturas dominantes. Então essas considerações nos fazem entender a atual estrutura que marca o município de Grajaú, onde as grandes extensões territoriais estão nas mãos dos agentes econômicos e políticos. Nota-se, até hoje, que a terra é moeda de troca, portanto uma mercadoria²⁰⁶ de rentável valor e, sobretudo, encontra-se, como bem destacou o autor, distribuída de forma desigual. Então a formação do latifúndio não é algo atual e o “desenho” agrário do território brasileiro é fruto de uma má distribuição de terras e da ausência de um sistema público que realmente atenda, de fato aos anseios da massa popular, não possuidora

²⁰⁴Sobre latifúndio a socióloga Ligia Osório Silva conceitua como sendo um “vasto domínio rural nas mãos de um proprietário, no qual se pratica um tipo de agricultura ou de criação que não exige grandes investimentos.” SILVA, Ligia Osório. Latifúndio. In: MOTTA, Márcia (Org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2.ed.,2010, p.272.

²⁰⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. 1996, p.28.

²⁰⁶Nesse sentido é válido destacar que o sentido de mercadoria significa, neste trabalho: “Objeto que, em vez de ser consumido por quem o produz, está destinado à troca e à venda, é a forma elementar da riqueza das sociedades em que impera o regime de produção capitalista.” MARX, Karl. *O capital*. Bauru, São Paulo: Edipro. 3.ed., 2016, p.51.

de extensas terras e de poder político-econômico, como bem nota-se no referido município, pois, atualmente, quem determina a dinâmica econômica são os agentes que possuem terras e nelas produzem²⁰⁷. Para tanto, é necessário compreender, neste capítulo, como ocorreu a reconfiguração do território de Grajaú, os agentes responsáveis por esse processo e o tradicional sistema de latifúndio ligado a uma dinâmica local e global do agronegócio, bem como entender a estrutura e a dinâmica desse sistema capitalista de produção.

A distribuição de elementos agropecuários (em larga escala) como a soja, o milho, o arroz, o gado, o eucalipto, a mandioca, dentre outras culturas, está estreitamente relacionada à concentração de terras nas mãos de famílias tradicionais, ligadas, principalmente, às questões políticas, e da entrada do capital externo de grandes grupos empresariais²⁰⁸, representados pelo agronegócio, modelo de agricultura:

Conhecido como patronal, agroexportador – o agronegócio –, rotulado de moderno e competitivo, teve sua origem no âmbito da Revolução Verde da década de 1970. Caracterizado por um pacote tecnológico e econômico que tinha como objetivo fortalecer e ampliar a dinâmica da acumulação capitalista no campo, fez surgir uma forma de agricultura que, atualmente, se volta para os mercados internacionais de *commodities* agropecuárias (grãos e carne, principalmente).²⁰⁹

O agronegócio é um típico modelo econômico do capital financeiro, “uma expressão do capitalismo neoliberal no campo, iniciada nos governos Collor/Itamar através da forte atuação de agências de regulação financeiras internacionais no país.”²¹⁰. As estratégias usadas para a regulamentação dessas terras tinham como intuito garantir o acúmulo da riqueza no processo de redefinição e reinvenção dos modos de exploração e reprodução do capital produtivo. Portanto, o referido pacote tecnológico e econômico teve a intencionalidade de levar um discurso de crescimento econômico para o país, que na verdade beneficiaria os grandes indivíduos e grupos econômicos envolvidos no processo de modernização.

Na visão do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes “o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista [...] É uma

²⁰⁷Nesse quesito é de fundamental importância destacar a Lei de Terras de 1850 e a Lei de Terras de 1969 (Lei Sarney), pois foram discursos utilizados de um aparato jurídico para legitimar a apropriação e a concentração de terras nas mãos dos grandes potentados rurais (latifundiários). A primeira lei garantia a posse da terra (sesmarias) somente àquele que pudesse comprá-la e a segunda, não muito diferente, regulamenta o latifúndio no Maranhão e dar continuidade ao processo de concentração.

²⁰⁸DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo, ICONEUnicamp, 1985.

²⁰⁹CONTERATO, Marcelo Antonio. *Teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009, p.13.

²¹⁰CAVALCANTI, Matuzalem.; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Territorialização do agronegócio e concentração fundiária*. Revista NERA. Ano 11, nº. 13. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2008, Jul.-dez, pp. 16-25, p.21.

palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista.”²¹¹. Nessa concepção a terra deveria ser ocupada para o uso agrícola e agrário, terra ociosa era sinônimo de perda de capital produtivo. Toda riqueza acumulada deveria ser destinada ao capital estatal e privado que representa os interesses de grupos e corporações do mercado empresarial, ligados ao mercado nacional e internacional. Sendo que, de forma significativa ou não, o Estado tem:

Se encarregado de produzir os produtos primários e destiná-los ou ao exterior ou ao mercado interno (nacional ou regional) e comprá-los depois de industrializados. Foi assim com o algodão, com o arroz, com o gado e está sendo com os minérios, com vários outros produtos e especialmente com a soja. Nem os processos de produção e nem as formas de exploração da agricultura são os mesmos, mas obedecem à mesma lógica da acumulação e reprodução.²¹²

Observa-se a articulação exercida entre o Estado e a iniciativa privada na reprodução do capital e, principalmente, na intervenção estatal no processo econômico de acumulação primária. Assim foi com a implantação da SUDENE²¹³, estudada pelo sociólogo Francisco de Oliveira na obra *Elegia Para Uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes*²¹⁴ - atuante no Nordeste, mas a favor dos grupos empresariais privados, e não do desenvolvimento sócio regional. Tais problemáticas intensificam os conflitos de classe e, conseqüentemente, aumentam as desigualdades intra e entre os múltiplos territórios.

Esse território respondendo a uma dinâmica do mercado global dentro do mesmo modelo capitalista de modernização o qual passará a fazer parte do cenário econômico do Brasil, pois precisa atender os interesses de um mercado externo cada vez mais rígido. Desse modo, tal modelo não ocorrerá de modo linear, ausente de conflitos e de intensos debates, como por exemplo, os debates acerca da questão agrária no país, que em 1964:

Passou a adquirir novos contornos, pois a intervenção dos militares obedeceu a um princípio claro: o da concentração empresarial na atividade agrícola, por meio da liquidação do patrimônio devoluto em favor de grandes capitalistas do setor financeiro e industrial, nacionais ou estrangeiros, via incentivos fiscais, em troca do compromisso de estes iniciarem empreendimentos agropecuários.²¹⁵

²¹¹FERNANDES, Bernardo Mançano. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. V.1-2. Presidente Prudente, 2013, p.140.

²¹²BOTELHO, Raimundo Edson Pinto. *O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico informacional*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2010, p.30.

²¹³Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

²¹⁴OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

²¹⁵TOMIASI, Eliane Paulino. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.12.

A modernização técnica-científica no campo beneficiava os grandes proprietários de terras e garantia o apoio estatal e do capital financeiro nacional e internacional, além do mais, obedecia a uma lógica que atendia os desejos da elite agrária brasileira. A lógica desse sistema era de promover o desenvolvimento econômico do país, porém, esse desenvolvimento apenas deu resultados de modernização para àqueles que possuíam meios para movimentar o “progresso” na agropecuária. E, por mais que fora criado o Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que diz no seu parágrafo primeiro que a reforma agrária é “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade²¹⁶”, na realidade não existe, pois a execução desta lei não modificou o sistema da concentração fundiária no Brasil.

Desse modo, a introdução de mecanismos capitalistas no campo – processo catalisado pelas políticas neoliberais de finais do século passado - beneficia abertamente grupos detentores de capital econômico e privado, traz ganhos e garantias apenas para essa pequena parcela da população, representados por aqueles que detém o poder político e econômico. Esse processo tem contribuído para o empobrecimento do pequeno produtor e o desemprego no campo, dado a mecanização do processo produtivo local. Com visto, observa-se que esse modelo de desenvolvimento vem se expandindo pelos territórios de forma célere desde os anos 1980, mas provocando no país um desenvolvimento regional desigual e aumentando as disputas pela concentração política e econômica, onde a terra intensifica o processo dos elementos de disputa no campo.

Nos territórios onde esse modelo de produção atua ocorrem modificações, adaptações e reestruturações que levam consigo um discurso de modernização e desenvolvimento para a área de interesse. Percebemos, como já posto, que esse desenvolvimento é desigual²¹⁷, tanto nos desequilíbrios de distribuição da terra quanto do acesso ao capital produtivo. A dimensão política desse processo, marcada pela atuação da máquina pública para a manutenção e fomento desse sistema tem apresentado consequências visíveis nos níveis de desigualdade social, não só de Grajaú, mas de uma parte significativa do território brasileiro.

²¹⁶PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 2 nov. 2017.

²¹⁷SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Esse processo brevemente exposto aqui encontrou na região do sertão maranhense, mais especificamente no município de Balsas (a princípio), um território propício para a mecanização do campo, atraindo para as chapadas, serras e chapadões, na década de 1970, levadas de migrantes, predominantemente sulistas (depois denominados de *gaúchos*²¹⁸) que adentraram o território em busca de terras extensas, férteis e baratas para a prática de uma agricultura e pecuária intensiva e mercadológica, que será analisado a partir do próximo ponto, antes de adentrarmos no lócus e no objeto central da pesquisa.

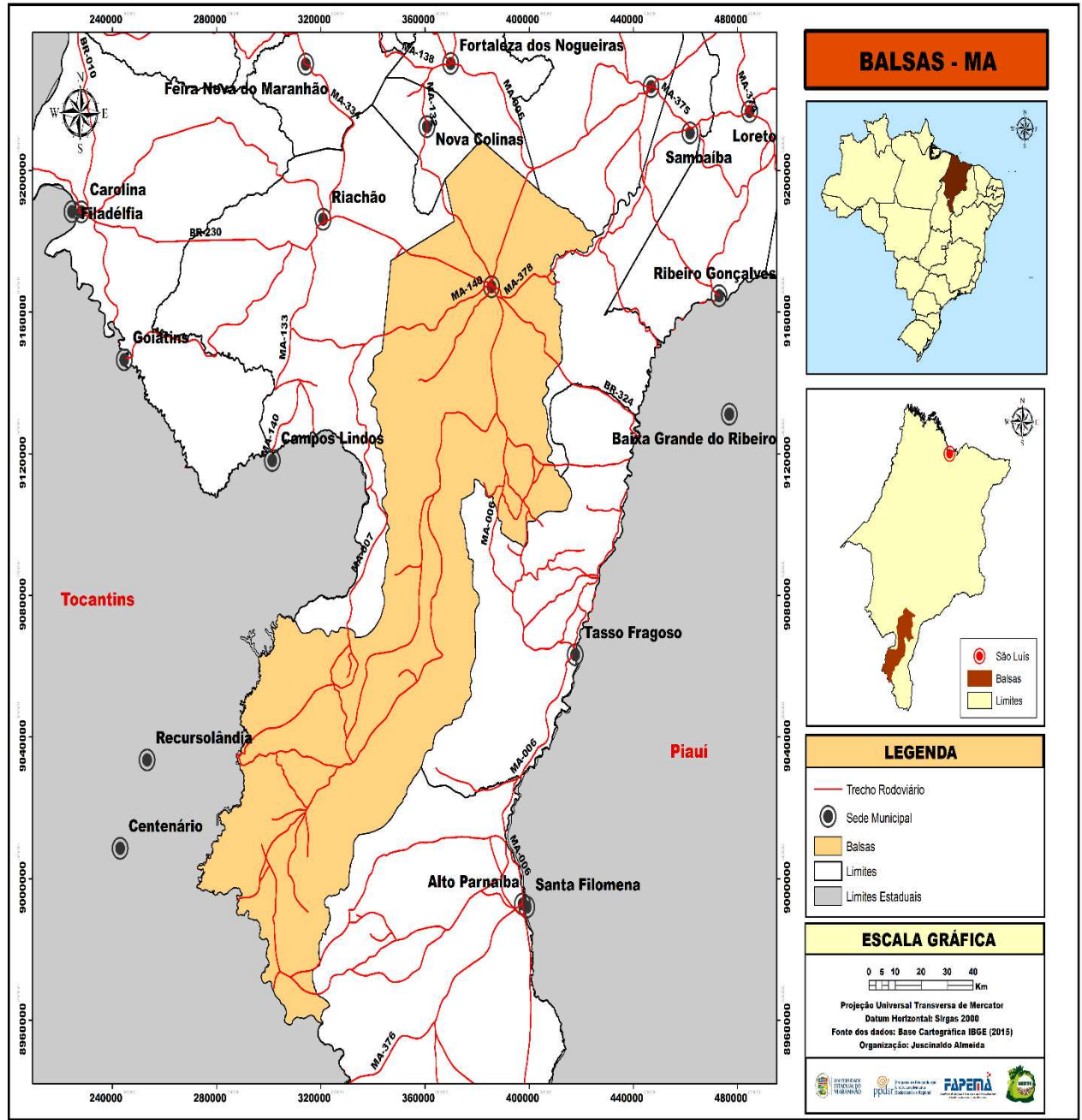
3.1 O avanço do agronegócio para o sertão de Balsas

De acordo com dados do IBGE, o município de Balsas está localizado na mesorregião Sul Maranhense e microrregião dos Gerais de Balsas (figura 10), possui uma unidade territorial de 13.141,757 km² e uma população estimada (2017) de 94.779 pessoas²¹⁹. O referido município tem como atividade econômica principal a agricultura, atrelada principalmente à produção da soja, que está relativamente ligada ao agronegócio no sertão maranhense.

²¹⁸Vale destacar que na concepção do geógrafo Daniel Oliveira “a categoria nativa *gaúcho* abrange um grupo bastante heterogêneo, desde a origem, que não restringe-se ao migrante do Rio Grande do Sul, mas praticamente a todos aqueles provenientes do Centro-Sul do Brasil, sendo que a situação econômica destes também são as mais diversas ao chegarem e se instalarem em Balsas.” OLIVEIRA, Daniel Madson Vieira. *Territórios da fronteira/fronteira dos territórios: o novo sertão de balsas, sul do maranhão*. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária da UFU. Territórios em disputas: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. ISSN 1983-487X. Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1420_1.pdf>. Acesso em: 13 nov.2017, pag.12.

²¹⁹IBGE. Balsas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas/panorama>>. Acesso em 13 nov.2017.

Figura 10: Mapa de localização do município de Balsas – MA.



Fonte: Elaborado por Juscinaldo Almeida Goes a partir de dados do IBGE.

Através do mapa (figura 10) percebe-se a localização do município de Balsas, que possui delimitações territoriais com os municípios de Riachão, São Raimundo das Mangabeiras, Fortaleza dos Nogueiras, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Simbaíba e Carolina, inseridas no processo de expansão da fronteira agrícola, especificamente com o cultivo da soja, e pertencentes ao Sul do Maranhão, assim:

A mesorregião Sul maranhense e, de modo particular, a microrregião dos gerais de Balsas-MA foi inserida nesse processo “modernizador” e, a partir da década de 70, presença a difusão do agronegócio, este vinculado à produção de grão em larga escala. É sabido que o agronegócio gera uma cadeia de atividades econômicas interligadas, partindo do cultivo (setor primário) relacionando-se desde a mecanização até os financiamentos pelos bancos e empresas multinacionais. É nesta cadeia que a agricultura balsense é inserida.²²⁰

O primeiro grão tecnicamente modificado por esses migrantes foi o arroz, o qual deixou de ser produzido em pequenas áreas, vendido somente com a casca e colhido de forma manual. Depois, com a queda da produção, passaram para o cultivo da soja, elemento que se destacou no município. Com os bons resultados o foco agrícola deixou de ser o plantio do arroz, acarretando em uma desvalorização das atividades econômicas locais como a plantação do feijão, da mandioca, do milho. Ou seja, o cultivo da soja passou a gerir a economia local, voltada, sobretudo, para o mercado externo, sendo ele nacional e internacional. Mas, antes desse estágio ocorrer, como chegaram os gaúchos na região de Balsas e por meio de quais incentivos? Como bem enfatiza o geógrafo Vicente Eudes Lemos Alves:

Os estudos históricos apontam o ano de 1974 como o início de desembarque das primeiras famílias do Sul do Brasil em terras dos cerrados maranhenses, após a visita do então prefeito de Balsas ao Rio Grande do Sul, a fim de divulgar para os agricultores gaúchos o potencial daquelas terras. Esse fenômeno ganha maiores dimensões, no entanto, a partir de meados dos anos 1980, com a crescente leva de migrantes sulistas instalados nos plátos planos dos gerais de Balsas.²²¹

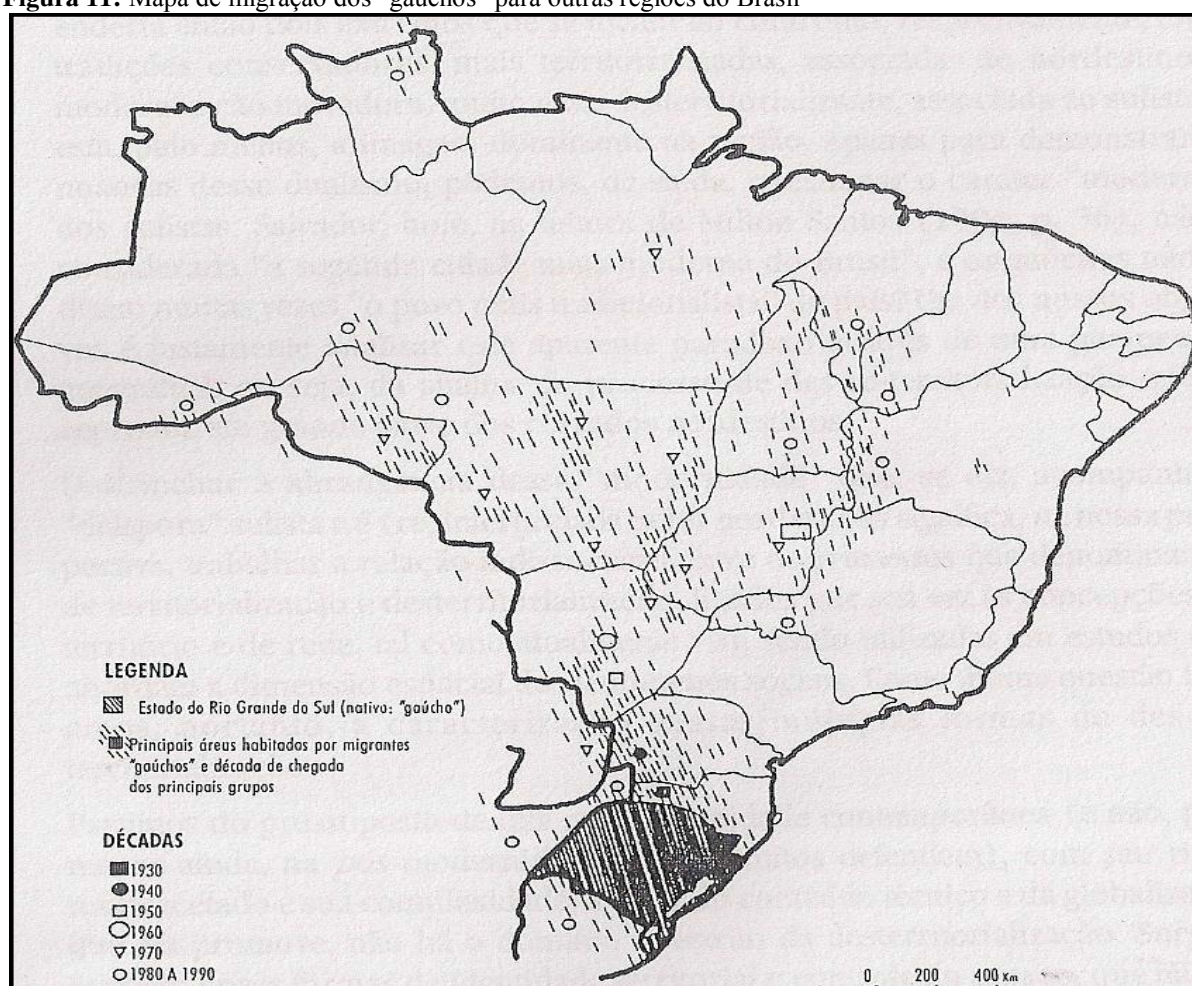
Assim, como posto, esses “gaúchos” que deixaram as terras esgotadas e valorizadas do Sul do Brasil viram no Maranhão uma possibilidade de adentrar a um novo mercado e/ou de crescer nos negócios; buscaram e conseguiram incentivos das autoridades

²²⁰MOTA, Francisco Lima. *O rural e o urbano na cidade de Balsas – Ma: transformações socioespaciais no pós 1980*. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, UFU. Uberlândia, 2011, p. 17.

²²¹ALVES, Vicente L. Eudes. *Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio*. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006, p. 35.

locais, incentivos fiscais, políticas territoriais e políticas do governo Federal, como por exemplo, o PROCEDER²²², SUDENE, SUDAM²²³, COMARCO²²⁴, PROTERRA²²⁵, Programa Corredor de Exportação Norte, Polo Agroindustrial do Sul Maranhense, Companhia de Promoção Agrícola, dentre outros²²⁶. Logo, com tais benefícios foram adentrando o território maranhense e ocupando as terras a começar pelo Sul do Maranhão, na atual microrregião de Gerais de Balsas, área irradiadora do processo econômico capitalista chamado de agronegócio. Para melhor compreendermos a dinâmica desse processo, observamos a figura 11:

Figura 11: Mapa de migração dos “gaúchos” para outras regiões do Brasil



Fonte: HAESBAERT, Rogerio. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: Eduff, 1997, p.23.

²²² Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados.

²²³ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

²²⁴ Companhia Maranhense de Colonização.

²²⁵ Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

²²⁶ Sobre as Políticas Públicas e os programas e projetos criados pelo Estado para facilitar a migração dos sulistas e nordestinos no sul do Maranhão C.f. ALMEIDA, Juscinaldo Goes. *A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo – MA*. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017.

Como verifica-se na figura 11 é possível perceber que existiu um avanço bastante significativo de indivíduos do Sul para o Centro-Oeste, Nordeste, Norte e partes da região Sudeste, sendo de modo bastante intenso nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Piauí e Tocantins, principalmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Já no Maranhão as levas de migrantes adentraram o sul do estado e lá se concentraram até os primeiros anos da década de 1970, quando partiram para municípios localizados na região central. Vale destacar que durante as décadas citadas houve uma dinamização do setor agropecuário que durante a década de 1970 as principais atividades econômicas foram o arroz e o babaçu, na década de 1980 girava em torno da pecuária e na década de 90 centrados na produção de soja e na pecuária empresarial.²²⁷

Tais economias se inseriram no território, provocaram uma reorganização econômica e uma dinamização da região, não estando mais voltada apenas para uma cultura ou atividade agrícola, pois o mercado global começou a exigir desses territórios, novos investimentos produtivos, principalmente no setor de grãos e na pecuária empresarial. Para isso era necessário ampliar o mercado consumidor e diversificar os agentes dentro dessa lógica capitalista, assim a economia não deveria ser somente individual e familiar ou de base estatal, mas também administrada por empresas multinacionais do setor agropecuário. Então, como destaca Mesquita:

No lugar do Estado, elementos do mercado representados por grandes empresas nacionais e multinacionais controladoras do comércio de *commodities*, grupos financeiros e da indústria a montante e a jusante do setor assumem o posto de financiadores e compradores da produção, antes de órgãos e instituições estatais.²²⁸

Ou seja, a lógica do mercado muda de acordo com as necessidades e exigências do capitalismo financeiro. Como aponta o autor, o que antes era papel do Estado agora é manipulado pelos grandes grupos empresariais do mercado nacional e internacional, que ultrapassam limites territoriais e atuam onde o mercado é atrativo, mercado esse de “baixa” competitividade, de boas condições mercadológicas, climáticas, de relevo e etc., que podem

²²⁷ MESQUITA, Benjamin Alvino de. *O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar*. São Luís, EDUFMA, 2011.

²²⁸ Idem., p.47.

causar e facilitar o avanço dessa fronteira agrícola, nessas cidades que passam a ser chamadas de “cidades do agronegócio.”²²⁹

Balsas nessa lógica se insere e ganha destaque no setor produtivo, no cultivo da soja, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, período da sua consolidação no cenário econômico agrícola nacional. O uso dessa cultura exigiu técnicas de correção do solo para melhorar os resultados da produção da soja, que se adaptou de forma significativa as condições edafoclimáticas²³⁰ do território. A partir dos bons resultados na agricultura “em 1987 foi instalado em Balsas, uma unidade de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa da Soja (CNPSo/EMBRAPA) [...] também contou com a participação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte ‘Irineu Alcides Bays’ – FAPCEN.”²³¹. Tais estruturas contribuíram para os estudos genéticos de outras espécies de soja, para o manejo técnico e para facilitar o processo de distribuição e de escoamento dos grãos. Mas, nesse contexto, surge um questionamento: Porque o território de Balsas foi cenário de destaque inicial dentro do mercado capitalista agrícola, no Maranhão? Como enumerou Mábio de Pádua, tais fatores foram:

1)O município polarizou os investimentos estatais do PRODECER III, sobretudo, na região dos Gerais – área de grande concentração de fazendas produtoras de soja; 2) a agregação das melhores condições naturais para o plantio como: chapadões altiplanos e/ou levemente ondulados que favorece o cultivo mecanizado, fotoperíodo mais curto nos dias de verão se comparado às regiões produtoras no sul do Brasil – isso induz a floração precoce da soja, abrindo mais espaço para uma segunda safra de verão – além, de uma boa média pluviométrica no período do plantio; 3) a instalação da FAPCEN na cidade de Balsas criada para atender às necessidades dos empresários e produtores rurais, através da cooperação entre pesquisa, extensão, produção e comercialização dos produtos agropecuários na região de influência do Corredor de Exportação Norte, que envolvem os estados do Maranhão, Tocantins e Piauí; 4) Balsas é o centro receptor das vias de escoamento de grãos que vem dos campos de produção, para então, ser transportado ao parque intermodal de Porto Franco, a exemplo, temos: MA-007 e MA-140 (região dos Gerais), MA-006 (Alto Parnaíba e região da Serra do Penitente), BR-324 (Ribeiro Gonçalves-PI e região da Ilha de Balsas), BR-230 e MA-375 (São Raimundo das Mangabeiras e região da Ilha de Balsas); e como último fator, 5) o preço relativamente baixo das terras no sul do Maranhão, quando comparado ao contexto da região MATOPIBA, isso atraiu ainda mais investidores do agronegócio a produzir nas terras sul maranhense²³².

²²⁹A respeito das “cidades do agronegócio” Cf. ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (Orgs.) *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006d, v. 1, p.279-303.

²³⁰Relativo ao solo e ao clima.

²³¹NASCIMENTO, Mábio de Pádua. *A expansão da agricultura moderna da soja no cerrado sul maranhense e os impactos socioeconômicos e ambientais ao camponês: uma análise a partir de Loreto – MA*. 120f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Curso de Geografia, 2016, pag. 43.

²³²Idem., .43.

Esses fatores foram fundamentais para a escolha do território que seria implantado a dinâmica do agronegócio no Maranhão. Balsas foi centro irradiador dessa agropecuária “moderna” (e, sobretudo dessa agricultura moderna) que se instalava de modo estrutural, seguindo uma lógica capitalista de difusão desse sistema. Portanto, é importante ressaltar que esse modelo colocado em prática atendeu de modo significativo aos anseios da classe média e classe média alta, pois estes já possuíam reservas econômicas, uma relação maior com o Estado, com as instituições financeiras de créditos²³³ e com as médias e grandes empresas do mercado agrícola²³⁴, não só do Brasil, mas também de outros países, como Estados Unidos, China, Japão, dentre outros. Então, os fatores perpassaram por análises econômicas, administrativas, ambientais (no que se refere ao solo, ao relevo e ao clima) e a logística, antes de adentrar em um mercado que poderia não dar bons resultados aos investidores, o que não foi o caso dos Gerais de Balsas.

Então, a lógica desse sistema capitalista tem a “necessidade constante de inovações biológicas, agroquímicas e mecânicas visando a obtenção de melhores resultados na área da produtividade.”²³⁵ Percebe-se, que quem não atende à demanda do mercado global está fora da dinâmica modernizadora, que precisa constantemente aumentar a sua produção e sua diversificação, alterando o padrão técnico dentro do setor rural. Desse modo Balsas atinge uma das referências na produção de soja do Estado do Maranhão, como destaca a matéria publicada no dia 25 de julho de 2016²³⁶:

No município de Balsas, polo regional, a produção da soja cresceu de 152 mil toneladas, em 2000, para 457 mil toneladas, em 2014 (IBGE, 2015), o que coloca Balsas como terceiro maior município produtor de grãos de soja da região do MATOPIBA, perdendo apenas para Formosa do Rio Preto (BA) e São Desidério (BA), com quantidade produzida de soja em 2014, respectivamente, de 959 mil e de 720 mil toneladas (IBGE, 2015).

De acordo com os valores obtidos pelo IBGE, nesse período Balsas foi considerado o terceiro maior município produtor de grãos de soja da região do MATOPIBA²³⁷ e, em 2016, foi considerado o maior produtor de soja do Maranhão, chegando

²³³ As instituições financeiras do Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia.

²³⁴ A exemplo das multinacionais Cargil, Bunge e Multigrain.

²³⁵ FERREIRA, Maria da Glória R. *A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas* - MA.276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008, p.187.

²³⁶ DIÁRIO DE BALSAS. Disponível em: <<http://www.diariodebalsas.com.br/noticias/balsas-e-o-terceiro-maior-municipio-produtor-de-graos-de-soja-da-regiao-do-matopiba-14678.html>>. Acesso em 19.nov.2017.

²³⁷ Região de fronteira agrícola que abrange municípios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

a ter, de acordo com dados do IBGE (2016)²³⁸, uma área plantada de 180.116 hectares, uma área colhida também de 180.116 hectares, uma quantidade produzida de 234.491 toneladas, um valor de produção de 235.757 mil reais e com valor da produção em percentual de 56,95. Conforme os dados dispostos verifica-se uma evolução significativa no aumento da produção e na área plantada, a soja continua em ampla expansão devido à valorização do mercado global, e possivelmente continuará crescendo, devido à alta demanda. Para a geógrafa Maria da Glória:

Esse alto desempenho dos parâmetros é interpretado como decorrente do somatório de várias variáveis tais como alto valor da *commodity* soja no mercado internacional, o uso intensivo de inovações tecnológicas no setor produtivo, a otimização da infraestrutura relacionada à logística de transportes e de armazenamento para estocagem de grãos, às mudanças do papel das *tradings* junto aos produtores, aos incentivos do governo para exportação, dentre outros. Todos esses fatores foram acionados no sentido de promover uma ampliação cada vez maior na escala de produção, refletindo-se numa maior visibilidade produtiva ao nível dos mercados competitivos.²³⁹

Os resultados econômicos do município são bem positivos, mas é importante deixar claro que essa lógica atravessa territórios, modifica e reestrutura uma economia que ali tinha sua funcionalidade e importância, tendo que abrir espaços para uma nova dinâmica do mercado, uma dinâmica voltada para o sistema de *commodity* e das *tradings*, tendo uma abrangência maior e resultados mais rápidos. Balsas, dentro desse cenário global e dessa dinâmica mercadológica atua como uma das peças fundamentais nessa lógica capitalista, disseminando e pulverizando o agronegócio para outras regiões do Maranhão, os quais apresentam características propícias para essa dinâmica que reorganiza os territórios e reproduz resultados desiguais de desenvolvimento.

A partir de Balsas outras áreas do Maranhão, como Tasso Fragoso, Sambaíba, Riachão, Alto Parnaíba, Loreto, Buriticupu, Fortaleza dos Nogueiras, Porto Franco, São Raimundo das Mangabeiras, Pastos Bons, Arame, Brejo, Chapadinha e etc, foram incorporadas a esse *modus operandi* de produção, seguindo uma lógica capitalista atrelada ao processo de globalização e entre elas, o município de Grajaú, cuja abordagem será pormenorizada a seguir.

²³⁸IBGE. Banco de dados agregados. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=5457&z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: 20 de nov.2017.

²³⁹ FERREIRA, Maria da Glória R. *A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas* - MA.276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008, p.64.

3.2. Migração e expansão da agropecuária moderna em Grajaú

Inserido nesse processo desenvolvimentista, o município apresenta características de um território historicamente marcado pela pecuária e pelo grande latifúndio, influenciado por agentes internos e externos que ajudaram a determinar a atual condição estrutural do acesso à terra e do controle dos meios de produção que guiam economicamente o município de Grajaú. Assim, para a compreensão desse ponto será demasiadamente importante entender como o município está organizado territorialmente na contemporaneidade, articulando-o com os dois primeiros capítulos desta pesquisa. Deste modo o ponto fundamental será entender e articular a dinâmica histórica e política com o socioeconômico e ambiental, haja vista que o processo de reordenamento territorial é gerido pela compreensão da sua totalidade.

Nesta perspectiva a historicidade do objeto nos permitirá identificar a partir da longa duração que vários fatores históricos escritos ao longo do tempo contribuíram para a caracterização do referido município. Ainda é possível encontrar famílias grajauenses detentoras do poder econômico e/ou político e, em uma nova formatação, também encontrar famílias não originadas desse território, que conquistaram o seu espaço, ganharam representatividade e poder de mando local.

Percebemos através do município de Balsas uma nova dinâmica econômica que adentrou o sertão maranhense por volta da década de 1970, mecanizou o campo e expandiu a sua fronteira agrícola e pecuarista para outras áreas. Como vimos no ponto anterior, esse processo ocorreu pela indução por parte do Estado através de políticas territoriais de desenvolvimento ligadas ao processo de modernização do campo, as quais atraíram pessoas de outras localidades do país, em sua maioria, oriundas das regiões Sul e Sudeste. Assim, através da expansão dessa lógica de mercado esse processo adentrou no município de Grajaú, aproximadamente a partir do ano de 1973.

Porém, antes da entrada desses migrantes, uma outra lógica social e econômica regia o território (como apresentado no primeiro capítulo) em que o poder estava centrado nas mãos de famílias da própria região. Famílias como Martins Jorge, Léda, Barros, Moreira,

Falcão, Costa, controlaram o cenário político e econômico daquela localidade, disputavam territórios e concentravam a economia na pecuária extensiva e/ou no comércio, principais atividades no final do século XIX e início do século XX.

Portanto, tais núcleos familiares são a base para a compreensão dessa “nova” estrutura que compõe o sertão grajauense, voltado para uma agropecuária tecnicista, com um discurso modernizador em que a terra e sua concentração ainda é uma característica marcante da localidade, ou seja, é uma lógica que se repete ganhando novas roupagens. Se antes o poder econômico e político estava centrado nas mãos daquelas famílias, hoje o território se fragmentou e o poder passou a ser disputado por outros indivíduos, que administram o setor comercial, industrial, da agricultura e da pecuária empresarial do atual município.

Entretanto, é válido destacar que famílias como Martins Jorge, Barros, Falcão, dentre outras, ainda possuem status social e poderio econômico, muito embora não seja o mesmo poder que exerciam em fins do XIX. Indubitavelmente, acredita-se que o principal elemento que garante a perpetuação desse poder seja a terra, por continuar tendo uma importância significativa e ainda ser moeda de valor e patrimônio de heranças.

Diante do exposto é importante entender a articulação do subtópico (referente ao Capítulo I), uma vez que possibilitará verificar a importância da terra e do gado como símbolos da conservação da representação do poder ainda na atualidade. No primeiro capítulo foi demonstrado através dos inventários de algumas famílias de que modo eram distribuídos os bens (terra e gado) e a contabilização do montante da herança deixado por quem representava o núcleo familiar das famílias ditas tradicionais. Vimos, por exemplo, o caso dos Martins Jorge, em que Manoel Martins Jorge deixou uma herança de 13:915\$000 réis, em inventário de 1885.

Atualmente foi possível perceber que a perpetuação dessa herança ainda garante status a essa família, muito embora o tamanho da riqueza não tenha sido mantido por conta da finalidade de como cada membro decide usar determinado valor ou bens materiais. Em entrevista concedida, um dos herdeiros da genealogia dos Martins Jorge deixa claro o tamanho da sua propriedade e a herança que recebera dos pais Ornilo Martins Jorge e Neusa Lima da Costa Jorge. Perguntado ao fazendeiro sobre a extensão da sua propriedade e sobre a herança deixada pelos pais, o mesmo responde:

Eu tinha 1.160 hectares, hoje tenho em torno de 180 ou 200 hectares. Boa parte eu vendi para quem sabe trabalhar na terra, porque eu não sei. Eu vendi para pessoas da

região e para os paranaenses, em específico os agricultores de grãos, porque a terra que eu tinha não era boa para o plantio da soja, era um terreno alagado, beira de rio. Essa terra foi de herança. Meus pais deixaram aproximadamente entre 28.000 a 30.000 mil hectares de terra, distribuídos para os dez filhos, hoje daria dinheiro demais. Hoje essa terra valeria em torno de 70 milhões de reais. A terra de Grajaú é muito boa. Sem a terra nada feito, porque é ela quem produz os alimentos. (O.M. J - Entrevista concedida em 04/10/2017).

A fala do entrevistado nos possibilita destacar um ponto interessante: Como que a manutenção da terra passou por um processo de desmembramento consciente, ou seja, no fundo não foi uma questão totalmente estrutural, tiveram (como comenta o entrevistado) questões de consciência de falta de acesso a determinadas técnicas de cultivo ou técnicas de preparo. A verificação de que essas terras fossem úteis para a exploração e a ideia de que era necessário vendê-las para quem fosse capaz de produzi-las, para quem tinha tecnologia para tal, e, ao mesmo tempo, a ideia do valor intrínseco da terra, independentemente do tempo. Um outro fator que merece ser destacado é a manutenção dessa terra, ou seja, o que ela pode me trazer como ganhos, mesmo que seja em tamanhos relativamente pequenos, mas há uma manutenção, mesmo que seja mínima de uma propriedade que outrora fora gigantesca. Nesse sentido, diante da fala, a terra precisa ter uma utilidade.

Essa herança deu à família Martins Jorge um status social e um poder econômico que até hoje sobrevive nas falas de muitos que foram entrevistados. A grande maioria comentou sobre a perpetuação dessa família como uma das mais tradicionais e poderosas da região, detentora ainda de valiosas propriedades. A origem de tanto poder surge do “ser fazendeiro”, “ser comerciante” e do “ser político”. O pai do entrevistado foi importante figura da sociedade grajauense, destacado fazendeiro e comerciante e a mãe, dona de casa, possuía fortunas dos pais, que foram envolvidos também com o comércio.

A existência desses elementos possibilitou a entrada desse mesmo núcleo na vida política do município, elegendo José Martins Jorge, irmão do entrevistado, como prefeito de Grajaú (1976-1982). Assim, percebemos o quanto a terra e a política ainda são elementos de base desse sistema que concentra terras (poder econômico) e poder político nas mãos dos potentados rurais, como no caso da família aqui analisada, ainda resistente ao status social desde finais do século XIX.

Esses poderes estavam centrados em um capital representado pela terra e pela quantidade de gado que o grupo familiar possuía. Essas informações ratificam o que foi abordado nas primeiras partes deste trabalho, nos fazendo compreender como a Guerra do

Léda ainda permanece “viva” nas entranhas dessa sociedade sertaneja, pois há uma reprodução das estruturas, mudando apenas os agentes partícipes desse cenário político e econômico. Portanto, a disputa existe, sendo concentrada na elite agrária, detentora do poder e das terras produtivas.

Com isso percebe-se que, mesmo com o passar do tempo famílias como Martins Jorge e Barros conseguiram manter o poder econômico e o capital simbólico. As estratégias matrimoniais e as heranças foram significativas para essa permanência. Um dos exemplos pode ser visto com J. R, da família Barros, o qual recebera de herança a Fazenda A Carolina, lugar que serviu de embate entre as tropas do sertão e da capital de São Luís (representada pela força do Estado), na época da Guerra do Léda. Esta fazenda era de propriedade da família Léda e da família Moreira, porém, com a crise política e financeira, o lugar passou para o controle da família Barros. Em entrevista o pecuarista comenta como foi o processo de compra, herança e o tamanho da propriedade:

Meu pai comprou uma parte da Carolina e a outra parte foi de herança do sogro dele. Comprou de Francisco Moreira de Sousa, juiz de direito da Barra do Corda. Meu pai comprou uma parte e minha vó, Juliana Moreira Barros, comprou a outra parte. Meu pai comprou a Carolina com mais 200 gados. Ele deixou pra mim e para a minha irmã Beliza Rodrigues de Barros. Depois do falecimento da minha irmã eu fiquei com a herança porque ela não deixou outros herdeiros. Essas quatro porções de terras - Carolina, Veneza, São Bento e Salvação - foram vendidas para a minha família por 75.085 mil reis, e tudo faz parte de uma fazenda só. A fazenda tem 9.524 hectares. Mas nesse tempo ninguém ia atrás disso não, não sabiam a extensão. Era uma posse de terra, mas não sabiam até onde ia. Na época que meu pai comprou fazia parte de Grajaú, agora faz parte do município de Formosa da Serra Negra. (Sr. J. R – Entrevista concedida em 12/10/2017)

Por meio dessa fala destacam-se as formas de herança, o valor e a dimensão do que seria a terra. No caso do entrevistado esse bem imóvel é para além da importância econômica, nota-se um valor muito mais do ponto de vista sentimental ligado ao lugar de morada, a ideia de pertencimento e ao fato histórico lá ocorrido. J. R destaca várias vezes o significado que aquele lugar possui tanto para a sua família como para a história da formação de Grajaú. Embora tenham ocorrido fragmentações e mudanças nos limites territoriais a ideia que J.R tem é de um lugar que ainda possui fortes vínculos com o território de origem, pois foi lá que estabeleceu as suas relações sociais, familiares e econômicas, sentindo-se muito mais ligado a Grajaú do que com o município de Formosa da Serra Negra.

Outro fator a ser destacado é a ausência de limites precisos entre as glebas, naquela época não havia definições exatas, as terras eram normalmente definidas pelas margens dos rios, o gado era criado solto na mata e a terra era “livre”, ou melhor, devoluta ela

tinha um valor econômico tão significativo como possui hoje, o valor era muito mais de prestígio social e político garantido ao indivíduo e a sua família, como comenta o entrevistado:

Naquela época a terra sozinha não tinha valor econômico, você precisava ter gado para que ela valesse. Você tendo terra e gado era outro modo de vida, de sustento, de sobrevivência e de representatividade. Quanto mais terra e gado você tivesse, mais poder tinha. Meu bisavô Salomão Barros era praticamente o dono do município de Grajaú e do Porto Franco, ele tinha 21 e tantas fazendas de gado. Era rico em muitas fazendas de gado e terras. E o irmão dele, Carlos Barros, meu avô, também muito rico de gado e de terra, tudo no município de Grajaú. (J.R - Entrevista concedida em 12/10/2017).

O entrevistado se equivoca, terra sempre foi muito cara no Brasil, caso contrário, os pobres que trabalham na terra seriam proprietários e não assalariados. Esse fragmento é interessante, pois articula o histórico, suas fontes documentais (os inventários usados nos dois primeiros capítulos) com o uso das entrevistas e dos dados selecionados para o desenvolvimento deste último segmento. Assim, por meio das articulações compreendemos o quanto o território está relacionado com os agentes sociais, os quais reproduzem a importância histórica da terra e da pecuária para a manutenção da riqueza.

Na época abordada por J.R o domínio da terra era concentrado nas mãos das famílias já citadas, as quais possuíam terras para além de Grajaú; hoje esse domínio é, de certa forma, fragmentado, pois o território passou por mudanças históricas, políticas, sociais e econômicas ganhando, na sua contemporaneidade, outra formatação, o que não se desvincula de sua base, tendo como característica o latifúndio e como importante fator econômico a expansão da agropecuária.

Sobre essa dinâmica do tempo é significativo destacar uma passagem de vida descrita pelo entrevistado R.A, ex-vereador de Grajaú (1976 a 1981) e professor aposentado, que em conversa narrou:

Quando eu era um garoto de oito anos, eu me lembro de que a partir das 5 da tarde sempre ia conversar com meu pai um senhor chamado Teodoro Brito. Eu gostava de sentar na calçada e de ficar observando a conversa dele. Eu nunca esqueci que certa vez ele disse ao meu pai assim:

“Compadre, hoje nós estamos vendo passar essa carroça de roda de madeira, mas dizem os mais velhos que no futuro não é isso... Serão uns carros diferentes, as rodas vão ser diferentes e ninguém, às vezes, vai entender o porquê... Dizem que hoje nós lutamos com criação de gado, mas no futuro quem quiser ter gado é preso, tomando remédio como nós cristãos. Então, meu compadre, você vê que os mais velhos sabiam de tudo, e hoje nós estamos vendo isso aqui..., mas no futuro essa criançada quem vai dizer alguma coisa... O que vai acontecer são as mudanças. Hoje nós estamos tranquilos, mas ninguém sabe se terá tranquilidade no futuro.”

Isso ele falava muito, eu nunca esqueci. Eu observei que de certos tempos pra cá a evolução do tempo vai mudando e as coisas foram mudando. Brincadeiras, festas

dançantes, a economia, a sociedade.... Na minha época tinha festa do algodão no fim da safra, tinha a festa do milho, tinha a festa do arroz, fora as festas folclóricas da cultura do povo daquela época. Hoje as coisas mudaram... (R.A. C – Entrevista concedida em 21/10/2017).

A partir do depoimento percebemos o quanto o tempo é dinâmico e provoca ressignificações dentro de um determinado território. A fala do entrevistado é importante, pois relata aspectos interessantes acerca do processo de territorialização da economia grajauense, além de descrever as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, levando a entender que as transformações ocorrem e estão inseridas dentro de um território e relacionadas ao processo histórico e aos agentes internos e externos que atuam sobre esse meio.

Portanto, é necessário, como defende o historiador Fernand Braudel²⁴⁰ compreender esse estudo a partir da longa duração, visto que revela os acontecimentos históricos, sociais, geográficos, políticos e econômicos em uma conjuntura não isolada dos fatos. Assim, para a sua compreensão o olhar do observador deve ser atento captando elementos que impõe e ajudam a dar forma à atualidade. Essas transformações provocam na sua contemporaneidade uma fragmentação e uma reorganização territorial que atende a dinâmica capitalista voltada para as exigências do mercado, impondo a necessidade de acompanhar o processo de modernização econômica.

Com o intuito de evidenciar tal processo retoma-se a fala de R. A: Se na época da sua juventude havia o festejo em comemoração à safra do algodão, do arroz e do milho, hoje as comemorações estão voltadas para os resultados da colheita dos grãos da soja e dos saldos positivos da pecuária empresarial. Grajaú tomou proporções significativas de um território em expansão da agropecuária, resultando em um município que atrai pessoas e novos mercados. Esse cenário de crescimento e de reordenamento territorial provocou mudanças no cotidiano daquela sociedade sertaneja que vivia os ditames de famílias tradicionais locais, as quais, como vimos, comandavam a política e tinham a posse dos latifúndios. Essa procura por novos territórios, esse anseio em acumular e multiplicar o capital inicial e/ou investir em algo que pudesse ter bons resultados fez com que indivíduos escolhessem Grajaú como um novo mercado de investimento do agronegócio, por possuir terras relativamente baratas, propícias para as múltiplas culturas, com boa logística e tendo um território de visão para os investidores do capital agrário.

²⁴⁰C.f. BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

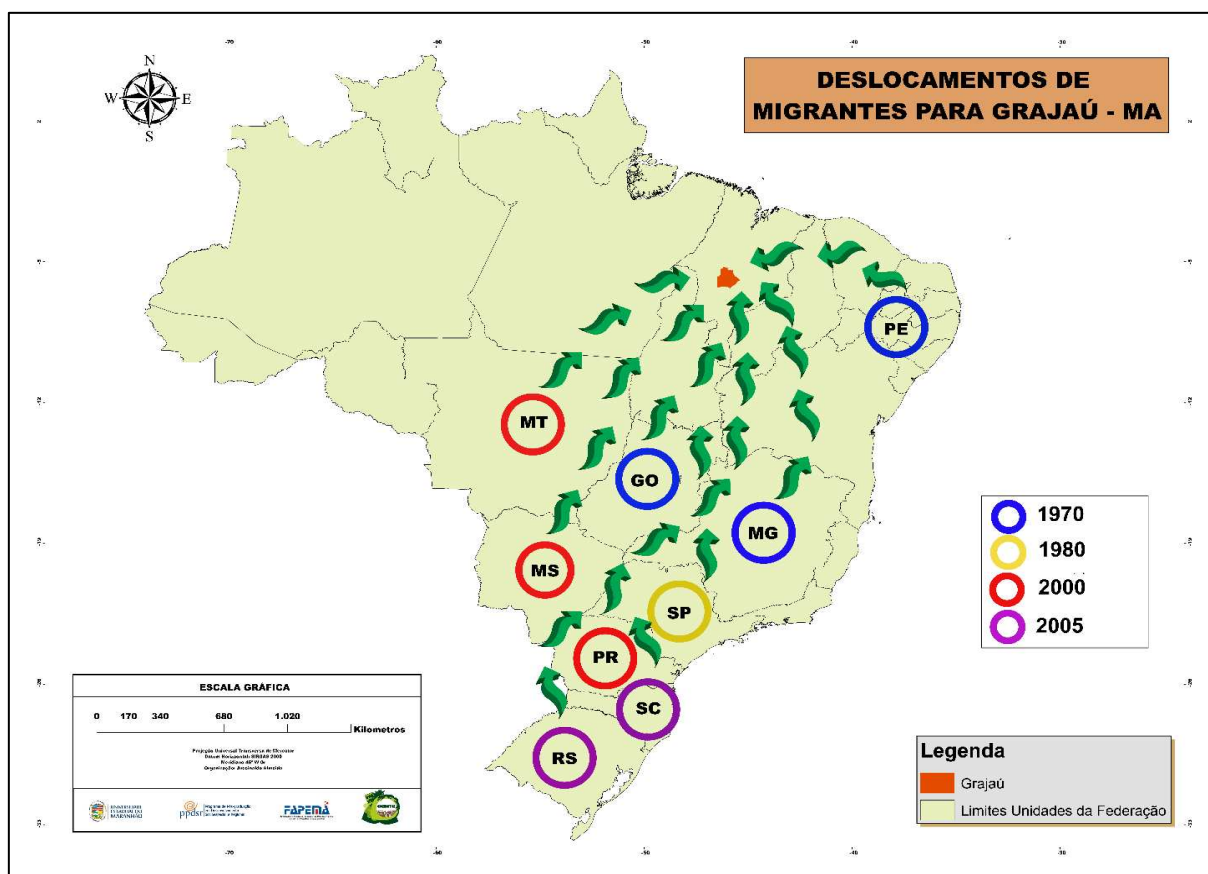
Logo, hoje o que se comemora são rodas de negociações desse capital privado, onde se vê a reprodução desse “novo” sistema. Foi bem notório através da pesquisa de campo o movimento de transformação econômico do referido município, que atualmente está voltado para o agronegócio vinculado à dinâmica global da produção agrária. Porém, como já fora destacado, antes desse processo chegar a Grajaú ocorreu um movimento migratório, na década de 1970, que contribuiu para o reordenamento da economia local, modificando assim as “antigas” estruturas, baseadas em uma agricultura e uma pecuária extensiva, de base familiar e ausente de técnicas, ou seja, longe daquele discurso modernizador (tecnológico) da Revolução Verde.²⁴¹

Esse movimento migratório que chegou a Grajaú (Figura 12) se difere do que ocorreu em Balsas no que se refere à origem, pois, se no segundo município as levas de pessoas a migrar foram os gaúchos e paranaenses, no sertão grajauense a princípio, foram os mineiros, goianos, pernambucanos; só depois, já na década de 1990 e 2000 os paranaenses, mato-grossenses e gaúchos começaram a investir na expansão da soja e da pecuária bovina no território de Grajaú. O *boom* agrícola na região dos Gerais de Balsas rapidamente propiciou o esgotamento da oferta das terras, tornando-as com preços proibitivos do que ainda restava. A alternativa dos novos imigrantes foi procurar outras localidades, chegando ao município de Grajaú provocando um mosaico de cultura nessa cidade.²⁴²

Figura 12: Mapa de migração para o município de Grajaú

²⁴¹ A Revolução Verde foi um conjunto de inovações tecnológicas na agricultura que teve início após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e chegou ao Brasil durante o regime militar, entre as décadas de 1960 e 1970.

²⁴² Considera-se importante enfatizar que dentro do conjunto das entrevistas foram selecionadas algumas para o desenvolvimento deste ponto sobre migração.



FONTE: Elaborado por Juscinaldo Goes Almeida, a partir de dados do IBGE (2018).

A chegada desses indivíduos²⁴³ com seus grupos familiares atraídos em busca de terra e lucro e estimulados pelo capital privado, pelo PROTERRA²⁴⁴, pela SUDAM e SUDENE²⁴⁵ gerou além de uma pluralidade cultural, uma procura incessante por grandes extensões territoriais. “Percebe-se, então, que as migrações seguem a mesma trilha do capital, ou seja, orientam-se para aquelas regiões onde o capital está mais concentrado”²⁴⁶ ou com grandes possibilidades de concentrar-se, mudando a produção agrícola da região, que antes estava voltada para uma relação não capitalista. Então, notamos “de um lado, a mudança de um padrão extensivo de agricultura para um moderno, intensivo em capital.”²⁴⁷ Nessa dinâmica é nítido a monopolização da terra e o controle dos meios e das técnicas de produção nas mãos desses imigrantes. Assim, para destacar esse processo de mudanças dos padrões

²⁴³C.f. MARTINS, José de Sousa. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec. 1993.

²⁴⁴Sobre a implantação do Proterra e a fase de repasse dos recursos financeiros no Sul Maranhense para a agricultura mecanizada, Cf. ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito. *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: Edufma, 2008.

²⁴⁵ Francisco de Oliveira destaca que a SUDENE “pensava muito mais num fortalecimento e expansão da burguesia regional que se somaria às demais frações burguesas nacional e internacional no processo da expansão capitalista em todo país” OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para um Elegia para uma Re(lição)*: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.26

²⁴⁶ DORA, Martins. *Migrantes*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997, p.35.

²⁴⁷ MESQUITA, op.cit. p. 37.

econômicos e técnicos, comenta P.R, mineiro, natural do município de Tupaciguara, e atualmente agricultor e funcionário público no município de Grajaú:

Quando eu cheguei aqui com minha esposa, em 1976, era aquele sistema rústico, as fazendas eram aqueles ranchões grandes. A agricultura era de subsistência, cultivavam o arroz, a mandioca e o gado era criado solto. Mas como aqui era um lugar atrativo por conta do baixo valor das terras, as pessoas começaram a vir para comprá-las, aí começou a trazer **desenvolvimento**: o trator, a colhedeira, as estradas.... Então a criação de gado começou a crescer junto com as lavouras, que começou a gerar novas economias e a gerar empregos, porque a situação de Grajaú era mesmo só na monocultura. Hoje há a plantação de várias culturas, existe a criação de várias espécies de gado.... Hoje a agricultura e a pecuária estão muito mais competitivas e depende muito das tecnologias e dos bons investidores para **aplicar o capital**, pois você precisa produzir muito para vender mais barato, você precisa ganhar na **produção** e isso se faz também com o uso da **ciência** e da **tecnologia**. (Grifo nosso) (P. R. A – Entrevista concedida em 18/10/2017).

Através desses argumentos podemos perceber como funciona o discurso do capitalismo agrário pautado na grande produção e no uso de técnicas para acelerar o processo mercadológico. Para esses segmentos dominantes da sociedade a noção de desenvolvimento²⁴⁸ está atrelada e restrita ao saber técnico e produtivo que adentram no território de Grajaú, no período citado. No entanto, esse discurso precisa ser problematizado, pois o desenvolvimento de um local está relacionado às boas condições da população em saúde, educação, trabalho, dentre outras condições, que geram também bons resultados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um determinado país, estado e município. Então, não pode estar somente associado às condições técnicas e sob o controle de uma minoria, que tem o capital na forma de dinheiro. Já sobre a relação ciência e técnica (grifado no comentário), a filósofa Marilena Chaui afirma que:

A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade (tornaram-se agentes econômicos diretos) e a força capitalista encontra-se no monopólio dos conhecimentos e da informação.²⁴⁹

²⁴⁸ C.f. CONTERATO, Marcelo Antonio; FILIPI, Eduardo Ernesto. *Teorias do Desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

²⁴⁹ CHAUI apud OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A mundialização da agricultura*. São Paulo: Edição do autor, 2016, p.36.

Ou seja, dentro desse sistema capitalista os dois elementos são bases para a dinâmica do mercado global, nesse caso, deixam de ser meros partícipes e passam a comandar também o sistema de redes desse capital agrário. No caso de Grajaú o monopólio está centrado nas mãos de quem tem acesso a esses meios, e, por tê-los utilizam o discurso do desenvolvimento através do uso da técnica, que não é acessível a grande parte da população, que utiliza a terra como fonte de trabalho.

Em boa parte das entrevistas os imigrantes destacaram a importância desse processo migratório para o município, pois, segundo eles, provocou uma mudança econômica com a chegada das “novas” técnicas de produção e manejo da terra, da pecuária e da agricultura. Tais indivíduos adentraram o território, contribuíram para a sua fragmentação e monopolizaram partes das terras, objeto principal que causou o deslocamento desses sujeitos. Um dos primeiros a chegar a Grajaú, no começo da década de 1970, foi o fazendeiro M.V, goiano, do município de Rio Verde, que em conversa explicou o principal motivo que impulsionou a sua vinda, relatando:

Eu vim para cá para trabalhar como vaqueiro nas fazendas do seu Clertan Moreira do Vale, conhecido como Seu Tatá, um conterrâneo nosso, que tinha terras aqui em Grajaú e em Goiás, era um fazendeiro forte. Eu cheguei em 1975, vim acompanhado com seu Tatá, pegamos o avião em Gurupi e descemos no aeroporto que existia aqui.... Lá nas terras dele eu trabalhei um ano, guardei dinheiro e resolvi ter a minha própria criação e plantação. Depois eu retornei a Rio Verde, vendi as terras de lá e voltei para Grajaú trazendo a minha família. Quando cheguei fiz um acordo com seu Tatá, ele abriu 12 alqueires de roça que dá em torno de 60 hectares para eu plantar arroz, e aí, por incrível que pareça em 1975 a gente acabou sendo o primeiro produtor de grãos que colheu 1.250 sacas de arroz, que, até então, ninguém nunca tinha produzido mais de 20, 30 ou 50 sacas de arroz. Trouxemos máquinas compradas perto de Goiânia, daí seu Tatá também entrou no negócio e tocou 15 alqueires²⁵⁰ de roça na meia, com isso veio outro sócio goiano, da cidade de Guapó. Depois eu assisti várias pessoas que vieram pós a nossa chegada, e a família Garcia veio logo na sequência. (M.S.V – Entrevista concedida em 17/10/2017).

Como pode ser percebido através da entrevista o processo migratório resultou na mecanização e na introdução de outras dinâmicas econômicas até então ainda não utilizadas no território de Grajaú. Vale destacar que nesse processo de migração o pioneiro foi Clertan Moreira do Vale²⁵¹, que começou a divulgar o mercado de terras de Grajaú na região de Goiânia e Minas Gerais. De acordo com outras entrevistas, o produtor comprou, na época, a Fazenda Sibéria com cerca de 25.000 hectares de terras. Já o seu antigo vaqueiro, seu M.V inicialmente adquiriu 490 hectares para desenvolver a agricultura, porém não se restringiu

²⁵⁰É importante destacar que, no município, 1 alqueire de terra equivale a aproximadamente 5 hectares.

²⁵¹Seu Clertan Moreira do Vale era natural de Tupaciguara-GO.

somente com a primeira leva de “chão” e hoje detém um total de 1.800 hectares produtivos para a criação de gado, fora a área de reserva legal²⁵², protegida pela União. Seu M.V possui duas propriedades, uma está localizada sentido Arame e o outro sentido o município de Porto Franco, ambas às margens do Rio Santana.

Enfatizando outro ponto, vale destacar que, por ser um grande produtor rural, as facilidades de créditos nos bancos são acessíveis, cuja destinação desse crédito está ligada à aquisição de máquinas voltadas para a pecuária. No tocante à agricultura, atualmente a sua produção fica restrita ao uso da família. Nesse contexto é salutar enfatizar que o ramo da pecuária por esse fazendeiro tem grande peso no setor, haja vista que possui diversas raças de gado bovino, tais como: nelore, nelore pintado, bem como a raça *curraleiro pé duro*. Assim pode se dizer que este é um dos principais criadores dessa raça no Maranhão, possuindo dois gados dessa espécie na central de sêmen em Uberaba-MG. Logo, devido ao trabalho e ao resultado obtido com a pecuária empresarial o entrevistado afirma que essa atividade é a mola propulsora do seu negócio.

Nessa mesma lógica pensa R.G, fazendeiro, também natural de Goiás, do município de Goiatuba, que em 1987 encontrou com sua família terras no município de Grajaú para a expansão de suas áreas. Atualmente essa família possui cerca de quase 7.000 hectares de terras e compraram “mais ou menos 12 fazendas”²⁵³ de famílias da região. Esse grupo familiar desenvolve atividades na área da pecuária e da agricultura, plantam soja e milho. Segundo o fazendeiro entrevistado eles estão em uma área privilegiada, próximo a BR-226 e por conta da expansão da fronteira agrícola²⁵⁴ e os vultosos lucros adquiridos com o plantio dos grãos e com a criação de gado não pretendem vender as propriedades. Nesse contexto essa concentração latifundiária e esse desejo cada vez maior de ampliar o negócio familiar é bem perceptível na fala desses indivíduos e demonstra o que fora estudado por Oliveira e Buhler, quando afirmam que nessas empresas familiares:

O capital é da família e se caracteriza por estar imobilizado; a mão de obra é predominantemente familiar e cada vez mais capacitada, o que não limita a contratação regular de trabalhadores ou a terceirização de parte das tarefas. Tais empresas perseguem uma estratégia empresarial (desenvolvimento do estabelecimento, capitalização, aumento do lucro), mas estão fortemente

²⁵² Área do imóvel rural protegida pelo novo Código Florestal, Lei nº 12.651, que determina que 35 % da área de cerrado de uma determinada propriedade seja preservada em vegetação nativa.

²⁵³ R.G.G – Entrevista concedida em 22/10/2017.

²⁵⁴ Relacionado à expansão das atividades agropecuárias sobre o meio natural.

constrangidas pelo papel atribuído ao patrimônio, que segue sendo gerenciado objetivando sua reprodução ampliada e sua manutenção na família.²⁵⁵

Esse padrão econômico de acumulação do capital dentro dessas famílias que migraram para Grajaú (a partir da década de 1970) é interessante, pois realmente demonstra como esses núcleos vão se inserindo nessa sociedade sertaneja e dando a ela outra formatação, sobretudo na dinâmica econômica e territorial, demarcando assim novos arranjos capitalistas. Para esses indivíduos não basta possuir terra e gado, é necessário saber investir e tornar esse bem um elemento produtivo e rentável, dentro de uma lógica que acumule e reproduza o patrimônio familiar empresarial. Foi bem notório que tais núcleos familiares trabalham para perpetuar a riqueza e fomentar esse mercado capitalista de expansão do agronegócio. Portanto, percebemos o quanto “o capital não é uma coisa, mas um processo em que está sempre a mandar o dinheiro procurar mais dinheiro.”²⁵⁶

Foi essa procura por dinheiro, por terra e por mercado que atraiu não só migrantes como também empresas para o território de Grajaú, a partir do período já destacado. Esse processo ocorreu devido a implantação da rede rodoviária da MA-006 e da BR -226, financiada pelo Governo Estadual e Federal, na década de 1970. “Tais estruturas constam entre as principais causas das transformações ocorridas em Grajaú desde então, permitindo fluxos e disponibilizando o alcance a novos mercados.”²⁵⁷. É nesse período, mais precisamente em abril de 1975 que chegou em terras maranhense o fazendeiro, empresário e advogado V. F, com a função de trabalhar na regularização dos imóveis rurais comprados por conterrâneos tupaciguarenses e em algumas empresas que se instalaram no município de Grajaú. Sobre a chegada das empresas e dos projetos governamentais comenta o entrevistado:

Grajaú por estar no Meio Norte recebeu incentivos fiscais da Sudam e da Sudene, com isso vieram para cá grupos de empresas atrás de mais terras para fazer seus projetos e desenvolver a princípio a pecuária e mais adiante a agricultura. Veio para cá, por exemplo, o Grupo Novo Mundo, que fez um projeto na Fazenda Vargem Bonito, posteriormente o Grupo Pontes, que implantou projetos na Fazenda Bonanza, Fazenda Via Mão, Fazenda Colorado. Veio também o deputado Ricardo Fiuza, que comprou terras e implantou um projeto na Fazenda Agropecuária Mearim.

²⁵⁵ OLIVEIRA, Valter Lúcio; BUHLER, Ève Anne. *Técnica e Natureza no Desenvolvimento do “Agronegócio”*. Dossiê. Caderno CRH, Salvador, v.29, n.77, maio/agosto, 2016, p.261-289, p. 265 e 266.

²⁵⁶ HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011, p. 54.

²⁵⁷ SANTOS, Eder Carvalho dos. *Intervenção do homem na cobertura vegetal em Grajaú-MA, pela perspectiva da sustentabilidade*. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistema) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Departamento de Oceanografia limnologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015, p. 78.

Em 1975 veio de Goiás a Fazenda Situza/Ltda, essa empresa fez um financiamento, um Proterra, no Banco do Brasil e implantou uma fazenda com uma área de 25.000 hectares de terras, que eu acabei regularizando. Nessa época também se instalou aqui a Sitema, que era uma empresa que tinha uma área de 22.000 hectares. Entre a década de 70 e 80 também chegou um grupo de cearenses que possuía mais de 10.000 hectares de terras. No final da década de 80 e início da década de 90, eu montei um projeto e instalei a Grãos Seleccionados do Maranhão-Ltda²⁵⁸, fundada com incentivos da Sudene e chegamos a plantar 350 hectares, no início do projeto. (V.C. D.F – Entrevista concedida em 24/10/2017)

Então, percebe-se a partir do depoimento do entrevistado como, historicamente, essas primeiras empresas adentraram no município de Grajaú e ocuparam o seu território, apoderando-se de grandes extensões territoriais. Essas empresas ligadas ao capital estatal e ao capital privado contribuíram junto com o processo migratório para a dinâmica do território, provocando o seu reordenamento territorial, por meio da ação da ocupação do meio geográfico e sociocultural, expulsando o pequeno produtor rural de suas terras e, mudando os eixos que sustentavam até então a economia maranhense da época.

Nesse momento que ocorre “a fase da integração produtiva à economia nacional” destacada por Felipe de Holanda, o qual afirma que “a partir da segunda metade da década de 1970 começa no Maranhão a fase dos grandes projetos que irão sobrepondo-se à base da pecuária extensiva e da economia camponesa tradicional, fixar os contornos socioeconômicos atuais do Estado.”²⁵⁹. Esse fato revela de modo significativo as fases econômicas pelas quais passou o Maranhão até chegar a sua contemporaneidade, apresentando uma economia voltada para o mercado global e controlada pelos agentes do capital.

Assim, nessa ordem econômica, atualmente, o município de Grajaú apresenta por volta de quatro ou mais matrizes econômicas de produção que guiam economicamente a região, além dos serviços e do comércio. A introdução recente do eucalipto (*Eucalyptus*), da extração da gipsita²⁶⁰ (principal matéria prima para produção de gesso e derivados) e o plantio de soja, do milho e do arroz de modo mecanizado são modelos que demonstram, dentre outras coisas, a decadência da pecuária de inícios da República. A pecuária, que era até então, antes do período republicano, a principal matriz econômica da região, cedeu espaço à introdução de produtos ou determinados mecanismos de produção, que até então eram “estranhos”. A

²⁵⁸ Atualmente essa empresa possui 800 hectares de terras, localizadas no município de Grajaú.

²⁵⁹ HOLANDA, Felipe de. *Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos*. In: IMESC. Estudos sobre a economia maranhense. São Luís: IMESC, 2008, p. 9-30, p. 12.

²⁶⁰ Cf. SANTANA, Danilo Maranhão de Farias. *Estudo de obtenção de desidratação da Gipsita na produção de Gesso*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, 2008, 95f.

introdução de grandes plantios de eucalipto, soja, milho e a exploração da gipsita não desmonta o sistema de concentração de terras. A entrada do capital externo de grandes empresas e de pessoas físicas se apropriou do sistema já posto e intensificou o processo de concentração de terras nas mãos dos potentados rurais articulados a expansão do agronegócio em Grajaú.

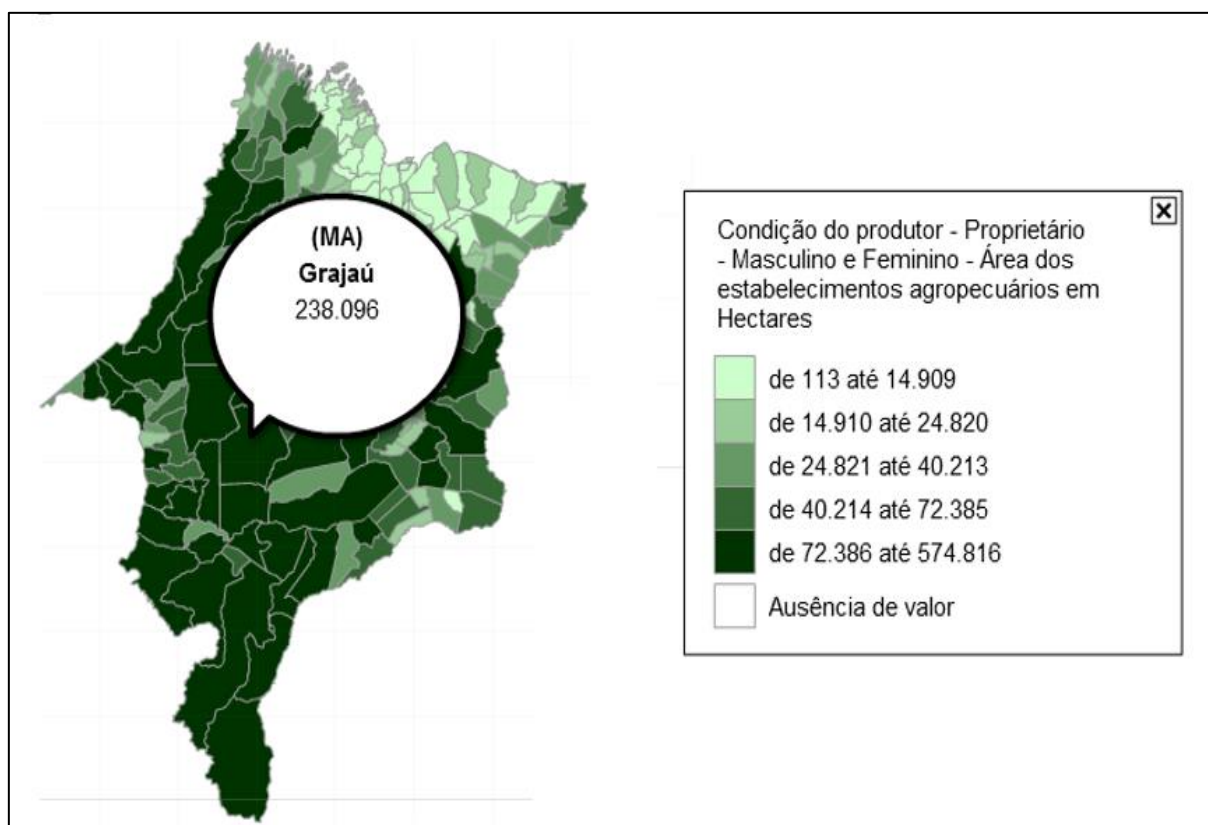
Diante disso é evidente que “o processo de concentração da grande propriedade fez-se a partir da própria dinâmica do processo de modernização” ²⁶¹, acarretando na intensificação da propriedade capitalista da terra. A instalação desses projetos de investimentos ligados ao mercado global provocou uma reestruturação produtiva, que acabou determinando a lógica de mercado que atuaria no território. Nesse sentido, a terra ganhou maior valor e importância não só social, mas, sobretudo econômica, principalmente àquelas localizadas nos pontos mais estratégicos para a expansão da fronteira da agropecuária. Esses agentes que chegaram nesse mercado de terras ocuparam parcelas significativas do território, pois possuíam dinheiro para comprar grandes hectares e empreender, devido o preço ser atrativo. Em um dos casos, perguntamos a um produtor de soja, a seguinte questão: Qual o valor da terra hoje? Você percebe um aumento?

Sim, hoje aumentou. Uma terra bruta, com mata, está custando em torno de R\$ 2.500 a 3.000 o hectare. Dependendo do lugar você encontra até de R\$ 1.000 reais, mas não é um lugar apropriado. De uns 10 anos para cá aumentou por volta de R\$ 1.500 a 2.000. Quando eu comprei a minha área de 1.500 hectares, eu paguei três mil por hectare, hoje ela está valendo no mínimo uns R\$ 5.000 ou R\$ 6.000 o hectare, mas você encontra terras mais caras, aqui varia muito. (C.A.F – Entrevista concedida em 27/10/2017)

Com o relato observamos uma crescente no valor de terras no município, por conta de um aumento significativo da procura e da expansão da indústria do agronegócio. Foi bastante notório o poder de compra desses médios e grandes produtores rurais, que utilizam o que a terra produz como moeda. Durante a pesquisa encontramos terras que valem em torno de R\$ 16.000 o hectare, o que colabora para a monopolização das terras do médio e do grande produtor rural, como destaca o mapa do IBGE sobre as áreas dos estabelecimentos agropecuários em hectares a seguir:

Figura 13: Censo agropecuário de 2006 no Maranhão pelos estabelecimentos e suas dimensões. Destaque a Grajaú e municípios do sul maranhense.

²⁶¹ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. Fundação editora da Unesp, São Paulo, 1999, p 76.



Fonte: IBGE. Desenho do cartograma on-line em plataforma do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/webcart>>. Realizado em 17.dez.2017.

A partir do mapa acima percebemos de maneira imediata o alto grau de concentração de terras em Grajaú e em todo Sul do estado. Com cerca de aproximadamente 238.096 mil hectares de propriedades latifundiárias, o município apresenta um dos mais nítidos cenários onde a confluência entre capital privado e interesses de grupos políticos são postos a trabalho de manutenção do sistema fundiário, pois “ a propriedade privada de grandes extensões de terra foi e ainda é um pilar central da estrutura agrária e agrícola [...] A propriedade privada forjou um capitalismo rentista que perdura séculos, e parece inabalável mesmo diante do processo de internacionalização do capital no campo.” ²⁶². No caso de Grajaú é evidente que a partir da instalação de projetos de investimentos ligados ao setor agrário e industrial intensificou esse processo de concentração e privatização das terras, provocando assim um reordenamento do território vinculado diretamente à indústria do gesso e ao agronegócio na região ²⁶³.

²⁶²MITIDIERO JÚNIOR, Antônio Marco. *Crise do Capital Global, Natureza e Agronegócio*. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (Orgs.). *A questão agrária e conflitos territoriais*. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016, p.17-35, pag.23.

²⁶³De acordo com a pesquisa foi possível verificar que o gesso no município é utilizado na fabricação do cimento, nutrição animal, construção civil e agricultura. Foi usado para experimento em 1977 pelo empresário U.

Sobre o gesso, Grajaú atualmente se destaca como o segundo maior produtor de gipsita do país, perdendo somente para a região de Araripe, em território pernambucano. A produção é sustentada por 5 mineradoras, 16 calcinadoras e 45 fabricantes/premoldados, com uma movimentação financeira estimada em R\$ 228.800 milhões de reais²⁶⁴. Entre 2015 e 2016, a produção de gipsita bruta subiu de 583 mil toneladas para 700 mil toneladas²⁶⁵. As maiores empresas de gesso na região são: Gesso Integral, Gipsomix, Chorado LTDA²⁶⁶, Gesso Sul, dentre outras, de propriedade de pernambucanos, mineiros e grajauenses.

Para a exploração dessas reservas minerais espalhadas pelo município de Grajaú, principalmente centradas próximas ao perímetro urbano²⁶⁷, o Estado obteve o controle de uma das parcelas de áreas de gesso e, para isso, inaugurou, em 2014, o Distrito Industrial, que funciona até os dias atuais. Esse Distrito possui uma área total de 68 hectares dividida em 92 lotes de 5.000 m² cada.²⁶⁸ As empresas que se instalam na área compram os lotes do Governo do Estado, que custam por volta de R\$ 47.000 cada um. Isso demonstra o controle da esfera pública sob as áreas propícias para o desenvolvimento econômico, o qual fica centrado nas mãos do setor público e do setor privado das empresas do setor gesseiro, desse modo tais agentes detêm parcelas significativas do território (figura 14).

Figura 14: Propaganda do Governo Estadual para a aquisição de lotes no Distrito Industrial do gesso em Grajaú



Ver anexo D, que representa a planta da área territorial do Distrito Industrial do gesso no município de Grajaú.



Fonte: Layla Adriana Teixeira Vieira, 2018.

Ao analisar as imagens indicadas (figura 14) e a realidade do contexto da pesquisa, percebemos que o Estado como detentor dessa área vende os lotes de terras para as empresas e lança propagandas de vendas no mercado da região, facilitando a compra para os empresários do gesso, tanto do município como de outras localidades. Nesse caso, vale destacar que este agente acaba sendo como destaca Marx uma força burocrática a serviço de uma burguesia industrial²⁶⁹, lançando incentivos fiscais para facilitar o processo mercadológico de compra e de venda de terras na região, como vimos desde o processo migratório em Grajaú, com os incentivos da Sudam e da Sudene.

Assim, esse Estado burguês atende aos interesses das classes dominantes, desejosos em ampliar o seu patrimônio econômico²⁷⁰. Para isso organiza a estrutura física local, distribui em lotes particulares e organiza esse território de modo que se torne um atrativo para os

²⁶⁹ MARX; ENGERLS, Friedrich. Op.cit.

²⁷⁰ Para uma visão geral acerca da convergência histórica entre o território, o mercado e o Estado, no contexto do continente europeu, até chegar na América Latina. Cf. ARROYO, Mónica. *Território, Mercado e Estado: uma convergência histórica*. Revista GEOgraphia. Ano.6, nº12, 2014, p.49-

empreendedores, oferecendo abastecimento de água, rede de distribuição e reservatório de 100 m³, energia elétrica e pavimentação asfáltica, além de uma área para o setor administrativo e para o centro de pesquisa, o que também atrai os investimentos privados do ramo gesseiro para o distrito industrial. Essa lógica de mercado capitalista monopoliza o território, fragmenta e detém os maiores e melhores espaços para a implementação do capital rural e industrial.

O empresariado do gesso está articulado com o agronegócio comercializando gesso agrícola²⁷¹ para os fazendeiros e para os produtores de grãos com a finalidade de corrigir a acidez do solo, característico do território. Essa relação forma um ciclo produtivo que liga as cadeias da economia local vinculadas a uma dinâmica global, conectadas por uma estrutura de redes geográficas²⁷² do processo de globalização da economia capitalista. Todo esse processo ocorre para atender a demanda desse sistema econômico que envolve as empresas, os fornecedores, os prestadores de serviços e os consumidores, envolvidos nessa lógica de mercado. Isso atrai cada vez mais para os “territórios de expansão agrícola”, novos capitais de investimentos que veem esses territórios como ambientes propícios para a obtenção de lucros e para a materialização dos negócios.

Nesse sentido Grajaú possui uma economia diversificada, pois atrai empresas que atuam no mercado da pecuária, da agricultura, da piscicultura²⁷³, da indústria do gesso e do comércio. Por estar em uma região privilegiada, próxima dos centros urbanos das Regiões de Imperatriz, de Presidente Dutra, de Balsas e São João dos Patos recebe agentes econômicos de vários ramos, principalmente do setor agrário e agrícola, os quais movem a dinâmica econômica de expansão da fronteira do agronegócio e contribui na reestruturação urbana maranhense²⁷⁴. Assim, como a análise da evolução econômica é importante destacar o percentual de participação do município de Grajaú no Produto Interno Bruto, publicados pelo IMESC entre os anos de 2010 a 2014, de acordo com a tabela a seguir:

²⁷¹O gesso agrícola é um tipo de sustância extraída da gipsita durante o processo de industrialização da rocha.

²⁷²SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996.

²⁷³Setor ainda em fase de expansão, porém forte no mercado local e nas áreas próximas ao município. Os agentes que abastecem esse setor são os produtores rurais (médios e grandes fazendeiros e agricultores) e também os projetos de agricultura familiar do município, como, por exemplo, o Projeto Boa Vista. Esse Projeto possui escritura registrada no ano de 1992 e atualmente possui cinquenta associados e nele residem 60 famílias envolvidas com a agricultura, e principalmente com a piscicultura, na criação de peixes das espécies: Tambacu, Tambaqui, Tilápia, Pirarucu, Curimatá e Surubim. O Projeto Boa Vista possui em torno de 200 tanques de peixes e uma área de 480 hectares, divididos em 50 lotes; Os peixes são vendidos para o próprio município e para os municípios de Montes Altos, Barra do Corda, Arame, Itaipava do Grajaú e Formosa da Serra Negra.

²⁷⁴Sobre o processo de reestruturação urbana Cf. FERREIRA, Antonio José de Araújo. *A reestruturação urbana maranhense: dinâmica e perspectivas*. São Luís: EDUFMA, 2017.

Tabela 10: Evolução do PIB do município de Grajaú entre os anos de 2010 a 2014

Grajaú					
Ano	PIB mil R\$	% do PIB	VA Agropecuário Mil R\$	VA Indústria Mil R\$	Impostos Mil R\$
2010	313.698	0,68	68.604	23.790	15.701
2011	380.704	0,73	78.295	45.244	26.161
2012	435.058	0,72	78.539	54.077	27.214
2013	480.883	0,71	98.087	46.478	26.632
2014	541.313	0,70	93.127	48.265	29.576

Fonte: IMESC. *Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão*: período 2010 a 2014 / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V. 1 (2005). São Luís: IMESC, 2005.

Conforme os dados da tabela acima, verifica-se uma evolução no PIB do município, posicionando-o entre 17º e 18º lugar no ranking dos municípios do Maranhão. No quesito agropecuária e indústria, observa-se uma queda significativa do primeiro e um crescente no segundo setor. Vale destacar que esse relativo crescimento industrial atraiu mais empreendimentos para a região e também promoveu maiores investimentos dos que já estavam inseridos dentro desse processo econômico, gerando, em 2014, R\$ 29.576 reais de impostos. Esse capitalismo monopolista controlado por esses empreendimentos e grupos econômicos nacionais ligados ao mercado internacional “passou a estruturar-se como uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais.”²⁷⁵. Essa tríade entre a dinâmica do mercado global e local tem provocado à difusão e a intensificação do agronegócio na região, obtendo resultados econômicos favoráveis (para os investidores) nesse segmento do território de pesquisa.

As empresas e investimentos privados (identificadas na primeira etapa da pesquisa de campo) do ramo agrário e agrícola atuantes no atual território de Grajaú são as empresas da Fazenda Ipê Amarelo, a Companhia Agropecuária do Arame vinculada ao Grupo Pontes Pecuária, Genesis Agro, Grãos Seleccionados-Ltda, Gusa Nordeste e as terras dos agricultores paraenses vinculados à produção de soja e de milho, dentre outras que ainda estão em

²⁷⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, p.123.

processo de verificação e coleta de dados. Em algumas delas foi possível coletar informações sobre o período de atuação, tamanho das áreas e principais produtos e/ou espécies cultivadas e produzidas na região. Essas informações foram disponíveis por alguns proprietários, outras pelo setor administrativo, de comunicação e/ou pelo setor jurídico; em outros casos, não foi possível colher nenhum dado.

No caso da empresa Ipê Amarelo (pecuária), conseguimos realizar entrevista com o gerente do empreendimento, que nos informou que a fazenda é de propriedade do pecuarista Léo Maniero Filho, nascido em São Paulo e residente em Grajaú há mais de 29 anos. A fazenda possui uma área de 12.700 hectares e cria em torno de 5 mil gados de corte das raças Nelore, Radiano, Tabapuã, Simental, dentre outros. Mas, a característica principal da fazenda é no trabalho específico com o cruzamento industrial do gado Canchim (figura 15). Nessa propriedade o gado é separado por meio de lotes, espalhados na pastagem e possui como mercado consumidor os estados do Piauí, Paraíba, Pernambuco e para a cidade de São Luís, gerando bons resultados econômicos para o empreendimento, que gira em torno de R\$ 4.320.000,000 por ano²⁷⁶.

Figura 15: Fazenda Ipê Amarelo - Pasto do gado Canchim e material de inseminação artificial bovina.

²⁷⁶ Informações concedidas por D.L.B em 04/01/2017.



Fonte: Layla Adriana Teixeira Vieira, 2017.

Já em outro setor da pecuária, a Companhia Agropecuária do Arame S/A, vinculada ao Grupo Pontes, atua em Grajaú desde a década de 1980. É de propriedade de um grupo de pernambucanos, que recebeu no município incentivos da Sudam e da Sudene para a implementação do projeto. A empresa tem como principal atividade econômica a criação de bovinos para corte, exercendo as atividades de cria, recria e engorda. Possui uma grande extensão territorial e expandiu o seu negócio para os municípios de Arame e Itaipava do Grajaú. No município de Grajaú está sediada na Fazenda Soberana, na Fazenda Bonanza e na Fazenda Viamão e apresenta o maior rebanho da região. A Fazenda Bonanza, sediada no município de Arame possui 13.487, 87 hectares de terras e 7.500 cabeças de gado Nelore; A Fazenda Viamão, também no município do Arame, possui uma área territorial de 11.803, 50 hectares e um rebanho de 10.000 cabeças de gado; No Bloco Soberana, no município de Grajaú, o empreendimento é constituído pelas fazendas Colorado, Buritirana e Paquetá, todas formam um total de 20.743, 40 mil hectares e 12.000 mil cabeças de gado da raça Nelore, que abastecem o mercado do Baixo Parnaíba e regiões do nordeste brasileiro.

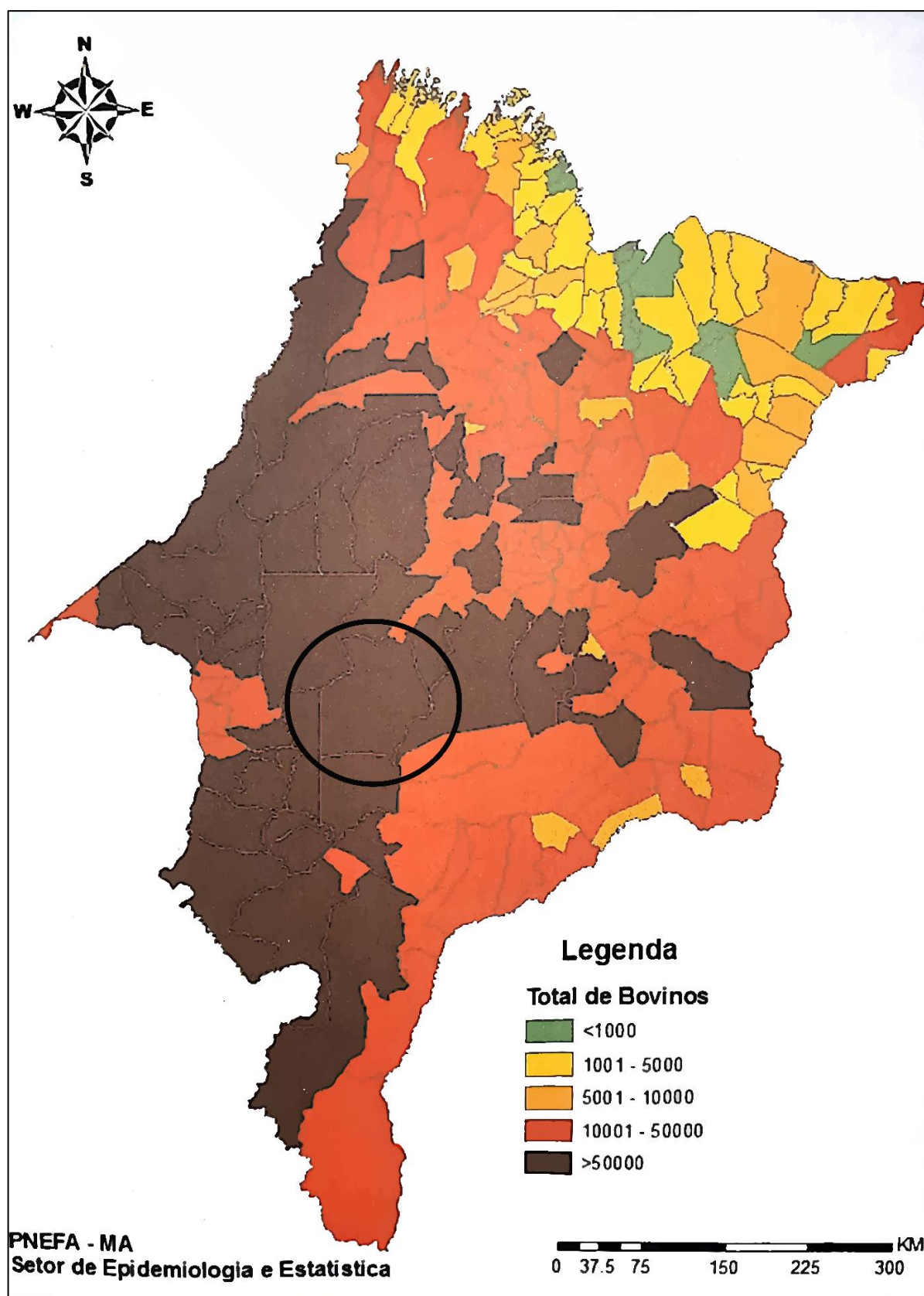
Nesse sentido é válido destacar que a pecuária no município, apesar de ter cedido espaços para os cultivos da agricultura e da silvicultura²⁷⁷ não perdeu a sua força econômica e

²⁷⁷ Atividade econômica voltada para o cultivo das árvores. No caso de Grajaú essa atividade está ligada a cultura do eucalipto.

sua importância no mercado. De acordo com dados da I Etapa/Maio de 2017, do I Relatório de Análise Técnica da AGED²⁷⁸, Grajaú possui a maior população de bovinos da Unidade Regional de Barra do Corda, que compreende os municípios de Arame, Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Itaipava do Grajaú e Sítio Novo, apresentando uma quantidade de 160.106 bovinos envolvidos na etapa de vacinação contra febre aftosa, demonstrando assim o seu forte setor dentro da unidade regional. No mapa de 2017 o município apresenta densidade de 0,5 a 0,9 cab/bov por hectares e um total de mais de 50.000 cabeças de gado, como observa-se no mapa (figura 16) a seguir:

²⁷⁸ AGED. *Relatório de Análise Técnica*. I etapa de vacinação contra a febre aftosa no Estado do Maranhão (Maio, 2017), julho, 2017.

Figura 16: – Mapa com total de bovinos no município de Grajaú



Fonte: AGED – Agência do município de Grajaú. *Relatório de Análise Técnica*. I etapa de vacinação contra a febre aftosa no Estado do Maranhão (Maio ,2017) -

Conforme observamos na imagem 16, Grajaú ainda apresenta a pecuária como uma das fortes economias da região e como tradição local, ligadas a fatores históricos do processo de ocupação do território. A base forte da pecuária no município é a cria e recria do gado de corte²⁷⁹, vendido para regiões do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, ou seja, é uma atividade que não está voltada para o abastecimento do mercado local. Mas é válido destacar que apesar de possuir uma pecuária significava de rebanhos e apresentar os principais números dentro da sua Unidade Regional (UR) sofreu o processo de redução das suas áreas de rebanho e de pastagens, por conta da silvicultura e da agricultura mecanizada, provocando o processo de “despecuarização”²⁸⁰ do seu território.

Nesse sentido é comum notarmos que muitos pecuaristas e produtores rurais da região alternam a produção com a criação ou vice-versa, pois, como abordaram, é importante integrar a produção para obterem maior produtividade e lucratividade, o que não deixa de ser uma necessidade do capital de se reinventar. Nesse contexto é notório perceber que esses agentes econômicos criam uma “necessidade perpétua de descobrir novos domínios de atividade para absorver o capital reinvestido.”²⁸¹. Assim é na agricultura e/ou na pecuária que esses indivíduos encontram uma “nova” maneira de expandir os seus negócios e aliam essas atividades com a expansão da fronteira agrícola, que inclui Grajaú na região da MATOPIBA²⁸². A esse respeito evidencia-se a ampliação das áreas de plantios de grãos no município inseridos no contexto econômico do agronegócio.

Nessa lógica, em nível de Brasil, o estado do Maranhão vem obtendo uma produtividade com ganho consolidado na produção do milho, arroz e da soja, de acordo com o “Décimo Segundo Levantamento da Safra 2016/2017”²⁸³, realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Outra informação sobre a Conjuntura Econômica da Agricultura do Estado fora publicada pelo IMESC em 13 de dezembro, que divulgou a Nota de Agricultura Maranhense referente ao mês de novembro de 2017. Baseado em dados do

²⁷⁹ De acordo com a bovinocultura de corte, a *cria* “é a fase de reprodução, nutrição, crescimento e desmame do bezerro; A *recria* é o momento que se estende do desmame até o início da engorda em machos ou até a reprodução em fêmeas.” (FAZENDAS SANTANA. *Criação de gado de corte*. Disponível em: <<http://www.fazendasantanna.com.br/i/criacao-de-gado-de-corte/>>. Acesso em: 3 de dezembro de 2018.)

²⁸⁰ Termo utilizado pelo economista Benjamin Mesquita, que entende a “despecuarização” como um fenômeno de decréscimo de área com pastos e/ou estagnação de rebanhos de uma região a partir dos anos oitenta com a entrada da lavoura mecanizada dos gaúchos da soja e do arroz.” MESQUITA, op.cit., p. 64.

²⁸¹ HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Lisboa: Bizâncio, 2011, p. 59.

²⁸² Expressão que resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Tais estados fazem parte da fronteira agrícola.

²⁸³ CONAB. *Acompanhamento da safra brasileira de grãos*. V.4, n.12, ISSN 2318-6852 - Safra 2016/2017/Setembro, p. 1-158.

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, o órgão afirma que a produção de grãos do Maranhão foi revisada para 4.440 mil toneladas em 2017, com crescimento de 105,3% em comparação com a safra de 2016. Incluído nesses números, o IMESC especifica informações sobre os grãos da soja²⁸⁴, do milho e do arroz. Assim, segundo o mesmo, a cultura da soja (em 2017) possui estimativa da produção de 2.334 mil t que deverá superar o recorde de 2015 (2.100 mil t.).

A produção da cultura do milho está estimada em 1.636 mil t para 2017, incremento de 952 t, resultado do aumento de 40, 7% na área plantada (por volta de 137, 2 mil hectares). O rendimento médio estima-se 3.506 kg/ha, maior em 88,8% em relação ao ano anterior; E por fim, o arroz, onde de acordo com a publicação, a sua produção também não sofreu alterações em relação à estimativa de setembro; quanto aos dados numéricos, não foram publicados por ainda está em processo de investigação²⁸⁵. Logo, em uma conjuntura nacional e estadual se percebe a superprodução de grãos no estado do Maranhão, não estando deslocado desse processo o município de Grajaú, em processo de larga expansão agrícola.

Isso foi bem notório na entrevista com o empresário e agricultor A.K, paranaense, o qual teve a primeira terra comprada no ano de 2000, quando o seu pai analisava a possibilidade de compras de terras no município de Chapadinha. Com a morte do seu pai, ele e seu irmão tomaram conta do negócio na cidade de Grajaú e compraram seis fazendas. Hoje possuem aproximadamente 7.000 mil hectares de terras, situadas nos municípios de Formosa da Serra Negra, Sítio Novo e, mais da sua metade, no território de pesquisa.²⁸⁶ Empreendem na plantação de soja, milho, arroz e milheto²⁸⁷, todos em larga escala. Suas fazendas possuem uma sede central (no município de Grajaú), que possui 1.250 hectares, com uma estrutura montada tanto para a plantação como para a estocagem dos grãos e armazenamento dos insumos e equipamentos (figura 17).

²⁸⁴ Sobre a o processo de implantação e expansão da soja no Maranhão, Cf. ALMEIDA, Juscinaldo Goes. *A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo – MA*. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017.

²⁸⁵ IMESC. *Nota de agricultura maranhense*. Disponível em <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/Nota_de_Agricultura_-_Novembro_de_2017.pdf> Acesso em: 03 dez de 2018.

²⁸⁶ De acordo com informações concedidas pelo mesmo as terras compradas custaram R\$ 500, 000 a R\$ 6.000 mil reais por hectares.

²⁸⁷ Espécie de gramínea anual de verão que é utilizada como planta de cobertura do solo para o plantio direto, bem como utilizada como forrageira na pecuária de corte ou de leite, dentre outras funções na cadeia econômica do agronegócio.

Figura 17: Campo de plantação da soja (foto superior), silo para armazenamento da soja e/ou milho e galpão dos equipamentos e insumos (foto inferior).



Fonte: Layla Adriana Teixeira Vieira, 2018.

Essa estrutura (figura 17) está vinculada à reestruturação econômica produtiva que vem reordenando o território e provocando mudanças na região, pois o que era espaço da pecuária extensiva tornou-se o espaço do agronegócio para a plantação dos grãos e para a criação da pecuária moderna. Nessa lógica houve “a adequação de uma nova realidade, ou seja, uma nova racionalidade, uma nova ordem hegemônica”²⁸⁸ que impôs um sistema capitalista que segue a lógica global de mercado, como podemos observar na fala do entrevistado A.K, quando fora questionado sobre o valor do produto no mercado, do faturamento e sobre os compradores direto do negócio, respondendo:

O produto hoje é um preço, amanhã é outro. A soja, na verdade muda de preço a cada dez minutos. Você vê na *Bolsa de Chicago* que a cada dez minutos você tem um preço da soja, vai depender do *dólar*, da bolsa. Hoje está em torno de R\$ 65,00 Reais a saca da soja, o milho (em Grajaú) fica em torno de R\$ 27, 00 Reais e o arroz R\$ 50,00 Reais, a saca, com 60 kg.

Nosso faturamento hoje, em um ano bom, é em torno de 6 milhões e compro por volta de 4 milhões de mercadorias. Produzimos em torno de 2.000 hectares por ano. A produção de soja, em sua totalidade abastece o mercado externo (*destina-se para a Europa, Ásia e África*); O milho abastece o mercado interno e externo e o arroz se concentra no mercado interno, em alguns municípios aqui do Maranhão,

²⁸⁸ NASCIMENTO, Mábio de Pádua. *A expansão da agricultura moderna da soja no cerrado sul maranhense e os impactos socioeconômicos e ambientais ao camponês: uma análise a partir de Loreto – MA*. 120f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Curso de Geografia, 2016, p.95.

principalmente os situados na Baixada maranhense. Os *compradores direto* da produção da fazenda são as multinacionais *Bunge, Cargill, ADM*²⁸⁹, dentre outras do setor de commodities. (Grifo nosso) (A.F.K – Entrevista concedida em 10/10/2017).

Podemos perceber por meio da fala do entrevistado como a produção está vinculada ao mercado internacional, através das bolsas de valores e da relação direta com as grandes empresas. As multinacionais citadas pelo produtor rural atuam de forma direta nessas regiões de expansão da fronteira agrícola e também controlam essa economia inserida na lógica global, calcada nos interesses determinados por esse capital internacional, deixando na periferia do processo as atividades econômicas dos gêneros agrícolas oriundos da agricultura familiar. A lógica de acumulação desse capital em dinheiro circula em torno dos donos do meio de produção e do mercado externo, pouco ou quase nada fica concentrado para o desenvolvimento socioterritorial do município.

Por volta do ano de 2013 chegou à Grajaú a empresa GenesisAgro S/A, empreendimento de grande porte no município que desenvolve atividades no setor agrossilvopastoril²⁹⁰. Empresa formada por sócios paulistas e paranaenses que viram no território uma possibilidade de expansão dos negócios; compraram (e estão comprando) várias fazendas e ampliando a sua extensão territorial. Iniciaram o processo em Grajaú e hoje possuem terras nos municípios de Lajeado Novo e Fernando Falcão. Assim, é interessante destacar que existe uma pluralidade no sistema de produção, pois para não perderem espaços e sofrerem déficits no processo econômico, desenvolvem atividades tanto no setor agrário, como agrícola e da silvicultura. Todas essas atividades possuem extremo valor agregado e abastecem o mercado mundial de commodities, ligados diretamente ao agronegócio (figura 18).

²⁸⁹ Archer Daniels Midland

²⁹⁰ A empresa desenvolve atividades agrofloretais pecuários, em específico a plantação de eucalipto, cultivo da soja, do milho e criação de bovinos.

Figura 18: Imagem da estrutura da empresa com seus campos de plantação, silos com sua estrutura para o armazenamento dos grãos e área de estocagem de cereais, sementes e fertilizantes.



Fonte: Layla Adriana Teixeira Vieira, 2018.

Essa estrutura montada (figura 18) forma a sede em Grajaú com o escritório operacional, centro de pesquisa e desenvolvimento e a unidade de armazenamento (128,23 hectares). A empresa detém no município uma área de 66.204, 13 mil hectares, distribuídos entre 4 núcleos: Pontal (4.272,59 hectares), Anguilara (12.705,45 hectares), Andeluna (10.198,87 hectares) e Sussuapara (38.898,99 hectares). Já nos municípios de Fernando Falcão e Lajeado Novo possuem uma área de 3.171,1 hectares.²⁹¹ Então, atualmente, no

²⁹¹ GENESISAGRO. *Núcleos*. Disponível em: <<http://genesisagro.com/>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2018.

Centro-Sul do Maranhão, o empreendimento possui 39 fazendas, com uma área total de 80.105,13 mil hectares, com mais da metade das suas terras no município de Grajaú.

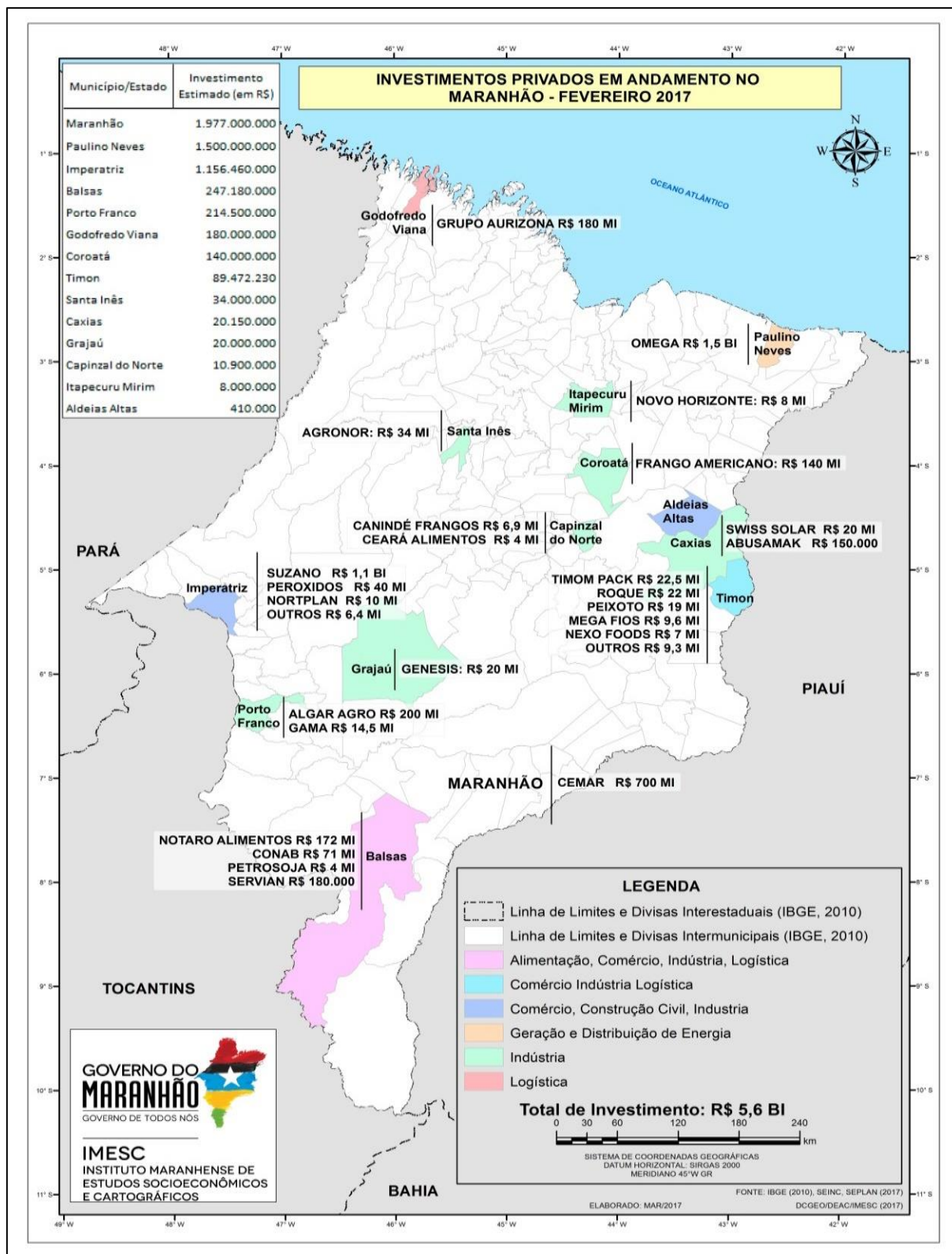
Desenvolvendo atividades com o objetivo de atender a demanda global de alimentos, a empresa tem como estratégia atuar na aquisição de áreas rurais em regiões de expansão agropecuária, pois identificam essas áreas como grandes territórios em potencial para o agronegócio. Essa economia está vinculada, como bem destacou Guilherme Delgado com “a expansão agrícola da última década puxada basicamente pelas cadeias agroindustriais envolvidas com o comércio mundial dos commodities – produtos primários padronizados e armazenáveis, com mercados organizados à escala mundial.”²⁹². A organização desses arranjos produtivos está em comunicação direta com os agentes econômicos do meio, os quais fragmentam o território de acordo com a necessidade da demanda externa, que visa o mercado nacional e internacional.

No território de Grajaú podemos observar de forma clara a integração entre as empresas no território. Os empreendimentos pesquisados possuem capital e interesses econômicos na região. O intuito é atrair mais investidores e articular o mercado com municípios que ainda não estão inseridos, de forma acentuada, na fronteira agrícola. Assim percebemos que em um processo acelerado esses agentes econômicos começam a se infiltrar nos municípios próximos a Grajaú, como Formosa da Serra Negra, Sítio Novo, Amarante do Maranhão, Arame, Lajeado Novo, dentre outros, intensificando o processo de industrialização do mercado agrário. A GenesisAgro, por exemplo, desenvolve atividades que ultrapassam os limites do próprio município de pesquisa; também não só produzem, como alugam os silos para armazenamento dos grãos dos médios produtores rurais de Grajaú²⁹³. Nesse sentido percebemos que a empresa não abre mão dos anseios de expansão e de aplicação de investimentos na área, como observamos de forma clara na figura 19:

²⁹² DELGADO, Guilherme Costa. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 118.

²⁹³ A capacidade de armazenamento de cada silo é de 6 mil toneladas (Total: 5 silos).

Figura 19: Mapa de investimento das empresas privadas em andamento no Maranhão.



Fonte: IMESC. *Maranhão em mapas*. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/maranhaoemmapas/Home>>. Acesso em: 11.jan. 2018.

Conforme nos apresenta a figura 19, a empresa GenesisAgro investiu no município de Grajaú 20 milhões de reais de capital privado, o que demonstra um alto grau de poder e de concentração econômica na região, fruto de articulações políticas e econômicas de nível federal, estadual e municipal, facilitando o processo de aquisição de terras para a expansão do agronegócio. Essa dinâmica induz para esses municípios do Maranhão um grande número de empresas nacionais e internacionais, provocando um conglomerado de empreendimentos que passam a direcionar os rumos do mercado no Estado.

A atuação dessas empresas, além de contribuir para a fragmentação territorial controla a gestão do território pelos agentes políticos e econômicos. Geralmente essas empresas possuem sede nos centros urbanos das metrópoles, e podem desenvolver outros tipos de atividades nas localidades redes, como é o caso do Grupo Pontes Pecuária e Ipê Amarelo, que em Recife atua no setor hoteleiro e em São Paulo atua no setor da construção civil, respectivamente. Percebemos que no município de Grajaú existe uma pluralidade de atividades econômicas articuladas com o grande capital, que determinam a gestão do território, que de acordo com Roberto Lobato Corrêa esse ‘ciclo de reprodução do capital’:

Tem uma nítida dimensão espacial, envolvendo numerosos centros urbanos e diversas áreas agropastoris. E isto é potencializado no caso das grandes corporações com unidades em dezenas ou centenas de pontos onde vários complexos processos produtivos são realizados, culminando na criação de valor, produção, circulação e apropriação da mais valia e, finalmente, na acumulação nas sedes das corporações localizadas na metrópole.²⁹⁴

Portanto, é nítido que o capital dessas empresas não é investido no desenvolvimento socioespacial de Grajaú, pois a acumulação se concentra nas sedes e nas mãos de uma minoria privilegiada, representados por indivíduos de famílias tradicionais, por médios e grandes produtores rurais, envolvidos na atividade política (ou não) e nas empresas de médio e grande porte. Esse atual sistema econômico que defende a expansão do agronegócio e o desaparecimento das atividades do campesinato, contribui na disputa por terras e na expansão de uma dinâmica capitalista que fragmenta o território de Grajaú, conforme veremos no próximo elemento.

²⁹⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. *Os centros de gestão do território: uma nota*. In *Revista Território*, v. 1, n.1, 1996, p. 23-30, p. 26.

3.4. Estrutura e dinâmica do agronegócio em Grajaú: aspectos gerais e problemas socioambientais

Dos pontos apresentados neste capítulo temos em vista que o desenvolvimento do capital no território de Grajaú tem se estruturado a partir de uma economia que envolvem setores tanto do gesso, como da agropecuária, em um modelo relacionado à industrialização do agronegócio. Essa estrutura ligada às exigências do mercado internacional privilegia os interesses de um tipo de agente específico, o empresariado. Nesse momento, a dinâmica ocorre por meio de uma relação direta também com os agentes políticos, que detêm partes desse território. Com isso o papel do Estado tem sido fundamental para o fortalecimento dessa lógica global, pois dá suporte fiscal e ideológico, por meio de propagandas e incentivos fiscais, que facilitam a entrada dessas empresas (e produtores) no município.

Esse entrosamento resulta em investimentos que dão auxílio para a sobrevivência de um mecanismo hegemônico (neoliberal), haja vista que domina partes significativas do território de estudo. Mas, para que isso ocorra é necessário, principalmente, segundo Milton Santos, a aplicação do dinheiro, que é o dinheiro da globalização.²⁹⁵ Nesse sentido, “a lógica do dinheiro das empresas é a lógica da competitividade, que faz com que cada empresa tornada global busque aumentar a sua esfera de influência e de ação para poder crescer.”²⁹⁶. Esse pensamento corrobora com a realidade vivenciada em Grajaú, que nas últimas décadas recebeu um aumento substancial de empreendimentos no seu território, impondo poder e causando transformações geográficas e socioeconômicas.

Empresas como Gusa Nordeste, GenesisAgro, Beneficiadora Vitória, GipsoMix, Gesso Integral, Chorado LTDA, Companhia Agropecuária do Arame (Pontes Pecuária), Ipê Amarelo, dentre outras, gerenciam a produção da pecuária, do milho, do eucalipto, do gesso, do arroz e da soja, resultando, de acordo com Maria Laura Silveira, no uso *corporativo do território*, “nas mãos de um punhado de agentes [...] concentrando ainda mais a apropriação da mais-valia a partir da imposição de quantidades, qualidades e preços.”²⁹⁷. São essas imposições regidas pelas variações de mercado e de preço que faz com que tais corporações

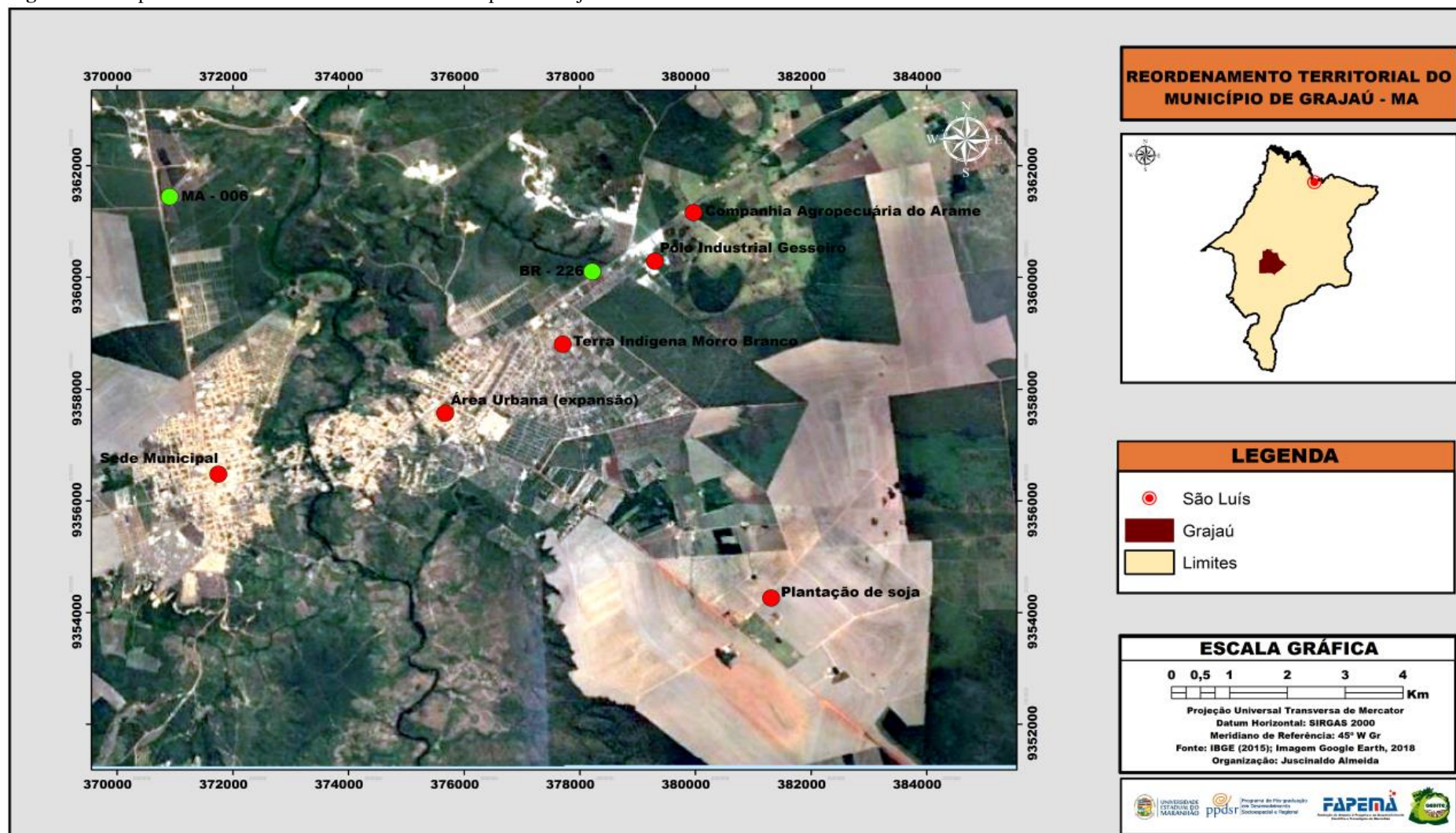
²⁹⁵ SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: BECKER, Bertha K; SANTOS, Milton et al. (Orgs). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Lamparina. Rio de Janeiro. 2007.

²⁹⁶ SANTOS, Milton, op.cit, p. 18.

²⁹⁷ SILVEIRA, Maria Laura. *Território Usado: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade*. Ciência Geográfica, v. XV, p. 4-12, 2011, p. 7.

utilizem extensas porções territoriais, compartimentando o território, como bem se verifica a seguir (figura 20).

Figura 20: Mapa do reordenamento territorial do município de Grajaú-MA.



Fonte: Elaborado por Juscinaldo Goes Almeida, a partir de imagem do Google Maps, 2018.

O mapa (figura 20) evidencia de forma muito clara o “esfacelamento” geográfico que cada vez mais se intensifica em Grajaú com o avanço das economias já destacadas. Como já discutido nos capítulos anteriores, no final do século XVIII e início do século XIX esse território era controlado por famílias tradicionais que tinham a terra e o gado como símbolos de poder. Ao longo do século XX observamos a disputa intensiva de políticos almejando o domínio territorial; e no século XXI, presenciamos outra dinâmica ligada a uma economia capitalista, onde quem manda é o agronegócio, gerenciado pelos médios e grandes proprietários de terras e pelas empresas nacionais e/ou internacionais.

A partir dos pontos destacados na figura 20, verificamos a configuração do “*uso corporativo do território*”, representado pelo Distrito Industrial de Grajaú, pela Companhia Agropecuária do Arame (Pontes Pecuária) e pelas áreas da agricultura mecanizada, concentrada em sua maior parte nos campos da soja e do eucalipto. Como foi abordado no tópico anterior, o distrito possui cerca de 68 hectares e 92 lotes, e a empresa Pontes Pecuária possui aproximadamente 20.743 mil cabeças de gado. Logo, notamos a atuação desses agentes expandindo suas produções e monopolizando o território, gerando contradições, pois é notório a concentração da estrutura fundiária. Por exemplo, a terra indígena Morro Branco ficou apenas com aproximadamente 49 hectares e o perímetro urbano cada vez mais sofrendo um processo de crescimento horizontal, aumentando a periferização.

Então observamos como os empreendimentos se apropriam de frações do território municipal. Para essa lógica de mercado é necessário expandir, “pois essa é a sua lei: a lei da reprodução crescente e ampliada.”²⁹⁸. Tais empresas procuram pontos estratégicos para a sua reprodução, e Grajaú se encaixa nessa visão mercadológica, haja vista que possui terras relativamente baratos, férteis e uma logística considerável, com uma rodovia federal (BR - 226) e outra estadual (MA-006) facilitando o escoamento dessa economia gerenciada pelos médios e grandes grupos corporativos, como em entrevista destacou um empresário do ramo do arroz:

Grajaú é um município bem localizado, tem um bom escoamento da produção, fica próximo a Porto Franco. A gente tem um ótimo fluxo de transportes na rodovia, tem a GenesisAgro que é recebedor de grãos, que tem parceria com os produtores da soja. O município possui várias opções de mercado, então tanto na área do gesso, da soja, do milho, do eucalipto, do arroz e da pecuária ela é positiva. Aqui é promissor, aumentou bastante a produção agrícola. Tudo gira em torno do agronegócio. (J.A.B – Entrevista concedida em 21/04/2018)

²⁹⁸ MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990, p.152.

Com essa fala percebemos como está estruturado o agronegócio em Grajaú e a dinâmica existente entre as produções dos médios e grandes empreendimentos. Existe uma forte articulação entre os grupos empresariais, que se unem para fortalecer esse arranjo produtivo no município. Por exemplo, aqueles que não possuem transportes para a realização do deslocamento da produção ou não possuem locais de armazenamento ou de secagem, solicitam serviços de outros produtores ou de outras empresas que possuem estrutura técnica e maquinário para escoar a produção.

Um dos casos verificados foi na Beneficiadora Vitória, uma empresa instalada por uma família de goianos, que migraram para Grajaú em 1981, com o objetivo de trabalhar na agricultura do arroz, cultura que predominava na época. Hoje, o entrevistado e sua família possuem essa empresa, que realiza prestação de serviços para os produtores do milho e do arroz²⁹⁹. No caso da última cultura, a empresa trabalha com a secagem dos grãos, o armazenamento e o beneficiamento, realizando o processo de industrialização e distribuição, tanto para o mercado interno como para os municípios de Itaipava do Grajaú, Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras, dentre outros. Então, há uma relação de negócios entre o produtor, a indústria e o comércio (Figura 21).

Figura 21: Parte da estrutura da empresa Beneficiadora Vitória e um dos tipos de arroz comercializados pelo empreendimento

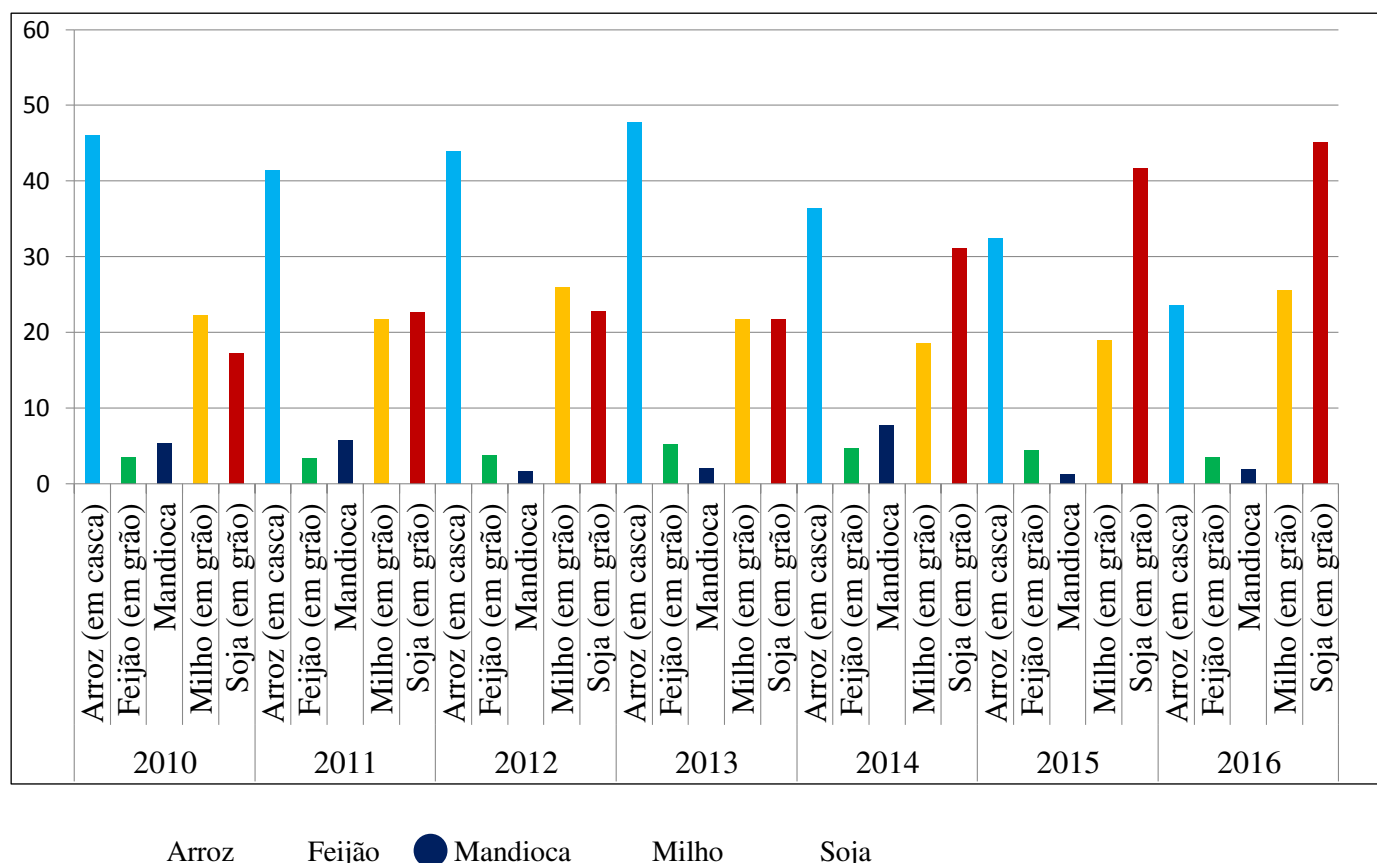


Fonte: Layla Adriana Teixeira Vieira, 2018.

²⁹⁹ No município de Grajaú cultivo predominante é o arroz de sequeiro, embora já existam áreas que trabalham com o arroz irrigado.

Na Beneficiadora Vitória são produzidos os tipos de arroz: Gabriela (Tipo I), Tradição (Tipo II), Saborear (Tipo III) e Fartura (Fora de Tipo)³⁰⁰. Os consumidores variam entre as classes sociais, e nessa dinâmica de produção e consumo é bastante notório verificar que o pequeno produtor cada vez mais está fora desse processo econômico. Em relato, um técnico agrícola, enfatizou: “Eu conheci muitos pequenos produtores que plantavam arroz. Hoje não é mais viável. É difícil competir com quem tem poder econômico aqui em Grajaú. A soja está tomando espaços por conta do mercado. O pequeno produtor planta duas ou três linhas³⁰¹, tudo é só para o sustento da família. É desanimador.”³⁰². Nessa lógica a concentração da riqueza e o poder da produção está sobre o controle agrícola/industrial, conforme podemos verificar no gráfico 1:

Gráfico 1: Área plantada em porcentagem – Grajaú (2010-2016)



Fonte: SIDRA/IBGE. Organização: SOUSA, Givanilson, 2018.

³⁰⁰No mercado o arroz Gabriela (tipo 1) custa em média R\$ 13,00 (5Kg); O arroz Tradição (tipo II) custa aproximadamente R\$ 9,00 (5kg); o arroz Saborear (tipo III) custa por volta de R\$ 6,00 (5kg) e o arroz Fartura (fora do tipo) custa R\$ 4,00 (5kg).

³⁰¹No município 1 linha corresponde a 50m² de terra.

³⁰²V.L.S – Entrevista concedida em 24/04/2018.

Por meio do gráfico 1 podemos compreender a dinâmica agrícola predominante no município de Grajaú. É notório identificarmos um avanço da área plantada das culturas relacionadas ao comércio internacional de commodities. A produção da soja e do milho, ocupam parcelas significativas do território (aproximadamente 25% da área plantada de milho e 45% de soja), fato que prejudica e causa o decréscimo das culturas relacionadas a agricultura familiar, como é o caso do cultivo do feijão e da mandioca, que possuem bem menos de 5% da área plantada.

Até 2014 o arroz dominava a agricultura; foi o tipo inicial de modalidade agrícola que incentivou os imigrantes à procura de terras em Grajaú, logo, vale destacar que no início da década de 1980 partes da produção já era mecanizada, e de propriedade dos médios e grandes produtores rurais, como já evidenciado neste trabalho. Assim, notamos o processo de mudança no “modo de produzir”, pois o que era de base econômica do pequeno produtor, passa para o controle dos que detêm renda, haja vista que a lógica do mercado não está ligada a agricultura familiar, mas sim a dinâmica do agronegócio, que visa a mercantilização generalizada, cada vez mais dependente do complexo industrial financeiro. Com o gráfico da área plantada (gráfico 1) e com a tabela da área colhida (tabela 11) percebemos o avanço da produção de grãos, em relação à produção do pequeno produtor.

Tabela 11: produção agrícola municipal em Grajaú- área colhida (ha) - (2010-2016)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Soja (Em grão)	28.724	32.177	32.942	26.621	20.856	25.044	25.100
Arroz (Em casca)	44.634	50.945	48.878	49.096	46.983	25.774	20.946
Milho (Em grão)	24.813	34.410	34.292	31.457	34.051	28.868	28.910
Feijão (Em grão)	5.385	6.715	7.021	6.850	6.891	6.829	5.802
Mandioca	6.150	6.172	5.727	7.063	8.834	4938.	4.142

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Agência de Grajaú-MA). **Org.:** VIEIRA, Layla.

Mais uma vez é perceptível a diminuição da produção da agricultura familiar. O feijão e a mandioca são uma das culturas que representam a cadeia relacionada a essa economia. Em conformidade com a tabela 11, entre os anos de 2010 a 2016 a área colhida foi reduzida significativamente. O arroz começou a perder espaço (a partir de 2014) quando o cultivo da soja e do milho se tornou intenso entre os sojicultores e empresários do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, e principalmente os agricultores do Paraná. Entre as safras³⁰³ de 2013/2014 e 2015/2016 houve uma queda da área plantada e da área colhida da soja, em razão ao longo período de estiagem, o que resultou em perdas na lavoura.

De acordo com o relatório de perdas da secretária municipal de agricultura³⁰⁴, na safra 2015/2016, o arroz perdeu aproximadamente 90% da área plantada; a soja e o milho tiveram uma perda de aproximadamente 60% também da área plantada, o que corrobora com os dados da tabela, quando se trata da estagnação da soja e do milho entre 2015/2016. No entanto, tal fato, não contribuiu para que a agricultura familiar ganhasse espaços na produção agrícola do município, pois não recebe incentivos públicos e privados para desenvolver a produção, como destaca a entrevista de O.T:

Eu planto feijão, mandioca, alface, pepino, cheiro-verde, cebolinha, tomate [...]. Eu planto para o consumo da minha família e vendo na feira aos sábados. Mas não dá muita coisa não, dá um salário e pouco por mês. O que a gente faz não dá lucro, não compensa, a gente faz porque gosta, mas não tem incentivo nenhum. Muita coisa do que produz aqui os outros não consomem, e o próprio setor público municipal não compra, preferem comprar de outros municípios, aí não gera renda e a gente não ganha como deveria. Como não temos dinheiro e não trabalhamos com a soja ou com o milho, a gente também não consegue bons créditos nos bancos, porque é muito restrito às pessoas com poder aquisitivo. É muito burocrático. O pobre não tem o acesso que deveria dentro do banco e quando a gente consegue alguma coisa é só para devolver o que a gente pediu, porque não sobra dinheiro para nada. (O.T – Entrevista concedida em 26/10/2018).

O relato do entrevistado acima demonstra a realidade vivida por muitos pequenos produtores em Grajaú, que sofrem de carência de políticas adequadas destinadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, além da dificuldade de conseguir crédito bancário para aplicar na produção. Uma parte significativa produz para suprir as necessidades básicas e, em alguns casos, também é comum a troca de mercadoria entre eles. Essa realidade acaba

³⁰³ No município o ano safra acontece de julho de um ano a junho do ano subsequente, e por conta da característica climática existe a primeira safra.

³⁰⁴ Relatório de perdas da lavoura na safra 2015/2016. Secretária de Desenvolvimento Rural, aquicultura de pesca do município de Grajaú (SEDRAP), 2016.

levando a uma queda significativa da produção, pois percebemos a falta de incentivo destinadas a esse tipo de agricultura (figura 22).

Figura 22: Plantio de hortaliças e de mandioca, representando a agricultura familiar.



Fonte: Layla Adriana Teixeira Vieira, 2018.

Convém salientar que a péssima qualidade das vias de acesso é outro entrave para o pequeno produtor. Segundo eles, não há uma infraestrutura adequada para o escoamento da produção, pois, as estradas, em sua maior parte, não possuem pavimentação asfáltica, apresentam poeiras, oscilação e lamas (no período chuvoso); além de não possuírem caminhões e/ou câmaras de gelo para realizarem o deslocamento e conservar os produtos até às feiras da cidade; o que é contraditório quando comparamos com o escoamento da produção do agronegócio. Então, o acesso ao crédito e a logística, infelizmente, é atendida somente para os interesses da produção do médio e do grande produtor agrícola.

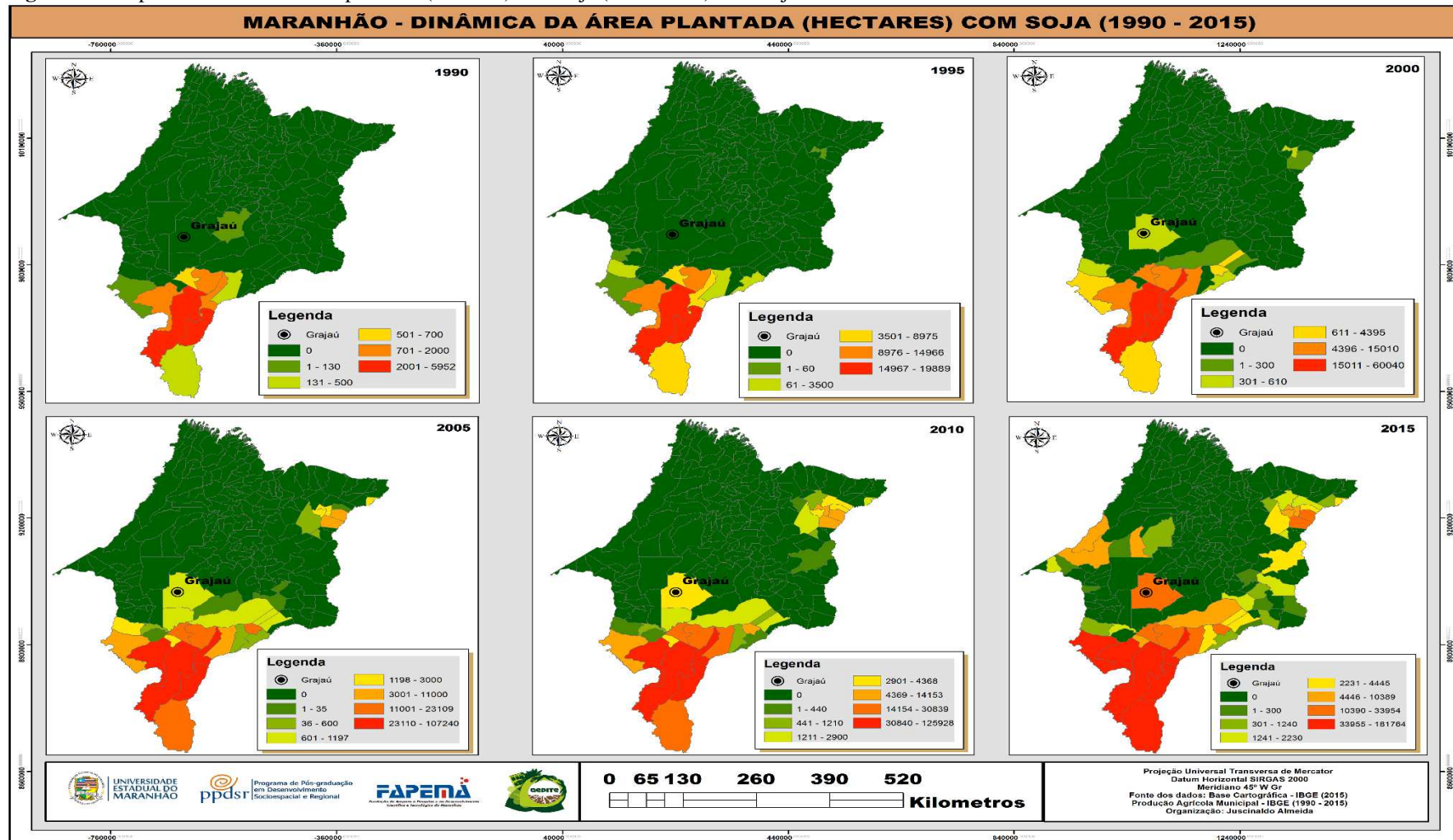
O discurso bancário afirma que há parcerias com o pequeno produtor e que existem linhas de crédito como o Pronaf³⁰⁵, que auxiliam nesse tipo de atividade agrícola. De acordo com uma determinada agência bancária do município, houve em 2017 (1º semestre), um desembolso de R\$ 7,5 milhões de reais para os pequenos produtores que procuraram a

³⁰⁵ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

agência de Grajaú³⁰⁶, porém, é notório que a realidade é absolutamente contraditória. Quando se trata ao crédito disponibilizado para o setor empresarial, no primeiro semestre de 2017, o banco realizou um desembolso de R\$ 20,7 milhões, ou seja, uma diferença de R\$ 13,2 milhões de reais. Logo notamos que a estrutura e a dinâmica da agricultura no município estão voltadas para o agronegócio dos grãos, principalmente da soja, como é bem notório na imagem 23 a seguir:

³⁰⁶ Informações obtidas no “Cafê Rural”, que é um encontro de produtores rurais, organizado pela agência do Banco do Brasil de Grajaú, 2017.

Figura 23: Mapa da dinâmica da área plantada (hectares) com soja (1990-2015) em Grajaú – MA.



Fonte: Organizado por Juscinaldo Goes Almeida a partir de dados do IBGE, 2018.

Como já salientado, a introdução da soja em Grajaú teve início nos anos 2000, com a chegada dos primeiros paranaenses. De acordo com o mapa, até o final da década de 1990 não existia esse tipo de produção no município. No entanto, a partir das transformações ocorridas no campo, atreladas à mecanização e a macroeconomia, observamos que a sojicultura se intensifica a partir de 2010, adentrando com intensidade em 2015, mesmo com a ocorrência da já mencionada estiagem.

Para Silveira e Santos “ a dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações característica do novo tempo.”³⁰⁷. Essa estrutura montada e influenciada pelo processo de globalização modifica alguns arranjos agrícolas que estavam na base de sustentação econômica do município de Grajaú, porém, não muda o grau de concentração da terra e o valor econômico agregado a ela.

Nesta perspectiva, a soja atende as exigências do mercado externo, e enquanto esse “cliente” exigir mais produção, mais territórios serão procurados pelos médios e grandes produtores e pelas empresas do ramo agrícola/industrial. Nesse sentido, com o intuito de obtermos informações sobre a estrutura e a dinâmica da safra 2017/2018, perguntamos a um sojicultor paranaense se a soja era uma atividade rentável e se produtores expandiram suas áreas em Grajaú, em resposta, disse:

Sim, é rentável. É uma cultura que com quatro meses ela já definiu. Depois de quatro meses você já está livre dela, você já vai pensar no outro ano já. Na safra 2017/2018 eu plantei 1.000 hectares em uma das minhas fazendas. De 2015 para cá a produção da soja se expandiu muito no município, deve ter aumentado aproximadamente entre 5.000 a 8.000 mil ha, isso para você ver.... sem cálculos exatos, porque deve ter sido bem mais. Nós estamos contentes com a produção. Não vamos perder, teve boa chuva. Eu vou colher o total que plantei. Vou fechar em 55 sacas (60kg) por hectare. Hoje o preço da saca no mercado é R\$ 77,00. Essa é a melhor safra de todos os anos aqui em Grajaú. Tem produtores colhendo 60 a 80 sacas por hectare. É uma produtividade que só tende a crescer. (V.S. Entrevista concedida em 7/5/2018).

Por meio da fala do produtor verificamos que esse aumento substancial das áreas plantadas vem despertando o interesse de agentes econômicos por conta da lucratividade do agronegócio no município. Segundo o agricultor, a empresa GenesisAgro produz

³⁰⁷ SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). *O Brasil: o território e sociedade no início do século XXI*, p.253.

aproximadamente 100 variedades de sojas³⁰⁸, buscando melhorar a produção em Grajaú, o que atrai novos produtores no interesse de ampliar seus negócios, como ocorreu com o entrevistado. De acordo com a sua produção em 1.000 ha de área plantada de soja, V.S. colhe aproximadamente 55.000 sacas³⁰⁹, resultando em uma produtividade de R\$ 4.235.000,000. Segundo o sojicultor o investimento da lavoura é em torno de 23 sacas por hectare, isto é, um custo de produção por volta de R\$ 1.771.000,000, em 1.000 ha.

Esses números revelam a concentração da propriedade da terra e o alto valor agregado desse modo capitalista de produção da soja. Com tais vantagens de lucro, os envolvidos nessa estrutura de mercado se apropriam de “novas” formas de aproveitamento dessa terra, como forma de acúmulo do capital. Um exemplo desse processo é o arrendamento³¹⁰, que mesmo não sendo novo, tem passado a ganhar mais adeptos em Grajaú, por conta dos resultados obtidos por quem já pratica esse tipo de agricultura. Em conversa obtida com um arrendatário, questionamos: O arrendamento é algo lucrativo no município? Existem empresas que arrendam terras?

Olha, eu já trabalhei com o arroz aqui na década de 1970 e 1980; depois passei para a pecuária, e hoje sou arrendatário. Eu fui botar na ponta do lápis, e vi que *é muito mais negócio eu arrendar as minhas terras para plantar soja*. Eu arrendo 200 hectares, eu ganho 5 sacos por hectare (1.000 sacas em 200 ha) e *recebo R\$ 80.000 mil* no final da produção, sem eu ter dor de cabeça e despesa com nada. *O meu solo está melhorando e está mais valorizado*. Então, com tudo isso, a preocupação que eu vou ter é só de vender e gastar o dinheiro.

Tem produtor aqui que tem mais de 10.000 ha. Eu quero vender uma fazenda que tem mil e poucos ha de terra, estou preparando uma outra área com 300 hectares. *Isso vai ser a minha aposentadoria*. Para não vender meu patrimônio, *eu quero preparar campos e arrendar*, como uma forma de garantia futura. O arrendamento tem sido tão lucrativo que *você encontra sim empresas arrendando terras*. A GenesisAgro e a Gusa Nordeste já são fortes arrendatários. (Grifo nosso).

Esse relato demonstra com ênfase o contexto desse capitalismo rural, que visa sobretudo as relações econômicas, e não sociais. Àqueles que estão nessa lógica vislumbram o capital em forma de dinheiro como garantia futura. Nessa corrida pela dominação e ocupação do território observamos também a atuação das empresas em uma lógica competitiva. No caso

³⁰⁸ Infelizmente não foi possível identificar os tipos de sojas produzidos na empresa, pois não fomos liberados para realizar a entrevista com algum funcionário da mesma.

³⁰⁹ Segundo a cotação do dólar no dia 7/05/2018 a saca da soja (60 kg) estava cotada a R\$ 77,00.

³¹⁰ Na visão de Veronica Secreto o arrendamento é “uma forma contratual pela qual um proprietário cede o uso da terra mediante um pagamento de uma renda ou aluguel.” Para a historiadora o arrendamento é uma prática antiga, que adquire “rasgos peculiares no capitalismo.” (SECRETO, Veronica. Arrendamento (verbete). In: *Dicionário da Terra*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 40)

da empresa Gusa Nordeste³¹¹, encontramos um noticiário (jornal impresso) divulgando o arrendamento de algumas das suas propriedades. No referido jornal estava destacado:

Gusa Nordeste, contribuindo com o crescimento dos agricultores da região, está arrendando algumas áreas de sua propriedade que estão ociosas [...] Fazenda Sibéria, com 7.500 ha. Sendo 4.000 destinadas à plantação de arroz com contrato de um ano. Forma de pagamento: 5 sacos por hectare. E as outras 3.500 ha serão destinados ao plantio de soja, com contrato de 6 anos. Forma de pagamento: No primeiro e segundo ano será zero custo. Já no terceiro e quarto ano serão 2 sacas por hectare. E no quinto e sexto ano serão 3 sacas por hectare.³¹²

A imposição dessas empresas no território é de uma complexidade que envolve agentes ligados a essa escala geoeconômica. Notamos que existe uma multiplicidade de práticas que estão em relação direta também com as escalas locais. Com isso, “novas formas de compartimentação do território ganham relevo e são capazes de impor distorções ao seu comportamento: são as novas caras da fragmentação territorial.”³¹³. Esse modelo usa um discurso de desenvolvimento que contribui apenas para os médios e grandes produtores (“*agricultores da região*”), pois, como vimos, eles quem possuem poder econômico e terras para produzir ou investir naquilo que é exigido pelo mercado. Porém, essa dinâmica não é sociabilizada com quem está na margem do processo.

Um exemplo disso são os posseiros, que ocupam um fragmento da terra, sem ter o título legal da propriedade. Embora ele resida há anos naquele lugar e tenha um sentimento de pertencimento, não consegue adquirir os documentos legais que o garanta como dono da terra, pois não possui capital ou representatividade para o sistema capitalista, que exige recompensa³¹⁴. Com isso, as empresas e os grandes proprietários, que possuem poder aquisitivo e uma certa relação com os órgãos públicos responsáveis pela aquisição das terras, conseguem comprá-las, e expulsam àqueles que não possuem o título da propriedade. Assim,

³¹¹Em Grajaú a Gusa Nordeste trabalha com o plantio do eucalipto e com a produção do carvão, e distribui na sua usina (Grupo Ferroeste) em Açailândia-Ma. A produção do eucalipto e do carvão não é vendida para outras empresas. Em Grajaú, a Gusa Nordeste possui aproximadamente 60.000 ha de terras, distribuídos na Fazenda Vida, Sibéria e Solta.

³¹²Jornal Cidades: Sul do Maranhão & Capital – Sede Regional de Grajaú. Ano XXI. Edição nº 352. Maio de 2018.

³¹³SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *opc. cit.*, p. 254.

³¹⁴Cerca de 10 pessoas nos povoados Alto Brasil, Flores e Sabonete relataram a morosidade na assistência de órgãos públicos como o Incra e o Iterma na regularização terras. O Estado promete que tal problema será solucionado. Mas, até o presente momento, não foi. Existe uma omissão da esfera pública. Um deles afirmou que não tem o título, apenas o mapa da terra, e por isso não consegue financiamento bancário. Segundo ele: “Aqueles pessoas que possuem mais condições acabam comprando a sua propriedade, entram em acordo com o Estado. O valor cobrado está em torno de R\$ 8.000. Eu não tenho condição de comprar e não tenho como contratar um advogado. O Estado, na verdade, não está dando o título da terra, está vendendo.” (A. M. – Entrevista concedida em 30/04/2018).

notamos como esse sistema capitalista é contraditório e desigual, onde o monopólio é exercido tanto pelos grupos políticos como pelos grupos econômicos, como disse esse entrevistado:

Você percebe que existia o monopólio das famílias tradicionais. Mas hoje você já vê vereador pernambucano em Grajaú; você já vê os grandes grupos econômicos se juntando com os políticos para eleger vereadores para ter influência. Tem a bancada da madeira, tem a bancada do gesso, tem a bancada do agronegócio. Eles se fragmentam e elegem um determinado vereador para não perder a influência econômica e ganhar o poder na política, porque o legislativo tem o poder de decidir para aprovar uma conta, para aprovar um projeto, e eles tem esse conhecimento que existe essa prática, que tão cedo não mudará. (A.B –Entrevista concedida em 25/05/2018).

Com essa fala evidenciamos o jogo político e econômico que os agentes públicos e privados fazem para comandar essa estrutura, o que foi notório no capítulo anterior, quando mostramos as articulações políticas para a criação de municípios no Maranhão, e, sobretudo em Grajaú, com a possível criação do município do Alto Brasil. Porém, é importante mostrarmos quais são os reflexos socioambientais desse fazer política e dessa estrutura econômica que a cada dia se intensifica no campo de estudo.

No bojo dessa discussão, é evidente a partir dos resultados obtidos nos lócus da realidade empírica, que impera a lógica da produção capitalista.³¹⁵ Logo materializa uma sociedade marcada pela dualidade de classes. Assim, na cidade de Grajaú as desigualdades socioeconômicas são crescentes, refletindo a contradição, através do dinâmico processo agrário-agrícola voltado principalmente para o mercado internacional, e na contramão de tal modelo de produção se evidencia o paradoxo, visto que há um crescente processo de êxodo rural, ocasionando diversos problemas para a população que migra da área rural do município em direção à sede (área urbana). Pela falta de infraestrutura e pela negligência por parte do Estado, esses indivíduos passam a ocupar desordenadamente áreas do entorno da cidade, carente dos mais diversos serviços e equipamentos públicos, o que resulta em um território cada vez mais segregado³¹⁶, como observamos a seguir (figura 24):

³¹⁵ É interessante verificar a discussão da geógrafa Maria da Glória Ferreira, que analisa esse mesmo processo de periferização na área urbana de Balsas. Cf. FERREIRA, Maria da Glória Rocha. Agricultura moderna e suas repercussões socioespaciais urbanas. In: FERREIRA, Antonio José de Araújo; LIMA, Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima. (Org.) *Estudos de Geografia do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2013.

³¹⁶ De acordo com João Batista Pachêco “a segregação ou separação, como um processo socioespacial-urbano, tem uma culminância seletiva, pois visa estabelecer num dado território pessoas assemelhadas em alguma ou

Figura 24: Segregação urbana no município de Grajaú - MA.



Bairro Vilinha



Bairro Extrema –Condomínio Rosa dos Ventos



Moradia no Bairro Quem-Dera
(Padrão)



Loteamento Frei Alberto Beretta (Alto



...as variáveis diferenciadoras, como econômica, instrucional, religiosa, 'raça' e cultural. " (PACHECO, p.131-132)

Fonte: Layla Adriana Teixeira Vieira, 2018.

A figura 24, mostra contundentemente a contradição e “o retrato de dois mundos”³¹⁷ que se manifesta no território de estudo, refletindo a divisão de classes típica de um sistema supressor e segregado. Assim, podemos ver a diferenciação das áreas de acordo com a classe social. A população de baixa renda fica marginalizada em áreas periféricas, tendo que morar em casas precárias, construídas de frágeis materiais, com falta de pavimentação nas ruas, com crescentes índices de criminalidade, com insuficiência de empregos na cidade. Portanto, vivemos em um mundo extremamente excludente, fragmentado em níveis geográficos e sociais. Essa segregação “significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro”³¹⁸. Nesse sentido, tal exclusão é gerada pelos agentes que controlam a organização dessa cidade que também é capitalista.

Do lado esquerdo das imagens estão os bairros da Vilinha e do Quem-Dera, e do outro lado está o bairro da Extrema (são bairros que demonstram a expansão da área urbana em Grajaú)³¹⁹. Nos dois primeiros, encontramos a periferização e no outro (apesar de também existir segregação), encontramos residências da população de alta renda do município, que são moradias situadas no loteamento privado, denominado *Frei Alberto Beretta*. Dentro desse loteamento há o condomínio fechado *Rosa dos Ventos* e a Universidade Federal do Maranhão. O loteamento e o condomínio são moradias carregadas de simbolismos, pois já traz consigo uma “imagem” de poder social e econômico diante da sociedade grajauense. Nessa realidade essa clientela também se “auto-segrega” que, na visão de Vasconcelos, seria:

Resultado de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o de loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas, muros e sistemas de segurança. É uma forma radical de agrupamento

³¹⁷BAUMAN, Zygmunt. *A riqueza de poucos beneficia a todos nós?*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013, p.22.

³¹⁸CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989, p.66.

³¹⁹De acordo com dados do IBGE, a população urbana superou a população rural a partir de 2000. No ano referido a população urbana era de 26.511 e a população rural apresentava 20.644; em 2010 observamos um salto populacional; a população urbana estava contabilizada em aproximadamente 35.041, em contrapartida, a segunda possuía 25.052. (IBGE/SIDRA – 2018).

residencial defensivo que procura juntar os semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso aos indesejáveis³²⁰.

Tal análise é bastante interessante porque retrata justamente o que ocorre nessas residências, que são entraves criados para separar as classes sociais. Os territórios são muito bem selecionados, separando as áreas nobres das áreas populares, o acesso também começa a ser restrito nos ambientes, e criam-se lojas de roupas, restaurantes, bares, comércios, universidades, clubes, etc, no intuito de atender as exigências das camadas alta e média da população, excluindo assim, nessa concepção, “os diferentes”.

Partindo dessa lógica capitalista de desenvolvimento, que não só segrega classes sociais, mas também expande territórios, expulsa o pequeno produtor do campo, desenvolve agricultura tecnicificada (empregando baixa quantidade de mão de obra), produz alimentos voltados para a industrialização, que defende o “*agro é pop, agro é tech, agro é tudo*”³²¹, obtemos resultados crescentes de depredação dos recursos naturais e ações contra as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Ao longo da pesquisa, tais problemas foram evidenciados, tanto pela população urbana, como pela população rural de Grajaú. Em um dos casos relatados, perguntamos a um morador do povoado Sabonete, quais eram os principais desafios do povoado frente à expansão do agronegócio no município:

É bem complicado. *O povoado acaba em uma cerca que é o eucalipto. O impacto ambiental é gigantesco. De 2005 para cá a mudança foi total. O impacto aumentou... o nosso produtor foi parando na agricultura, as caças foram sumindo, alguns riachos, rios e lagos foram secando, o desmatamento é frequente, aí tu vai sentindo a quentura.... Formou um deserto verde do eucalipto e um deserto de campos abertos da soja. Tudo isso é veneno puro.... Eles jogam de avião o veneno bem ali... e vem até as casas; aqui já teve casos de as pessoas adoecerem. Uma vez a gente denunciou e abriu um processo contra a G5, mas quando foi para mostrarmos qual era o veneno, não tivemos nenhum companheiro que teve coragem de pegar na empresa uma amostra do veneno para trazer, então a empresa disse que era um veneno que não causava danos, e não tivemos como comprovar. Hoje a nossa comunidade está ilhada.* (Grifo nosso). (R.C. – Entrevista concedida em 20/04/2018.

O avanço do agronegócio tem provocado alarmantes problemas ambientais no território de estudo, ocasionados pelo cultivo da soja, do eucalipto, do milho, do arroz (em larga escala); pela produção do carvão vegetal, pela pecuária de corte e industrialização do gesso. Nesse cenário, além do meio ambiente não ser preservado, “as vozes das comunidades impactadas não têm o mesmo peso relativo no debate *vis-à-vis* os atores empresariais ou

³²⁰VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração*. In: Revista Cidades. v. 1, n. 2, 2004, p. 259-274, p. 263.

³²¹ Campanha realizada pela Rede Globo de Televisão, no ano de 2018.

governamentais.”³²². Além disso, surgem discursos de responsabilidade social e ambiental, que na prática não são colocados como pautas principais das políticas empresariais dos madeireiros, pecuaristas, agricultores e industriais gesseiros. Em virtude da inexistência dessa ação, a degradação ambiental se amplia no município de Grajaú (figura 25).

Figura 25: Impactos ambientais no município de Grajaú -MA.



Fonte: Layla Adriana Teixeira Vieira, 2017/2018.

³²² PITTA, Fábio Teixeira; VEGA, Gerardo Cerdas. *Impactos da Expansão do Agronegócio no MATOPIBA: Comunidades e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Act!Onaid. ISBN 978-85-89473-21-7. 2017, p. 1-80, p.4.

Como se observa nas imagens, o cenário retrata a intervenção humana sobre o meio ambiente, a começar pelo desmatamento desenfreado da floresta nativa para a implantação de extensos campos de produção. O cultivo da soja e do eucalipto³²³, por exemplo, provocam danos na fauna, na flora e no solo, deixando-o favorável para a invasão de pragas, fungos e bactérias prejudiciais para o desenvolvimento de outras culturas como tomate, pimentão, alface, cheiro-verde, berinjela, dentre outras.

Para combater essa proliferação, os médios e grandes produtores utilizam inseticidas, fertilizantes, herbicidas, fungicidas químicos, liberando-os quase que semanalmente pelos aviões que transitam o céu do município. O resultado dessa prática acomete a saúde da população que vive próxima às plantações; além de contaminar o solo, poluir os afluentes, os lençóis freáticos, provocar a variação dos rios Grajaú, Santana e dos riachos do Ouro, Cunhãs e Sussuapara, e prejudica a plantação do pequeno produtor, com a propagação da mosca branca, problema mais relatado durante a pesquisa de campo.

Outro fenômeno frequente são as queimadas, causadas na sua maioria por fazendeiros que “culturalmente” queimam os pastos, no intuito de renová-los. As carvoarias são exemplos que estão presentes de forma ilegal no território, queimando e destruindo as reservas ambientais. Em conjunto está a expansão da fronteira agrícola que desfloresta e contribui para a escassez das chuvas.

Como reflexo dessas ações antrópicas é importante destacar que no ano de 2016, Grajaú foi o 4º município que obteve maior incidência de queimadas (focos: 9.575); em 2017 esteve em 1º lugar, com 31.708 focos de calor³²⁴. No último ano presenciamos grandes quantidades de fumaças e cinzas cobrindo a cidade e uma ação intensiva do IBAMA em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente Municipal para o controle dos focos no

³²³ Árvore conhecida no município como “floresta morta” e “deserto verde.”

³²⁴ IMESC. *Relatório de Queimadas Maranhenses*. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v.2, n.1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2017, p.9.

perímetro urbano e na zona rural, principalmente nas reservas indígenas de Bacurizinho, Morro Branco e Três Porquinhos.

Do mesmo modo da agricultura tecnificada, do desmatamento, das queimadas, a mineração da gipsita também exerce interferência no meio ambiente e favorece a deterioração das reservas naturais de Grajaú, o que tem causado impacto também na sociedade. A indústria gesseira do município quase sempre não respeita o plano de recuperação dessas áreas afetadas pela mineração; destroem cada vez mais o solo e o subsolo com explosivos para abrir grandes áreas, formando verdadeiras crateras a céu aberto. Quando não estão sendo mais utilizadas ficam expostas e criam lagoas “verdes” com produtos químicos a base do enxofre, utilizados para implodir as rochas. Já nas fábricas de calcinação verificamos as fumaças sendo liberadas pelas chaminés sem filtros para proteger a população e o meio ambiente. Todos esses problemas causam altos índices de doenças respiratórias e afetam principalmente os funcionários dessas empresas, as crianças e os idosos. A poluição atmosférica causada pelas queimadas e pelas indústrias gesseras deixa em estado de alerta a população.

Portanto, observamos que ação do capital não é levar o bem-estar social, não é praticar ações favorecendo a qualidade do meio ambiente, é sobretudo obter lucros e dados econômicos estatísticos. Em março de 2018 o Governo do Estado divulgou que o Maranhão é líder no Brasil com alta no PIB de quase 10%, sendo o agronegócio um fator de destaque para tal cenário³²⁵. Porém, sabemos que esse resultado não demonstra uma evolução dos índices sociais e um crescimento econômico da produção do pequeno produtor, como vimos no caso de Grajaú. Em vista disso, notamos que a entrada do capital interno e externo dentro do território trouxe um aperfeiçoamento do processo econômico (tecnológico/globalizado), mas não a solução dos problemas sociais, ambientais e políticos do município, tornando-o desigual e fragmentado por meio da concentração política e econômica, estabelecidos durante o processo histórico ocorrido na longa duração.

³²⁵ GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. *Maranhão é líder no Brasil com alta no PIB de quase 10%*. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/gestao/maranhao-e-lider-no-brasil-com-alta-no-pib-de-quase-10>> . Acesso em: 2 de junho de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise sobre *A formação sócio-histórica do latifúndio no sertão maranhense: estrutura e dinâmica do agronegócio em Grajaú*, observa-se quão importante é compreender as dinâmicas que ocorrem nesse território e a sua relação com o tempo presente. Buscar, inicialmente, o entendimento dessa região a começar pelo processo de colonização e ocupação se fez necessário, pois, a pesquisa realizada durante esses dois anos possibilitou identificar que o processo histórico de formação do território de Grajaú está inserido na atual configuração socioeconômica do referido município.

Assim, do conjunto de reflexões expostas, referentes à composição teórica da pesquisa à produção de variáveis interpretativas e metodológicas pode ser lida a partir de seus componentes estruturais e da interdisciplinaridade. Desse modo, o objeto desse estudo possui uma dupla caracterização: a primeira preocupou-se em realizar uma análise histórica para, em segundo momento, entender como o território do atual município de Grajaú foi formado, e analisar a influência que esse território recebeu dos agentes internos e externos, com o processo de concentração política e econômica, em que a terra e o gado eram elementos de valor simbólico e econômico.

Nesse sentido, a pesquisa também se preocupou em apresentar, no segundo capítulo, os conceitos de território, entendendo que tal conceito não pode ser definido somente por meio de um olhar geográfico, essencialmente conectado com os aspectos físicos presentes no mesmo, mas é necessário compreendê-lo a partir de aspectos relacionados à natureza social e as relações de poder conectados em determinado território. No caso do município estudado existiu um elemento usado, na pesquisa, como ponto de partida para compreender os processos que determinaram a forma, os mecanismos, métodos de concentração de terras na formação territorial de Grajaú. Dessa forma, a Guerra do Léda, inserida no tecido conjuntural de seu tempo, possui, como vimos no primeiro capítulo, claros desdobramentos na composição política e patrimonial do território sertanejo maranhense, dado tanto as suas consequências no arranjo do poder quanto de seu simbolismo.

A respeito das elaborações realizadas, a Guerra do Léda, evento político demarcado no final do Império até os primeiros anos da chamada primeira República, não é apenas um marco fixado em si mesmo, mas representa uma conjuntura histórica que fora

gestada desde a segunda metade do século XIX. Essa conjuntura, que estava assentada no trabalho de africanos escravizados e na posse de grandes latifúndios monocultores, começa a ruir no ultimo quartel do Oitocentos e se expressou, no Maranhão, nos desequilíbrios das forças políticas republicanas, liberais e conservadoras. A Guerra do Léda foi o culminar dessas tensões que tinha relação com o acesso de grupos políticos e familiares dominantes às novas formas de expressão do poder que se ensaiavam na República instalada em 1889.

A partir da discussão de território, como forma dinâmica dentro de uma geografia do latifúndio historicamente determinada, propomos a superação de um conjunto de interpretações que buscam seus parâmetros interpretativos ou somente nos aspectos culturais, políticos ou a partir dos sujeitos, sem ir além, no processo de formação. Buscamos, portanto, entender o emaranhado de linhas históricas, mas, ao mesmo tempo, com a definição das nervuras que definem as formas de manutenção do modelo de concentração de terras, identificamos e analisamos, no terceiro capítulo, o modo de reprodução desse modelo contemporaneamente em Grajaú. Esse modelo, que, a princípio estava baseado na pecuária extensiva, articulou-se com outras economias da região do setor agrícola e industrial, como o caso da soja, do milho, do eucalipto e do gesso, baseadas em uma produção técnica e incorporadas a médias e grandes extensões de terras, causando assim, uma fragmentação territorial, com intensa atuação do poder político e do capital estatal e privado.

Nesse prisma, ao longo da elaboração da dissertação, verificamos e confirmamos que os atuais modos de produção da economia grajauense estão alicerçados na base histórica, ligada aos potentados rurais, coronéis, de famílias tradicionais e políticos que detinham o poder sobre o território. Atualmente, como percebido durante a pesquisa de campo, em Grajaú, foram incorporados agentes tanto do próprio sertão, como fora dele, vindos de Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, dentre outras regiões, para atuarem no mercado do agronegócio e na expansão da fronteira agrícola; alguns ligados à política, outros não, mas que começaram o processo recebendo incentivos fiscais do governo federal e estadual, o que deixa claro a forma desigual e contraditória, porém real do capitalismo, pois garante o acesso e o poder nas mãos de uma minoria social.

Isto posto, por meio da presente investigação, alcançamos os objetivos dessa pesquisa; demonstramos que o acesso à terra sempre esteve atrelado a uma questão de aporte simbólico e de poder político; identificamos e explicamos as estratégias familiares usadas para o controle do latifúndio no *locus* de estudo; apresentamos como que esse modo de fazer

política está relacionado a importância do território como composição estrutural da elite de Grajaú, portanto do Maranhão; analisamos que o processo de reordenamento territorial beneficiou (e beneficia) também os agentes que estão inseridos nessa estrutura e dinâmica do agronegócio. Porém, antes disso, tivemos a preocupação de explicar como que o agronegócio adentra o território de Grajaú e avança sobre ele; causando assim a intensificação da concentração da terra, a expropriação do pequeno produtor do campo, a burocratização bancária enfrentada por quem não tem o título da propriedade, a valorização de uma política que fomenta o capitalismo, a monocultura, o latifúndio, a obtenção e a multiplicação dos lucros; a exploração do trabalhador que não teve (e não tem) acesso aos estudos, a periferização, a segregação, o uso intensivo dos recursos naturais, dentro outros impactos socioambientais, gerenciados por um modelo agroexportador que comanda o mercado capitalista de Grajaú.

Em virtude da realidade encontrada no município, nos preocupamos não só em apontar as consequências geradas por esse modo de produção, como também em indicar algumas sugestões no intuito de conter e combater os problemas que afetam os indivíduos que vivem à margem dessa sociedade. Portanto, sugerimos a atuação de políticas públicas adequadas no âmbito social e educacional, distribuindo ações coletivas para que esses indivíduos saibam dos seus direitos; a elaboração de projetos sociais para combater a violência urbana e o conflito no campo; a aplicação de semanas educativas e palestras que visem discutir também os impactos ambientais e a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento de uma economia solidária.

É relevante que os trabalhos acadêmicos sejam “vistos” pela esfera pública municipal, e que esse órgão público dê espaço para a aplicação e discussão dos resultados fora do âmbito acadêmico, e dentro da sociedade civil, pois é muito mais significativo ‘valorizar a educação em vez da política’. Outra proposta é adequar as assistências técnicas e propiciar cursos de capacitação para que esses profissionais atuem, não de modo a impor as técnicas para o pequeno produtor, que cresceu em outra realidade e apresenta modos de fazer adquiridos de geração em geração. É necessário também incentivar a venda da produção do pequeno produtor de modo a contribuir para o escoamento dos produtos orgânicos cultivados no campo. Além de procurar respostas dos setores responsáveis sobre a lentidão dos direitos desses indivíduos de terem as suas propriedades devidamente garantidas, com a aquisição do título legal da terra.

Vimos a necessidade de setores de ouvidorias nas diversas localidades do município e uma ação conjunta dos diferentes níveis de poderes para a aplicação de incentivos e de leis que atenda às necessidades dos que estão na periferia do sistema capitalista; essas leis não podem permanecer apenas nos papéis e nos discursos. É indispensável dar visibilidade as associações, as comunidades tradicionais, aos movimentos urbanos, as cooperativas rurais, pois nesses grupos existe um lugar de vida e de trabalho; existe um mecanismo de luta e organização. Lembrando, e dando voz a um deles, nos foi dito: “O desafio é empoderar a comunidade para que ela perceba que é atuante e que tem um papel importante. A conscientização é um desafio para que o povo entenda e avance.”³²⁶. Por fim, não menos importante, é inquestionável o direito a memória, a identidade e a propriedade. É importante resistir, lutar e refletir contra a imposição dos processos hegemônicos, precisamos compreender que somos vítimas e partes dos problemas sociais.

³²⁶ R.C. – Entrevista concedida em 20/04/2018.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge do Grajaú**. São Luís: ALUMAR, 1993.

AGED. **Relatório de Análise Técnica**. I etapa de vacinação contra a febre aftosa no Estado do Maranhão (Maio, 2015), julho, 2015.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo – MA**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017.

ARAÚJO, Cleonice Correia. **Pobreza e transferência de renda: concepções e significados**. 205fl. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (CADH). **Autos Cíveis**. Inventário, 1874, caixa 6.

_____. **Autos Cíveis**. Inventário, 1936, caixa 10.

_____. **Autos Cíveis**. Inventário, 1885, caixa 10.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO. Setor: Núcleo de Controle de Legislação.

ARROYO, Mónica. **Território, Mercado e Estado: uma convergência histórica**. Revista GEOgraphia. Ano.6, nº12, 2014, p.49-66.

ALVES, Vicente L. Eudes. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ATLAS DO BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <atlasdobrasil.org.com/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Ranking Todo Brasil (2010)**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/ranking>>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

AYRES, Érico de Oliveira Junqueira. **Processo e política atual de desmembramento municipal no Maranhão**. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **A riqueza de poucos beneficia a todos nós?** Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 22.

BEZERRA, Josineide da Silva. **O território como um trunfo:** um estudo sobre a criação de municípios na paraíba (anos 1990). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba/CCEN. João Pessoa, 2006.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos. **Planejamento Regional e o planejamento local, relacionamentos e condicionantes.** FAU-USP, Publicação, São Paulo, 1979.

BOTELHO, Raimundo Edson Pinto. **O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico informacional.** Dissertação (Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2010, p.30.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 26 jul. 2017.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo.** Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **História e Ciências sociais.** A longa duração. In: *Escritos sobre a História.* São Paulo: Perspectiva, 1992.

BREMAEKER, François E.J. de. **Os novos municípios:** surgimento, problemas e soluções. Revista de Administração Municipal, v.40, n.206.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado:** conquista e ocupação do sul do Maranhão. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

CALDAS, João Pereira. **Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí.** Revista do IHGB. Rio de Janeiro, Tomo LXII, Parte I, 1900.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Estabilidade social e crise política:** o caso do Maranhão. Revista Brasileira de Estudos Políticos. São Paulo, nº46, p.55-101.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão:** subsídios para a história e geografia do Brasil. 3.ed.rev.e ampl. Teresina: EDUFPI, 2011.

CARVALHO, João Renôr de. **Introdução à descrição do território de Pastos Bons nos sertões do Maranhão.** In: FRANFLIN, Adalberto (Org.). Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons. Imperatriz: Ética, 2005.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da Terra:** como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2017.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995.

CAVALCANTI, Matuzalem.; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista NERA. Ano 11, nº. 13. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2008, Jul.-dez, pp. 16-25.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **Território e Criação de Municípios no Brasil**: Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço. Tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2009.

_____. **Análise da literatura explicativa sobre o processo contemporâneo da criação de municípios no Brasil**. Revista de Estudios Brasileños. Primer.Semestre 2017. Volume 4. Número 6, pag. 95-107.

COELHO NETTO, Eloy. **História do Sul do Maranhão**: terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1979, p. 19.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**, v.4, n.12, ISSN 2318-6852 - Safra 2016/2017/Setembro, p. 1-158.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989, p.66.

_____. **Os centros de gestão do território**: uma nota. In *Revista Território*, v. 1, n.1, 1996, p. 23-30.

_____. Sobre Agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarcação Beltrão. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 41-50.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3 ed. São Paulo. Editora Moderna, 2005.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Campanha de Canudos [1902]. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, ICONEUnicamp, 1985.

DIÁRIO DE BALSAS. **Balsas é o terceiro maior município produtor de grãos de soja da região do matopiba**. Disponível em: <<http://www.diariodebalsas.com.br/noticias/balsas-e-o->

terceiro-maior-municipio-produtor-de-graos-de-soja-da-regiao-do-matopiba-14678.html>. Acesso em 19.nov.2017.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

DINIZ, Bruno. **Conversão hipotética do Réis para o atual real**. Disponível em: <<http://diniznumismatica.blogspot.com.br/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>>. Acesso em: 03 de jul. 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. Vol. 3 São Paulo. Editora Saraiva, 1998.

DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz, Ma: Ética, 2001.

_____. **Raízes históricas de Grajaú**. São Luís, Sioge, 1985.

DNPM. **Sumário Mineral do Brasil**. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/sumarios/sumario-mineral-2015>>. Acesso em 23 de dez. 2017.

DORA, Martins. **Migrantes**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ELIAS, Denise. “Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola”. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006d, v. 1, p.279-303.

FAVERO, Edison. **Desmembramento territorial**: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais. Tese (doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil. São Paulo, 2004.

FEITOSA, Antônio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas escolar do Maranhão**: espaço geohistórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. V.1-2. Presidente Prudente, 2013.

_____. Entrando nos territórios do território. In. PAULINO, Eliane Tomiasi (Orgs). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão. 1ªEd. São Paulo, 2008.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. 269 f. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008.

_____. **A reestruturação urbana maranhense: dinâmica e perspectivas**. São Luís: EDUFMA, 2017.

FERREIRA, Antonio José de Araújo; LIMA, Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima. (Org.) **Estudos de Geografia do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2013.

FERREIRA, Maria da Glória R.A **dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas - MA**. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Agricultura moderna e suas repercussões socioespaciais urbanas. In: FERREIRA, Antonio José de Araújo; LIMA, Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima. (Org.) **Estudos de Geografia do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2013.
FGV. **Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (2000 e 2010)**. Disponível em: <<http://cmicro.fgv.br/data-sets>> Acesso em: 20 de agosto de 2017.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Inventários e testamento como fontes de pesquisa**. Disponível em: <[https:// www.myheritage.com.br/.../inventarios-e-testamentos-como-fontes-de-pesquisa](https://www.myheritage.com.br/.../inventarios-e-testamentos-como-fontes-de-pesquisa)>. Acesso em: 30 de jun.2017.

GENESISAGRO. **Núcleos**. Disponível em: <<http://genesisagro.com/>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2018.

GEOGRAFOS. **Coordenadas geográficas**, Grajaú-MA. Disponível em: <<http://www.geografos.com.br/cidades-maranhao/grajau.php>> . Acesso em 14 de agosto de 2017.

GOMES, Rita de Cássia Conceição. **A Fragmentação do Território no Brasil e a Reprodução das Relações de Poder: uma Leitura a partir do Rio Grande do Norte**. Sociedade e Território, Natal, v. 27, nº 1, p. 231 - 250, jan./jun. 2015.

GOVERNO DO MARANHÃO. **Incentivos do Governo do Estado ampliam produção do Polo Gesseiro de Grajaú**. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/incentivos-do-governo-do-estado-ampliam-producao-do-polo-gesseiro-de-grajau/>>. Acesso em: 23 de dez.2017.

_____. **Maranhão é líder no Brasil com alta no PIB de quase 10%**. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/gestao/maranhao-e-lider-no-brasil-com-alta-no-pib-de-quase-10>> . Acesso em: 2 de junho de 2018.

HAESBAERT, Rogerio. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade., RJ, Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HOLANDA, Felipe de. **Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos**. In: IMESC. Estudos sobre a economia maranhense. São Luís: IMESC, 2008, p. 9-30.

IBAM . Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Criação de Municípios**. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>>.Acesso em: 27 jul.2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais Municipais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm>. Acesso em 27 jul.2017.

_____. **Balsas**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas/panorama>>. Acesso em 13 nov.2017.

_____. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=5457&z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: 20 de nov.2017.

_____. **Desenho do cartograma on-line em plataforma do IBGE**. Disponível em: <<<http://www.ibge.gov.br/webcart>>>. Realizado em 17.dez.2017.

_____. **Grajaú**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ma/grajau/historico/>> Acesso em : 21 de maio. 2017.

_____. **PNAD**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2016.pdf> Acesso em: 21 de agosto de 2017.

_____. **Portal das cidades**. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210480&search=||infor%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em: 14 de agosto de 2017.

IMESC. **Maranhão em mapas**. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/maranhaoemmapas/Home>>. Acesso em: 11.jan.2017.

_____. **Nota de agricultura maranhense**. Disponível em <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/Nota_de_Agricultura_-_Novembro_de_2017.pdf> Acesso em: 03 dez de 2018.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão**: período 2010 a 2014 / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V. 1 (2005). São Luís: IMESC, 2005.

_____. **Relatório de Queimadas Maranhenses**. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v.2, n.1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2017.

INCRA. Unidades matemáticas de terra. “**Grande Propriedade** - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais.” Em <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>> Realizado em 15. Setembro. 2016.

JORNAL A PACOTILHA, 13 de fevereiro de 1902.

JORNAL CIDADES: **Sul do Maranhão & Capital** – Sede Regional de Grajaú. Ano XXI. Edição nº 352. Maio de 2018.

JORNAL DO BRASIL, 22 de janeiro de 1902.

JORNAL DO BRASIL, 19 de outubro de 1902.

JORNAL O NORTE, 06 de maio de 1898.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. Revista Terra Livre. São Paulo. jul./dez. 2002 Ano 18, n. 19. p. 95-112.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec. 1993.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes. 3 ed. 2007.

MARX, Karl. **O capital**. Bauru, São Paulo: Edipro. 3.ed.,2016.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís, EDUFMA, 2011.

MIRANDA, Nascimento Marques de; SOUZA, Lucas Barbosa e. **Emancipação de municípios no Brasil: uma análise a partir do movimento emancipatório de Taquaralto, área sul de Palmas (TO)**. nemad.webnode.com - Interface, Edição número 04, maio de 2012.

MITIDIERO JÚNIOR, Antônio Marco. Crise do Capital Global, Natureza e Agronegócio. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (Orgs.). **A questão agrária e conflitos territoriais**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016, p.17-35.

MOTA, Francisco Lima. **O rural e o urbano na cidade de Balsas –transformações socioespaciais no pós 1980**. 139 f. Tese (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, UFU. Uberlândia, 2011.

MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NASCIMENTO, Mábio de Pádua. **A expansão da agricultura moderna da soja no cerrado sul maranhense e os impactos socioeconômicos e ambientais ao camponês: uma análise a partir de Loreto – MA**. 120f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Curso de Geografia, 2016.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, DannelMadson Vieira. Territórios da fronteira/fronteira dos territórios: o novo sertão de balsas, sul do maranhão. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária da UFU. **Territórios em disputas**: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. ISSN 1983-487X. Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1420_1.pdf>. Acesso em: 13 nov.2017.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Valter Lúcio; BUHLER, Ève Anne. **Técnica e Natureza no Desenvolvimento do “Agronegócio”**. Dossiê. Caderno CRH, Salvador, v.29, n.77, maio/agosto, 2016, p.261-289.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando Mundos**: navegação no vale do rio Grajaú. São Luís: EdUema, 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi (Orgs). **Campesinato e Territórios em disputa**. Editora Expressão Popular. 1ªEd. São Paulo, 2008.

PITTA, Fábio Teixeira; VEGA, Gerardo Cerdas. **Impactos da Expansão do Agronegócio no MATOPIBA**: Comunidades e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Act!Onaid. ISBN 978-85-89473-21-7. 2017, p. 1-80.

POLONI, Nelson Alexandre. **O estudo de viabilidade municipal e seu impacto no desenvolvimento nacional**. Dissertação de Mestrado em Filosofia do Direito e do Estado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. > Acesso em: 26 jul. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Geografia do homem**. In: Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São PauloSP: Ed. Ática, 1990.

REIS, Francemberg Teixeira. **A terra em jogo: perfil fundiário e estratégias para a manutenção da propriedade rural em Feira de Santana na passagem para o século XX.** 2014. 183 fl. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.

SANTANA, Danilo Maranhão de Farias. **Estudo de obtenção de desidratação da Gipsita na produção de Gesso.** 95f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Engenharia Mecânica, 2008.

SANTOS, Eder Carvalho dos. **Intervenção do homem na cobertura vegetal em Grajaú-MA, pela perspectiva da sustentabilidade.** Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade de Ecossistema) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Departamento de Oceanografia limnologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: BECKER, Bertha K; SANTOS, Milton et al. (Orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Lamparina. Rio de Janeiro. 2007.

_____. **Sociedade e espaço:** a formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **O Brasil:** o território e sociedade no início do século XXI, p.253.

SANTOS, Sandra Regina dos. **O sertão maranhense no contexto da Balaiada:** conflitos e contradições. In: Simpósio do Maranhão Oitocentista, 2., 2011, São Luís. Anais... São Luís: UEMA, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SECRETO, Veronica. Arrendamento (verbete). In: **Dicionário da Terra.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 40

SEDRAP. **Relatório de perdas da lavoura na safra 2015/2016.** Secretária de Desenvolvimento Rural, aquicultura de pesca do município de Grajaú (SEDRAP), 2016.

SEIXAS, Wilson. **O municipalismo e seus problemas.** João Pessoa: A Imprensa, 1959, p.66.

SEYFERT, G. **Herança e estrutura familiar camponesa.** Boletim do Museu Nacional, nº 52, 30 de maio de 1985, p.16.

SIDRA. **Unidade territorial de Grajaú.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N6/2104800>>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

SILVA, Ligia Osório. Latifúndio. In: MOTTA, Márcia (Org). **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2.ed., 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, São Paulo, 1999.

SILVEIRA, Laura Maria. **O território em pedaços**. Revista Com Ciência [online]: Unicamp, p.1-4, p.1, 10. Nov. 2011. ISSN 1519-7654. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?servition=8&edicao=72&id=902>> Acesso em: 23 maio.2018.

_____. **Território Usado**: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, v. XV, p. 4-12, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, Janilene de Macedo Sousa. Discursos políticos e sociais no âmbito da proposta de criação do Estado do Maranhão do Sul. In: SOUSA, Jailson de Macedo (Org). **O regional e o urbano no sul do Maranhão**: delimitações conceituais e realidades empíricas. Imperatriz, MA: Ética, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et al. (Orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Maria Cecília de. (Org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TOMIASI, Eliane Paulino. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração**. In: Revista Cidades. v. 1, n. 2, 2004, p. 259-274, p. 263.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

VIEIRA, Layla Adriana Teixeira. **“Uma comarca fora da lei”**: a Guerra do Léda no Sertão do Maranhão. 90f. Monografia (Graduação). Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

ZANFOLIN, Doraci Elias. **Geografia eleitoral**: reforma política e uso do território brasileiro. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2006

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo. Progresso, 1948.

ANEXOS

ANEXO A - Criação do município de Arame

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 16.03.88 Nº 051

PROJETO DE LEI Nº 055/81

AUTOR: DEPUTADO SÁLVIO DINO

Lei n.º 4867

de 15 de MARÇO de 1988

DISPÕE sobre a criação do Município de Arame e dá outras providências.

O Governador do Estado do Maranhão,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de Arame, a ser desmembrado dos Municípios de Santa Luzia e Grajaú, constituindo-se de um único distrito, com uma área de 3.030,00km² (três mil e trinta quilômetros quadrados), com sede no atual Povoado de Arame.

Art. 2º - O município ora criado fica subordinado à Comarca de Grajaú.

Art. 3º - O Município de Arame, de que trata o art. 1º da presente Lei, fica limitado ao Norte pelos Municípios de Santa Luzia, Paulo Ramos e Lago da Pedra; ao Sul pelo Município de Grajaú; a Leste pelo Município de Grajaú; a Oeste pelos Municípios de Amarante do Maranhão e Santa Luzia.

Descrição do Perímetro:

Com o Município de SANTA LUZIA

Começa no ponto de intercepção do paralelo que passa pela foz do Rio Fiores com o talvegue do Rio Iutua, afluente da margem direita do Rio Pindaré; desse ponto de intercepção, segue pelo talvegue do Rio Iutua a jusante até a foz do Igarapé Aratoi ou Fruari; desse ponto de intercepção entre o talvegue do Rio Iutua com a foz do Igarapé Aratoi, segue-se pelo talvegue do referido Igarapé até sua nascente, do divisor de águas Iutua-Grajaú, divisor este que serve de limite para os Municípios de Santa Luzia, Paulo Ramos e o futuro Município de Arame.

Com o Município de PAULO RAMOS

Começa no ponto onde o nascente do rib Igarapé Aratoi, encosta na linha do divisor de águas Iutua-Grajaú, desse ponto segue pelo referido divisor no sentido do Sul até sua intercepção com o paralelo que passa pela foz do Rio Fiores; desse ponto de intercepção segue pelo referido paralelo no sentido Leste até o ponto de limite entre os Municípios de Paulo Ramos com Lago da Pedra.

Com o Município de LAGO DA PEDRA

Começa no ponto de intercepção da linha de limite dos Municípios de Paulo Ramos e Lago da Pedra com o paralelo que passa pela foz do Rio Fiores; daí segue pelo referido paralelo no sentido do Leste até sua intercepção com o talvegue do Rio Grajaú.

Com o Município de GRAJAÚ.

Começa no ponto onde o paralelo que passa pela foz do Rio Fiores, intercepta o talvegue do Rio Grajaú, nas proximidades do Povoado Pau Ferrado; desse ponto, segue pelo talvegue do referido Rio, a montante, até as proximidades do Povoado Canoa Grande; segue pela estrada carroçal que interliga os Povoados Canoa Grande, Castelo e Matinha, até sua intercepção com a antiga linha de telégrafo.

Com o Município de AMARANTE DO MARANHÃO

Começa no ponto onde a estrada carroçal que interliga os Povoados de Matinha, Castelo e Canoa Grande, intercepta a antiga linha de telégrafo; segue pela referida linha de telégrafo até o seu cruzamento com o talvegue do Rio Jatina, nas proximidades do Povoado Precídio; segue pelo talvegue do referido Rio a jusante até o ponto de intercepção deste Rio com o paralelo que passa pela foz do Rio Fiores.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe do Gabinete Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM
SÃO LUÍS, 15 DE MARÇO DE 1988, 167º DA INDEPENDÊNCIA E
100ª DA REPÚBLICA.

Salvadorino
Paulo Ramos
Lago da Pedra
Amarante do Maranhão
Grajaú
Arame

Prot. 01144

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

ANEXO A - Criação do município de Amarante do Maranhão

MUNICÍPIO DE AMARANTE DO MARANHÃO

LEI N.º 998 DE 21 DE OUTUBRO DE 1953

Cria o Município de Amarante do Maranhão.

O Governador do Estado do Maranhão

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica criado o Município de "Amarante do Maranhão", constituído por todo o território desmembrado do Município de Grajaú, com as linhas divisorias fixadas nesta lei.

Art. 2.º — O Município de "Amarante do Maranhão" fica subordinado ao termo sede da comarca de Grajaú.

Art. 3.º — É elevado à categoria de cidade, convertido em sede do município, com a denominação de "Amarante do Maranhão", a atual Vila do Amarante.

Art. 4.º — O Município é constituído de um só distrito.

Art. 5.º — São os seguintes os limites do atual Município:

a) Limites Municipais.

1) Com o Município de Imperatriz:

Começa no divisor de Águas Meirim-Tocantins, no vértice principal do riacho Batalha, afluente da margem esquerda do rio Santana tributário do rio Grajaú; desse vértice principal, segue pelo referido divisor de águas até o vértice principal do rio Pindaré; do vértice deste rio segue pelo talweg do mesmo a jusante até o ponto de contacto do mesmo, com o paralelo que passa pela foz do rio Flores — afluente da margem direita do rio Meirim.

2) Com o Município de Pindaré-Mirim:

Começa no ponto de contacto do talweg do rio Pindaré com o paralelo que passa pela foz do rio Flores — afluente da margem direita do rio Meirim; desse ponto de contacto, segue pelo referido paralelo até o ponto de sua intersecção com o talweg do rio Gidua, afluente da margem direita do rio Pindaré.

3) Com o Município de Grajaú:

Começa no ponto de intersecção do paralelo que passa pela foz do rio Flores com o talweg do rio Gidua — afluente da margem direita do rio Pindaré; desse ponto de intersecção e segue pelo talweg do rio Gidua e monte até o ponto em que mais se aproxima da linha telegráfica, na localidade denominada "Presídio"; desse ponto segue em linha reta ao referido ponto da linha telegráfica e daí, continua em coincidência com a mesma linha telegráfica no trecho compreendido entre a localidade "Presídio" e a cidade de Grajaú, até o ponto de intersecção da dita linha telegráfica com o talweg do rio Santana, afluente da margem esquerda do rio Grajaú; desse ponto e intersecção pelo talweg do rio Santana montante, até a sua bifurcação com o de seu afluente da margem esquerda — riacho Batalha; dessa bifurcação segue pelo curso do riacho Batalha, à montante, até o seu principal vértice no Divisor de Águas Meirim-Tocantins.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando marcado o dia 1.º de Janeiro de 1954 para instalação do novo município, ressalvadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a que n.º couber cumprir e fazer cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça, e Segurança a faça publicar, imprimir e correr.

Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luís, 21 de Outubro de 1953, 124.º da Independência e 65.º da República.

EUGENIO BARROS
Alexandre Costa

94

ANEXO A - Criação do município de Formosa da Serra Negra

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL Nº 215 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1994.

PROJETO DE LEI Nº 324/94

DEPUTADO - MERCIAL ARRUDA

FRANCISCO MARTINS

LEI Nº 4.156 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1994
Cria o Município de Formosa da Serra Negra e dá outras providências.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,
Faco saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO
Art. 1º - Fica criado o Município de Formosa da Serra Negra, com sede no Povoado Formosa, e ser desmembrado do Município de Grajaú, subordinado à Comarca de Grajaú.
Art. 2º - O Município de Formosa da Serra Negra limita-se ao Norte com o Município de Grajaú e Oeste com os Municípios de Grajaú, Serra do Cordeiro, Mirador, São Belardo das Ribeiras e Contão.
Cont. na pág. seg.

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO.

Fortaleza dos Mouzeiras a Oeste com o Município de Bitão Novo e ao Sul com os Municípios de Fortaleza dos Mouzeiras e Estreito.

LIMITES TERRITORIAIS

a) Com o Município de Grajaú

Começa na foz do Riacho Riachão com o Rio Grajaú, na margem direita deste, próximo à localidade Canto da Fubá; daí segue em alinhamento reto com o sentido Nordeste, até a foz do Ribeirão do Bonito com o Rio Mearim, na margem direita deste, próximo à localidade Cunha; daí segue pelo talvegue do Ribeirão do Bonito, à montante, até a cabeceira mais alta do Ribeirão do Bonito; daí segue em alinhamento reto, com o sentido Sudeste, até a cabeceira mais alta do Rio Capim ou Rio Corda no local conhecido por Buriti Novo.

b) Com o Município de Barra do Corda

Começa na cabeceira mais alta do Rio Capim ou Rio Corda, no local conhecido por Buriti Novo; daí segue em alinhamento reto, com o sentido Sudeste, até a cabeceira mais alta do Rio Alpercatas.

c) Com o Município de Mirador

Começa na cabeceira mais alta do Rio Alpercatas, daí segue em alinhamento reto, com o sentido Sudeste, até a cabeceira mais alta do Rio Itapecuru.

d) Com o Município de São Raimundo das Mangabeiras

Começa na cabeceira mais alta do Rio Itapecuru, daí segue em alinhamento reto, com o sentido Nordeste, até a cabeceira mais alta do Ribeirão do Engano, afluente do Rio Neves.

e) Com o Município de Fortaleza dos Mouzeiras

Começa na cabeceira mais alta do Ribeirão do Engano, daí segue pelo divisor da água Mearim-Parnaíba, localmente conhecido por Serra do Cruzeiro, até alcançar o entroncamento dos divisores da água Tocantins-Mearim-Parnaíba, no ponto culminante da Serra da Mangaba.

f) Com o Município de Estreito

Começa no ponto final da linha geodésica rumo Oeste Leste verdadeiro, no topo da Serra das Meninas, e segue pelo divisor da água Mearim e Grajaú-Tocantins, na direção geral Sudoeste-Nordeste, até o ponto sobre este divisor situado na intersecção da linha Norte-Sul que parte da foz do Ribeirão Batalha no Rio Santana e que serve de limites entre os Municípios de Bitão Novo e Grajaú.

g) Com o Município de Bitão Novo

Começa na ponta da Serra das Meninas, na cabeceira do Rio Grajaú, daí segue em alinhamento reto, em direção à foz do Riacho Batalha com o Rio Santana, até a intersecção desse alinhamento com o Rio Grajaú; daí segue pelo talvegue do Rio Grajaú, até a foz do Riacho Riachão com o Rio Grajaú, próximo à localidade de Canto da Fubá, ponto de partida e de fechamento do perímetro do Município de Formosa da Serra Negra.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 39 - Nos quatro primeiros anos da instalação do Município de Formosa da Serra Negra serão observadas as seguintes normas constitucionais:

I - A Câmara Municipal será composta de nove Vereadores;

II - A Prefeitura Municipal terá no máximo cinco Secretários;

III - As despesas orientamentárias com pessoal não poderão ultrapassar a cinquenta por cento da receita do Município.

Art. 40 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governador a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 19 DE NOVEMBRO DE 1974, 1739 DA INDEPENDÊNCIA E 1969 DA REPÚBLICA.

JOSE DE RIBAMAR FIGUEIRA

Governador do Estado do Maranhão

CÉLIO LOMÃO FERREIRA

Secretário de Estado da Casa Civil do Governador

RAIMUNDO MONATO CORREIA DE ARAÚJO NETO

Secretário de Estado da Justiça

prot. 02082

ANEXO A - Criação do município de Itaipava

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL Nº 215 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1994
 PROJETO DE LEI Nº 322/94
 DEPUTADO - MERCIAL ARRUDA
 FRANCISCO MARTINS

LEI Nº 6.140 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

Cria o Município de Itaipava do Grajaú e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - Fica criado o Município de Itaipava do Grajaú, com sede no Povoado Itaipava, a ser desmembrado do Município de Grajaú, subordinado à Comarca de Grajaú.

Art. 2º - O Município de Itaipava do Grajaú limita-se ao Norte com o Município de Lago da Pedra; a Leste com os Municípios de Esperantinópolis e Barra do Cordas; ao Sul com o Município de Grajaú e ao Oeste com o Município de Aranas.

LIMITES TERRITORIAIS

a) Com o Município de Lago da Pedra:

Guardando os atuais limites com o Município de Lago da Pedra, com início no ponto onde o paralelo que passa pela Foz do Rio Flores, intercepta o talvegue do Rio Grajaú, nas proximidades do Povoado Pau Ferrado; deste ponto segue pelo paralelo até o divisor de águas Meirim/Grajaú no ponto em que o mesmo é atravessado pelo referido paralelo.

b) Com o Município de Esperantinópolis:

Guardando os atuais limites com o Município de Esperantinópolis, com início no divisor de águas Meirim/Grajaú, no ponto em que o mesmo é atravessado pelo paralelo que passa pela Foz do Rio Flores; deste ponto segue pelo referido divisor de águas Meirim/Grajaú até o lugar de intersecção com a linha de limite Nordeste da Colônia Agrícola Nacional do Maranhão.

c) Com o Município de Barra do Cordas:

Guardando os atuais limites com o Município de Barra do Cordas, começa no lugar de intersecção do divisor de águas Meirim/Grajaú com a linha de limite Nordeste da Colônia Agrícola Nacional do Maranhão, segue pelo referido divisor de águas até o seu encontro com o limite da área indígena Cana Brava/Bujajara.

d) Com o Município de Grajaú:

Fazendo novos limites com o Município de Grajaú, com início no cruzamento do divisor de águas Meirim/Grajaú com o limite da área indígena Cana Brava/Bujajara; segue pelo referido limite da área indígena até seu cruzamento com o caminho que liga os lugares Setiro-Paga, segue pelo referido caminho até seu encontro com o caminho que liga os lugares Paga/Cajueiro, segue pelo referido caminho até seu cruzamento com a rota do Criolli, segue pela referida rota até sua foz no Rio Grajaú.

e) Com o Município de Aranas:

Guardando os atuais limites com o Município de Aranas, começa na Foz do Rio do Criolli no Rio Grajaú; segue pelo talvegue do referido rio à jusante, até o ponto onde o paralelo que parte da Foz do Rio Flores intercepta o referido talvegue nas proximidades do Povoado Pau Ferrado.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 3º - Nos quatro primeiros anos da instalação do Município de Itaipava do Grajaú serão observadas as seguintes normas constitucionais:

I - A Câmara Municipal será composta de nove Vereadores;

II - A Prefeitura Municipal terá no máximo cinco Secretários;

III - As despesas orçamentárias com pessoal não poderão ultrapassar a cinquenta por cento da receita do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado publicará, imprimirá e correrá.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 18 DE NOVEMBRO DE 1994, 179ª DA INDEPENDÊNCIA E 104ª DA REPÚBLICA.

JOSE DE STAMAM FIGUEIRA
 Governador do Estado do Maranhão
 CELSO LORÃO PEREIRA
 Secretário de Estado da Casa Civil do Governador
 RAIMUNDO MONATO CORREA DE ARAÚJO NETO
 Secretário de Estado da Justiça

SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, prot. 02073

ANEXO B -Projeto para a criação do Município do Alto Brasil.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Nós eleitores residentes e domiciliados no distrito de Alto Brasil, pertencente ao município de Grajaú, vimos pelo presente, apresentar ao Poder Legislativo Estadual, através do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual **ZÉ CARLOS - PT**, a documentação necessária, objetivando a criação do município de ALTO BRASIL, a ser desmembrado da área do município de Grajaú, composto pelos seguintes povoados: Sabonete, Lagoa da Pedra, Ingarama 1, Capitão do Campo, Baixão Fundo, Lagoa da Telha, Nova Terra, Nova Conquista, Pau Ferrado, Flores, Aldeia Velha, Cana Brava, Alto do Coco, Sobradinho, Mamui, Sumaúma, Barro Branco, Bela Aurora, Matosalem, Bananal, Malhada do Meio, Angelim, Angelim 2, Centro do Rancho, Buritirana, Pontal, Marajá, Retiro, Campos Novos, Jatobá, Ingarama dos Mesquides, Solta, Baixão dos Porcos, Morros, Lagoa Nova, Aparecida do Mearim, Jaboti, Patos e Canudos, ao qual seremos integrados pela anexação da área onde residimos, em vista que as referidas localidades possuem as condições econômicas exigidas para sua emancipação e esta é a vontade de seus moradores.

Grajaú – Alto Brasil - MA, 06 de junho de 2011.

Zé Carlos – PT
Deputado Estadual

Processo 3223/11
Protocolo/ALEMA
data: 08/06/2011
15:21
Fecundado por:
Marco Antônio Santos Machado/AL/1
Mat. 1388677



Estado do Maranhão
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GRUPO ESPECIAL DE ACESSORAMENTO PARA CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
ESTUDO DE VIABILIDADE MUNICIPAL

Nº DE ORDEM	Nº DO PROCESSO	POVOADO	RELATORIO	AVALIAÇÃO DA COMISSÃO
13	3.223/2011	ALTO BRASIL (Grajau)	O povoado Alto Brasil , oriundo do município de Grajau , requer sua emancipação através de requerimento subscrito por mais de 10% do seu eleitorado constituído de 6.259 eleitores conforme dados do TRE. O requerimento, foi encaminhado através do Deputado Zé Carlos . Não há ocorrências de áreas legais, como Reservas Ambientais ou Indígenas, etc. O Povoado apresenta uma razoável infra-estrutura Urbana, necessitando, entretanto, de verificação <i>in loco</i> a fim de se constatar as informações constantes do processo. Tem um contingente Populacional de 8.395 habitantes de acordo com os dados colhidos dos Setores Censitários do IBGE, constantes na área prevista, atendendo, assim, o requisito previsto na Resolução Legislativa nº 618/2011 . Não foi possível se fazer estudos aprofundados dos indicadores econômico-financeiros. Tomando-se como parâmetro as transferências do FPM, estima-se uma receita na faixa do coeficiente de 0,6 do FPM não causando impacto significativo na receita do município mãe (Grajau) cuja população de 62.093 (2,4) passa para 53.698 (2,2)	O povoado do Alto Brasil atende os requisitos exigidos pela Resolução Legislativa nº 618/2011, estando habilitado a ser incluído na discussão do processo de emancipação.

MILTON LIMA CALADO
Coordenador

RONALD FRANKLIN DA SILVA CARVALHO
Membro

JOSE RAIMUNDO FERREIRA VERDE
Membro

ERIKA LOPES NOGUEIRA
Membro

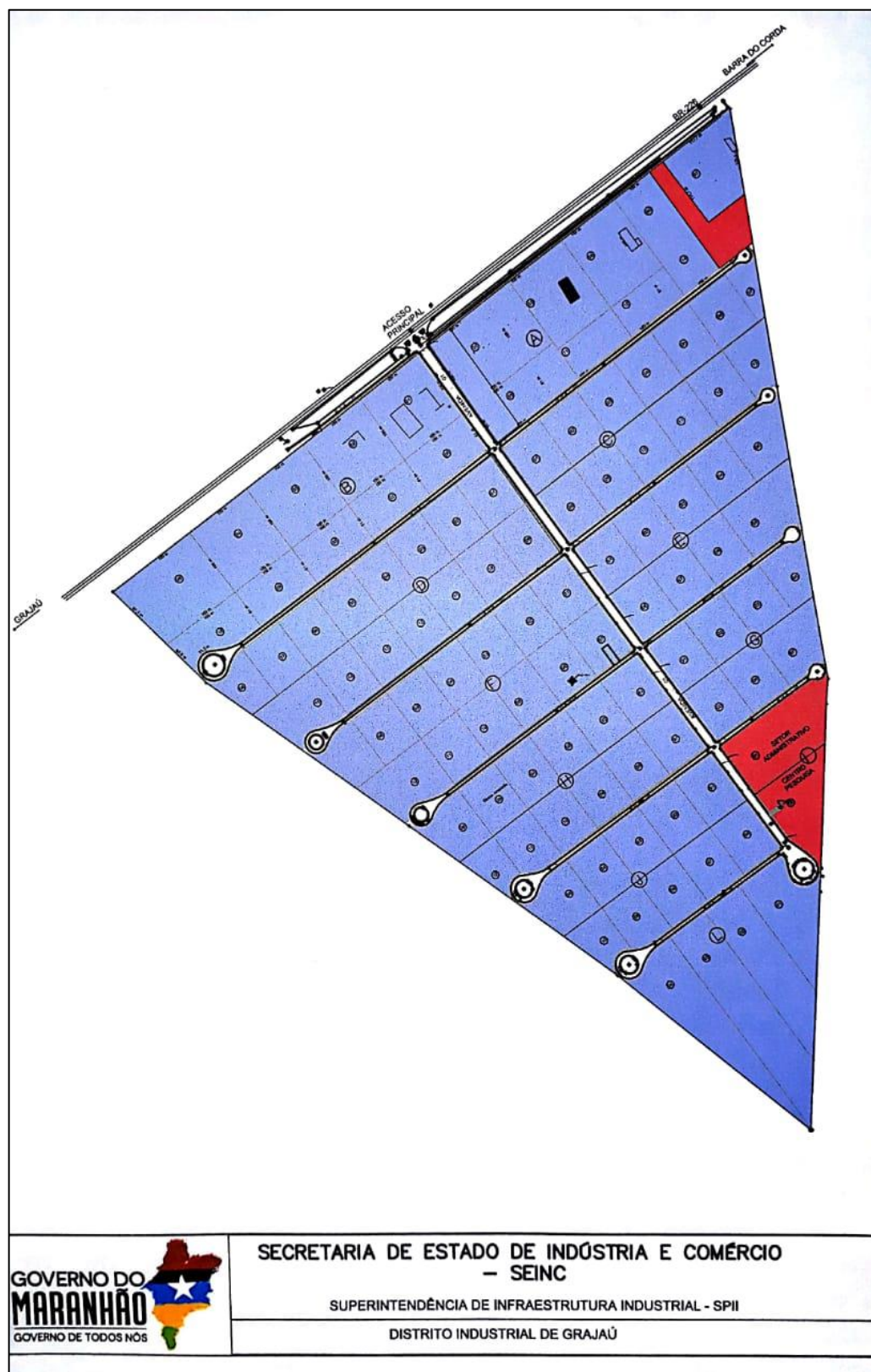
ANEXO C - Discurso do Deputado Estadual Rigo Teles para a criação de municípios no Maranhão.

DISCURSO DO DEPUTADO RIGO TELES – 06/06/2017

“O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES (sem revisão do orador) – Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhoras, Senhores Deputados, imprensa, galeria, amigos e amigas que nos assistem. Senhor Presidente, nesta manhã de terça-feira, eu queria aqui levantar um assunto que já foi debatido nesta Casa, ao longo de muitos e muitos anos, e surgiu resultado positivo, ainda antes de entrar nesta Casa como deputado estadual, quando foram criados os municípios no Estado do Maranhão, 81 municípios foram criados no ano de 1996 e eu cheguei nesta Casa, em 1998, e, até agora, graças a Deus, estou. E agora já foi levantada várias e várias vezes essa polêmica, mas o momento que vem atravessando o país, nós todos temos conhecimento das dificuldades, do que o país vem passando tanto eleitoral como financeiro, estamos vendo o que está acontecendo nas esferas, principalmente federal. Mas o que me traz aqui, eu fui recebido Comissão da Criação de Novos Municípios do Estado do Maranhão. E eu queria fazer um pequeno relato, queria a atenção das senhoras e os senhores deputados, para esse pronunciamento. Foi aprovado um Projeto de Lei Complementar no Senado, nº 199/2015, ainda no ano de 2015, que regula a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. O Projeto irá à apreciação da Câmara Federal e, aprovado pelos deputados, será encaminhado à sanção presidencial. E já existe um acordo, uma conversa, uma preliminar nesse sentido. O autor da proposição é o Senador Flexa Ribeiro, que disse que o projeto estabelece critérios rígidos para a criação de municípios e atende os interesses de muitos distritos que reivindicam estas emancipações e aqui no Maranhão tem bastante. Uma das alegações para a aprovação do mesmo é que a proposta não libera, mas apenas organiza a criação de novos municípios, considerando a existência de distritos ou povoados com localização distantes das suas sedes, dos seus municípios, sem oferta de serviços públicos. Quer dizer, os povoados distantes deixam de acontecer a coisa pública, por falta até de recurso, Deputado Cabo Campos. *Conforme foi amplamente discutido, o projeto de lei complementar reúne critérios de viabilidade, exigência de população mínima e regras para a apresentação de propostas de fusão ou desmembramento de municípios, as assembleias estaduais e da realização do plebiscito para consulta à população interessada, que é a população dos seus respectivos povoados ou distritos.* O ponto de partida para a criação de novos municípios, de acordo com o texto, será a apresentação do requerimento à Assembleia Legislativa, no caso, a nossa Assembleia do Maranhão. Apoiado 20% do eleitorado da área alvo de emancipação ou desmembramento, ou

3% os eleitores de cada um dos municípios com pretensões ou fusão e incorporação. Também terão de ser feitos estudos de viabilidade municipal. Estudo esse que é a criação de novos municípios, que também dependem do alcance de um contingente populacional mínimo. Assim, depois de fundido ou dividido, sua população será igual ou a superior a seis mil habitantes nas regiões Norte, Centro-Oeste, e 12 mil habitantes no Nordeste, e 20 mil na região Sul e Sudeste. Mas estão trabalhando também nessa modificação, porque o Nordeste não pode ter uma população menor do que a região Norte e Centro-Oeste, para que seja uma população mínima de, em vez de 12 mil habitantes, que seja de seis mil habitantes. Em vista disso, apresentamos um requerimento lido, hoje, nesta Casa, solicitando o apoio da Bancada Maranhense da Câmara Federal, no sentido da aprovação do projeto de lei complementar em epígrafe, pois entendemos a necessidade da criação de novos municípios, Deputado Vinícius Louro, porque, na oportunidade, queremos que o Estado do Maranhão não fique atrás dos outros Estados. Nós temos aqui como, por exemplo, o Estado de Minas Gerais que possui 853 municípios, São Paulo possui 645 municípios, o Rio Grande do Sul 496 municípios, a Bahia com 417 municípios, o Goiás com 246 municípios, o nosso vizinho aqui, Estado do Piauí, que é um estado territorial, geograficamente, é a metade do Maranhão, mas tem mais municípios do que o Maranhão, 224 municípios. A Paraíba com 223 municípios. E nós, o Maranhão, só tem 217 municípios. Atualmente, o Estado do Maranhão tem um número pequeno, considerando a sua extensão territorial. E ainda existem povoados com condições de ser emancipados. Ressaltamos a oportunidade que o movimento para emancipação dos municípios do Maranhão, na pessoa do seu presidente, o senhor Augusto César, que vem trabalhando constantemente, diuturnamente, ao longo de muitos anos, para que venha acontecer, está indo a Brasília junto com outros membros para se reunir com os deputados federais da Bancada do Maranhão junto com outros estados brasileiros que irão reunir com suas Bancadas, ir até o Presidente da República, para que nós possamos viabilizar condições de criação de novos municípios. E nós, Senhor Presidente, temos conhecimento do Maranhão o tanto que mudou a vida da população dos novos municípios. Hoje temos exemplos de municípios que foram emancipados em 96. Se nós formos comparar o crescimento dele ao longo desses 21 anos de emancipação, se for olhar o crescimento, nós compararmos com município mãe, ele cresceu muito mais, desenvolveu muito mais ainda. E nós temos aqui exemplo de povoados ou distritos, Deputado Wellington do Curso, que têm condições de serem emancipados. São vários, são em um projeto de 40, já com 32 aprovados na Assembleia. Eu não vou longe, lá na minha cidade de Barra do Corda tem dois povoados que preenchem todos os requisitos para emancipação. É o povoado de Santa Vitória e Ipiranga. E

no vizinho município de Grajaú, tem o Alto Brasil. Então só em Barra do Corda, tem Santa Vitória, tem Ipiranga e tem ali em Grajaú, que é vizinho, Alto Brasil, na região Central do Maranhão. Mas tem muitos outros, tem outros: Bacabal tem Brejinho; Itapecuru tem Palmares; Brejo tem Palestina; Codó, Cajazeiras; Caxias, Nazaré do Bruno; Tuntum, tem o Belém do Maranhão em Tuntum; São Domingos, o Baixão Grande, que já parece até uma cidade, São Domingos, Baixão Grande; Vitória do Mearim tem o Coque; Penalva tem o Jacaré; Zé Doca tem o povoado com o nome que leva o nome do saudoso ex Presidente Deputado João Evangelista; Santa Luzia do Tide de Santo Onofre, Santa Luzia do Tide também tem a Faísia, que preenche todos os requisitos; Mirador tem os Cocos também; Açailândia, interior de Bacabal. E por aí são muitos povoados ou distritos que preenchem todos os requisitos para se tornarem independentes, se tornarem emancipados, se tornarem uma cidade, tornarem independente assim com o crescimento. Porque só assim nós podemos, Deputado Edilázio Júnior, ver o desenvolvimento chegar nesse município, porque passa a caminhar com as pernas próprias, passa a ter arrecadação própria. E nós temos como vários exemplos, têm muitos exemplos de municípios que foram criados em 96, que, como já disse aqui anteriormente, se formos comparar com o município mãe, ele se desenvolveu muito mais. Então vamos levantar esta causa a partir desse momento com a ida desta comissão a Brasília, conversar com a nossa bancada federal, com o Presidente da República, para que nós possamos trabalhar e ver a viabilidade de criar novos municípios, porque só tem esse ano para criar. O próximo ano é ano de eleições e em ano de eleições não se criam novos municípios. Mas dá tempo de nós trabalharmos no sentido de fazer o plebiscito, trabalhar e criar esses municípios, para que nas próximas eleições já possam ser municípios independentes, caminhando com suas próprias pernas. Peço aqui o apoio desta Casa para que nós possamos levantar mais uma vez essa questão e levar ao conhecimento de todos os maranhenses que é o melhor para o desenvolvimento do Maranhão nesse momento a criação de novos municípios, que é o contrário do que algumas pessoas falam criar município é dividir a pobreza, não, pelo contrário, criar municípios é dividir os recursos e as ações, e trazer mais recursos da repatriação, recursos do Governo Federal, do FUNDEB, recursos da saúde, para que os municípios possam desenvolver, crescer e caminhar com suas próprias pernas. Temos exemplos, como eu disse aqui, em outros estados, o Estado do Maranhão é um dos estados que têm mais municípios, é o Estado territorial grande, geograficamente, com poucos municípios, e vamos equiparar o outros estados da Federação, para que nós possamos desenvolver o Estado do Maranhão também, por meio da criação dos novos municípios.”

ANEXO D – Planta do Distrito Industrial do Gesso de Grajaú

APÊNDICES